



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIA LARISSE ELIAS DA SILVA

**PARA ALÉM DOS “FATOS”: O *morticínio eleitoral* em
Cajazeiras-PB (1872-1877)**

João Pessoa-PB
2022

PARA ALÉM DOS “FATOS”: O *morticínio eleitoral* em
Cajazeiras-PB (1872-1877)

MARIA LARISSE ELIAS DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa-PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Maria Larisse Elias da.

Para além dos 'fatos' : o morticínio eleitoral em
Cajazeiras-PB (1872-1877) / Maria Larisse Elias da
Silva. - João Pessoa, 2022.
199 f. : il.

Orientação: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Morticínio Eleitoral - Cajazeiras (PB). 2.
Cultura Política. 3. Conceitos de representações. 4.
Redes de Sociabilidade. 5. Império do Brasil - Segundo
reinado. 6. Império do Brasil - Sistema eleitoral. I.
Mariano, Serioja Rodrigues Cordeiro. II. Título.

UFPB/BC

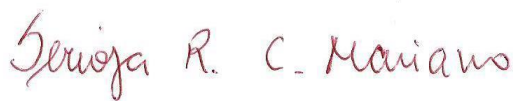
CDU 323.285:324.531.1(043)

MARIA LARISSE ELIAS DA SILVA

PARA ALÉM DOS “FATOS”: *O morticínio eleitoral* em
Cajazeiras-PB (1872-1877)

Dissertação de Mestrado avaliada em 16/12/2021, com conceito APROVADO e recomendação para publicação.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
(Orientadora – PPGH/CCHLA/UFPB)



Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa
(Examinadora Externa – PPGH/ICH/UFJF)



P/

Profa. Dra. Cláudia Engler Cury
(Examinadora Interna – PPGH/CCHLA/UFPB)

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. As histórias importam. Muitas histórias importam!

Chimamanda Ngozi Adichie

AGRADECIMENTOS

Durante esses quase dois anos, por mais receio que tivesse das circunstâncias e horizontes inesperados, em nenhum momento me senti sozinha. De uma maneira ou de outra, Deus sempre esteve comigo por meio de suas diferentes maneiras de se fazer presente ao nosso lado.

Estive cansada e por Ele fui amparada; estive doente e com medo e recebi o renovo de suas misericórdias em minha vida; fiquei abalada emocionalmente e pela graça dele tive meus sentimentos ressignificados. Então, não poderia iniciar meus agradecimentos a quem mais esteve comigo, concedendo discernimento e sabedoria nos dias.

A bondade de Deus foi tamanha que preparou pessoas boas para caminhar ao meu lado, iniciando pela minha família, nas pessoas de minha mãe, Maria Lindalva, e irmã, Jussara Bezerra, que nunca mediram esforços para me aconselhar com discernimento e me oferecer apoio no que fosse necessário. Além delas, não posso deixar de mencionar meus sobrinhos, que sempre foram a maior representação do amor de Deus por mim nesta Terra e sempre foram compreensivos com relação às ausências da tia.

A história desta pesquisa iniciou com minha vontade de ofertar um retorno à Cajazeiras pela acolhida que recebi durante todo o meu período de Graduação (2015-2018). No entanto, quando conheci a historiadora Ana Elizabete Moreira, o propósito sofreu algumas alterações. Eu não via mais, apenas, a construção de uma contribuição à história de Cajazeiras, mais que isso, pude perceber o quanto as imediações da Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras eram permeadas por histórias e, trazendo este olhar sensível para a pesquisa de Mestrado, entendi que as narrativas presentes em minhas fontes contariam mais do que “fatos”.

Assim como Ana narrava para mim suas sociabilidades nos dias de missa e suas lembranças de quando estava com “tia Regina”, me dei conta que a história que tinha em mãos para realizar a pesquisa estava imersa em relações sociais, em um cotidiano marcado por pessoas que faziam das missas, das eleições um verdadeiro ponto de encontro que servia de palco para conflitos, propagação de interesses e outros aspectos que só lendo a pesquisa vocês vão saber. O que cabe ao momento é compreender que existia um olhar sobre a pesquisa antes de Ana Elizabete e, a partir dela, ele ganhou contornos mais singelos.

Além disso, Ana Elizabete foi a pessoa que mais esteve ao meu lado fisicamente durante a maior parte do período de realização desta pesquisa. Ela sempre foi minha primeira leitora, minha crítica mais cirúrgica e, com todo o seu amor e paciência, minha companheira. Sem o

apoio, afeto e companheirismo dela, certamente eu não teria produzido esta dissertação na forma em que chega até vocês neste momento.

Sou grata também à Serioja Mariano, minha querida orientadora e amiga, que sempre caminhou ao meu lado e apostou nas ideias que eu ia vislumbrando no decorrer da pesquisa. Com todo o seu discernimento, Serioja nunca me desencorajou, pelo contrário, teve sempre a destreza de me ensinar o “caminho das pedras” segurando em minhas mãos, mas deixando que eu caminhasse com minhas pernas. Talvez esta seja uma das maiores lições que carregarei deste processo de orientação – para além de me ajudar a construir uma pesquisa, ela me ensinou a ser uma boa pesquisadora, uma futura docente paciente e uma pessoa mais serena.

No curso desta minha trajetória, contei também com os bons ensinamentos de Martinho Guedes e Paulo Giovani, que por meio da disciplina de História Política me apresentaram uma série de produções voltadas à temática que, sem dúvida, auxiliaram no amadurecimento desta pesquisa. Ainda no meu primeiro ano, enquanto cursava as disciplinas, pude contar com os conselhos de Ângelo Emílio, que fez uma leitura criteriosa de meu projeto de pesquisa e fez alguns apontamentos que eu poderia abordar no trabalho e na dissertação estão incorporados. Contei ainda com o amadurecimento de algumas questões acerca da história social com meu contato com Tiago Bernardon, que sempre teve muita atenção para com minhas inquietações.

E, por último e de maneira alguma menos importante, tive a oportunidade de cursar uma disciplina sobre impressos no século XIX com Cláudia Cury, que mesmo em um período tão cheio de incertezas como foi o início da pandemia da COVID-19, enfrentou um semestre de aulas remotas com minha turma e foi o meu divisor de águas no que tange a pesquisa com jornais. Todo o aprendizado teórico e metodológico presente nesta pesquisa eu devo à Cláudia, que por mais de uma vez dedicou seu tempo a buscar em sua biblioteca materiais que pudessem me auxiliar na construção da pesquisa – e com minha alegria e gratidão, foram todos incorporados.

Por conhecer a perspectiva inicial da pesquisa e avaliá-la quando estava na metade, não poderia ter escolhido outra examinadora interna melhor para avaliar o produto desta minha passagem pelo PPGH-UFPB. Sou muito grata à Cláudia por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa desta dissertação e por todos o apoio que me deu durante esses quase dois anos. Junto a ela, escolhi uma historiadora tão competente quanto para compor minha banca de avaliação final, a querida Silvana Mota. A escolha dela se deu, primeiramente, por saber que sua competência e destreza na historiográfica do século XIX é reconhecida por todo o Brasil, e, em segundo, porque eu queria que alguém de longe, que não tem contato contínuo com as produções feitas aqui pelo Nordeste, me avaliasse. Acreditei na ideia de que

teríamos uma troca muito significativa e a ela sou muito grata por sua sensibilidade, prontidão e por ter aceitado fazer parte deste momento tão importante para minha vida acadêmica.

Algumas pessoas costumam falar que a trajetória trilhada no mestrado é muito solitária e eu não posso afirmar essa noção tendo em vista a experiência que tive com duas colegas da Turma 2020. Natália Vieira esteve comigo desde o nosso primeiro dia de aula, quando ainda procurávamos saber onde ficava a sala de nossa turma no CCHLA-UFPB. Semanas depois, em um grupo de trabalho na disciplina de Metodologia da História, Adriana Beltrão se aproximou e desde então seguiram caminhando comigo, partilhando os dilemas, alegrias, fofocas, raivas pela falta de bolsa e preocupações diárias. Seria muito injusto de minha parte se não reconhecesse o apoio e companheirismo que tive delas.

Ainda em âmbito de PPGH-UFPB, direciono meus agradecimentos ao Tiago Bernardon, agora na condição de Coordenador, que sempre esteve presente quando precisei solicitar documentos e ao Geraldo, técnico-administrativo que junto ao Tiago sempre resolveu minhas demandas com destreza.

Minha gratidão direciona-se também a minha psicóloga, Socorro Caldeira, que desde o início de 2020 esteve me acompanhando, fosse nos dilemas pessoais ou acadêmicos, sendo, portanto, uma das figuras fundamentais em minha trajetória do Mestrado na UFPB.

Saindo um pouco da esfera acadêmica, sou grata a Liliane Pinheiro, Isis Catharine, Rosemere Santana, Paula Fernandes, Andreia Feitosa, Ana Cristina, Jefferson Marques, Antônio Fernandes, Débia Souza, João Maria, Everton Vieira, Lucas Carlos, Cristiano Christillino, entre tantas outras pessoas que me apoiaram direto e indiretamente neste percurso.

Minha gratidão também a Katiusca Medeiros, que desde o início desta trajetória sempre me fortaleceu com palavras de ânimo e, prestou um apoio fundamental ao fazer a gentileza de imprimir e entregar as cópias físicas desta pesquisa na casa de Cláudia Cury, em João Pessoa.

Ao historiador Elimar Santos, que mesmo em meio ao seu processo de escrita de dissertação, também me auxiliou com a transcrição de parte do processo-crime que serviu de fonte para esta pesquisa.

Ao Bispo da Diocese de Cajazeiras, D. Francisco de Sales Alencar Batista, que me recebeu mui gentilmente em seu escritório na Diocese e conversou comigo sobre as fontes existentes no arquivo da Igreja.

Aos senhores Rubismar Galvão e Francisco Sales Cartaxo Rolim, que desde o início da pesquisa nadaram “contra a corrente” comigo e me concederam apoio intelectual para o desenvolvimento desta pesquisa.

À equipe do Fórum Dr. Ferreira Júnior de Cajazeiras, que me receberam muito bem e abriram os arquivos da instituição quando precisei revisitar algumas fontes.

Sou grata também a historiadora Viviane Ceballos, por ter me concedido a oportunidade de trabalhar em seu projeto de pesquisa sobre Cajazeiras e nele ter localizado o processo-crime que serviu como fonte inicial para a construção da primeira versão do projeto de pesquisa desta dissertação.

Agradeço também a Myraí Segal, que de forma muito gentil me repassou por e-mail algumas fontes que foram incorporadas nesta pesquisa.

Por último e não menos importante, ao pessoal do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO-UFPB-CNPq), com quem tive a oportunidade de conhecer diversas abordagens temáticas sobre a história da Paraíba, em especial, Thayná Peixoto, Giuseppe, Lucian Silva e Janyne Barbosa.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, com a área de concentração direcionada aos estudos sobre História e Cultura Histórica, dentro da linha de pesquisa em História e Regionalidades. O objeto de estudo foram as representações presentes nas narrativas acerca do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, produzidas em alguns Jornais que circularam na Corte, na Província do Pernambuco e Ceará, além dos relatos presentes no Processo-crime e Anais do Senado Imperial. O recorte temporal situou-se entre alguns anos da década de setenta do século XIX (1872-1877), período no qual as narrativas foram propagadas pelas diferentes regiões do Império do Brasil. Para o desenvolvimento desta pesquisa, os aportes teóricos da história cultural e social foram fundamentais no processo de organização e problematização dos dados coletados. Este estudo contou, por exemplo, com contribuições baseadas nos conceitos de *representação*, de Roger Chartier, *cultura política*, do Serge Bernstein e *redes de sociabilidade*, da Maria Fernanda Martins e do Jean-François Sirinelli – para auxiliar na construção de uma compreensão para além dos “fatos” narrados. Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi utilizado como ferramenta metodológica a análise do discurso a partir da Micro-História e a perspectiva dos indícios de Carlo Ginzburg e o mecanismo dos jogos de escalas, proposto por Jacques Revel. O *morticínio eleitoral* ocorrido no dia 18 de agosto de 1872, serviu como pano de fundo para a propagação de uma série de narrativas que, na maioria das vezes, contestava o sistema eleitoral do Império do Brasil. No entanto, nem só de contestações as narrativas eram organizadas. Também existiam as que apoiavam os agentes da Corte e os contrapontos entre as duas noções política (dos liberais e conservadores) foram cruzadas para melhor compreender as práticas políticas promovidas entre os grupos do sertão, do litoral e da Corte, para se manter no poder. Por tudo isso, esta pesquisa dedicou-se a analisar quatro segmentos que se complementam na alvorada dos acontecimentos eleitorais do Império: o papel e o influência das redes familiares cajazeirenses na fundamentação de um poder local; um panorama dos casos de eleições sangrentas e fraudulentas no Segundo Reinado do Império do Brasil e como o caso em Cajazeiras foi inserido nesse cenário; o modo como as narrativas presentes no Poder Judiciário descortinaram diferentes indícios de redes de solidariedades presentes antes, durante e após o conflito; e como os jornais criaram representações em torno do caso que fizeram com que houvesse a produção de uma “opinião pública” sobre os modos de fazer política e as práticas eleitorais na segunda metade do século XIX. Destarte, foi possível compreender que houve diversos interesses (políticos, familiares, pessoais e econômicos) em rotas de colisão quando pensado as questões para além dos “fatos” e as representações construídas serviram para qualificar o “eu” e desqualificar o “outro”, ou seja, quem servia ou não para estar no governo do Brasil.

Palavras-chave: Morticínio Eleitoral; Cultura Política; Representações; Segundo Reinado; Redes de sociabilidade; Paraíba do Norte.

ABSTRACT

This research was developed along with the Graduate Program in History, with the area of concentration directed to studies on History and Historical Culture, within the research line in History and Regionalities. The object of study was the representations present in the narratives about the *electoral killing* in Cajazeiras, produced in some newspapers that circulated in the Court, in the Province of Pernambuco and Ceará, in addition to the reports present in the Criminal Proceeding and Annals of the Imperial Senate. The time frame was located between a few years of the seventies of the 19th century (1872-1877), period in which the narratives were propagated by the different regions of the Brazilian Empire. For the development of this research, the theoretical contributions of cultural and social history were fundamental in the process of organizing and questioning the data collected. This study had, for example, contributions based on *the concepts of representation*, by Roger Chartier, *political culture*, by Serge Bernstein and *networks of sociability*, by Maria Fernanda Martins and Jean-François Sirinelli – to help build an understanding beyond of the narrated “facts”. To achieve the research objectives, discourse analysis from Micro-History and the perspective of Carlo Ginzburg's evidence and the scale games mechanism proposed by Jacques Revel were used as a methodological tool. The *electoral slaughter* that occurred on August 18, 1872, served as a backdrop for the propagation of a series of narratives that, in most cases, challenged the electoral system of the Brazilian Empire. However, not only were the narratives organized based on contestations. There were also those who supported the agents of the Court and the counterpoints between the two political notions (of liberals and conservatives) were crossed to better understand the political practices promoted between groups in the Brazilian outback, the coast and from the court, to keep himself in power. For all these reasons, this research was dedicated to analyzing four segments that complement each other in the dawn of electoral events in the Empire: the role and influence of family networks in Cajazeiras in the foundation of a local power; an overview of the cases of bloody and fraudulent elections in the Second Kingdom of the Empire of Brazil and how the case in Cajazeiras was inserted into this scenario; the way in which the narratives present in the Judiciary Power unveiled different signs of solidarity networks that were present before, during and after the conflict; and how newspapers created representations around the case that led to the production of a “public opinion” about the ways of doing politics and electoral practices in the second half of the XIX century. Thus, it was possible to understand that there were several interests (political, family, personal and economic) in collision routes when thinking about issues beyond the “facts” and the constructed representations served to qualify the “I” and disqualify the “other”, that is, who served or not to be in the Brazilian government.

Keywords: Electoral killing; Political Culture; Representations; Second Kingdom; sociability networks; Northern Paraíba.

LISTA DE ABREVIATURAS

N.ID – Não Identificado.
N/C – Não Consta.
BN – Biblioteca Nacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Província da Parahyba do Norte em 1868 e os limites geográficos de Cajazeiras com a Província do Ceará	19
Figura 2: Tronco genealógico de Cristóvão de Holanda Albuquerque e Paula Cavalcanti de Albuquerque (filhos e dois netos).....	37
Figura 3: Tronco genealógico de Luís Gomes de Albuquerque	38
Figura 4: Mapa que situa o beco do Pinheiro, a Feira e a casa distância da casa de Na de Albuquerque para o ponto de visão da Igreja, mencionado por Antônio Pinto	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parte da ramificação familiar dos Cartaxo.....	39
Quadro 2: Relação dos Bens Inventariados e Dívida Ativa	41
Quadro 3: Relação da Dívida Ativa	42
Quadro 4: Relação do Ouro	43
Quadro 5: Relação da Prata	43
Quadro 6: Relação do Metal	43
Quadro 7: Relação dos Móveis	44
Quadro 8: Relação dos Bens Semoventes	45
Quadro 9: Relação dos escravizados.....	45
Quadro 10: População Livre e Escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	50
Quadro 11: Instrução da População Livre e Escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	51
Quadro 12: Casas na freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872	55
Quadro 13: População em relação às profissões e sem profissão na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	56
Quadro 14: Perfil do 1º rol de testemunhas do <i>morticínio eleitoral</i>	112
Quadro 15: Perfil do 2º rol de testemunhas do <i>morticínio eleitoral</i>	134
Quadro 16: Perfil das testemunhas referidas.....	138
Quadro 17: Perfil do 3º rol de testemunhas do <i>morticínio eleitoral</i>	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem de Instrução da população livre na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	52
Gráfico 2: Porcentagem de Instrução dos homens livres na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	52
Gráfico 3: Porcentagem de Instrução das mulheres livres na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.....	53
Gráfico 4: Porcentagem de profissões liberais na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872	57
Gráfico 5: Sobrenomes das testemunhas presentes no processo-crime.....	109
Gráfico 6: Ocupações das testemunhas presentes no processo-crime.....	110
Gráfico 7: Residência das testemunhas presentes no processo-crime.....	111

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População total e escrava na Paraíba no século XIX	49
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: TECENDO UMA PROBLEMÁTICA.....	18
1. REDES FAMILIARES E AS ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO.....	35
1.1 TRAJETÓRIAS ENSAIADAS PELAS REDES FAMILIARES	36
1.1.1 A ramificação familiar dos Couto Cartaxo	36
1.1.2 A freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras em 1872	49
1.2 PANORAMA DE <i>PRÁTICAS SANGRENTAS</i> EM ELEIÇÕES DISTRITAIS NO IMPÉRIO DO BRASIL	58
2. “O MINOTAURO É INSACIÁVEL”? REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS POLÍTICAS EM ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO	70
2.1 “TRIBUTOS DE SANGUE” NA PROVÍNCIA DO CEARÁ: O CASO NA VILA DA TELHA E ICÓ E SUAS APROXIMAÇÕES COM O CENÁRIO CAJAZEIRENSE.....	71
2.1.1 A tensão em Vila da Telha	71
2.1.2 O conflito na Paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó	76
2.1.3 Conflitos eleitorais em cena: o caso de Telha, Icó e Cajazeiras	81
2.2 <i>EXAME DAS OCORRÊNCIAS ELEITORAIS</i> : O CASO EM CAJAZEIRAS	85
2.3 <i>HECATOMBES POLÍTICAS</i> : ASPECTOS DAS ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO	102
3. INDÍCIOS DE SOLIDARIEDADE EM TESTEMUNHOS NO PODER JUDICIÁRIO	107
3.1 PERFIL DAS TESTEMUNHAS DA <i>CARNIFICINA</i>	108
3.2 PRIMEIRO ROL DE TESTEMUNHAS: ENTRE A CONSAGUIDADE E O RECEIO DA RETALIAÇÃO	111
3.3 SEGUNDO ROL DE TESTEMUNHAS: ARTIMANHAS EQUIVOCADAS	133
3.4 TESTEMUNHAS REFERIDAS: O LADO “OCULAR” DOS FATOS	137
3.5 TERCEIRO ROL DE TESTEMUNHAS: UMA REVIRAVOLTA?	143
4. “OPINIÃO PÚBLICA” SOBRE O <i>BÁRBARO MORTICÍNIO</i>: EMBLEMAS DE SUA POPULARIZAÇÃO EM ALGUMAS PROVÍNCIAS.....	148
4.1 <i>NO MEIO DA EMBRIAGUEZ DO SANGUINOLENTO TRIUNFO</i> : AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE O CONFLITO EM CAJAZEIRAS.....	148
4.2 <i>ASSASSINATOS, VIOLÊNCIAS, OPRESSÃO E VEXAME</i> : DECLARAÇÕES SOBRE O <i>BÁRBARO MORTICÍNIO</i>	161
4.3 <i>EPITETOS INJURIOSOS E INFAMES</i> : AS <i>TORPEZAS IMAGINÁVEIS</i> EM TORNO DO MORTICÍNIO ELEITORAL	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO: TECENDO UMA PROBLEMÁTICA

A época eleitoral, prenhe quase sempre de agitações e perigos pela excitação da paixão partidária e choque dos interesses políticos em competência, não passou desta vez sem **graves desordens na paróquia de Cajazeiras**, onde no dia 18 de agosto designado para as eleições primária **deu-se mortífero conflito entre dois grupos rivais, produzindo a morte de seis indivíduos e ferimentos de outros**. O susto que se apoderou da população impediu a reunião da Assembleia paroquial para os atos das eleições.¹

Com essas palavras, o então presidente da Província da Paraíba Francisco Teixeira de Sá², descreveu o modo como vinham ocorrendo as eleições nas paróquias da Província da Paraíba do Norte e os efeitos das paixões partidárias. Para ele, o quadro dessas tensões poderia ser visualizado a partir do *mortífero conflito* que ocorreu em Cajazeiras, um ano antes da sessão em que proferiu a fala mencionada.

O recorte temporal da “desordem” em questão foi 18 de agosto de 1872, numa manhã em que o então município³ contava com a eleição para renovação do quadro de vereadores, em que teve como nome cotado ao pleito na Câmara o jovem João Antônio do Couto Cartaxo, ligado ao Partido Liberal.

A tensão que se instaurou no dia 18 foi sangrenta, deixando mortos, feridos e muita gente amedrontada no interior de suas casas, pois, além da troca de tiros, pontos comerciais que estavam abertos foram saqueados pelos atiradores. Uma vez que o momento eleitoral era decisivo para a continuidade ou não do poder local dos grupos políticos, muitas das eleições na segunda metade do século XIX eram marcadas por conflitos sangrentos como o que teve em Cajazeiras. Não muito distante, ocorrera na Província do Ceará eleições sangrentas em Icó⁴ e Vila da Telha⁵, na porção Centro-Sul da Província cearense (figura 1).

¹ “Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exm. Sr. presidente da Província, dr. Francisco Teixeira de Sá, em 6 de setembro de 1873. Paraíba, Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873”, p. 4. [Grifos nossos].

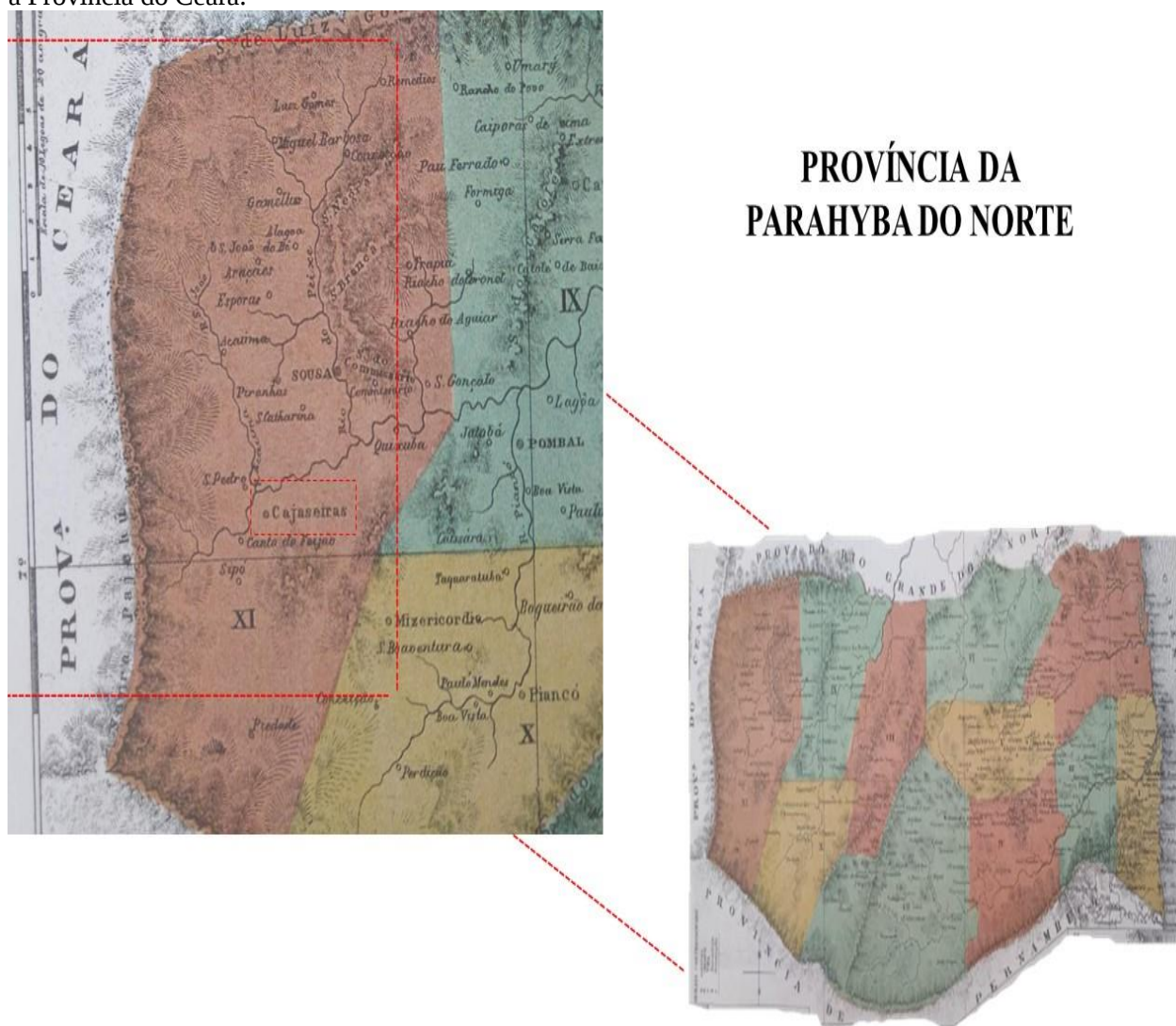
² Pernambucano nascido em 1835, foi presidente da Província da Paraíba do Norte de 1872 a 1873.

³ Município situado no extremo Oeste da Paraíba, na fronteira do Ceará, tendo sua economia ligada à produção de gado.

⁴ Diversos jornais que circularam na Província do Ceará durante 1870 e 1879, relatavam a incidência de frequentes tensões sangrentas iniciadas por membros da administração local e provincial em que buscavam manutenção da clientela e ocupação de cargos administrativos na Assembleia da Província, um exemplo disso encontra-se no jornal *Pedro II*, n. 165, 24 de Agosto de 1872, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵ Sobre as tensões políticas ocorridas em Vila da Telha durante a década de 1860, é importante salientar que um dos fatores que colaboraram para tais ocorrências foram os conflitos familiares entre os Montes, os Feitosas, como também à família Fernandes Vieira, para mais informações ver (FREITAS, 2011);

Figura 1: Mapa da Província da Paraíba do Norte em 1868 e os limites geográficos de Cajazeiras com a Província do Ceará.



Fonte: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do império do Brasil**. Instituto philomathico, 1868.

Esse conflito em Cajazeiras chamou a atenção pela permeabilidade que ele possuiu ao embrenhar-se, simultaneamente, em diversas áreas do cotidiano, desde as questões políticas até as sensibilidades evocadas pelas relações de parentesco quando o caso tomou o seu lugar na cena do Poder Judiciário.

Como o caso perpassou diferentes cenários, entre eles os jornais e Senado, além do já mencionado Poder Judiciário e o Senado Imperial, entende-se que as pessoas envolvidas nas criações de narrativas pós-fato foram muitas – não cabendo, neste momento, enumerá-las. Todavia, para pensar o fio simbólico dessas representações, é importante dizer que Joaquim Antônio do Couto Cartaxo, João Torquato de Figueiredo, João Pires Ferreira, Padre Leonardo

Meira, Senador Pompeu e Heráclito Graça foram alguns dos personagens que tiveram maior relação com a promoção de discursos acerca do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras.

Assim como o conflito do dia 18 interferiu no cotidiano das pessoas do recém-emancipado⁶ município de Cajazeiras, é importante mencionar que ele foi mais do que uma tensão local, pois envolveu agentes da administração provincial, um senador de outra província, editores de jornais e até mesmo o presidente da Província da Paraíba naquela época.

O envolvimento de indivíduos públicos expandiu os horizontes do fato a medida em que não se poderia mais alegar apenas que a tensão tinha ocorrido por conta das eleições locais. Ao desdobrar-se discursivamente por meio das representações que foram criadas, o fato descortinou redes de sociabilidades e solidariedades que caracterizavam as relações políticas e sociais naquele período, como será discutido a seguir.

Esta breve apresentação sobre a tensão política que ocorreu em Cajazeiras, auxilia na compreensão de que havia diferentes cenários, bem como múltiplas narrativas traçando a História Política do Brasil na segunda metade do século XIX, e que isso, por sua vez, estava conectado, agindo em consonância com interesses variados.

André Fertig (2010) discutiu o papel desempenhado pela Guarda Nacional na construção e sustentação de bases clientelistas no Rio Grande do Sul. Assim como o fato em tela, a historiografia brasileira⁷ das últimas duas décadas tem apresentado casos de tensões que ocorreram não apenas na capital do Império, mas atingindo também as regiões mais distantes que estavam sob o domínio de elites⁸ locais⁹.

Bruno Nojosa de Freitas (2011) apresentou uma discussão acerca das práticas eleitorais em Vila da Telha¹⁰, na década de 1860, que promoveram sangrento confronto que permitem

⁶ Cajazeiras foi elevado à categoria de município pela Lei Provincial nº 92, de 23 de novembro de 1863, desmembrando-o totalmente de Sousa.

⁷ Para aprofundamento dos casos de tensões, ver: Machado Filho (2003); Freitas (2011); Graham (1997).

⁸ Partindo do pressuposto que as famílias abastadas de Cajazeiras possuíam funções administrativas, como fora relatado nas fontes impressas e criminal, é possível caracterizá-las como elites políticas por possuírem *funções* na sociedade em que estavam inseridas; sobre essa definição de elites políticas a partir da percepção de grupos funcionais, ver: Bottomore (1974).

⁹ Sobre a definição de ‘elites locais’, partilha-se nesta pesquisa da noção apresentada por Flávio Heinz (2006) em que acreditou ser ‘elite’ aqueles dirigentes, ou seja, as pessoas com maior influência social e econômica em um dado recorte espaço-temporal, os indivíduos considerados afortunados ou ‘abastados’, que devido suas riquezas possuíam ‘privilégios’ perante a sociedade em que estavam inseridos, sem nenhuma outra forma de justificação – uma vez que o ‘poder’ dessa elite por si falava diante das demais classes sociais.

¹⁰ A então Vila da Telha (atualmente Iguatu) era localizada na região centro-sul da Província do Ceará, próxima a ribeira do Rio Jaguaribe. Na época, por ter uma geografia de terrenos planos, sem serras ou morros, um dos principais meios de produção econômica da Vila era o cultivo e comercialização do algodão, a criação de animais e plantações de cana. A Vila ficava a 54,1km da Comarca de Icó, 364,6km da capital Fortaleza e apenas 126,5km de Cajazeiras, na Província da Paraíba do Norte.

pensar não apenas as características políticas do local, mas como tais práticas também correspondiam à vida política no Império.

Mesmo distante da Cidade da Paraíba, como era chamada a Capital da Província, a sociedade cajazeirense não ficava à parte das ideias políticas e ações que movimentavam a turbulenta década de 1870. Assim como em diversas vilas e municípios, a localidade não tardou a ser cenário de disputas e conchaves da época, como é possível perceber pela experiência do pleito eleitoral do dia 18.

Angela Alonso (2002), em seu livro *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, defendeu a perspectiva de que a década de 1870 foi um dos períodos marcados por intensa contestação da ordem imperial em que grupos de liberais republicanos, positivistas abolicionistas, novos liberais, entre outros, sempre membros de uma elite letrada; partilhavam da marginalização política sob o domínio político dos saquaremas – que impossibilitava que esses indivíduos ascendessem nos cargos públicos. E, por isso, eles passaram a orquestrar novos repertórios “político-intelectuais” para promover uma crítica à conjuntura política daquele momento, principalmente ao *status quo* da Monarquia.

Apesar dessa obra possuir relevância para os estudos sobre a política no Segundo Reinado, em especial, a década de 1870 – ela permanece lacunar quando se trata de pensar que os grupos contestadores não eram apenas aqueles oriundos da elite letrada; além disso, esses grupos de oposição aos saquaremas foram apresentados pela autora como se estivessem bem definidos, o que acabou distanciando a obra de pensar que no interior de cada grupo poderia existir imbricações entre os membros que levariam esses indivíduos a mudarem a perspectiva de sua contestação.

O modo como Alonso (2002) apresentou as modalidades de contestação e crítica à ordem imperial, possuiu uma dinâmica de oposição ao regime de poder dos saquaremas que limitava as oportunidades políticas aos demais grupos. No tocante a isso, esta pesquisa não partilha de tal perspectiva uma vez que se acredita que as contestações iam mais além do que o sentido propriamente político e, se considerar os grupos oposicionistas que não orbitavam o Rio de Janeiro, é possível perceber que as críticas também poderiam ser uma forma de construir um caminho para fazer parte da estrutura de poder imperial.

As crises entre os grupos locais, por exemplo, eram tão significativas e expressivas quanto os chamados “movimentos intelectuais”, para explicar as contestações à ordem imperial. Já que foram as decisões orquestradas pelos agentes da Corte que implicaram alterações na

dinâmica das localidades mais distantes do litoral da Província da Paraíba, como foi o caso da tensão em Cajazeiras no ano de 1872.

Para que a discussão sobre isso ganhe uma perspectiva mais elaborada, é preciso visualizar o papel do Governo Representativo no Brasil – algo que se estendia pelas províncias do Império por meio da participação política dos deputados. Foi justamente esse prisma representativo que possibilitou a negociação e a mobilização política. Quando pensado essa noção de representação nas províncias, Dolhnikoff (2011, p. 28-29) afirmou que “[...] a defesa dos interesses dos eleitores se confundia com a defesa dos interesses provinciais que, assim, eram às vezes vistos como em oposição ao interesse nacional.”

Essa colisão de interesses, na maioria das vezes, tomava maior proporção durante as eleições para a renovação dos representantes municipais, como foi o caso em Cajazeiras, que intencionava eleger os vereadores. Neste sentido, desde os primeiros contatos com as fontes judiciais e impressas, entendeu-se que o cenário do *morticínio eleitoral* não se cristalizou no fato.

Pelo contrário, como consequência das diversas formas de atuação de seus personagens bem como a expansão de territorialidades alcançadas, a compreensão é que haviam sido acionadas, por meio das narrativas, diversas *redes de sociabilidades*, caracterizadas por Maria Fernanda Vieira Martins (2007, p. 432), como “[...] a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais [...]” e as fidelidades que influenciam os movimentos dos indivíduos atuantes na trama, conforme discutiu Jean-François Sirinelli (2003 [1988]).

Tais interações dialogam com a compreensão proposta por Miriam Dolhnikoff (2005, p. 14) em que “[...] as elites provinciais tiveram um papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza.” O recorte temporal desta pesquisa justifica-se por dois motivos: primeiro, porque o processo-crime transitou entre 1872 e 1877, e o debate sobre o tema nos jornais também foi difundido até o mencionado período; segundo, porque até o presente momento, existem poucas pesquisas historiográficas que priorizam os conflitos eleitorais sangrentos que ocorreram durante a década de 1870 no Brasil, e, se buscar em âmbito de Paraíba, esta pesquisa é a primeira.

Além disto, o recorte temporal e temático tornou-se relevante para a historiografia política do Segundo Reinado, uma vez que, a partir de uma tensão local foi possível identificar diferentes segmentos que correspondem ao sistema político daquele período, bem como as múltiplas narrativas e ações que constituíam os “jogos de cadeira” pré e pós-período eleitoral no Brasil Império, durante parte da década de 1870.

Partilha-se, deste modo, da ideia de Giovanni Levi (2014), ao mencionar que a história, enquanto ciência elabora problemas gerais, no entanto, encontra refúgio para seus questionamentos nas respostas locais e que esses podem, possivelmente, estar inter-relacionados.

Contudo, muitas das análises historiográficas sobre as tensões eleitorais nas últimas décadas dos oitocentos, ainda se concentravam no papel exercido pelas elites locais no momento das desavenças ou enfatizam a atuação dos partidos políticos. Esta pesquisa, por sua vez, tem por objetivo problematizar como as narrativas sobre o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras são constituídas pelas *redes de sociabilidade* explicativas sobre a política imperial na década de setenta.

Além da lacuna historiográfica, a experiência vivenciada no Projeto de Pesquisa *Inventariando memórias, partilhando experiências: cultura material e redes familiares na recém-emancipada cidade de Cajazeiras, PB (1876-1930)*¹¹, oportunizou o acesso ao Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, em Cajazeiras. E, por meio disso, foi localizado o processo-crime da tensão política que até então só existiam informações construídas pelas narrativas memorialísticas de gerações dos membros das famílias Cartaxo e Albuquerque, a partir da tradição oral.

O documento saltou aos olhos, primeiro por localizar-se em uma Caixa Amarela entre inventários *post-mortem*, segundo pelo seu volume – então, mesmo antes da leitura dele, era perceptível que não correspondia a um inventário. Compreendendo o teor da fonte, pôde-se perceber que se referia ao primeiro documento localizado sobre o *morticínio eleitoral*, tema que até o presente momento de finalização desta pesquisa se manteve inédito, não possuindo uma leitura historiográfica publicada.

Na condição de fonte inédita, vislumbra-se uma nova versão historiográfica sobre o ocorrido em Cajazeiras e a maneira como a produção de narrativas sobre o *morticínio eleitoral* estava conectada às práticas políticas no Brasil Imperial. Pois, apesar de ser uma fonte que possui padrões de linguagem muitas vezes técnicos e desempenhando uma função normativa, o processo-crime possibilitou visualizar os tipos de tensões que ocorriam em determinada sociedade, a condição social e a queixa dos sujeitos que levavam suas questões ao Poder Judiciário (algo difícil e de custo economicamente elevado na segunda metade do século XIX), além das amizades e das relações de compadrio que se estabeleciam em cada época, conforme

¹¹ Este projeto desenvolveu-se inicialmente no ano de 2016, sendo coordenado pela Prof^a. Dr^a. Viviane Gomes de Ceballos, e tinha como objetivo traçar as *redes familiares* de Cajazeiras, a partir dos inventários *post-mortem* entre os anos de 1876 e 1930.

ressaltou Keila Grinberg (2011), em seu texto intitulado *Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários*.

Partindo deste pressuposto, esta pesquisa está inserida no campo da História Cultural, por acreditar que as representações produzidas por meio das narrativas que foram disseminadas no processo-crime e jornais, constituíram-se como parte de uma cultura política eleitoral construída e partilhada na segunda metade dos oitocentos, principalmente, durante as décadas de 1860 e 1870.

A *cultura política* partilhada expressa, portanto, simbolismos que conferem sentido às ações, às palavras e aos atores sociais dentro de um determinado recorte espaço-temporal (PESAVENTO, 2003). Esta noção é receptiva a abordagem política conferida ao objeto de estudo – as narrativas acerca do *morticínio eleitoral* – por entender que a forma como os signos eram construídos nas narrativas do caso de Cajazeiras afetava o sentido, ou seja, a materialidade das ações e, por conseguinte, das palavras, influenciava a significância representacional acerca da política imperial no século XIX.

A hipótese inicial é de que as narrativas provenientes do *morticínio eleitoral* sinalizam para a perspectiva de que a prova e a retórica não mais existem como algo que se opõe, não há uma verdade e uma ficção. Existem construções narrativas que se deslocam no cenário estendido durante a década de 1870 e organizam-se entre si, sem deixar de lado a amplitude que a crise do Império instaurava na referida década.

Antes de aprofundar nas teias do conflito em Cajazeiras, faz-se necessário historicizar alguns dos possíveis elementos presentes no cenário que motivaram às famílias da elite local a ocuparem os espaços político-administrativos.

Embora no Segundo Reinado tenha existido uma frequente alternância de poder entre os partidos Liberal e Conservador, devido a “interferência do Poder Moderador”, como explicitou José Murilo de Carvalho (2011 [1996]), não foi possível considerar esse o único fator que contribuiu para a promoção dessas tensões. Pois, os grupos políticos não possuíam ideologias consolidadas, mas, organizavam suas ações de acordo com as perspectivas de favorecimento na esfera pública; nesse sentido, os interesses dos diferentes representantes, não sendo uma bandeira partidária, muitas vezes poderiam possuir pontos de aproximação (GRAHAM, 1997).

Esse cenário político da década de 1870, também foi caracterizado pelas múltiplas representações na imprensa. Alguns jornais teciam suas colunas com discursos e informações desde o tom mais crítico até “neutralidade” ou ambiguidade. De acordo com Marialva Barbosa:

No jogo de poder real e simbólico da imprensa, os acordos e acomodações de opinião são comuns. Ao mesmo tempo em que mostra a conspiração dos jornais contra o imposto dos transportes, [...] reproduz, no momento seguinte, o movimento de união desses mesmos jornais em torno das ideias dos grupos dominantes (BARBOSA, 2010, p. 104).

Ana Carla Sabino Fernandes (2004), ao trabalhar com as contendas e paixões partidárias no jornalismo cearense do Segundo Reinado, discutiu que muitas vezes jornais liberais como o *Cearense*, apresentava em seus editoriais ideias vindas de jornais conservadores, como o *Pedro II*, e ainda justificava que o outro grupo não saberia lidar com as chamadas “boas ideias”.

Outro tipo de motivação que levava os editores de jornais a partilharem de ideias opostas ao de seus partidos era devido à crise econômica que muitas vezes batia à porta das Tipografias e, na busca pela manutenção, não restava muitas alternativas a não ser buscar imprimir suas colunas em outros jornais ou divulgar ideias de outros partidos para manter sua periodicidade.

Por meio de tais práticas é que os jornais começaram a fazer parte como peça fundamental da cena política, sendo, ao mesmo tempo, palco e agente na grande trama da política imperial. Pois, as representações que eram promovidas, a exemplo, nas páginas dos editoriais, eram carregadas de opiniões que não exprimiam apenas diversidade no pensar, mas, principalmente, significados que almejavam construir uma “opinião pública” acerca do cenário político no Brasil, a partir da ocorrência em Cajazeiras – as “[...] formulações mudavam dependendo do local e época em que eram pronunciadas.” (SILVA, 2010, p. 16, *apud* MOREL, 2008, p. 308). Essa riqueza de detalhes do cenário político proporcionada pelas páginas dos jornais é que faculta sua relevância enquanto fonte desta pesquisa.

O *morticínio eleitoral* ocorrido em Cajazeiras, ambientou-se durante o desenvolvimento dessas tensões e diversidades de “opinião pública” devido à perda do controle sobre a política no território, pela modificação de seus comportamentos perante a sociedade; em um momento em que o declínio do controle da Corte sobre as províncias estava acontecendo rápido e as famílias da elite política buscavam, a todo custo, manter-se no poder.

Conflitos menores, como o que ocorreu em Cajazeiras, não tratavam apenas de violência física ou homicídios, eram reflexos a nível microscópico dos bastidores que constituíam os jogos políticos, econômicos e sociais no Brasil do Segundo Reinado. Para José Murilo de Carvalho (1998, p. 107), “[...] a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal e hierárquica.”

A partir dessa fala de José Murilo, esta pesquisa encontra um ponto de inflexão com a noção dele sobre a manutenção dos valores mencionados na citação acima. É preciso lembrar que esse historiador construiu suas pesquisas direcionadas aos aspectos políticos da Corte, em especial, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os valores, os movimentos, as práticas e tensões políticas a que ele se refere possuíram uma localização muito bem definida pela Monarquia, haja vista que o Rio era o berço da representação do Império. Sendo assim, não é possível homogeneizar as noções evocadas por José Murilo ou mesmo tomá-las como um padrão para todas as províncias do Império.

Por isso, analisar as representações pós *morticínio eleitoral* em Cajazeiras é tão importante. Elas apresentam novos segmentos relacionados às eleições no Segundo Reinado que não estavam à sombra da Corte; pelo contrário, mostram que havia pontos de intersecção entre o que acontecia no interior das províncias com as decisões tomadas pelos agentes da Corte.

Lembrando que a noção de “Governo Representativo” não era para todos, é significativo pensar nos conflitos de hierarquia e domínio do poder político, ocorridos em 1872, apresentavam-se por meio de diversas ações, entre elas, confronto armado e insultos verbais, no cotidiano social das capitais de província e nas regiões mais distantes dos olhares da Corte. Tais práticas não eram presentes apenas no momento das tensões, pelo contrário, na maioria das vezes as narrativas ecoavam em outros espaços: nas Assembleias Legislativas, nos folhetins e nas páginas de jornais que circulavam pelas diferentes regiões do Império do Brasil.

A Imprensa e o Poder Judiciário, por sua vez, eram mobilizados dos bastidores ao centro da “arena política”, sendo instrumentos da elite local e dos agentes da Corte, como foi o caso da trama cajazeirense. O engajamento desses grupos com os espaços institucionalizados pode ser compreendido por uma série de balizamentos que constituíam a *cultura histórica* dos jogos políticos entre o Sertão, a Capital e a Corte.

As *práticas e representações* construídas pelos atores do cenário político que se desenvolveu por meio das narrativas do *morticínio eleitoral* de Cajazeiras, são entendidas neste momento como “[...] um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época.” (FARIAS, 2010, p. 165, *apud* LE GOFF, 1992, p. 48).

Valores e procedimentos não eram acionados e utilizados de forma desinteressada. As famílias da elite cajazeirense tinham o interesse em dominar a economia e ascender nos altos cargos da Província. Nesse sentido, a estrutura política era fundamental para sua manutenção e controle das instituições. Linda Lewin (1993, p. 9) auxilia na leitura das fontes desta pesquisa ao ressaltar que, as articulações que essas famílias desenvolviam eram em função de uma

política que lhes assegurasse “o controle dos cargos municipais, [...] juízes de paz e chefes políticos a nível local”.

Dialogando com esta perspectiva, o livro *História da Paraíba* de Horácio de Almeida (1978) ajudou na compreensão, ao afirmar que na Paraíba do Norte a *clientela* do interior¹² era uma significativa base de sustentação de poder para os chefes locais, uma vez os presidentes da Província precisavam do apoio político local para eleger seus deputados.

A clientela constituía-se como uma ferramenta política em um jogo de trocas, que um indivíduo que não possuía consanguinidade recebia proteção de políticos ou fazendeiros em troca de apoio político (LEWIN, 1993; SEGAL, 2017). Por isso, buscava-se forçosamente controlar as eleições por entender que as alianças locais, baseadas nas relações clientelistas, estariam sendo fragilizadas paulatinamente pelas ações do governo monárquico e das transformações econômicas e sociais externas ao Brasil.

No entanto, alguns autores da historiografia “clássica” paraibana ligada ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), tais como Irineu Ferreira Pinto (1977 [1909]) com sua obra, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, não possuiu a preocupação de discutir no momento de sua produção como se dava a comunicação entre governo provincial e local, por exemplo.

Os acontecimentos que marcavam datas, as notas que demonstravam quantitativos tinham maior relevância para autores como Irineu Pinto. Sendo perceptível que existia uma *cultura histórica* atrelada a essas produções, nem todas as ocorrências históricas que eram noticiadas pelos jornais, seriam, necessariamente, discutidas entre os historiadores do IHGP; era preciso está documentado e que tal fonte possuísse uma assinatura que lhes assegurasse certo patamar da veracidade dos fatos.

Observou-se, com isso, resquícios de um enraizamento das noções positivistas do século XIX associadas à produção histórica da Paraíba do Norte. Para tanto, não é o foco desta Pesquisa desqualificar as produções anteriores, pois, apesar delas apresentarem algumas lacunas no debate historiográfico, é compreensível que a produção foi datada em uma época e, por ter estado inserida em um contexto, seu conteúdo correspondeu às necessidades e interesses daquele momento.

¹² Embora o referido autor trate as regiões que se distanciavam do litoral como “interior”, esta pesquisa trabalha com a noção de Sertão por acreditar que melhor encaixa-se na abordagem da temática.

Rosilda Cartaxo¹³ (1975), em *Estradas das Boiadas: Roteiro para São João do Rio do Peixe*, teceu sua narrativa sobre as vias de comunicação no Sertão, reunindo aspectos importantes sobre São João do Rio do Peixe e região. No entanto, diferente de seus pares da época, ela fundamentou a importância histórico-sociológica daquelas vias quando ressaltou que tais caminhos influenciaram, inclusive, na configuração do tecido urbano de cidades como Cajazeiras. Sem ter a mesma preocupação dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), ela se dispôs a analisar crônicas, prosas e até relatos orais para compor sua história sobre o Sertão.

Entendendo que as necessidades historiográficas do presente momento são outras, esta pesquisa acredita que “[...] a escala micro pelo que pode revelar e pelo que pode questionar das interpretações oriundas da escala macro-histórica...” pode ser chave para interpretações sobre a história política do Brasil na segunda metade dos oitocentos, tendo como pano de fundo as tensões eleitorais ocorridas no interior das províncias (VENDRAME; KARSBURG, 2020, p. 13).

Neste ínterim, o conceito de *representação*, abordado por Roger Chartier (1991; 2002), funciona como uma das “molas-propulsoras” da pesquisa à medida em que auxiliou nas análises das narrativas construídas a partir do *morticínio eleitoral*, como sendo carregadas de significâncias dentro de uma “estrutura performativa”, ou seja, que tem suas ações baseadas de acordo com as circunstâncias do *lugar social*¹⁴ em que os personagens da trama estavam inseridos.

A noção de *campo do poder* é coerente para as bases teóricas desta pesquisa. Segundo Catani (2017), a escala de análise nesse *campo* não é o indivíduo por si, mas a posição que lhe confere suas propriedades, sua legitimidade. Ou seja, o simples fato de Antônio Joaquim do

¹³ Rosilda Cartaxo nascida em 1921, era natural de Cajazeiras. Em sua trajetória, não obteve diploma de historiadora, mas, ao refletir sobre a história dos Sertões da então Paraíba do Norte é impossível não visitar os estudos desta autora e encantar-se com o brilhantismo de seu tempo expresso em suas narrativas histórico-sociológicas acerca das primeiras vias de comunicação que cruzaram o Sertão da Paraíba. Antes mesmo de ocupar uma cadeira no IHGP, no ano de 1975, a mulher que tinha o diploma de professora pela Escola Normal de Padre Rolim, já havia tido a preocupação em apresentar os recantos do Rio do Peixe e os aspectos mais representativos de seu amado Sertão, sendo, dessa maneira, a primeira escritora acerca do recorte espaço-temporal em 1975. Sua dedicação e obra merecem ser lembradas nesta pesquisa não como uma narrativa cristalizada, mas como um dos recursos memorialísticos mais significativos para os historiadores deste tempo, visto que mesmo na ausência das mais variadas técnicas de escrita, autoras como Rosilda conseguiram construir representações que servem aos historiadores do tempo presente como fontes fundamentais para a construção de novos debates acerca dos Sertões no oitocentos.

¹⁴ Partilha-se aqui da noção de *lugar social* abordada por Michel de Certeau (1982) em seu texto *A Operação Historiográfica*, pois acredita-se que qualquer homem situado em determinado espaço e tempo terá suas atividades orquestradas pela estrutura social e cultural em que está inserido. Suas estratégias ou táticas, sejam para manutenção ou obtenção do poder, realizam-se por meio do condicionamento de seu lugar de inserção.

Couto Cartaxo ter sido juiz e ter coordenação consciente das ações individuais não lhe conferia poder na arena do *morticínio eleitoral*, pelo contrário, ele necessitava do papel da socialização para reproduzir a orquestração de sua dominação, nesse caso, por intermédio das narrativas.

Patrick Charaudeau (2016), em seu livro *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, discute que a manipulação da opinião possui diversos sentidos. Assim, no jogo de regulação social o discurso do indivíduo – percebido aqui como manipulador – intencionava incitar o agir de seu interlocutor. Isso faz pensar que as narrativas presentes nas colunas de “publicações solicitadas”, bem como as cartas, editoriais e narrativas do processo jurídico estavam carregadas de intenções que se escondiam por trás de discursos manipulativos que não revelavam, diretamente, seus projetos ou intenções.

No entanto, no *campo do poder* existe aquele que tem mais legitimidade que o outro – isso proporciona ao manipulador que tem a intenção de impressionar o sujeito manipulado, fazer uso dessa legitimidade, ou imagem, a fim de paralisar a construção de opiniões do outro. A organização disso pode ser concebida pelo uso de uma narrativa que acione argumentos de ordem moral ou afetiva – evocando medos e paixões.

É neste sentido que as narrativas presentes nas colunas dos jornais formulavam ideias, exprimiam sentimentalismos aflitivos, contrapunham perspectivas de ordem política a partir do fato ocorrido em Cajazeiras, no dia 18 de agosto de 1872. As narrativas tinham a função de desestabilizar as boas representações acerca das ações dos agentes da Corte e produzir, na mesma medida, novas opiniões no público que não mais justificasse os feitos, por exemplo, da Guarda Nacional, mas que mobilizasse, na maioria das vezes, contraposições à política imperial.

A ideia de “opinião pública”, tornou-se latente nesta discussão porque fez parte do conjunto almejado na disseminação das narrativas em torno do *morticínio eleitoral*. A esfera pública¹⁵ era acionada sempre que havia uma construção narrativa sobre o fato sendo divulgada nas páginas dos jornais. Assim, os jornais constituíam-se como espaços de sociabilidades políticas e literárias, muitas vezes mediadores entre o Estado e a sociedade civil (BASILE, 2004).

¹⁵ Definida por Jürgen Habermas (1984, p. 42) como a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, que tinham como propósito de discutir a autoridade pública, bem como “as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”, ou seja, os acontecimentos do cotidiano que afetavam direto ou indiretamente a vida em sociedade, principalmente em âmbito político e econômico.

Outro exemplo é o universo de perspectivas apresentadas pelos editores do jornal *A Reforma* (1872), utilizando-se de adjetivos, tais como *facção governista*, *baionetas*, *apoderar-se das Matrizes e fabricava atas falsas*, tratava de “[...] exercer um efeito propriamente simbólico”, como configurou Pierre Bourdieu (2010, p. 146) – entende-se como simbólico porque nem sempre esses grupos eram autorizados (leia-se também, institucionalizados) ou quando eram – poderiam sofrer algum tipo de perseguição¹⁶, à depender da índole de seus opositores, como foi o caso dos diversos jornais e folhetins que circularam no Império; No entanto, ainda assim interviam nos processos e episódios ao quebrarem a lógica do “reflexo” e apresentarem contraversões “não-oficiais” dos acontecimentos (MOREL; BARROS, 2003, p. 9, *apud* DARNTON; ROCHE, 1996).

É imprescindível destacar que, tanto as narrativas presentes nos jornais, quanto as Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, não eram fixas em termos territoriais. Essas, por sua vez, possuíam territorialidades por alcançar diversos públicos e cenários no Império do Brasil por intermédios das redes de sociabilidades constituídas pelo referido – seu *ethos*¹⁷ estava sempre em movimento e em construção.

Partilha-se da compreensão de Georges Balandier (1982), discutida em *O Poder em Cena*, em que ele entende que o poder do político é inferido por intermédio do imaginário em cenas traçadas pelas “relações sociais que dão sentido o sentido da ação, a par das estruturas oficiais, as aparências superficiais, controladas diretamente pelo poder.” Neste sentido, o poder nada mais é do que um jogo dramático que acontecer continuamente e perpassa as diferentes civilizações. A partir desta lógica, cada sociedade possui sua dinâmica própria e as ações dos sujeitos que nela estão inseridos portam sentidos específicos que colaboram para explicações universais.

O conceito de *cultura política* é norteador desta discussão, na medida em que os procedimentos utilizados pelos personagens que compõem a elite política de Cajazeiras são postos em cena, no decorrer da década de 1870, para tencionar ou apaziguar os ânimos políticos da época.

Por *cultura política*, partilhou-se do conceito de Serge Bernstein (2003, p. 9), que entendeu como um “[...] sistema de representações portadoras de normas e valores que

¹⁶ Em fevereiro de 1873, jornais que atuavam em oposição ao regime monárquico, como a exemplo *A República*, eram perseguidos e no caso em questão, depredado, “[...] havendo suspeitas de participação governamental.” (PATROCÍNIO FILHO, 2014, p. 20).

¹⁷ A partir da definição de Charaudeau (2016) entende-se que o *ethos* é uma alquimia entre o que está no interior do sujeito, seu comportamento, a linguagem que propaga e o olhar que os outros que estão sob dependência das circunstâncias em que percebem o orador.

constituíam a identidade de grandes famílias políticas”. Essa definição foi reforçada por Maria Fernanda Martins (2007, p. 432), entendendo que *cultura política* é também um “[...] conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa”. Com isso, Serge Bernstein (1998, p. 357) salientou que a *cultura política* “[...] é um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento...”.

Colaborando com a operacionalização deste conceito, tem-se a noção de *redes de sociabilidade*; “redes”, definida por Jean-François Sirinelli (2003 [1988], p. 249) como os laços que se formam de acordo com as afinidades políticas e culturais dos grupos. Já as “sociabilidades”, definida por Sirinelli “[...] pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem [...] as posições tomadas, os debates e as interferências”.

O leque de interesses políticos entre o local-local, local-central e local-central-provincial foi um fio que chamou a atenção nesta pesquisa, tendo em vista que existiu uma série de movimentos definidores das ações desses grupos envolvidos na cena política, como, a exemplo, a participação de autoridades locais, provinciais e da Corte na promoção de práticas políticas pós *morticínio eleitoral*, formando, portanto, *redes de sociabilidade* que produziam discursos que, por sua vez, integravam-se entre “realidades” e “possibilidades” (GINZBURG, 2007).

O estudo das narrativas difundidas a partir do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, foi fio condutor para compreender as peculiaridades políticas da elite cajazeirense na segunda metade do século XIX, bem como a maneira como os poderes, local, provincial e central teciam seus diálogos político-administrativos e se inter-relacionavam – configurando, assim, uma cultura política em 1870.

O caminho metodológico abordado nesta pesquisa alçou seus segmentos nos movimentos dos jogos de escalas, propostos pelos historiadores da Micro-história Jacques Revel (1998) e Giovanni Levi (1992). Mas, o que são as escalas? Como elas podem ajudar a compreender a *cultura política* produzida a partir do *morticínio eleitoral*?

Uma síntese interpretativa do movimento de escalas caracteriza-o como sendo a maneira como o individual – leia-se também “local” –, os mínimos “retalhos” de experiência, são capazes de acessar as lógicas sociais mais amplas e vice-versa, ou seja, como um fato ocorrido em âmbito local pode ser interpretado como um “feixe de luz” sobre o contexto político de um Império em decadência e, ao mesmo tempo, essas movimentações promoviam interferências

em âmbito local, entendido neste contexto como sendo os sertões mais distantes geograficamente da Corte.

Destarte, esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulou-se **“Redes familiares e as eleições no Segundo Reinado”**. Nele, foi apresentado no primeiro momento, o tronco genealógico dos Couto Cartaxo e foi problematizado como essa ramificação familiar teve relevância para a formação social, econômica e política da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras. No segundo momento, problematizou-se algumas das mudanças administrativas na segunda metade do oitocentos e como isso serviu de palco para a propagação de práticas sangrentas nas eleições distritais.

O segundo capítulo intitulou-se **“O Minotauro é insaciável? Representações das práticas políticas em eleições no Segundo Reinado”**. Dividido em três momentos, o capítulo conta com uma discussão que problematizou as tensões políticas na Província do Ceará – em vila da Telha e Icó – e esmiuça de que modo esses conflitos formaram um “tributo de sangue” eleitoral, compreendendo, por meio disso, as possíveis aproximações e distanciamentos entre os dois casos com o conflito que se deu em Cajazeiras, no dia 18 de agosto de 1872.

Ainda neste capítulo, discutiu-se o modo como o conflito em Cajazeiras foi representado no Senado Imperial, pela figura de senador Pompeu, quando utilizou a tensão no sertão da Província da Paraíba como sendo exemplificadora do modo como as tensões vinham acontecendo no império do Brasil. E, por fim, foi problematizado como que as eleições que se deram no Segundo Reinado foram caracterizadas como “hecatombes políticas”.

O terceiro capítulo intitulou-se **“Indícios de solidariedade em testemunhos no Poder Judiciário”**. Neste momento da pesquisa, discutido quais os indícios de solidariedade estiveram presentes desde a organização do conflito até o momento em que o *morticínio eleitoral* foi apresentado diante do juiz no Poder Judiciário. Ou seja, quem ajudou, como foram empreendidas as solidariedades com João Pires e João Torquato, que tipo de auxílio forneceram e de que modo as narrativas das testemunhas também estavam carregadas de sentimentalismos para com os dois grupos envolvidos na trama; E, como tudo isso descortinou redes de sociabilidades existentes entre pessoas do Poder Judiciário, presidentes de Províncias, Oficiais e Tenentes a Guarda Nacional, elite local, entre outros personagens que, de alguma forma, tiveram sua participação no conflito e em seus respectivos desdobramentos.

O quarto e último capítulo intitulou-se **“‘Opinião Pública’ sobre o bárbaro morticínio: emblemas de sua popularização em algumas províncias”**. Neste momento, problematizou-se as narrativas presentes nos jornais que, de diferentes formas, criaram representações políticas

a partir do pano de fundo do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Assim, foi analisado colunas de editoriais e cartas enviadas aos jornais – *Cearense* (CE), *A Nação* (RJ), *Diário de Pernambuco* (PE) entre outros – nas províncias do Ceará, Pernambuco e na Corte buscando compreender o que existia na discussão que descortinou as práticas políticas que estavam para além do “fato” ocorrido na manhã de domingo do dia 18 de agosto de 1872.

CAPÍTULO I



REDES FAMILIARES E AS ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO

1. REDES FAMILIARES E AS ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO

Apesar dos ventos de mudanças acentuados pelas ideias dos diferentes grupos políticos entre as décadas de 1860 e 1870, o Segundo Reinado pode ser pensado como um momento em que as facções locais, por meio da violência, conseguiram agitar o cenário político expelindo os excessos partidários a quem representavam suas ações. As famílias abastadas que carregavam a *representação* de elite local, não poupavam esforços fosse manter a clientela fiel aos seus desígnios ou, até mesmo, apelando às instâncias superiores (leia-se institucionais) na busca pela manutenção do controle de sua região.

No caso da Província da Paraíba, Lewin (1993) chamou a atenção para outra percepção acerca da noção de “facções”. Para ela, as “facções” tratava-se de vários grupos de base familiar. Apesar de se diferenciar da noção de Graham (1997), a autora fez alusão a outro termo: “grupos de base familiar”, que era considerado a mobilização política com fundamento no parentesco. Ou seja, a partir desta outra concepção de “facções”, ela afirmou que as relações de fidelidade e parentesco – que mobilizavam a política no Segundo Reinado – não se davam apenas pelos parentes consanguíneos, mas, também, pelos diferentes grupos que partilhavam de uma determinada causa política – e é justamente neste aspecto que as noções de Lewin (1993) e Graham (1997) – mesmo tendo sido elaboradas em momentos diferentes – dialogam na medida em que ajudaram a delinear alguns fragmentos do núcleo político daquela época, fosse em âmbito de Brasil ou Província da Paraíba do Norte.

Richard Graham (1997, p. 191, grifo nosso) afirmou que “as facções locais, pela violência, conseguiam o apoio do Gabinete para seus excessos e perpetuavam deste modo sua autoridade [...] **com isso**, encontrava mais tarde sua justificação legal.” A afirmação de Graham (1997) auxilia no pensamento de que diferentes forças eram acionadas pela elite local nesse processo de conseguir apoio e, por conseguinte, obtenção da justificação das práticas de violência.

Entre essas forças estava o poder exercido pelas *redes familiares*¹⁸, aqui compreendidas como grupos de potentados locais que buscavam perpetuação de uma geração para outra por

¹⁸ Partilha-se aqui da concepção de *redes familiares* proposta por Maria Fernanda Martins (2007) em que acreditava que as famílias se encontravam em redes no século XIX, uma vez que coexistiam em uma estrutura de integração para que por meio disso fosse possível garantir sua sobrevivência diante das mudanças que surgiam em meados dos oitocentos. Essa integração era, também, uma forma de confabular alianças por meio do casamento, salvaguardando os interesses em comum.

meio do casamento. Para além da continuidade do sobrenome, existia também o interesse na manutenção do poder, das posses econômicas e da ampliação da clientela (MARTINS, 2007).

Este capítulo está dividido em dois tópicos e esmiuça os aspectos que fundamentaram a trajetória da ramificação familiar dos Couto Cartaxo. Ou seja, como surgiram, quais os aparatos econômicos possuíam, quais as estratégias empreendidas pelos indivíduos que compunham essa rede familiar para que se mantivessem no comando local.

Discute-se, também, o cenário econômico e social em que a então freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras estava inserida, na década de 1872¹⁹. Para isto, foi aprofundado a discussão acerca do principal meio de produção econômica da localidade, do quantitativo da população livre e escravizada, o grau de instrução dos indivíduos que compunham aquele cenário social, bem como seu lugar no desenvolvimento do município.

1.1 TRAJETÓRIAS ENSAIADAS PELAS REDES FAMILIARES

1.1.1 A ramificação familiar dos Couto Cartaxo

Situada no extremo Oeste da Província da Paraíba do Norte, a região do Rio do Peixe recebia muitos viajantes e posseiros que vinham das províncias vizinhas como, por exemplo, Pernambuco e Ceará. Por ser uma área limítrofe, havia um fluxo de indivíduos, e isso proporcionou a habitação de regiões mais afastadas das capitais de província, como foi o caso de Cajazeiras, no sertão da Paraíba.

Ao requerer e receber uma porção de terra na região²⁰ que era passível de criação de gado e cultivo da lavoura, o pernambucano Luís Gomes de Albuquerque filho de Cristóvão de Holanda Albuquerque e Paula Cavalcanti de Albuquerque (ver figura 2), instalou-se na localidade e, apesar de sua consanguinidade com “[...] Jerônimo de Albuquerque, tão ligado às lutas pela submissão dos índios rebeldes no Pernambuco...”, não esquivou-se de contrair matrimônio com Luiza Maria do Espírito Santo²¹ (ADERALDO, 1960, p. 4).

É importante considerar que Luís Gomes não foi o único, entre os filhos de Cristóvão e Paula Cavalcanti, que ajudou a construir o tronco genealógico familiar dos Albuquerque em Cajazeiras. Conforme percebe-se a partir da figura 2 e 3, uma de suas irmãs também colaborou

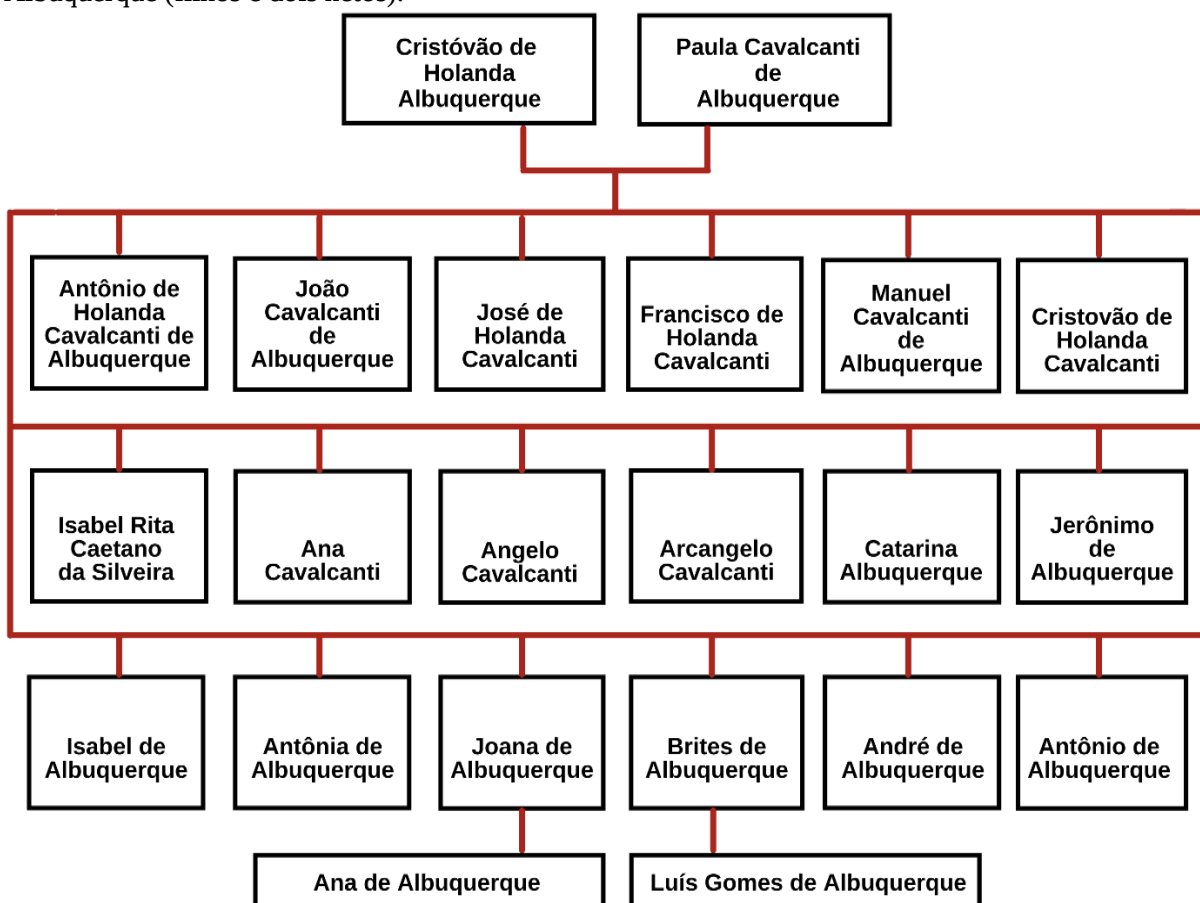
¹⁹ É importante lembrar que, em 1872, a Comarca de Cajazeiras possuía duas freguesias: a de Nossa Senhora da Piedade e a de São José de Piranhas.

²⁰ Segundo Aderaldo (1960), Luís Gomes de Albuquerque recebeu do governador Gerônimo José de Melo, a sesmaria de nº 634, de 7 de fevereiro de 1767.

²¹ Era uma índia da Tribo dos Icós Pequenos. Segundo Joffily (1977), a aldeia dos Icós Pequenos situava-se na região da então Comarca de Sousa, distante 39.13km de Cajazeiras.

para a ramificação familiar. Por isto, entender como se deu o enraizamento desses irmãos no então município de Cajazeiras foi fundamental para perceber como se constituíram as *redes familiares* na localidade, quais foram as bases econômicas que as sustentaram ao longo do tempo e seus mecanismos de sobrevivência.

Figura 2: Tronco genealógico de Cristóvão de Holanda Albuquerque e Paula Cavalcanti de Albuquerque (filhos e dois netos).



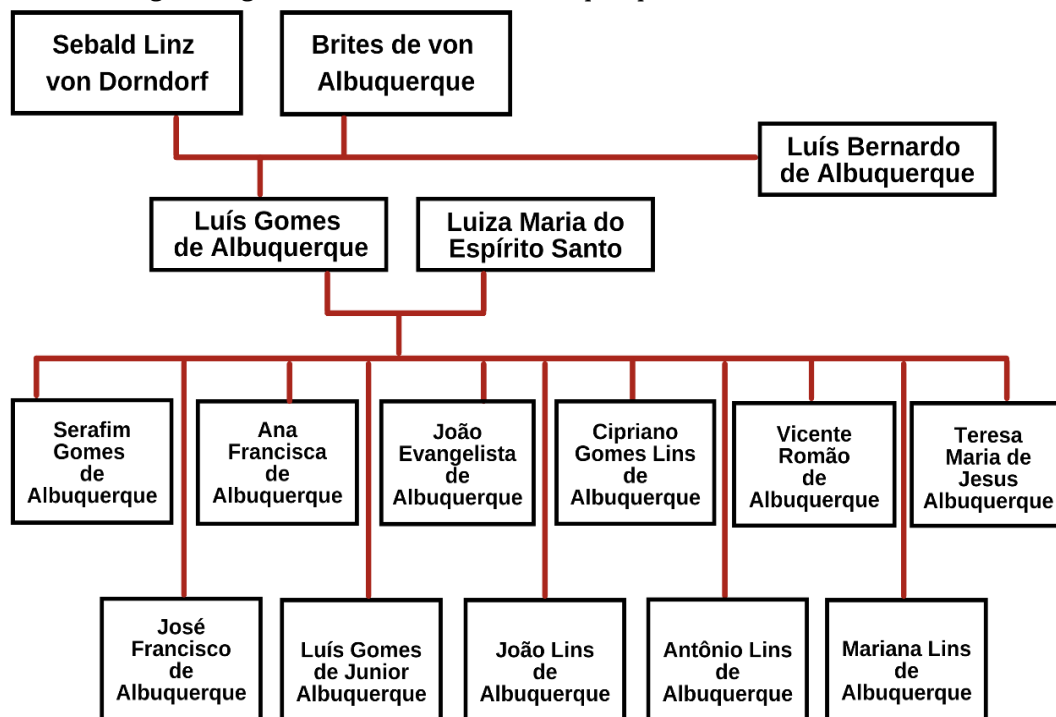
Fonte: Elaborada pela autora a partir das informações contidas na Biblioteca genealógica Geneanet.

A figura 2 explica a irmandade da *estirpe d'Albuquerque*, mas, apresenta também que sua irmã Joana de Albuquerque – a quem não se sabe com quem contraiu matrimônio – teve uma filha chamada Ana de Albuquerque, que seria uma das personagens principais no tronco genealógico dos Couto Cartaxo, família forte na tradição rural de Cajazeiras, como será visualizado mais à frente.

Para o momento, é cabível compreender que o filho mais velho do segundo casamento de Brites de Albuquerque, Luís Gomes de Albuquerque, foi uma figura que contribuiu diretamente com o povoamento e desenvolvimento do Sertão do Rio do Peixe. Morando na

Serra Vermelha, de seu casamento com Luíza Maria do Espírito Santo nasceram onze filhos²² (figura 3), entre os quais estava Ana Francisca de Albuquerque (Mãe Aninha)²³.

Figura 3: Tronco genealógico de Luís Gomes de Albuquerque.



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas na Biblioteca genealógica Geneanet.

O tronco genealógico do pernambucano Luís Gomes de Albuquerque e Luíza Maria do Espírito Santo (Figura 3), foi fortalecido por meio da união de sua filha Ana Francisca de Albuquerque (Mãe Aninha) com o Sr. Vital de Sousa Rolim (ADERALDO, 1961).

De acordo com Souza:

A primeira casa de Cajazeiras (fazenda) foi construída no início do século XIX, no local onde é o atual “Cajazeiras Tênis Clube”. Pode-se dizer: ali nasceu Cajazeiras. A pedra fundamental de sua edificação fora a casa grande da fazenda, residência de Vital de Souza Rolim e Ana Francisca de Albuquerque, casal do qual se originou a grande família cajazeirense: Gomes Lins de Albuquerque – Souza Rolim Coelho Cartaxo – Bezerra de Melo (SOUZA, 1981, p. 15).

A linhagem familiar com o sobrenome Cartaxo começou com a chegada do português Joaquim Antônio, um andarilho saudosista que atribuiu como sobrenome o nome de sua terra

²² O livro memorialístico de Aderaldo (1960) menciona que eram doze filhos, porém, de acordo com o levantamento genealógico feito, até o momento só foi possível identificar onze filhos. Além disso, ainda não foi possível localizar uma Joana como sendo irmã de Luís Gomes de Albuquerque, mas sim, uma tia.

²³ Ela possuía esse apelido em decorrência de sua prática de parteira.

natal – a vila de Cartaxo em Portugal (ROLIM, 2019). Chegando a Cajazeiras, ainda no Primeiro Reinado, casou-se inicialmente com Ana de Albuquerque e, posteriormente, contraiu matrimônio com Ana Josefa de Jesus (Quadro 1).

Quadro 1: Parte da ramificação familiar dos Cartaxo.

1º Casamento	2º Casamento
Ana de Albuquerque ²⁴	Ana Josefa de Jesus ²⁵
Descendentes	
José Antônio do Couto Cartaxo	Antônio Joaquim do Couto Cartaxo
Maria Alexandrina	Joaquim Antônio do Couto Cartaxo
	João Antônio do Couto Cartaxo
	Serafim Antônio do Couto Cartaxo
	Emídio Antônio do Couto Cartaxo
	Deodato Antônio do Couto Cartaxo
	Tiburtino Antônio do Couto Cartaxo
	Josefa do Couto Cartaxo
	Rosa do Couto Cartaxo
	Rita do Couto Cartaxo
	Ana Cordulina do Couto Cartaxo
	José Antônio do Couto Cartaxo

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no livro, *Antônio Joaquim do Couto Cartaxo e a formação de Cajazeiras*, escrito por Francisco Sales Cartaxo Rolim (2019).

A primeira esposa era prima de Luís Gomes de Albuquerque, já a segunda era neta dele. Portanto, aposta-se na hipótese de que o casamento ainda representava a ideia de manutenção de uma “aristocracia territorial”, ou seja, a base grupal de afiliação que os indivíduos mantinham dentro de um dado sistema de parentesco, assim como no Primeiro Reinado, ainda determinava o prestígio e pertencimento dos personagens nas *redes familiares* (MARIANO, 2011).

Segundo Freitas (2011):

Os casamentos entre famílias correlacionadas, que cruzavam parentesco sucessivamente (trazendo, por vezes, sobrenomes compostos que se

²⁴ Ana de Albuquerque era prima do sesmeiro Luís Gomes de Albuquerque por parte de mãe.

²⁵ Ana Josefa de Jesus era sobrinha de Ana Francisca de Albuquerque (Mãe Aninha), filha de Joana Lins de Albuquerque e Serafim Gomes de Albuquerque, sendo neta, portanto, de Luís Gomes de Albuquerque (ROLIM, 2019).

repetiriam por vias diversas), a acomodação de agregados e moradores das grandes fazendas, o compadrio, entre outras práticas se tornaram **recorrentes no Segundo Reinado** (FREITAS, 2011, p. 27, grifo nosso).

Nesse sentido, como a então vila de Cajazeiras (1863-1864)²⁶ era um ponto de passagem para diferentes personalidades; por ela passavam os caixeiros viajantes indo do Pernambuco ao Ceará, os vaqueiros que se acostavam debaixo dos pés de cajazeiras enquanto descansavam do trajeto com as boiadas, e era também um ponto ampliação dessas *redes familiares*, como foi o caso da família Couto Cartaxo.

O segundo casamento de Joaquim Antônio Cartaxo, agora com a filha de Serafim Gomes de Albuquerque e Joana Lins de Albuquerque, proveu doze filhos que compunham o núcleo familiar que interessa a esta pesquisa, visto que foram os filhos de Ana Josefa de Jesus que protagonizaram a trama pós *morticínio eleitoral*.

Embora tivessem tido atuação relevante na referida cena, alguns dos Cartaxo mencionados no Quadro 1, como a exemplo Antônio Joaquim, João Antônio e Serafim Antônio, tiveram ao longo do século XIX, participação administrativa e política nas instituições do Império, entre elas, a Guarda Nacional, o Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa; o que demonstra que a família possuía – para além do poderio econômico – prestígio e lugar de inserção na cena administrativa do Segundo Reinado, conforme será melhor discutido nos próximos capítulos.

Para o momento, com o falecimento de Joaquim Antônio do Couto Cartaxo (pai), a viúva Ana Josefa de Jesus inventariou²⁷ os bens que seu falecido marido havia deixado. Foi então que, em 1855, o escrivão Francisco de Assis Timóteo de Souza começou a lavrar o inventário dos Couto Cartaxo. Coube, de acordo com o Inventário *Post-Mortem*, à *viúva cabeça do casal D. Ana Josefa de Jesus*²⁸, os bens arrolados no Quadro 2.

Ressalta-se que o referido arrolamento mais do que uma demonstração da relevância econômica desta família, também foi fundamental para compreender que mesmo os pequenos fragmentos de um reduto familiar não significavam apenas um bem material que tem apenas

²⁶ É importante ressaltar que a categoria vila é entendida nesta pesquisa até o momento antecede a instalação do governo municipal, em 20 de junho de 1864. Naquele momento, o presidente da Câmara (o vigário José Tomaz de Albuquerque) e vereador assumiu a responsabilidade em cuidar das tensões políticas costumeiras entre liberais e conservadores na região e Cajazeiras ficou conhecida como município até 9 de julho de 1876, pois, por via da lei provincial de nº 616 o município foi elevado à categoria de cidade, em 10 de julho do corrente ano. Para maiores informações ver: lei provincial da Paraíba do Norte de nº 5 de 29 jan. de 1859, de nº 92 de 23 nov. de 1863 e de nº 916 de 10 jul. de 1876.

²⁷ Até o momento da finalização desta pesquisa, não foi possível localizar dados que afirmassem que ela teve ou não, a opção de fazer o inventário de seu esposo.

²⁸ Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, Inventário de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, 1855, p. 2.

uma finalidade financeira, mas sim, estando inserido em determinado cotidiano social estabelece uma conexão com a sociedade em questão e caracteriza-se, portanto, como parte da cultura material do lugar (PESEZ, 1990).

O arrolamento dos bens apresentados a seguir foi subdividido em categorias, sendo elas: bens de raiz, relação de dívidas, ouro, prata, metais, móveis, bens semoventes e escravos. Tais subdivisões identificavam o tipo de bem, sua localização, o estado em que se encontravam, a quantidade, o valor do montante das quantidades e o monte mor.

Quadro 2: Relação dos Bens Inventariados e Dívida Ativa (1855).

Relação dos Bens de Raiz		
Tipo	Quantidade	Valor
Terra	38 braças e meia	7:038\$500 Réis
Terra	n.id.	201\$000 Réis
Moita	n.id.	36\$000 Réis
Terreno no Boqueirão	n.id.	90\$000 Réis
Mata na Serra Vermelha	n.id.	40\$000 Réis
Meeira na Alagoa de Francisco	n.id.	202\$180 Réis
Casa de Taipa	1	100\$000 Réis
Casa	2	16\$000 Réis
Casa Velha	1	20\$000 Réis
n.id.	2	20\$000 Réis
Casa no Gadelha	1	16\$000 Réis
Casa no Boqueirão	1	40\$000 Réis
Mata no Boqueirão	n.id.	30\$000 Réis
Casa de Tijolo em Cajazeiras	1	600\$000 Réis
Casa de Taipa c/ frente de tijolo em Cajazeiras	1	300\$000 Réis
Açude	1	500\$000 Réis
Total	9:249\$680 Réis	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

A partir dos bens arrolados, conforme apresentou o Quadro 2, é possível perceber vários aspectos que inserem a família Couto Cartaxo entre as mais abastadas do cotidiano cajazeirense naquela época. Começando pelos *bens de raiz*, a família possuía casas distribuídas em diferentes localidades da região como, por exemplo, no *Gadelha*, *Boqueirão* e em *Cajazeiras*, além de outras que não estavam indicando a localidade.

Com relação ao número de casas, por mais que os Couto Cartaxo possuísem profunda ligação com o meio rural – tendo inúmeros terrenos e animais – a casa “na rua/na cidade” era mantida como um sinal de que aquela família, que tinha seu provimento econômico rural, não se absteve de manter sua propriedade de tijolo na cidade – como forma de demonstrar que possuía *status quo*.

Isso lembra a perspectiva de distinção social abordada por Pierre Bourdieu (2007), em que ele enfatizou que o *habitus* incorporado por determinadas classes sociais é que, de fato, constitui as práticas que classificam, por sua vez, as distinções sociais. Sendo assim, a sociedade cajazeirense era representada por esse sistema de classificações entre quem possuía, por exemplo, uma casa de tijolos e quem tinha a casa de taipa. Vê-se, portanto, que a família Couto Cartaxo tinha a intenção de ascender cada vez mais nessa pirâmide das classificações porque em Cajazeiras, eles possuíam várias casas e, uma delas, provavelmente a que a família de Ana Josefa (a segunda esposa) morava, apesar de ser de taipa, possuía sua frente de tijolos.

Além das diferentes porções de terras distribuídas pelas localidades que compunham a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras naquele momento, chamava a atenção a quantidade de bens semoventes dos Couto Cartaxo, entre eles: *vaca leiteira, garrote, novilhote, touro grande, cavalo de sela, éguas* etc. Independentemente de ter sido uma aquisição gradual ou por herança, tais bens demonstraram a ligação da família com a rentabilidade econômica do mundo rural. A criação de animais e do possível plantio evidenciava a existência de contribuição da família Couto Cartaxo para a economia da região.

O ativo da “dívida ativa” não estava entre os maiores componentes de riqueza presentes no inventário *post-mortem* (Quadro 3). Isso chama a atenção para o fato de que, possivelmente, não existia um grande fluxo de transação de crédito entre o patriarca da família Couto Cartaxo e os indivíduos da sociedade cajazeirense naquele período.

Quadro 3: Relação da Dívida Ativa (1855).

Relação de Dívidas	
Credor	Valor
n.id.	2:000\$000 Réis
Total	2:000\$000 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

A partir disso, pode-se afirmar que a riqueza da família Couto Cartaxo ainda era bastante tradicional, pois era baseada em terras, animais e escravos e tendo, por sua vez, um baixo índice de dívida ativa (ALMICO, 2009).

O ouro pertencente à família Couto Cartaxo, estava em forma de peso e compunha o monte mor que estava entre os mais significativos, somando 195\$420 Réis (Quadro 4). Ou seja, poderia ser os diferentes objetos domésticos que faziam parte do cotidiano da família como, por exemplo, brincos, colar, pulseiras, relógios, objetos de servir à mesa, entre outros.

Quadro 4: Relação do Ouro (1855).

Ouro		
Tipo	Quantidade	Valor
Peso	1	44\$800 Réis
Peso	1	12\$800 Réis
Peso	1	3\$200 Réis
Peso	1	2\$400 Réis
Peso	1	3\$200 Réis
Peso	1	5\$120 Réis
Peso	1	4\$000 Réis
Peso	1	1\$500 Réis
Peso	1	48\$000 Réis
Peso	1	54\$400 Réis
Peso	1	16\$000 Réis
Total	11	195\$420 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

Diferente do ouro, a prataria que pertencia à família não era tão grande nem estimada, economicamente falando, pois, as seis colheres de prata estavam avaliadas no valor de 16\$800 Réis (Quadro 5). No entanto, apesar de não ser algo tão significativo economicamente se comparados aos outros bens, é importante ressaltar que ter colheres de prata entre os utensílios domésticos era um mecanismo de distinção social, uma vez que não era algo comum para se ter em casa – o comum era que as famílias possuísem garfos e colheres feitas de latão (MACÊDO, 2015).

Quadro 5: Relação da Prata (1855).

Prata		
Tipo	Quantidade	Valor
Colheres de Prata	6	16\$800 Réis
Total	6	16\$800 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

A relação de metais foi muito significativa para perceber que a família Couto Cartaxo possuía uma relação com o meio rural, pois, além dos animais, eles faziam uso das enxadas, de foices e pá de ferro, itens geralmente utilizados na lavoura (Quadro 6).

Quadro 6: Relação do Metal (1855).

Metais		
Tipo	Quantidade	Valor
Taxo	1	12\$000 Réis
Enxadas	4	5\$120 Réis

Foices	3	3\$600 Réis
Enxadas Novas	2	3\$840 Réis
Pá de Ferro	3	3\$000 Réis
Total	13	27\$560 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

Outro bem significativo no cotidiano da família Couto Cartaxo eram os móveis (Quadro 7). Eles possuíam mesa com gaveta, banco, jogos de mala de couro, sela de boi, entre outras coisas que, social e economicamente falando, quem geralmente possuía era as famílias ricas.

Tomando como exemplo a mesa com gaveta, sabe-se que “A mesa [...] poderia ser um objeto híbrido das funções de amparo e armazenagem. A praticidade das gavetas acopladas ao tampo da mesa reunia num mesmo móvel outro que, mais tarde, dele e dos baús se destacaria: o guarda-louça.” (MACÊDO, 2015, p. 171).

Com isso, entende-se que os Couto Cartaxo estavam situados com as tendências multifuncionais dos móveis coloniais e vinha readaptando a sua realidade a fim de, também, constituir seu lugar de distinção naquela sociedade.

Quadro 7: Relação dos Móveis (1855).

Móveis		
Tipo	Quantidade	Valor
Jogo de Caixa de [n.id.] Novo	1	20\$000 Réis
[n.id.] Velho	1	6\$000 Réis
Jogos de Mala de Couro	4	8\$000 Réis
n.id.	1	5\$000 Réis
Mesa com gaveta	1	6\$000 Réis
n.id.	1	2\$000 Réis
[n.id.] Coberta de Sola	3	6\$000 Réis
Mesa	1	4\$000 Réis
Banco	1	4\$000 Réis
n.id.	1	1\$500 Réis
n.id.	1	800 Réis
Cangalhos	6	6\$000 Réis
Caixão Velho	1	3\$000 Réis
Cousos Espripados de gado	30	48\$000 Réis
Sela de Boi	1	10\$000 Réis
Selas de Campo	3	15\$000 Réis
Total	57	144\$300 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

Os bens semoventes também faziam parte da riqueza dos Couto Cartaxo (Quadro 8). A partir dos dados obtidos no inventário *post-mortem* do patriarca da família, foi possível perceber a profunda relação que eles possuíam com a criação de animais naquele momento.

Quadro 8: Relação dos Bens Semoventes (1855).

Bens Semoventes		
Tipo	Quantidade	Valor
Vacas paridas	6	3:200\$000 Réis
Vacas leiteiras	203	5:278\$000 Réis
Novillhotas	42	756\$000 Réis
Garrotas	32	384\$000 Réis
[n.id.] de capação	n.id.	4:200\$000 Réis
n.id.	N.id.	400\$000 Réis
Boi manso	8	400\$000 Réis
Touro Grande	2	320\$000 Réis
Ditas [n.id.]	9	234\$000 Réis
Novilhotes	20	360\$000 Réis
Garrotes	20	240\$000 Réis
Boi	44	2:720\$000 Réis
Ditas novas	2	580\$000 Réis
Cavalos	25	1:250\$000 Réis
Par de Éguas [n.id.]	6	360\$000 Réis
Cavalo de Sela	1	120\$000 Réis
n.id.	3	135\$000 Réis
Ovelhas paridas	8	480\$000 Réis
n.id.	40	1:800\$000 Réis
n.id.	19	280\$000 Réis
n.id.	7	210\$000 Réis
Total	+/- 214	23:707\$000 Réis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

Outro fator que demonstrava o poderio econômico e, por conseguinte, o *status quo* familiar no cenário da Província e, principalmente, cajazeirense, é que possuíam mão-de-obra dos escravizados mesmo em um período em que a escravidão já se encontrava em declínio. Fosse para o cultivo na agricultura ou para servir ao lar, o número de escravizados – entre eles, crianças e idosos – constituiu a família como sendo detentora de um significativo cabedal.

Quadro 9: Relação dos escravizados (1855).

Escravizados			
Nome	Saudável	Idade	Valor
Antônio Cabra	Não	30 anos	800\$000 Réis
Inácio	Sim	29 anos	1:100\$000 Réis
Felis	Sim	25 anos	850\$000 Réis

Couto Cabra	Sim	18 anos	1:000\$000 Réis
Francisco Cabra	Sim	11 anos	800\$000 Réis
José	Sim	8 anos	600\$000 Réis
n.id.	Não	65 anos	200\$000 Réis
Thomas Cabra	Sim	23 anos	600\$000 Réis
Lusia	Sim	14 anos	1:000\$000 Réis
Theodora	Sim	25 anos	800\$000 Réis
Irades	Sim	25 anos	900\$000 Réis
Joaquina	Sim	18 anos	600\$000 Réis
Manceleixa	Sim	3 anos	300\$000 Réis
Total em Réis	9:550\$000 Réis		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pertencentes ao *Inventário Post-Mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (1855).

Em uma tese defendida recentemente, o historiador Lucian Souza da Silva (2021) apresentou dados estatísticos sobre o percentual de escravizados na Província da Paraíba, a partir de meados do século XIX. Segundo o autor, no período mencionado, essa região do Império do Brasil tinha cerca de 25% de escravizados no panorama da população geral. Esse número coaduna com a narrativa de Horário de Almeida (1978) quando afirmou que antes²⁹ mesmo da Lei do Ventre Livre, a escravidão na Paraíba estava em declínio, porque existia após 1850 existia a prática da alforria de mulheres³⁰.

Sobre os impactos disso, Galliza afirmou que entre os diversos fatores que afetaram estruturalmente o desenvolvimento da Província estava, também, a depressão da comercialização do algodão que “[...] persistiu a retração dos mercados açucareiros, afetando sensivelmente a situação dos proprietários de terra da Província” (GALLIZA, 1979, p. 54).

Mesmo com o declínio agrícola e a proibição do tráfico de escravizados, Larissa Bagamo Dourado (2017, p. 57) afirmou que “[...] várias foram as artimanhas dos proprietários

²⁹ Um conflito que antecedeu a Lei do Ventre Livre e que teve profunda relação com a abolição da escravidão foi a Guerra de Secessão (1861-1865), que foi uma tensão travada entre os Confederados e a União, em nome da abolição da escravidão na “América”. Esse conflito gerou no Brasil uma quebra da “estabilidade” política que vinha tentando se sustentar até aquele momento, o que não foi mais possível a porque a imprensa começou a cobrar um posicionamento do Império com relação aos acontecimentos nos Estados Unidos. E, tendo o Brasil se inclinado “extraoficialmente” a apoiar os escravistas do Sul dos EUA, a imprensa local passou a criticar tal postura do Governo do Brasil e isso foi suficiente para que a escravidão no Brasil também fosse questionada (YOUSSEF, 2015). Até o presente momento, não foi possível localizar na historiografia dados diretamente relacionados acerca dos efeitos da Guerra de Secessão na Província da Paraíba. O que se sabe, até aqui, é que o então deputado pela Paraíba Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, em uma sessão no dia 31 de julho de 1861, disse que no caso dos EUA a luta era por uma autonomia de um povo que vinha sendo escravizado pela metrópole e que não buscavam o direito à revolução, mas sim, o de constituição. E reforçou que tal debate não caberia, portanto, à Câmara dos Deputados no Brasil (OLIVEIRA, 2017).

³⁰ É importante salientar que o Horário de Almeida (1878) enfatizou que essa prática era feita por meio dos processos de indenização aos escravistas donos de terras. Não foi uma prática simplesmente aceita socialmente, houve resistência e o governo provincial encontrou na indenização uma forma de amenizar as tensões em torno da referida questão.

de escravos para escravizar pessoas livres e/ou libertas.” Cenário parecido pode ser observado no então município de Cajazeiras, em 1867, quando o escravizado era tido como um bem, conforme apresentado no documento de compra e venda:

Escritura de compra e venda de escravo, de vinte anos de idade, solteiro, natural de freguesia de nação crioulo, de cor mulato, livre e desembaraçado como consta das escrituras existentes neste cartório por hipoteca, fixado entre Joao de Brito como hipotecário e como hipotecante, Manoel do Nascimento, na quantia de um conto e duzentos mil reis (ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. CARTÓRIO HOLANDA, CAJAZEIRAS-PB, 1867).³¹

Wlisses Estrela Abreu (2011) já acenava para o declínio desses manejos com os escravizados, visto que nos anos que seguem a década foi notável a queda nos investimentos nesse tipo de bem, pois as leis imperiais afetavam o acesso de compra/troca; o que levou à diminuição considerável das práticas de negociação. Em 1870, ainda ocorrera a criação do Partido Republicano, que, em âmbito de Paraíba, propagou suas ideias em jornais como o *Gazeta do Sertão*, que circulou em Campina Grande e região³².

De acordo com Liélia Oliveira (2016), alguns dos fatores que ajudaram na propagação e fundamentação do republicanismo na Paraíba foram os problemas sociais. Tendo isso como pano de fundo, pode-se dizer que os adeptos às novas perspectivas políticas atuaram como uma frente aos problemas existentes de ordem social e política, criando pontos de tensão entre as ações dos liberais e conservadores.

No que tange à inserção e atuação das ideias do Partido Republicano na Paraíba, não há dados que permitam afirmar que isso interferiu diretamente no caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Porém, é válido refletir que a propagação de novas ideias políticas certamente fez ecoar nos políticos que atuavam na Paraíba, sentimentos de medo e receio que tais perspectivas de mudanças pudessem interferir em seu poder político na capital da Província e nos sertões. Se isso serviu como uma motivação a mais para acirrar as disputas eleitorais, ainda não é possível afirmar e não está entre os objetivos desta pesquisa – o que não deixa de ser um ponta historiográfica para reflexão em estudos posteriores.

³¹ Arquivo do Cartório Holanda, Cajazeiras, PB, Escritura de compra e venda de escravos. 1867.

³² Na década de 1870, a região que compreendia o sertão da Província da Paraíba eram as Comarcas de Campina Grande, Santa Luzia, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó, Misericórdia, Sousa e Cajazeiras. Ou seja, as localidades que se distanciavam do Litoral da Paraíba.

Tendo em vista o cenário de problemas sociais na Paraíba³³, os proprietários que viviam no Sertão³⁴ passaram a investir em novos meios de comercialização, como imóveis e gado. No município de Cajazeiras, por exemplo, até o ano de 1869 as famílias Albuquerque, Rolim e Cartaxo possuíam bens de relevância econômica e predisposição ao controle político local. Nesse período, compreendeu-se também a Guerra do Paraguai³⁵, que perdurara até 1870 e tendo seu desfecho afetado a política no Brasil (CAVALCANTI, 1909).

No entanto, é importante ressaltar que em âmbito de Paraíba, o número de homens arregimentados não foi tão exuberante, visto que foram chamados 624 homens e, em 1865, a Paraíba possuía 2.000 mil homens na reserva e 20.000 homens no serviço ativo (RABELO, 2017). Sendo assim, apesar de fazer parte do contexto de acontecimentos daquele período, em termos de arregimentados, não se pode dizer que isso foi um fator que gerou grandes efeitos na Paraíba – no Ceará isso foi bem mais profundo, principalmente porque o número de arregimentados inicialmente foi quase que o dobro do que fora na Província em questão.

A partir de 1871, com a promulgação da Lei Rio Branco nº 2.040 (“Lei do Ventre Livre”)³⁶, que viera a ser assinada em 28 de setembro de 1871, esses grupos familiares entraram numa situação de declínio econômico e político. Pois, não se tratava mais de afetar apenas os mecanismos de comercialização, por conseguinte, os comandos da política local até então instituídos passaram a sofrer destituições com a instabilidade no cenário político nacional que fora promovido a partir da Lei Rio Branco (SILVA, 2016).

Tal a afirmação pode ser mais bem exemplificada quando pensado a diminuição no número de escravizados no decorrer dos anos, durante o Segundo Reinado (tabela 1), conforme afirmou a historiadora Solange Rocha (2007).

³³ Naquele momento, as províncias do Norte enfrentavam crise econômica, a decadência da mão-de-obra escravizada e o flagelo social ocasionado pelos longos períodos de seca, a falta de instrução dos agricultores e a presença de moléstias epidêmicas, para maiores informações sobre isso, ver Leandro Diniz (2020) e Lucas Carlos de Almeida (2021).

³⁴ É importante observar que a ideia de Sertão, aqui mencionada, refere-se à toda região geográfica que compreender a parte não litorânea. Logo, considera-se que existem autores que denominam a mesma região como “interior”, no entanto, este trabalho apoia-se na primeira noção de Sertão.

³⁵ De acordo com o Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865, a quantidade de Guardas Nacionais que foram enviados para a Guerra pela Província da Paraíba foi de 624 homens. Para mais informações sobre estes dados, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html#:~:text=Manda%20destacar%2014.796%20guardas%20nacionais,guerra%20no%20Estado%20do%20Paraguay>. Acesso em: 20 out. 2021.

³⁶ Para maiores informações sobre a aplicação e os efeitos da Lei Rio Branco na Província da Paraíba, ver Lyra Filho (2018; 2020).

Tabela 1: População total e escrava na Paraíba no século XIX.

Ano	População Total	População Escrava (%)
1802	50.863	10.667 (21,0%)
1811	122.407	17.633 (14,4%)
1823	122.407	20.000 (16,3%)
1851	212.466	28.546 (13,4%)
1872	376.226	21.526 (5,7%)

Fonte: ROCHA, 2007, p. 129.

A partir dos dados apresentados na tabela acima, fica evidente que a Lei Rio Branco impulsionou o declínio da população escravizada na Paraíba, o que, segundo Silva (2021, p. 57-58) “a despeito desse baixo percentual, as relações escravistas foram definidoras da sociedade provincial que se construiu ao longo do século XIX.”

Portanto, a partir do que fora discutido, é possível afirmar que o tronco genealógico dos Couto Cartaxo se serviu tanto da riqueza e prestígio simbólico de seus antepassados como também tratou, à época, de fundamentar – enquanto foi possível – sua inserção social a partir das riquezas advindas do mundo rural e da escravização.

Em fins da década de 1850, já havia anseio por parte dos diferentes grupos sociais de reestruturar as instituições e realocar os lugares dos sujeitos, tornando, desse modo, o mundo agrícola como menos favorável à manutenção do *status quo* dos potentados locais e as profissões liberais tomando maior ascensão na cena política daquele momento – sendo perspectivadas como “ventos de mudança” no horizonte político do Império.

1.1.2 A freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras em 1872

Ao emancipar-se da Comarca de Sousa (1863)³⁷, o então município de Cajazeiras passou a possuir duas freguesias: 1) Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras; 2) Freguesia de São José de Piranhas. Tendo uma população livre e escravizada inferior à freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, a freguesia de São José de Piranhas não possuía tanto destaque no contexto municipal quando comparada à primeira freguesia já na década de 1870.

³⁷ Antes de ser elevada à categoria de vila, Cajazeiras era um distrito pertencente ao município de Sousa, por meio da lei provincial de nº 5 de 29 de agosto de 1859. Pouco tempo depois, por provimento da lei provincial de nº 92 de 23 de novembro de 1863, foi elevada à categoria de vila e sofreu o desmembramento da Comarca de Sousa – ato promovido pelo decreto do então presidente da Província Francisco Araujo de Lima (1861-1864) (BRASIL, 2015), para mais informações ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/historico>. Acesso em: 28 jul. 2021.

No ano de 1872, segundo Recenseamento do Brasil³⁸ realizado na Província da Paraíba do Norte, a população da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras contava com 7.020 *almas*, somando-se a população livre e escravizada. As inúmeras transformações sociais ocorridas desde o início da corrente década, principalmente em torno das perspectivas de mudança nos segmentos abolicionistas por meio da Lei do Ventre Livre (1871), tiveram efeito sobre a organização social da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras (Quadro 10).

Em 1872, a localidade contava com uma amostra de escravizados bem menor que a de outras freguesias do extremo Oeste da Província da Paraíba do Norte, como foi o caso da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Sousa, com 1.066 escravizados, assim como a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha, com 1.016 escravizados, e a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Pombal, com 1.182 escravizados.

Quadro 10: Quadro Geral³⁹ da População Livre e Escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.

População Livre e Escravizada da freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras (1872)			
	Homem	Mulher	Nº Habitantes
Livre	3.332	3.405	6.737
Escravizada	139	144	283
Total	3.471	3.549	7.020

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Nessa perspectiva, pode-se constatar que o cenário local estava sofrendo modificações fosse pelas ideias em movimento discutidas pelos bacharéis em Direito que retornavam do Recife ou pela crescente onda de substituição da mão-de-obra dos escravizados pela livre que ocorria em diversas localidades do Império do Brasil, entre elas, a então Província do Ceará que por sua proximidade geográfica influenciava⁴⁰ tanto político como economicamente, a região da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras.

³⁸ É importante salientar que os dados referentes ao Recenseamento da Província da Paraíba do Norte, em 1872, estão disponíveis no site do IBGE, tendo sido utilizado, inclusive, para diversas pesquisas sobre a História da Paraíba. No entanto, pensando os referidos dados e a produção acadêmica direcionada a então freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, o que percebeu-se até a produção desta pesquisa, é que tratava-se de uma historiografia ausente, visto que mesmo estando acessível ao público em geral, as informações até o presente momento não haviam sido envolvidas em um profundo debate historiográfico que pudesse constituir uma possibilidade de compreensão do cenário social e econômico da referida freguesia.

³⁹ É importante ressaltar que a exatidão do referido Censo de 1872 já vem sendo discutida nos últimos anos pela historiografia, sendo os referidos dados, portanto, uma estimativa e não necessariamente uma exatidão.

⁴⁰ No Segundo Reinado, quando já se encontrava adoecido, Senador Pompeu – grande líder do partido liberal na Província do Ceará – solicitou que em caso de agravo maior de sua saúde, seus negócios políticos fossem tratados

Larissa Dourado (2017) auxiliou na fundamentação deste pensamento ao afirmar que, em 1872, a Província da Paraíba continha o número de 22.070 *almas* escravizadas. Para ela, a queda foi mínima se comparada ao ano de 1852, quando o tráfico atlântico fora extinto e na Província ainda se somava 28.000 escravizados.

Assim, a autora reforçou que em 1872, a Paraíba do Norte tinha menos escravizados que as Províncias de Pernambuco e da Bahia, e possuía mais escravizados que as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte (DOURADO, 2017). Corroborando com Dourado (2017), Lucian de Souza da Silva enfatizou que “[...] a escravidão ainda estava presente em toda extensão da Província, mesmo em municípios com um reduzido número de escravizados como em Cajazeiras, no sertão [...]” (SILVA, 2016, p. 39).

É notável que os escravizados contribuíam significativamente com o desenvolvimento do município como um todo e, em especial, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras – foi dentro desse contexto que as *almas* escravizadas e livres de diferentes classes também ocupavam os espaços da localidade, possuindo ou não, determinado grau de instrução (Quadro 11).

Quadro 11: Quadro Geral de Instrução da População Livre e Escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.

Instrução da População Livre e Escravizada na freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras (1872)								
	Homens		Mulheres		Meninos⁴¹		Meninas	
	Sabia ler e escrever	Analfabetos	Sabia ler e escrever	Analfabetos	Frequentava Escola	Não Frequentava	Frequentava Escola	Não Frequentava
Livre	572	2.760	172	3.233	177	867	69	912
Escravizado(a)	-	139	-	144	-	-	-	-
Total	572	2.899	172	3.377	177	867	69	912

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

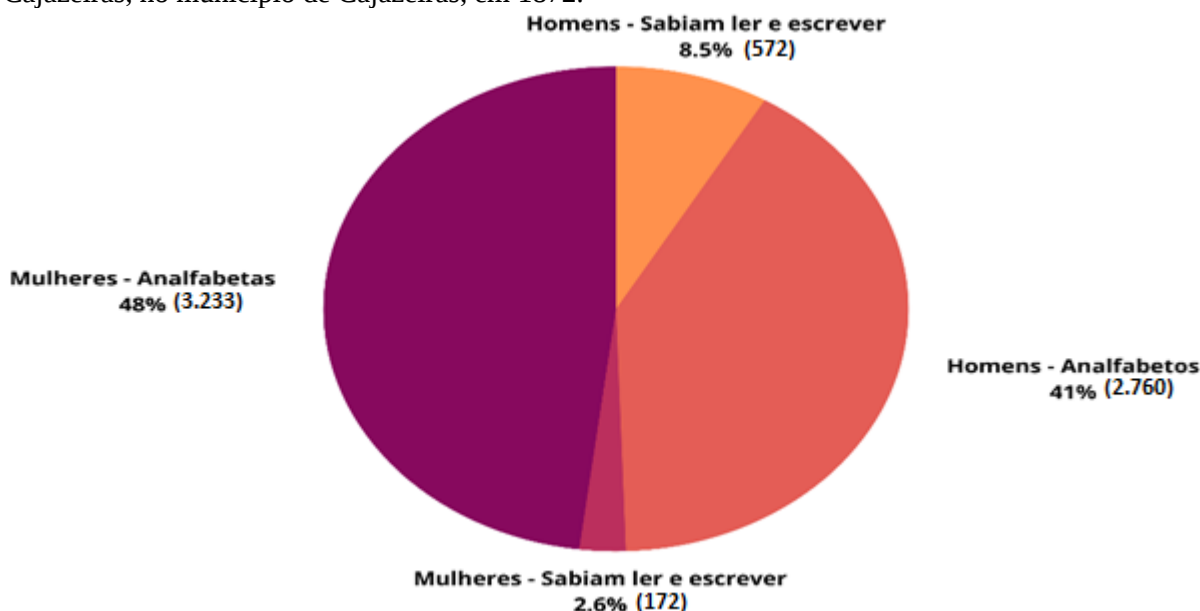
Dentro desse escopo da Instrução, é possível afirmar que o número de analfabetos livres – considerando homens e mulheres – era até cinco vezes maior do que o número de pessoas

com seu genro, o saudoso Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli. Tal escolha não foi desinteressada, pelo contrário, Nogueira Acióli possuía intensa influência política na região Sul da Província e estendendo-se até as divisas geográficas como a Paraíba, devido sua numerosa rede familiar (SOUZA, 2009).

⁴¹ De acordo com o Recenseamento de 1872, a população escolar de meninos e meninas variava entre 6 e 15 anos de idade.

alfabetizadas, ou seja, que sabiam ler e escrever na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras em 1872 (Gráfico 1).

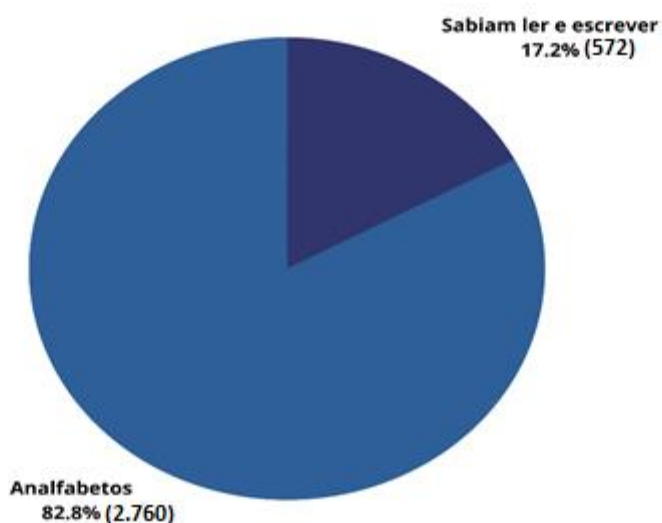
Gráfico 1: Porcentagem de Instrução da população livre na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Além disso, constata-se que mesmo sendo considerada “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, a freguesia contava apenas com 17.2% dos homens livres sabendo ler e escrever e um contingente de 82.8% dessa população ainda naquela época analfabeta (Gráfico 2).

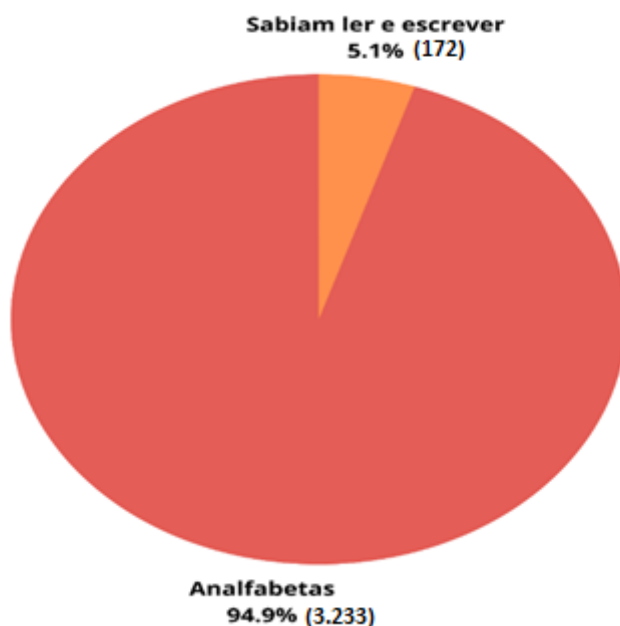
Gráfico 2: Porcentagem de Instrução dos homens livres na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Quando visualizados os dados em percentual das mulheres livres, o quadro era ainda mais alarmante, pois apenas 5.1% das mulheres sabiam ler e escrever em um universo em que 94.9% das mulheres encontravam-se na condição de analfabetas (Gráfico 3).

Gráfico 3: Porcentagem de Instrução das mulheres livres na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Como foi possível perceber, a partir da exposição dos dados no Quadro 4 e Figuras 4 a 6, a população escravizada recenseada na freguesia em 1872 era, em sua maioria, analfabeta. Pois a conceituada Escola⁴² Normal de Padre Rolim⁴³, reconhecida intra e interprovincial por ter sido berço educacional de muitas personalidades como a exemplo Padre Cícero Romão

⁴² A Escola Normal de Pe. Rolim foi criada com o apoio de Ana de Albuquerque, inicialmente, para cumprir com os anseios de seu filho que naquele momento, em 1829, retornara do Seminário em Olinda. De acordo com Débora Sousa (2018), o espaço educacional localizou-se inicialmente às margens do Açude Grande, em seguida, devido o aumento da procura por uma vaga, houve uma ampliação estrutural transformando-a em Colégio do Padre Rolim. Esse, por sua vez, precisou deslocar-se para a então Rua da Matriz (atualmente é chamado Colégio Nossa Senhora de Lourdes e tem sua frente virada para a Praça Ana de Albuquerque e sua lateral com a rua Praça das Oiticicas, no Centro de Cajazeiras). Mesmo com a expansão, é importante destacar que o colégio era destinado à formação intelectual da juventude masculina, a mesma juventude que tempos depois teria condições de ser enviada a Recife para ingressar no curso de Direito.

⁴³ Nascido em Cajazeiras, Pe. Inácio de Sousa Rolim (1800-1899) era filho de Vital Rolim e Ana de Albuquerque, historicamente conhecida como uma das primeiras famílias a povoar a localidade, às margens do açude. Conhecido como o “Anchieta do Nordeste”, o padre/educador usou de sua influência religiosa e o prestígio familiar para promover seus ideais civilizatórios por meio da “educação biocêntrica”, ou seja, uma civilização para a vida (GOMES; CAMPOS, 2012).

Batista, tinha interesse em educar os filhos da elite – essa alfabetização não chegava aos escravos ou libertos e pobres de pouca rentabilidade financeira porque naquele momento da sociedade imperial ainda não era uma conquista possível aos que não eram abastados.

Quando se tratava da continuação dos estudos, era para Recife que os filhos dos fazendeiros iam buscar uma qualificação no curso de Direito, enviados, na maioria das vezes, pelo patriarca da família. A ida desses jovens à Faculdade de Direito no Recife estava interligada a diversas motivações, como a busca por status social – era importante ter um filho bacharel e que tivesse tido acesso ao melhor ensino, que naquele momento o lugar mais próximo que proporcionava era na capital da Província do Pernambuco.

Um dos pontos que chama a atenção e dialoga com o ponto de comunicação da ideia do bacharelismo às famílias cajazeirenses é a perspectiva discutida por Luis Martins (2008) no livro *O Patriarca e o Bacharel*. A partir da presente obra, é possível traçar os pontos que contribuíram para o aumento na busca pelo bacharelismo em Direito.

O Brasil vivia um momento de crescimento das ideias liberais na década de 1870, e, com isso, o predomínio das influências decorrentes do poder rural estava em decadência – principalmente nas áreas sertanejas afligidas pela baixa pluviosidade em meados do século XIX – e as perspectivas abolicionistas estavam mais acentuadas.

Horácio de Almeida (1978), ao discutir sobre a produção agrícola na Província da Paraíba, ressaltou que:

O algodão só adquiriu alguma importância na economia do sertão a partir a partir do século XIX. Sua cultura, aliás, estendia-se do litoral aos confins da Paraíba. As demais culturas agrícolas que no sertão se faziam eram apenas de subsistência, tais como milho, fava, macaxeira, melancia, jerimum, etc. (ALMEIDA, 1978, p. 190).

Assim, o grande proprietário rural via em seu filho bacharel uma oportunidade a mais de manter-se no poder de sua localidade ou região por meio da representação carregada na imagem de seu filho jovem, estudado e com espírito de boas novas, ou seja, na maioria das vezes era o novo travestido das velhas ideias e/ou interesses – visto que nem todos os jovens de meados dos oitocentos conseguiam ir contra as ideias do pai.

Antônio Henrique da Silva (2015) confirmou esta perspectiva ao afirmar que:

O trabalho nas lavouras já não seduzia os jovens e o senhor rural já havia perdido o seu prestígio junto a uma sociedade urbanizada que refinava seus costumes. Assim, os diplomas dos cursos superiores não são desejados por

uma questão de vocação em busca de um saber, mas em função do status que lhe conferiria. (SILVA, 2015, p. 6).

Foi nesse cenário que alguns filhos dos cajazeirenses mais abastados foram enviados à Recife com a missão de adquirir o bacharelado e, com ele, todo o seu prestígio. Para que, ao retornar ao município, pudesse servir na sociedade em nome dos interesses, na maioria das vezes, familiares. Todavia, é importante considerar que o crescimento urbano da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras (Quadro 12), no ano de 1872, não determinou uma diminuição considerável das atividades exercidas no meio rural.

Quadro 12: Casas na freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.

Casas na freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras (1872)	
Habitadas	1.638
Desabitadas	2
Total	1.640

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Sobre essa perspectiva econômica ligada ao meio rural, Silva (2021) afirmou que nas últimas décadas do século XIX, a economia paraibana foi vivenciada de diferentes formas, de acordo com as variações geográficas. Se, por exemplo, o que predominava no Litoral era o cultivo da cana-de-açúcar; no Brejo já era a agricultura de subsistência; no Agreste, o cultivo do algodão e no sertão a pecuária – sendo considerado um dos principais fatores de enriquecimento das famílias abastadas da região.

Em termos de dados estatísticos, por exemplo, no ano de 1872, a Paraíba exportou 9.744.820 quilogramas de algodão, 11.786.295 quilogramas de açúcar e 400.876 quilogramas de couro (GALLIZA, 1993). De acordo com Silva (2021), é importante destacar que desde a década de 1860, quando ocorreu a Guerra de Secessão, houve um aumento na exportação do algodão, uma vez que o interrompimento das exportações da matéria norte-americana reestruturou a demanda internacional da matéria-prima.

A partir dos dados expostos no quadro 12, não é possível compreender a maneira como a malha urbana estava organizada naquele ano, tem-se apenas o quantitativo de casas que, em sua maioria, encontravam-se habitadas, sem ser possível saber se na zona urbana ou rural. Neste sentido, uma visualização das profissões exercidas no cenário espacial, econômico e social da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras é significativa para esta pesquisa (Quadro 13).

Quadro 13: População em relação às profissões e sem profissão na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.

População em relação às profissões e sem profissão na freguesia de N. S. da P. de Cajazeiras (1872)						
	Profissões Liberais	Profissões Industriais e Comerciais	Profissões Manuais ou Mecânicas	Profissões Agrícolas	Pessoas Assalariadas	Outros
Advogados	3					
Empregados Públicos	16					
Artistas	95					
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros		36				
Costureiras			60			
Operários em Metais			8			
Operários em Madeira			16			
Operários de Edificações			9			
Operários de Vestuários			34			
Operários de Calçados			7			
Lavradores⁴⁴				1.584		
Criados e Jornaleiros					42	
Serviço Doméstico					835	
Sem Profissão						4.271
Total	7.016					

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Para uma sociedade cuja economia tinha como principal espaço de produção desde o período colonial o cultivo agrícola, com ênfase da criação de gado no período imperial – o avanço das novas profissões que não estivessem intrinsecamente relacionadas ao trabalho “braçal” constituía-se como um aspecto transformador da sociedade vigente na então freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras.

Nesta perspectiva é que Figura 7 reúne uma porcentagem entre homens e mulheres livres que exerciam as chamadas ‘profissões liberais’, ou seja, aquela que naquele momento eram

⁴⁴ É importante compreender que as terminologias “agricultor”, “lavrador” e “proprietário” comumente são utilizadas nesta pesquisa com uma significância próxima em ambos os termos. Pois, a medida em que as décadas avançavam durante o século XIX, os proprietários escravistas passaram a se identificar como lavradores ou agricultores e criadores (OLINTO; MOTTA; OLIVEIRA, 2008).

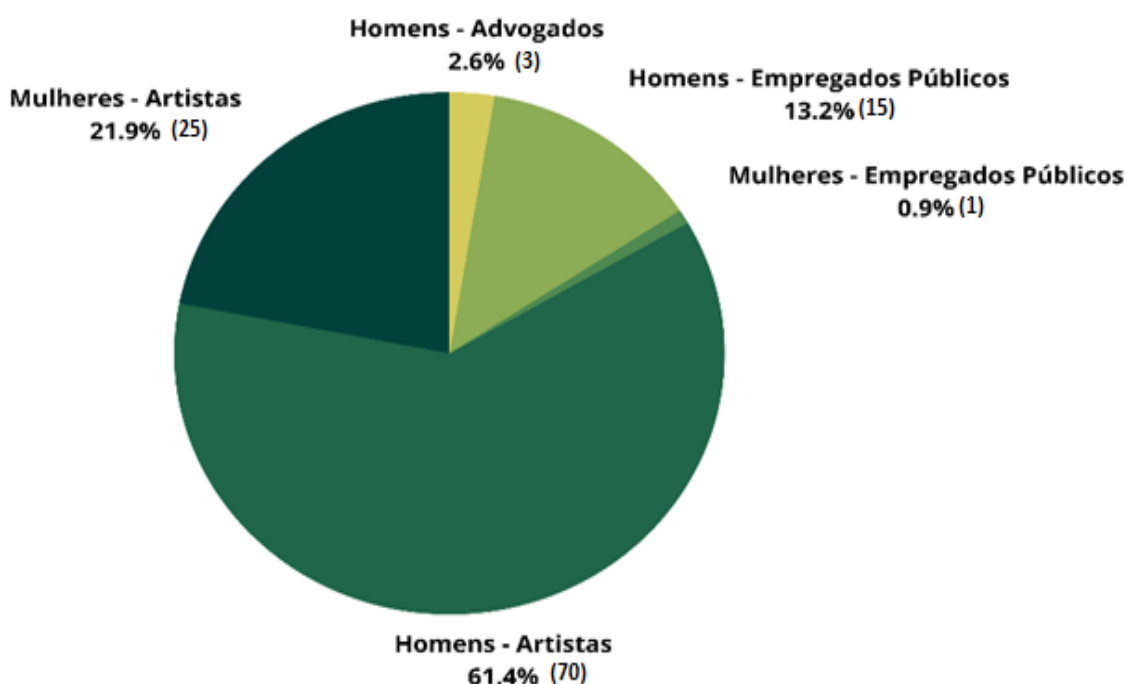
consideradas como novas para a sociedade cajazeirense e apenas um público muito restrito conseguia ingressar ou atuar, fosse como advogado, empregados públicos ou artistas.

Assim, no universo geral de pessoas livres nas profissões liberais tinha-se 114 indivíduos correspondentes à 100% no quadro geral das referidas profissões – deste quantitativo, 61.4% dos homens eram artistas e 21.9% das mulheres correspondiam à esta profissão. Ressalta-se, aqui, a relevância deste dado visto que no quadro geral foi o espaço de maior inserção das mulheres em 1872.

Já nos empregos públicos, as mulheres tiveram uma considerável queda correspondendo à apenas 0.9% destes cargos e aos homens cabendo 13.2%. Aqui também é notável que os homens livres não tinham tanto espaço neste tipo de profissão, visto que muitas vezes necessitava de uma indicação ou possuir instrução adequada para pleitear determinado cargo ou função; por último tinha-se 2.6% destes homens livres exercendo a vida pública por meio de seu bacharelismo (Gráfico 4).

Apesar de ser um quantitativo pequeno e restrito apenas aos homens, compreende-se que a pequena porcentagem correspondia aos indivíduos advindos dos grandes potentados locais – como por exemplo os Couto Cartaxo –, e exerciam seu privilégio de bacharéis com influência e esmero na intenção de ocupar os espaços da política local, provincial ou imperial.

Gráfico 4: Porcentagem de profissões liberais na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, no município de Cajazeiras, em 1872.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados presentes no Recenseamento da Província da Paraíba do Norte de 1872.

Com tantas mudanças ocorrendo na sociedade durante a década de 1870, em especial, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, era quase que inevitável que os mecanismos de poder fossem ressignificados, não no sentido de mudar foco – controle de poder político e econômico.

Mas, na perspectiva de ocupar os espaços que vinham ascendendo socialmente, como a exemplo, o espaço denominado por *artístico*, que chama a atenção por não proporcionar uma configuração precisa de como atuava esses 21.9% de mulheres artistas, mas que as colocou entre os grupos que de alguma forma atuavam na sociedade – o que desconfigura a ideia de que os grupos sociais cajazeirenses, naquele momento, serviam-se apenas de conflitos políticos.

Sendo assim, faz-se imprescindível compreender de que maneira os grupos sociais atuaram diante das diferentes circunstâncias que se apresentaram no cotidiano de suas vidas, principalmente no que tange um dos momentos mais significativos nas vilas e municípios do Império do Brasil – as eleições locais. O tópico 2.2 designa-se a discutir de que modo as práticas sangrentas atuaram sobre as eleições distritais e como que isso colidiu com as mudanças administrativas que estavam sendo perspectivadas.

1.2 PANORAMA DE *PRÁTICAS SANGRENTAS* EM ELEIÇÕES DISTRITAIS NO IMPÉRIO DO BRASIL

Analisar as práticas de violência que eram exercidas nos cenários eleitorais do Segundo Reinado é, antes de tudo, partilhar da ideia de que havia um “drama” que regulava a vida cotidiana da sociedade, e isso interferia nas relações econômicas e políticas entre os sujeitos sociais daquele momento.

Os proprietários rurais já não sentiam segurança na manutenção da clientela devido as aspirações da abolição, a pressão que os intelectuais promoviam com suas ideias sobre o governo Central gerava uma sensação de instabilidade e as disputas entre as elites locais e os agentes da Corte por espaços na cena política eram infladas, principalmente, no momento das eleições locais (ALONSO, 2002).

Não bastasse a crise econômica e política que estremecia as bases do regime monárquico em meados do século XIX, existia os diferentes projetos em rotas de colisão, como o que foi proposto pelo Marquês de Paraná em 1855 e, por meio de pressões, outorgado como a Lei dos

Círculos⁴⁵. Como premissa, tinha a intenção de garantir a representação da maioria por meio do voto distrital ao invés do voto provincial, pois, acreditava-se que dessa maneira poderia alcançar maior proporcionalidade na política.

Determinada Província, por exemplo, era dividida em pequenos distritos que poderiam eleger um deputado (DOLHNIKOFF, 2014). Além disso, é importante considerar que a fragilização dos partidos era um anseio do governo porque naquele momento ele estava almejando “[...] construir uma maioria ministerialista, afastada de luzias e saquaremas.” (ESTEFANES, 2010, p. 180).

De acordo com Jeffrey Needell (2009), o Gabinete da Conciliação:

Era um gabinete que, beneficiando-se da disciplina partidária dos Conservadores e do capital político de Honório, procurou desmoralizar o partidarismo ideológico e a influência eleitoral dos partidos, ao mesmo tempo em que fortalecia o papel eleitoral do gabinete, então sob a direção explícita do imperador no que diz respeito à política geral. (NEEDELL, 2009, p. 20).

Essa organização para o processo eleitoral, almejada pelo Gabinete da Conciliação, aspirava uma dinâmica política monárquica que fosse baseada nas relações de representação, por isso, a necessidade da reforma eleitoral com a inclusão do voto distrital. No cerne dessas aspirações existia o conflito acerca da ideia de representação na disputa política.

Por um lado, estavam os políticos defensores do voto distrital que acreditavam na perspectiva da representação baseada na semelhança, ou seja, os representantes seriam espelhos de um microcosmo social no universo distrital. A referida concepção garantia que as diferentes facções políticas fossem representadas, o que resultaria, por meio disso, em um equilíbrio político de interesse imperial.

Em outra perspectiva, os grupos que criticavam o voto distrital exaltavam a concepção de que só deveriam participar das eleições os indivíduos mais capazes, instruídos, virtuosos e ilustrados – pois somente eles seriam capazes e habilitados a garantir o bem comum. A eleição, por esses moldes, seria configurada pelos eleitores da Província, transcendendo os nomes distritais (DOLHNIKOFF, 2017).

⁴⁵ A Lei dos Círculos (1855) foi promulgada a partir de um projeto do Marquês de Paraná durante o Ministério da Conciliação. Essa, por sua vez, reorganizava a disputa pelas vagas de deputado – algo semelhante à lei francesa de 22 de dezembro de 1789 (NEEDELL, 2009). Em linhas gerais, essa lei foi concebida como um dos melhores alcances do Gabinete da Conciliação e estava entre os projetos de reforma eleitoral do Quinquênio Liberal. É importante ressaltar que o ministério da Conciliação também recebeu críticas da oposição, que alegava que ela servia ao interesse de alguns e não um projeto que servia ao interesse público (FERRAZ, 2015).

Conforme destacou Sérgio Ferraz (2012), é imprescindível notar que o gabinete Paraná funcionou como um “divisor de águas” na política do Segundo Reinado, pois, rompeu com o estrito domínio político de grupos conservadores sobre a máquina político-administrativa por meio da “Política da Conciliação”. E, foi a partir do Ministério da Conciliação que surgiram as oportunidades de representação e, por conseguinte, incorporação no cenário político-institucional de personagens políticos oriundos das zonas distritais.

O rompimento com o monopólio dos conservadores “saquaremas” articulou a reinserção dos liberais no sistema político abriu caminho para uma série de medidas modernizadoras vinculadas à infraestrutura, como, por exemplo, pode-se observar a implantação de ferrovias⁴⁶ nos diferentes lugares do Império do Brasil.

Jeffrey Needell afirmou que para além de um rompimento:

Essa direção frisava uma abordagem apartidária (até anti-partidária) em relação ao governo, na qual reformas eleitorais e judiciais diminuiriam o papel dos partidos no processo eleitoral, aumentando ainda mais o do gabinete, e na qual o gabinete se ocuparia do gradual desenvolvimento financeiro e infra-estrutural da nação. O imperador desejava que esse desenvolvimento fosse executado por homens, independentemente de seus antecedentes políticos, primordialmente leais ao Estado nacional, isto é, a ele e a sua visão sobre a “missão civilizadora” da monarquia. (NEEDELL, 2009, p. 20).

Essa noção de “missão civilizadora”, apontada por Needell (2009), lembra que a monarquia desejava promover o desenvolvimento [a seus moldes] da civilização brasileira. Essa “civilização” era almejada também porque existia a intenção de aproximar-se das nações civilizadas europeias, por isso a necessidade de orquestrar medidas civilizadoras (ABREU, 2002).

A imagem de uma sociedade civilizada não afetaria somente o equilíbrio político das instituições, mas, também, o prestígio do monarca D. Pedro II no aspecto global. Nesse sentido, de acordo com André Azevedo (2014, p. 18), “O desenvolvimento da civilização em âmbito

⁴⁶ A implementação de ferrovias no final do século XIX poderia ser concedida por diferentes meios, mas, é possível afirmar que um dos mecanismos que possuía grande influência nesse contexto era a barganha política. Podemos mencionar dois casos que aconteceram, um na Província do Ceará e outro na Paraíba do Norte. O primeiro faz referência a estrada de ferro de Baturité que deveria passar pelo curso do Rio Jaguaribe – localizado no então município de Icó. No entanto, era de interesses dos potentados de Iguatu que a passagem da estrada de ferro fosse por lá, portanto, o Coronel Belizário foi à Fortaleza e externou seu desejo ao correligionário Presidente Nogueira Acióli de que a estrada deveria passar por Iguatu. Sem titubear, seu pedido foi atendido (GALVÃO, 2019). O segundo caso, muito semelhante ao que ocorreu em Iguatu, diz respeito a Cajazeiras e São João do Rio do Peixe. Segundo Deusdedit Leitão (2000), Cajazeiras só não foi contemplada com a passagem da estrada de ferro porque uma das principais lideranças políticas da cidade, o Coronel Sabino Rolim, possuía terras onde hoje é o município de Santa Helena, localização que seria diretamente privilegiada se a ferrovia fosse direto para São João do Rio do Peixe, fato que não seria possível se esta, por sua vez, fizesse o percurso por Cajazeiras.

político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização.”

Discutindo sobre as mudanças no padrão de representação da cultura política, Lúcio Rennó percebeu que:

No caso dos países desenvolvidos, constatou-se uma alteração significativa no padrão básico de alguns casos, representada pelo avanço no sentido da consolidação da cultura cívica em algumas sociedades e pelo retrocesso em outras. A combinação da experiência histórica com a mudança nos padrões de socialização política está intimamente associada às mudanças culturais nos países desenvolvidos. (RENNÓ, 1998, p. 79)

Para D. Pedro II, era importante que o ideal de civilização fosse propagado, e isso só seria possível caso ocorresse uma transformação no seio da estrutura política e institucional, no sentido de possibilitar que os indivíduos mais notáveis ocupassem os cargos que colaboravam com o desenvolvimento do Império.

Abreu (2002, p. 142) afirmou que “[...] o ideal de civilização também foi frequentemente associado ao ideal de progresso, ambos diretamente dependentes da criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho [...]”. Na teoria, tudo isso condicionava as ações dos agentes da Corte, por exemplo, a trabalhar em prol do avanço da “humanidade para a civilização” – era preciso eliminar tudo o que fosse “bárbaro ou irracional” para tornar possível o projeto civilizatório.

Entretanto, ao considerar as ações políticas instrumentalizadas pelos agentes da Corte bem como grupos políticos em geral durante a segunda metade do século XIX, percebe-se que as suas práticas divergiam de seus discursos ou até mesmo ideais propagados, uma vez que faziam uso de todos os recursos possíveis – entre eles a violência – para conquistar ou manter os interesses políticos dos governistas.

Esta incongruência entre discurso e prática teve relação com o crescente interesse por parte dos agentes da Corte em influenciar e direcionar as eleições locais, visto que os representantes escolhidos deveriam compactuar e colaborar com o ideal de “civilização”. Sem dúvida, isso contribuiu para que as tensões locais tomassem cada vez mais profundidade no cotidiano dos grupos políticos e acirrasse as tensões já existentes, como foi o caso que aconteceu em Cajazeiras, no ano de 1872.

Todavia, é importante considerar que a ideia de “rompimento” e “inclusão” fazia parte do projeto conciliatório que o imperador tinha por objetivo propagar – o que não entrava em conformidade, necessariamente, com as narrativas construídas no Senado acerca da maneira

como as eleições ocorriam naquele período, principalmente se levar em consideração a atuação dos presidentes de província. O conceito de *representação* dialoga com essa perspectiva ao atentar que “[...] a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2013, p. 21).

Myraí Segal (2017, p. 34) lembra que, “Para vencer os pleitos e ajudar seus correligionários, os políticos faziam uso de diversas artimanhas [...]”, a conquista dos pleitos estava diretamente relacionada à ideia de prestígio que o político possuía, tanto com os grupos minoritários como com a elite política. Assim, o efeito positivo causado ao candidato pela conquista do pleito reforçava, antes de tudo, sua importância no sistema político vigente.

Corroborando com tal perspectiva, Pierre Bourdieu (2010, p. 14) lembra que “Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma ‘irreconhecível’ de relações de sentido.” No Brasil do século XIX, e, em especial, durante o Segundo Reinado os sentidos do poder político eram manifestados por meio da manutenção da legitimidade política que, por sua vez, era alcançada por diferentes práticas na cena política.

Em 1856, coube às Assembleias Provinciais a criação dos círculos, e, por sua vez, a representação das minorias no sistema majoritário da política. Os círculos eleitorais possuíam, portanto, uma predominância de autonomia frente ao poder central das províncias. Em tese, uma das intenções era fazer com que os presidentes de província perdessem sua capacidade de interferência durante as eleições – um dos maiores motivos da promoção de fraudes no Segundo Reinado.

Contudo, apesar do advento da Lei de Círculos, o então município de Sobral⁴⁷ situado na porção Norte da Província do Ceará, não deixou de ser palco do protagonismo sangrento dos irmãos Gomes Parente nas eleições de 1856 com os Paula Pessoa. Naquele momento, a parentela sob a ação dos ferozes Diogo Gomes Parente e Vicente Gomes Parente “braços” locais do Partido Conservador, conhecidos como “os irmãos capadores”, havia assassinado quatro de seus adversários políticos a facadas, o que garantiu a vitória de seu grupo nas eleições daquele ano (ARAÚJO, 2011).

Ainda em 1856, a Província do Piauí foi assunto no Senado Imperial, quando questionaram o ostensivo interesse do presidente da Província em proteger o candidato à deputado geral Antonio Borges Leal Castello Branco. O presidente, por sua vez, reuniu um

⁴⁷ Para maiores informações acerca da história de Sobral, ver: FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. 2ª edição. Fortaleza: Editora Heniqueta Galeno, 1974.

destacamento e direção ao círculo do Norte “[...] *para tolher o livre voto dos cidadãos, proclamado pelo governo supremo no seio da representação nacional.*”⁴⁸

Realizadas as eleições, as expectativas do imperador acabaram se concretizando, visto que, se por um lado a reforma eleitoral não garantiu a total e real liberdade de voto, bem como a ausência de fraude e violência, por outro fez desaparecer o fenômeno das bancadas maciças. Contudo, se existe certo consenso, na historiografia e nas fontes, acerca da efetiva quebra de unanimidade partidária e da possibilidade de representação das minorias, não há acordo sobre o número exato de liberais que conquistaram um lugar na Câmara de 1857 (FERRAZ, 2013, p. 135).

Na Sessão de 13 de maio de 1859⁴⁹, foi relatado um Parecer no Senado Imperial que tratava sobre as eleições ocorridas em 5 de março daquele mesmo ano, no Colégio de Aracajú situado na província de Sergipe. A província, naquele momento, era dividida em quatro distritos eleitorais – o Colégio de Aracajú era composto pelo número de oito freguesias (Aracajú, Laranjeiras, Maroim, Rosario, Divina Pastora, Pé de Banco, Capela e Santo Amaro).

A suposta eleição que as atas apresentadas à Comissão de Constituição regulamentaram elegeram para senador da Província de Sergipe, o Sr. Antônio Diniz de Siqueira e Mello. No entanto, nem só nas atas correram as informações dessa eleição. Chegou ao debate do Senado que outros papéis relativos à eleição continham informações adversas que colocaram em suspeição o processo eleitoral ocorrido em Pé de Banco.

Isso lembra a maneira como se constituíram as diferentes *representações* sobre o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Não importava o lugar ou os agentes promotores da notícia, fosse nos jornais ou Poder Judiciário, havia constantemente um borbulhamento de notícias acerca do fato que invalidavam, contrapunham ou afirmavam a maneira como o crime estava sendo propagado.

Surgiam também muitas incoerências, como, a exemplo, quando uma carta foi enviada ao presidente da Província da Paraíba contendo mais de cem assinaturas, entre elas, a de um amigo de João Torquato e João Pires – atores da trama do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Naquele momento, a referida ocorrência pode ter passado despercebida, porém, tal atitude poderia objetivar diferentes fins, uma vez que a assinatura daquele indivíduo pudesse talvez

⁴⁸ Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 2, Sessão 11/07/1859, **Fala do Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre as ações do presidente da Província do Piauí**, 1859, p. 111. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1859/1859%20Livro%202.pdf.

⁴⁹ Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 1, Sessão 13/05/1859, **Parecer das eleições na Província de Sergipe**, 1859, p. 434. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1859/1859%20Livro%201.pdf.

deslegitimar o abaixo assinado da população, se os criminosos argumentassem que foi feito um motim para arrecadar assinaturas de quaisquer indivíduos para incriminá-los. Esses crimes em processos eleitorais tinham suas representações aperfeiçoadas de acordo com as possibilidades de brechas para uso de táticas para burlar a lei. Mas, retornando ao caso da freguesia da Província de Sergipe.

Ocorreu que a freguesia de Pé de Banco foi palco de cenas de violência durante as eleições entre partidários do barão de Maroim e os capangas do presidente da Província – fazendo com que não houvesse mais eleição naquela freguesia no corrente dia. A lista tríplice que fora submetida ao Imperador continha três nomes: o barão de Maruim, com 275 votos; o comandante superior da Guarda Nacional Antônio Diniz, com 253 votos; e o barão de Cotinguina, com 229 votos (ALBUQUERQUE, 2013).

A partir da leitura dessas interferências no processo eleitoral, tem-se a noção de que existia um cultivo dessa prática em diferentes regiões do Império do Brasil. Salvo às especificidades de cada processo, a cultura política da representatividade de poucos era muito presente desde a organização das eleições até os nomes enviados nas atas – e tudo isso era reforçado pelas redes de sociabilidade constituídas entre os grupos políticos.

Segundo Ibarê Dantas (2016, p. 38-39), “Os presidentes da Província, que, no Segundo Reinado, eram pessoas de fora, nomeadas pelo Imperador, ajudavam a fazer as derrubadas para favorecer o partido governante.” Esta perspectiva confabula com a ideia de que além dos desentendimentos entre os candidatos, o presidente de Província usava de sua influência para interferir – mesmo que de modo violento – nas eleições distritais em 1859 e nos anos seguintes.

Para tanto, é importante lembrar da discussão feita por Maria de Fátima Gouvêa (2008) em que relatou que no âmbito de administração provincial, o vice-presidente da Província que era um representante local, também exercia influência quando assumia o posto de poder. Suas ações, portanto, era de reforçar o poder local, representar os interesses dos grupos políticos que o apoiava em âmbito de Província.

A Lei dos Círculos sofreu modificação no início da década de 1860, quando aumentou o número de um para três deputados, o que possibilitou a recuperação dos espaços das elites partidárias sem, contudo, retomar o predomínio das listas (FERRAZ, 2013). A Lei dos Círculos amenizou os debates que priorizavam a noção de que a centralização das decisões e a representatividade ancorava-se nas capitais de Província, gerando, com isso, a segregação dos representantes locais.

Bruno Freitas (2007) chamou a atenção para o fato de que essa perspectiva contrapunha duas noções comuns na política do período imperial. Primeiro, ela associava o Partido Liberal as capitais de Província e o Partido Conservador, por sua vez, aos potentados rurais. O autor considerou ainda que as autonomias locais não poderiam ser intrinsecamente relacionadas aos grupos rurais, pois, no caso da Província do Ceará, a decadência de alguns dos grupos rurais não estaria relacionada à decadência de poder político.

Exemplificando melhor, na Província em questão existia o elemento político designado por “carcará” que representava os Fernandes Vieira da região dos Inhamuns. Esse, por sua vez, possuía força em nível provincial e forte domínio no Partido Conservador. Com isso, o autor afirma que o poder político advinha das diferentes regiões do interior da Província e não como algo segredoado ou advindo de um determinado grupo ou localidade. Assim, a perspectiva dos círculos eleitorais nos distritos beneficiava as elites locais. “Mas é declarado que a sustentação de tal projeto (da criação dos círculos eleitorais) foi feita, principalmente, pelos políticos liberais, enquanto os conservadores desaprovaram a medida.” (FREITAS, 2007, p. 3).

Como a Lei dos Círculos não foi suficientemente eficaz para prevenir eleições problemáticas, na década de 1860 a Província do Ceará foi palco de intenso conflito nas mediações de vila da Telha, no dia 10 de setembro do corrente ano. Naquele deveria ter acontecido a eleição, mas, por interferência da violência cometida no ordinário conflito o pleito foi interrompido.

Na mesma data, houve forte tensão política no Icó em dia de eleição, porque Miguel Fernandes Vieira (representante direto dos carcarás dos Inhamuns) interferiu o pleito eleitoral. Freitas (2007) chama a atenção ao fato de que, a influência de Fernandes Vieira era tamanha naquele momento que apesar de estar situado geograficamente distante da região dos Inhamuns, o representante político conservador conseguiu interromper o pleito em Icó, localizado na porção Centro-Sul da Província do Ceará.

No dia 31 de maio de 1861, em Sessão⁵⁰ na tribuna do Senado, o senador Eusébio de Queiroz relatou que durante a eleição na freguesia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, houve um conflito que paralisou o processo eleitoral. Na ocasião, as cenas se deram com violência até mesmo na igreja, onde os *cidadãos respeitáveis* queixavam-se da ausência de ordem por parte da polícia que não empreendeu força necessária na igreja para impedir que homens notáveis da

⁵⁰ Para mais informações ver: Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 1, Sessão 31/05/1861, **Fala do Senador Euzébio de Queiroz acerca das eleições em Santa Rita**, 1861, p. 367. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1861/1861%20Livro%201.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

freguesia fossem repelidos das eleições pelos liberais. A questão que fico em suspeição no debate é: por que a força policial não foi empregada para manter a ordem das eleições na distinta freguesia da Corte?

Sabe-se, até aqui, que o cenário eleitoral na Corte não era tão diferente do restante do Império em termos de acontecimentos políticos. Então, ao ilustrar o exemplo da ocorrência tão próxima da Corte, a intenção é aproximar essas realidades, por mais que os personagens e interesses as vezes sejam diferentes. O que acontecia no sertão da Paraíba não era à parte do que acontecia na Corte e, detalhe, aconteciam, na maioria das vezes, simultaneamente.

Questões como esta repercutiram durante diversos momentos nas narrativas sobre as cenas eleitorais do Segundo Reinado, principalmente colocando em questão as práticas cometidas pelos oficiais da Guarda Nacional, como foi o caso ocorrido em eleição na Província do Piauí em 1862.

Falou-se, Sr. presidente, no recrutamento, e disse-se em tom categórico... Ah! quem o disse foi mestre muitos anos, e os mestres falam como quem são. **«O melhor meio que se tem descoberto de fazer o recrutamento é entregá-lo aos oficiais da guarda nacional no interior; temos tentado fazê-lo por meio dos oficiais do exército, e nada temos colhido.»** Isto, Sr. presidente, V. Ex. permita que eu traduza da maneira seguinte: **Um dos meios profícuos de podermos fazer as eleições é entregar a certos oficiais da guarda nacional o recrutamento; esses oficiais ameaçam o votante, dizem que o recrutarão se não votar na sua lista, a lista do governo, já se sabe; e ao mesmo tempo asseveram que, se votar, ficará isento,** porque, acrescentam eles: «Isto hoje não depende senão de nós; aqui está a portaria que nos encarrega de recrutar neste distrito.» E' o tal **sistema preconizado** de que nos falou o Sr. ex-ministro da guerra no seu relatório; é entregar aos comandantes superiores o recrutamento; o que dá-lhes muito maior força e muito maior circunscrição, porque o comando superior de ordinário abrange diferentes termos. **Esse homem é da nomeação do governo; esse homem quer conservar-se, quer mesmo ter a sua comenda ou baronato, e então serve ao governo,** e depois diz-lhe em uma cartinha particular: **«Vencemos a eleição; mas foi necessário ameaçar com o recrutamento, fazer tais e tais violências, etc.»** O ministro responde: **«Meu íntimo amigo, como as circunstâncias eram urgentes e nós vencemos, o que era essencial, Vm. continue a ser comandante superior, e mais tarde, se houverem graças, pedirei a Sua Majestade o Imperador que o galardeie com uma comenda.** (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 30/06/1862, p. 53, grifo nosso).

Embora desde o início da promulgação do projeto de conciliação a proposta do imperador fosse promover uma política que não se pautasse na violência, porque era sua intenção fazer com que a sociedade evoluísse aos moldes dos países europeus – tornando-se uma civilização; não foi por isso que os agentes da Corte deixaram de praticar atos fraudulentos,

ações violentas e de coerção em nome dos interesses partidários, de preferência, aos interesses dos partidos vinculados ao presidente da Província.

É nesse contexto que o excerto acima relatou a prática clientelista exercida pelos oficiais da Guarda Nacional em eleição ocorrida na Província do Piauí, em 1862. O recrutamento para o Exército ou para a Guarda Nacional era algo que produzia medo na sociedade, nesse sentido, os agentes da Corte faziam uso de sua hierarquia para manter o controle social e, por conseguinte, político, conforme afirmou André Fertig (2010). Ele disse mais que a Guarda Nacional, enquanto “milícia institucionalizada do Império”, promovia o controle social não para manter a ordem, mas, principalmente, para garantir que a lealdade (leia-se também obediência) dos moradores dos distritos fosse mantida.

Por isso que no extrato acima afirmou-se que *o recrutarão se não votar na sua lista e se votar, fica isento* do recrutamento. Esses eleitores seriam o que Fertig (2010) chamou de “clientes em potencial”, ou seja, era exercido uma relação de clientela entre os oficiais e os votantes que não queriam ser recrutados.

Na sessão⁵¹ do dia 17 de fevereiro de 1864, o Sr. Carneiro de Campos relatou em assembleia uma tensão política na freguesia de Sorocaba, na Província de São Paulo, que ocorreu durante o processo eleitoral em 1863.

Segundo Carneiro de Campos, ao serem concluídos os trabalhos eleitorais, os presentes levantaram a dúvida acerca de inserir ou não um protesto na ata. Resultou que foi preciso empregar a força pública para impedir que as partes entrassem na Igreja – apesar disso, um sujeito do Partido Liberal saiu gravemente ferido.

Na mesma Sessão, Carneiro de Campos relatou que no dia 10 de agosto de 1863 também ocorreu uma tensão sangrenta na freguesia de Piratiny, na Província do Rio Grande do Sul. Naquele dia, de sete para oito horas da noite, Evaristo Antônio Garcia assassinou João Antônio Ortiz dentro da Igreja.

Lá, aguardavam a chegada das urnas eleitorais em conjunto com outros indivíduos e o incidente ocorreu. No entanto, embora o assassinato tenha ocorrido durante o processo eleitoral, sua atribuição não foi por ocasião do pleito local – isso lembra a perspectiva que Graham (1997) chamou a atenção, ao dizer que muitos conflitos eram em decorrência das eleições, mas, é importante reconhecer que existiam aqueles advindos de questões de terras, tensões familiares – desembocando, na maioria das vezes, no Poder Judiciário.

⁵¹ Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 2, Sessão 17/02/1864, **Fala do Sr. Carneiro de Campos sobre as tensões ocorridas durante eleições nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul**, 1864, p. 113. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1864/1864%20Livro%202.pdf.

Assim como diversos conflitos não possuíam relação direta com o momento das eleições, é preciso atentar também que muitas das decisões judiciais na década de 1870 correspondiam aos interesses do monopólio político dos fazendeiros locais ou de figuras com grande influência política na província.

O Poder Judiciário, por sua vez, era ocupado pelas pessoas advindas das famílias mais abastadas; quando isso não acontecia, a indicação do agente do judiciário era dada pelos pecuaristas locais, como foi ocorrido no interior do Ceará, quando o possuidor de terras Francisco Fernandes Vieira, mais conhecido como Visconde de Icó, articulou a nomeação de um de seus filhos a delegado, o genro a juiz de Direito e o primo juiz municipal (GRAHAM, 1997).

Acredita-se, portanto, que as mudanças administrativas mencionadas neste tópico bem como os interesses por lugares na administração, assegurados na maioria das vezes pela clientela, impulsionava práticas sangrentas assim como tencionava desavenças já existentes entre os potentados locais – fazendo com que o momento das eleições fosse transformado em um verdadeiro palco para o teatro de disputas desses diferentes personagens do Império, como foi o ocorrido em Cajazeiras, no ano de 1872.

Além disso, pelo breve panorama dos acontecimentos eleitorais explanado neste tópico, pode-se perceber que a violência e a fraude faziam parte daquele contexto como uma cultura política do Antigo Regime que vinha se ressignificando ao longo do tempo e de acordo com o espaço em que era promovida, ou seja, renovando-se mediante a necessidade dos sujeitos que interagiam no dado recorte espacial.

Pensando nisto, o terceiro capítulo discute a maneira como essas práticas políticas eram orquestradas durante e, após as eleições no Segundo Reinado, uma vez que tal momento significava um dos maiores e mais turbulentos eventos em cada vila, município e até mesmo em toda a Província e Império, como foi o caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras.

CAPÍTULO II



“O MINOTAURO É INSACIÁVEL”? REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS POLÍTICAS EM ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO

2. “O MINOTAURO É INSACIÁVEL”? REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS POLÍTICAS EM ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO

Nenhuma ação do homem, independente do tempo em que está ou esteve situado, é desinteressada. Assim também é possível visualizar a maneira como os grupos políticos agiam na segunda metade dos oitocentos. Seus interesses ou dos partidos que representavam guiavam suas ações mesmo que para isso fosse preciso utilizar de meios violentos, que muitas vezes deixavam ensanguentadas as ruas das vilas e municípios do Império do Brasil.

Tanto a História como a Sociologia discutem as diversas ações dos sujeitos em seus respectivos espaços de inserção e temporalidades. Mas, para além de verificar a maneira como eles agem, é preciso observar a influência que o contexto de inserção exerce sobre a vida desses homens e mulheres, livres, abastados ou escravizados. É certo que nenhuma ação foi desinteressada, mas, concorda-se que os interesses eram aguçados pelas circunstâncias do momento.

O Segundo Reinado, em especial, as décadas de 1860 e 1870, foram marcadas por reviravoltas que puseram de “cabeça para baixo” a maneira como a monarquia vinha operacionalizando seu poder sobre as províncias, foi como um escancaramento do caos que eclodiu no início do período, com o enfraquecimento das instituições ligadas ao Poder Moderador, com o ideal de modernização, com a construção de novas leis, com a promoção da Guerra do Paraguai, a difusão do abolicionismo, a seca nas províncias, enfim, nos diferentes âmbitos da administração imperial concebia-se uma fragilização da influência de D. Pedro II e seus agentes.

Sendo assim, um dos momentos mais “cativantes” para pôr em estado de ebulição todas essas questões era durante as eleições. Elas serviam de palco com direito a plateia que, por sua vez, garantia participação especial de acordo com os interesses que estavam em jogo na cena política.

Este capítulo dedica-se, por sua vez, a compreender a maneira como as práticas políticas exerciam seus poderes durante os pleitos eleitorais. Questiona-se, portanto, as redes de sociabilidade e familiares a quem os personagens estavam inseridos, busca-se compreender os níveis de influência da Corte nas ações locais e de que maneira tudo isso era representado.

Dividido em três tópicos, o primeiro corresponde às ocorrências eleitorais na Província do Ceará, tendo como foco os casos de Vila da telha (1860) e Icó (1872). Discute-se, inicialmente, a maneira como as tensões foram propagadas e de que maneira elas se distanciam-

se e aproximam-se do caso em Cajazeiras, visto que eram basicamente vizinha no eixo divisório das províncias.

Além disso, discute-se a maneira como o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras chegou ao repertório do Senado Imperial e quais foram as representações construídas sobre ele durante as falas de senador Pompeu, representante do Partido Liberal na Província do Ceará. Por último, questiona-se como tais ocorrências constituíram-se como *hecatombes políticas* no Segundo Reinado.

2.1 “TRIBUTOS DE SANGUE” NA PROVÍNCIA DO CEARÁ: O CASO NA VILA DA TELHA E ICÓ E SUAS APROXIMAÇÕES COM O CENÁRIO CAJAZEIRENSE

2.1.1 A tensão em Vila da Telha

A Província do Ceará foi palco de diversos conflitos armados que resultaram muitas vezes em sangue, desde o final da década de 1850, até o final da década de 1870 – período em que se considerou mais agitado em termos eleitorais, pois, de um lado existiam as ideias de transformação do Estado imperial e, de outro, existia o anseio dos partidos Liberal e Conservador em ficarem na grande cena da administração (FARIAS, 2015; CORDEIRO, 2007).

Essa intensa atividade de ambos os partidos propiciou um cenário justificável para que o imperador, D. Pedro II, promovesse uma rotatividade em seus ministérios e, também, nas presidências de províncias. Apesar da rotatividade, que almejava a manutenção dos interesses do imperador, isso não foi capaz de cessar ou mesmo amenizar os conflitos que ocorriam nos círculos provinciais, como foi o caso dos derramamentos de sangue nas vilas mais distantes de Fortaleza.

Na década de 1860, período em que as tensões estavam afloradas, houve um acontecimento em Vila da Telha que, segundo Freitas (2011, p. 112), “[...] abalou a tranquilidade da povoação”. Apesar da intensidade da tensão, o conflito armado entre os liberais e conservadores não foi algo inusitado na região. Ao longo do século XIX, Vila da telha foi palco de diversos conflitos entre membros das famílias Montes e Feitosas, grupos rivais e autoritários desde o início do século (FREITAS, 2011).

A rivalidade entre os diferentes grupos era alçada por diferentes motivos. Segundo Freitas (2011), um dos motivos era o fato de que:

Telha tivera como atividades econômicas de destaque a prática oleira, que dava nome à localidade e a agropecuária, contando a região com uma quantidade considerável de açudes particulares destinados ao consumo humano e de animais, assim como às plantações e aos engenhos de moer cana, também em presença vasta (FREITAS, 2011, p. 112).

A questão da posse de terras férteis e com água era, em si, um motivo para que essas famílias promovessem conflitos entre si, porém, a manutenção da clientela também era um fator que contribuía para que as famílias da elite local disputassem as terras e os espaços administrativos e políticos na região.

De acordo com Freitas (2011), em 1860 a então Vila da Telha respondia administrativamente à Comarca de Icó⁵², junto com Lavras, Jaguaribe Mirim e Pedreiro. Telha, por sua vez, tinha seus limites geográficos muito bem definidos no que tangia a Comarca de Icó e fazia divisa com a Comarca de Saboeiro, região próxima ao termo de Arneiroz, que era administrado pelas *redes familiares* dos Fernandes Vieira.

Entre os diversos fatores, essa localização de Vila da Telha, em particular, favoreceu o crescimento de eleições conflituosas em 1860, pois, além de afetar os arranjos políticos dispostos em décadas anteriores, também pôs em questão a validação da organização provincial em círculos eleitorais (FREITAS, 2011).

Além desses fatores, a situação geográfica de Vila da Telha representava a divisão dos domínios territoriais que tinha relação com Saboeiro, que era, por sua vez, “berço da facção política vinculada à família Fernandes Vieira, liderança conservadora em nível provincial conhecida como “carcarás”, e a sede administrativa da quarta comarca da província”, conforme apontou Freitas (2011, p. 115).

A facção Carcará representava o grupo que possuía maior influência política dentro do Partido Conservador na Província do Ceará e atuava junto ao líder boticário Antônio Rodrigues Ferreira, concedendo, desse modo, a aliança de nome Boticário-Carcará, conforme ressaltou Montenegro (1980).

Desde 1859, Vila da Telha já possuía o número de 2169 votantes e 30 eleitores, o que correspondia a segunda maior quantidade de votantes em âmbito distrital, uma vez que estava

⁵² Em 1860, era considerada a quarta Comarca da Província do Ceará. O nome da referida comarca foi dado pela designação de Visconde, por meio da pessoa do coronel Francisco Fernandes Vieira, patriarca do tronco familiar dos irmãos Manuel Fernandes Vieira e Miguel Fernandes Vieira. O coronel Fernandes Vieira também foi sogro de Gonçalo Baptista Vieira, que se tornara Barão de Aquiraz em 1871. Para maiores informações ver: Freitas (2011).

atrás apenas do distrito de Lavras. Caso unisse seu número de votantes aos das demais vilas, poderia, portanto, decidir a classificação dos aspirantes aos pleitos políticos. Essa influência política e administrativa acometia, inclusive, os pleitos que estavam por vir (BRASIL, 1997).

Conforme já discutido, as elites locais não poupavam esforços para garantir que seus interesses fossem viabilizados, na vila, na província ou pela extensão do próprio Império do Brasil. A estrutura hierárquica da província dependia, em partes, pelo imperador com a nomeação do presidente de província, e, por outro lado, dependia também dos deputados da Assembleia Provincial. Os últimos, por sua vez, subiam ao poder por meio das eleições distritais de cada círculo provincial – e cada círculo era “administrado” politicamente pelos grupos políticos locais que possuíam clientela capaz de exercer seu poder de troca ao serem considerados votantes ou eleitores.

Sendo assim, os pleitos eleitorais ficavam a cargo da competência das autoridades locais que, na maioria das vezes, haviam estabelecido relações pessoais ou políticas com os grupos da elite local. Para Freitas (2011), a ligação dessas autoridades:

oferecia a possibilidade do exercício de comando em certas situações. Especula-se que Bernardo Duarte Brandão, o Barão do Crato, tenha influenciado forçosamente a transferência de um comandante superior da Guarda Nacional, Francisco Manuel Dias, do Icó para o comando de Lavras e Telha em 1867, no intuito de livrar-se da autoridade deste na cidade do Icó, ponto onde não desejara ver ameaçados os seus interesses políticos. (FREITAS, 2011, p. 119).

Ações como essa promovida pelo Barão do Crato eram frequentes em todas as localidades do Império do Brasil. No entanto, sendo um lugar de disputas políticas entre Comarcas, a então Vila da Telha tornou-se queixosa da frequente interferência do Tenente Pompêo⁵³ durante as eleições locais de vereadores e juízes de paz.

Na manhã do dia 7 de setembro de 1860, a pequena Vila da Telha estava repleta de votantes do Partido Liberal e Conservador que se situavam nas imediações da Igreja para nomearem os eleitores. O chefe local dos conservadores, o senhor Antônio Cândido Barreto e seu subdelegado Leonel empregaram na Vila tamanha violência ao ponto de ameaçar o bom ânimo social e desencadear a desordem.

Os representantes do Partido Liberal, desse modo, foram privados de participar do pleito eleitoral que naquele momento ocorreria. Sem condições de revidar, saíram em disparadas para

⁵³ O que se sabe até o presente momento é que o Tenente Pompêo Capistrano do Rego Lôbo era delegado no termo de Vila da Telha na década 1860 (FREITAS, 2011).

os diferentes sítios que se localizavam na região e os conservadores, por sua vez, trancaram as portas da Matriz e dispuseram seus guardas armados no patamar da Igreja até a manhã seguinte (FREITAS, 2011).

Na manhã seguinte, chegando à localidade outros liberais da região, depararam-se com a cena do patamar da Igreja tomado pelos guardas armados a mando dos conservadores. Foi então que tomaram, cada qual, um *copito de aguardente* para fechar os couros e tiveram seus ânimos encorajados frente o desaforo dos conservadores. As vozes foram exaltadas e com as armas que estavam disponíveis foram em direção ao Patamar (FREITAS, 2011).

De acordo com João Brígido (1969):

O subdelegado Leonel, com os seus homens, correu a ocupar essa posição que é um pouco a cavaleiro do chão e travou-se um combate renhido, que fez liberar a coragem dos dois grupos. Leonel, a quem se juntou o delegado de polícia, rechaçava os assaltantes, enquanto êstes tratavam de vingar o patamar da igreja. Nessa luta morreu o delegado de polícia, morreu um chefe liberal e morreram mais 12 homens, havendo mais de 30 ferimentos. (BRÍGIDO, 1969, p. 491).

O caso de Vila da Telha é emblemático na caracterização de como ocorriam as eleições no Brasil durante o Segundo Reinado, tendo em vista que para além de um pleito eleitoral, o momento de escolha dos eleitores e, fosse nas eleições primárias ou secundárias, era figurado numa grande cena em que os diferentes atores – cada um com seu papel simbólico na trama – desempenhavam a função de defender os interesses do partido que naquele momento o representava.

A Eleição Primária era o momento em que qualificavam os votantes, ou seja, aqueles que iriam escolher os eleitores. De acordo com Francisco Belisário de Souza, para a escolha dos votantes juntavam a grande massa da população que havia sido apresentada pela lista de qualificação, “o votante **era**, por via de regra, analfabeto; não **lia**, nem **podia ler** jornais; não **frequentava** clubes [...] de política só **sabia** do seu voto, que ou **pertencia** ao Sr. fulano de tal por dever de dependência [...] ou gratidão [...]” (1979, p. 33, grifo nosso).

Mesmo entendendo e respeitando o lugar social em que Francisco Belisário estava inserido, em um contexto das disputas partidárias do século XIX, e, apesar de narrar os “fatos” políticos com tantas impressões e descrições; como todo sujeito social ele possuiu seus interesses e foi influenciado pelo momento em que, ao mesmo tempo, vivenciava e escrevia sobre as eleições. Portanto, mesmo fazendo uso de sua narrativa para fins de contextualização, entende-se nesta pesquisa que existiram meandros em que os votantes muitas vezes burlavam

as regras, criava acordos com representantes políticos e, com isso, viabilizava múltiplos segmentos para a cena política para além da visão apresentada por Francisco Belizário.

Esta pesquisa se contrapõe à perspectiva dele, por não acreditar que existia apenas um discurso pautado numa pretensa verdade, no entanto, não desconsidera-se, aqui, a relevância e alguns aspectos apontados por ele, conforme já mencionado acima, para o campo da história política do Brasil no Período Imperial.

Souza (1979) já mencionava algo que Graham (1997) reafirmaria em época duas décadas depois. Para ele, as eleições tinham seus momentos de disputas mais acirradas tomaram ares de festejos, reuniam o povo em grupos aos arredores da igreja, “[...] ao lado desta, cada um dos partidos **tinha** o seu barracão (expressão técnica) onde se **regalavam** a fartar seus votantes com as iguarias e bebidas de sua predileção.” (SOUZA, 1979, p. 34, grifo nosso).

A indispensável reunião da massa de votantes muitas vezes predispunha o que Souza (1979) chamou de “cenas repulsivas”, ou seja, os conflitos que eram gerados pelas discordâncias entre os simpatizantes dos grupos políticos. Em um segundo momento, tendo sido escolhidos os eleitores, esses, por sua vez, tinham de cumprir com a missão de escolher “[...] os representantes do povo nas Assembleias Provinciais e na Câmara dos Deputados. Os eleitores escolhiam, ainda, os membros do Senado sempre que houvesse vacância em uma de suas cadeiras [...]” (CASTELLUCCI, 2014, p. 187).

Essa disputa por interesses e lugares nos cargos públicos fazia com que os pleitos eleitorais possuíssem uma dinâmica muito instável nas diferentes regiões e até mesmo na Corte. Graham (1997), ao discutir a ideia das eleições como um “teatro” apresentou o exemplo das eleições no interior da Província da Bahia. Assim como nas localidades já mencionadas, na Bahia também ocorreu proibições, conflito e tensão entre os líderes políticos. Isso mostra que similar ao que estava acontecendo no Ceará e na Paraíba do Norte, também existia e era profundamente propagado em outros espaços geográficos do Império.

O teor da violência existia não como uma mera finalidade, mas, estava inserida nos aspectos práticos da trama ressaltando o simbolismo da força, do conflito e do sangue que comumente era derramado nos patamares das Igrejas para demonstrar a força de seu poder político na localidade, como foi o caso de Vila da Telha, em 1860, e na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras, em 1872.

Isto lembra a perspectiva de Bourdieu em *O Poder Simbólico*, ao afirmar que “[...] a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 165), ou seja, a ideia de política, em si, só tem sua existência afirmada a partir das

relações que são empreendidas no jogo político e que fazem uso, por sua vez, das diferentes técnicas de expressão e ação.

A passagem de Bourdieu expressa não somente um alinhamento do campo do político, mas dialoga diretamente com as práticas políticas que ocorriam no período eleitoral do Segundo Reinado. Entre os diferentes exemplos de práticas que eram empreendidas nas eleições daquele momento, tem-se a violência. Como já dito acima e reforçado na perspectiva teórica de Bourdieu, as práticas de violência não existiam apenas com o intuito de promover a vitória a um dos lados e o outro sair como perdedor. Pelo contrário, tais práticas colocavam em cena a força dos grupos da elite local e suas capacidades de se manterem no jogo político.

A partir da exemplificação do caso de Vila da Telha, acredita-se que a violência, enquanto prática política em algumas eleições no Segundo Reinado, constituía-se como uma maneira de legitimar o poder dos grupos partidários e produzir uma representatividade da continuidade dessa classe na política daquele período. Mas, levando em consideração que a então Vila fazia parte da Comarca de Icó, como aconteciam as cenas eleitorais em Icó? Os pleitos eleitorais possuíam alguma semelhança com o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras?

2.1.2 O conflito na Paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó

Situada na extrema com a Província da Paraíba do Norte, a Paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó⁵⁴ sediava a relevante⁵⁵ Comarca de Icó, na Província do Ceará, durante o Segundo Reinado. A rotina rural de criação de gado e agricultura ainda era comum naquela localidade. O Censo de 1872⁵⁶ mostrou que existiam atividades voltadas para a pesca, assim como criação de animais e lavoura – este último com o número de 2.427 divididos entre lavradores e lavradoras (BRASIL, 1872).

Apesar de possuir uma economia rural ativa, no ano de 1872 a sociedade icóense já desempenhava funções relacionadas às profissões reconhecidas naquele momento como “liberais”, ou seja, que não estavam diretamente relacionadas às ações do campo. Isso é vislumbrado por meio dos dados do Censo de 1872 que mostraram atividades sendo desempenhadas por advogados, notários, escrivães, oficiais de justiça, parteiros, professores e

⁵⁴ A Vila de Icó situava-se na porção centro-sul da Província do Ceará.

⁵⁵ A Comarca de Icó constituiu relevância na Província do Ceará desde fins do século XVIII, com a fundamentação da economia pecuarista. A região que compunha a Comarca ficou conhecida por isso e, também, por ter sido um ponto de passagem de boiadeiros que cruzavam os sertões interprovinciais.

⁵⁶ Para maiores informações, ver Censo de 1872, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf.

homens das letras, artistas e empregados públicos – tendo, por sua vez, a maior incidência dos artistas, com um número de 183 indivíduos entre homens e mulheres, seguido dos empregados públicos, com 24 homens e nenhuma mulher (BRASIL, 1872).

Naquele ano, a estrutura social do Icó também contava com muitas profissões que tinham como foco o comércio e a manufatura, tais como: fabricantes, comerciantes, guarda-livros, caixeiros e costureiras – este último com maior número, com 2.581 mulheres exercendo a profissão.

O Censo de 1872 também demonstrou que existia um público voltado para os serviços manuais ou mecânicos, ou seja, pessoas que trabalhavam com metais, tecidos, couro e pele, e vestuários – sendo que os indivíduos que trabalhavam com tecidos encontravam-se em maior número, tendo o quantitativo de 352 mulheres e nenhum homem; já as demais profissões mencionadas não possuíam nenhuma figura do gênero feminino desempenhando os serviços (BRASIL, 1872).

Embora não seja o foco principal desta discussão, a partir dos dados apresentados acima, é possível perceber que o povo do Icó mantinha sua ligação econômica com o meio rural preservada, no entanto, isso não impedia que os indivíduos tentassem promover atuações econômicas por meio do comércio ou manufatura. O que demonstra que os grupos da elite local estavam interessados nas novas perspectivas de rentabilidade econômica – não para deixarem o meio rural, mas, para terem um caminho a mais a percorrer na esfera econômica da cidade.

Mesmo tendo aproximações com as mudanças econômicas que não partiam necessariamente do meio rural, a sociedade icóense não deixava de ser uma sociedade escravista para o ano de 1872. De acordo com o Censo já mencionado, na Paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó existiam 129 escravizados e 188 escravizadas (BRASIL, 1872).

A partir destes dados, entende-se que os grupos sociais residentes no Icó exerciam, em 1872, as profissões liberais, mas, por outro lado, também mantinham as suas atividades ligadas ao predomínio rural em virtude da manutenção do *status quo* que as grandes fazendas proporcionavam.

O espaço rural fomentava poder em diferentes aspectos: manutenção de escravos, mesmo em um número reduzido; provimento da lavoura que, naquela época, era exportada para outros lugares; e, um dos pontos mais relevantes, a manutenção da clientela. Manter a clientela próxima naquele momento era garantir que seus interesses políticos fossem garantidos, pois nas cenas eleitorais o fazendeiro poderia contar com a lealdade do cliente.

Este último aspecto mostra que, assim como a sociedade de Telha ou mesmo de Cajazeiras, os grupos políticos pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó sentiam-se ameaçados pelos conchavos do governo provincial e suas respectivas interferências em âmbito local, sendo assim, buscavam por meio das possibilidades que o espaço rural oferecia manter sua clientela ativa para quando precisasse dela nas eleições poder contar com o apoio.

Tal afirmação pode ser percebida no conflito que ocorreu no dia 18 de agosto do corrente ano naquela Paróquia. Reunidos no interior da Igreja Matriz, tanto os eleitores como os votantes foram surpreendidos com a presença de quarenta praças sob o comando do Tenente Augusto José de Souza que, por sua vez, estava sob as ordens do delegado de polícia o capitão Carneiro Monteiro Pirão. Apesar de estarem reunidos para dar seguimento a eleição, eleitores e votantes ficaram “inermes” e foram “expellidos” pela ordem de fogo que viera do delegado e do subdelegado Bonifácio Francisco da Rocha (PEDRO II, ANO 1872, ED. 166).

O conflito eleitoral resultou na morte “de um homem do povo”, de “um soldado” e “dez ou doze ferimentos mais ou menos graves, em pessoas do partido conservador [...]” (PEDRO II, ANO 1872, ED. 166, p. 2). O jornal *Pedro II* (CE), veiculado pelo Partido Conservador cearense, ainda divulgou as palavras do 1º juiz de paz daquela Paróquia em que dizia que:

São os principais autores desta desordem o comandante do destacamento, o delegado de polícia, o subdelegado, o Barão do Crato, que aconselhou a agressão, e outros que deixo de comunicar. [...] A força pública, [Exm. Sr., que deveria ser arredada da igreja matriz segundo as ordens de V. Exc., foi o apoio de que serviram-se as autoridades policiais para provocarem a desordem, e espingardearem o povo; [...] Depois do morticínio retiraram-se impunemente os assassinos, e sendo o templo evacuado, continuei no processo eleitoral, que vae correndo sem mais incidente, e de cujo resultado darei oportunamente parte a V. Exm. Sr. Comendador João Wilkens de Mattos. (PEDRO II, ANO 1872, ED. 166, p. 2).

A partir da fala expressa acima, percebe-se que a figura do barão do Crato tentou influenciar as eleições da Paróquia do Icó e, para isso, fez uso de práticas violentas que resultou em derramamento de sangue naquela localidade. No dia 5 de setembro do corrente ano, o jornal *A Nação* (RJ) que circulava na Corte – e que tinha tendências republicanas – noticiava em sua coluna “Interior” as eleições ocorridas nas províncias do Ceará e Piauí.

Em uma carta particular enviada ao jornal, uma pessoa que não assinou a informação disse que os insultos começaram na noite de 17 de agosto, quando os dissidentes e liberais capitaneavam um *bando de célebres facínoras* enquanto percorriam bem armados de artigos bélicos as ruas do Icó.

O *dito bando* estava servido de hospedagem na residência do juiz municipal suplente Dr. José Boaventura Bastos, que serviu também de depósito para os artigos bélicos “dos criminosos de sinistra catadura”. A casa do juiz municipal contava com uma localização estratégica, pois estava de frente para o Teatro e de frente para a mesma casa localizava-se a sacristia paramental da Igreja Matriz e a casa da mãe do Tenente-Coronel Miguel Xavier (A NAÇÃO, ANO 1872, ED. 65, p. 2).

Na manhã do dia 18, as eleições já estavam organizadas para acontecer e os representantes conservadores já encontravam-se na Igreja Matriz e foram forçados a entrar no templo e trancar suas portas. Isso não foi o suficiente para evitar o conflito, uma vez que:

travando luta desesperada com as sentinelas requisitadas pelo juiz de paz dispararam tiros dos quais resultaram a morte de um soldado e depois do próprio Caninana, e ferimentos de outros soldados e pessoas do povo, entre os quais um escravo do negociante Antônio Francisco Coelho, que tomou parte ativa no tiroteio. (A NAÇÃO, ANO 1872, ED. 65, p. 2).

A força pública, por sua vez, foi ineficiente diante do aparato criminoso que tomou conta de Icó. O grupo orquestrado pelos dissidentes e liberais ostentavam armas e foram “felizes” em sua atuação, uma vez que conseguiram conturbar o pleito eleitoral. (A NAÇÃO, ANO 1872, ED. 65).

No dia 20 de setembro de 1872, a cidade de Recife recebeu uma notícia veiculada pelo editorial do jornal *A Província* (PE) – tido naquele momento como órgão do Partido Liberal – que relatava as tristes ocorrências que vinham acontecendo em algumas nas províncias do Ceará, Paraíba do Norte e Piauí.

As práticas de violência nas eleições distritais do Ceará foram tão intensas quanto as que ocorreram em outras províncias. Nas palavras do noticioso, a referida província “[...] ostenta maior canibalismo por parte do governo e do seu partido oficial **com** a eleição do Icó.” (A PROVÍNCIA, ANO 1872, ED. 5, p. 1, grifo nosso). A imprensa pernambucana não perdeu a oportunidade de apresentar os responsáveis pelo vexame nas eleições do Icó. De acordo com o jornal, “são os principais autores desta desordem o comandante do destacamento, o delegado de polícia, o subdelegado, o barão do Crato, que aconselhou a agressão, e outros que deixo de comunicar.” (A PROVÍNCIA, ANO 1872, ED. 5, p. 1).

Além de procurar noticiar um fato criminoso que compunha uma prática política ocorrida no Segundo Reinado, as palavras divulgadas na capa do jornal que circulava na província pernambucana possivelmente buscavam expressar mais do que indignação com a

conturbação eleitoral ou até mesmo revolta pelas pessoas vitimadas no ato. Ao apontar com celeridade os possíveis culpados, algo já disseminado anteriormente no jornal *A Nação* (RJ) e *Pedro II* (CE), os editores demonstraram duas coisas.

Primeiro, nem todas as práticas violentas realizadas por membros do Partido Liberal eram comungadas em sua totalidade – havia discordâncias na matriz das opiniões; em segundo, além de tecerem uma aversão às práticas, também procuraram identificar os integrantes da desordem no fatídico dia para enfatizar que eles eram diferentes das ideias que o Partido Liberal representava – uma vez que ao final da notícia o editorial criticou o jornal *A Constituição* por ter veiculado que tais conflitos só estavam ocorrendo porque a Província do Ceará “[...] quiz ensaiar, pela primeira vez o voto livre.” (*A PROVÍNCIA*, ANO 1872, ED. 5, p. 1).

Ao final da narrativa, os editores mencionaram que naquele mesmo dia 18 de agosto ocorreu na freguesia de Cajazeiras, Sertão da Paraíba do Norte, um fatídico *morticínio eleitoral* enquanto liberais e conservadores pleiteavam espaço na Câmara Municipal. A carta dizia que um sujeito de nome “José Pires, seguiu para Cajazeiras, onde os liberais disputavam com vantagem as eleições. [...] chegando a vila, acometeu a matriz, e fez-se senhor dela, perdendo dois homens e matando a 4 dos que defendiam a igreja, havendo mais de 30 feridos.” (*A PROVÍNCIA*, ANO 1872, ED. 5, p. 1).

Com isso, o jornal defendeu o argumento de que não foi, necessariamente, a iniciação ao voto livre que promoveu as desgraças eleitorais na Província do Ceará, mas, sim, os interesses do Governo Imperial em manter-se no controle político das províncias e seus confins a qualquer custo, mesmo que para isso precisasse falsear as eleições e conturbar a ordem.

Apesar das interferências, o *Cearense* (CE) descreveu em sua edição de nº 28 que a mesa eleitoral do Icó deu prosseguimento à votação após o conflito. O jornal *Cearense* – sustentado pelas ideias do Partido Liberal – apresentou um editorial no ano de 1872 discutindo as eleições distritais e nele foi reproduzida uma ata do Parlamento em que o Sr. Liberato Barroso levantou a hipótese de que as eleições do Icó haviam sido anuladas por interesses particulares da 1ª Comissão de Inquérito⁵⁷ – composta pelo desembargador Izidro, pelo deputado pelo município neutro, Ferreira Viana pelo Rio de Janeiro e Wilkens de Mattos (presidente da Província do Ceará em 1872, no momento das eleições em Icó) –, uma vez que:

⁵⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre o papel da 1ª Comissão de Inquérito no caso de Icó, ver Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da decima-quinta legislatura. Sessão de 1872, Tomo 2, p. 283. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=%22elei%c3%a7%c3%a3o%20em%20ic%c3%b3%22&pagfis=54088>.

Os mesmos nobres deputados que anulam a eleição do Icó porque houve uma desordem, antes da organização da mesa, aprovam as eleições de freguesias de Maranguape e Pacatuba, do 1º distrito, que foram perturbadas por desordens, muito maiores onde se deram mortes e trezentos e tantos ferimentos; que deram justos motivos para que a eleição dessas freguesias fosse qualificada de hecatombe político. (*CEARENSE*, ANO 1872, ED. 28, p. 3).

No dia 24 de janeiro de 1873, o jornal *A Reforma* (RJ) discutiu em sua capa as eleições distritais na Província do Ceará e apresentou uma perspectiva diferente da representada no *Cearense*, em 1872. Ao falar nas eleições do 3º Distrito, o editorial apresentou a versão de que as eleições foram anuladas apenas pelo “[...] infiel pretexto de desordem antes de organizada a mesa!” (*A REFORMA*, ANO 1873, ED. 18, p. 1)

Pela caracterização do fato, conclui-se com segurança que as cenas do conflito ocorrido no Icó não eram diferentes das executadas na Vila de Cajazeiras e Vila da Telha no que tange sua prática política no momento das eleições. A representação dos fatos pela imprensa também possuía um padrão ao pensar que existia uma ordem de apresentação das ocorrências: primeiro falava-se do que ocorria na localidade, em seguida como houve a conturbação da eleição, em terceiro, apresentavam os possíveis culpados e, por último, contextualizava-se a tensão política com alguma causa de dimensão imperial, como foi o caso do voto livre em Icó.

Para Marialva Barbosa (2010, p. 104), tudo isso fazia parte do “[...] jogo de poder real e simbólico da imprensa [...]”, ou seja, era comum que os redatores ou donos dos jornais fizessem acordos e acomodações acerca de como seria publicado as notícias, fosse por interesse próprio ou do grupo político que representavam.

2.1.3 Conflitos eleitorais em cena: o caso de Telha, Icó e Cajazeiras

‘O mundo inteiro é uma cena’; e suas peças principais são o comentário dramático das formas em que as práticas coletivas se revelam, as dos participantes e as dos confinantes dos poderes e das ações sociais. Um jogo encenado a fim de mostrar os jogos da sociedade, que os faz e desfaz. (BALANDIER, 1982, p. 5).

O estrato acima, apresentado por Georges Balandier em 1982, corrobora com a perspectiva de Richard Graham (2011) ao dizer que as peças da grande cena são como o comentário dramático apresentado no palco do cotidiano social. Graham percebeu a eleição como um desses dramas que agitavam, que reviravam os posicionamentos dos atores sociais e

suas práticas, reconfiguravam os posicionamentos por meio da representação que nascia da encenação constituída no palco da política.

A encenação, por sua vez, era representada. Partilha-se aqui do que preconizou Pesavento (2006) ao dizer que a representação era “um ser e não ser” daquilo que se dizia representar. Tal perspectiva coaduna com a ideia aqui defendida de que tais atores políticos não entravam em um conflito necessariamente para representar a si, pelo contrário, existiam momentos em que seus interesses pessoais ficavam de lado em nome dos anseios dos grupos políticos – aqui considerados liberais e conservadores – ou então das extensas *redes familiares* que se constituíam como bases da esfera política durante o Segundo Reinado.

Nas cenas promovidas em Vila da Telha (1860), Icó (1872) e Cajazeiras (1872) é perceptível elementos em comum, uma espécie de padrão para todo cenário político, mas também são evidentes as esferas particulares que são representadas pelo drama que envolveu cada cena.

Apesar dos recortes geográficos terem proporcionado às cenas palcos diversificados, com plateia, atores e produções diferentes, existiu um ritmo, uma interação que aproximou cada um dos dramas. Se, por um lado, os três conflitos possuíam um ponto de interseção, por outro, deslizaram em sua singularidade entre o que Balandier (1982) chamou de “arte do governo e a arte da cena”.

O ponto em comum, a ligação, aproximação, a semelhança entre os sanguinários conflitos dizia respeito às apropriações das cenas. Sempre em um momento de eleições, onde existia uma plateia ativa e outra passiva, as diferentes classes sociais desde escravizados até bacharéis e funcionários públicos compunham o cenário das eleições. Nas três cenas existia este padrão. Cada qual com seu lugar pré-definido, as mesas postas no interior das Igrejas, o patamar ocupado pelos representantes e até correligionários. Apesar da encenação nas ruas, tomando conta de uma falsa ideia de realidade tranquila, surgia a crise.

Essa crise confundia os atores conturbando seus papéis e fazendo ascender à ideia de que “[...] o nosso “verdadeiro” mundo, mundo pelo qual vivemos, lutamos e morremos” poderia estar ameaçado pela atuação do outro (PESAVENTO, 2006, p. 50). É aí que entrava em cena “[...] o mito do herói que **acentuava** com mais frequência a teatralidade política.” (BALANDIER, 1982, p. 7, grifo nosso). Esse “herói” se destacava por sua força dramática, ou seja, sua capacidade de atuar na cena política daquele momento. Ele demonstrava poder empreendido por meio de seu poder bélico e de ação.

No entanto, todo drama possui três aspectos essenciais: a *surpresa*, a *ação* e o *sucesso* (BALANDIER, 1982). Nas cenas de Vila da Telha, Icó e Cajazeiras, o elemento *ação* foi empreendido em todos os casos. A conturbação dos pleitos eleitorais, o vexame, o tiroteio nas vilas e as mortes faziam parte da ação. Mas, em contrapartida, surgiu também o elemento *surpresa* da persuasão. Ou seja, a intensidade da ação foi capaz de criar efeitos que talvez não estivessem sendo esperados pelos atores.

A persuasão agiu como uma maneira de criar representações dos fatos que não estavam necessariamente ligadas ao modo como os conflitos procederam, mas, no motivo pelo qual procederam. O poder, por sua vez, começou a se deslocar na cena. Se antes a ação transparecia a ideia de poder, agora, como uma reviravolta inusitada, o poder encontrava-se na arte da persuasão – em quem convencia, por exemplo, o leitor de um jornal da Província do Pernambuco que os fatos ocorriam por conta dos interesses dos agentes da Corte. O drama iniciado no momento da eleição ocasionava uma “nova” partida a ser jogada (BALANDIER, 1982).

O momento de crise representado pela violência nas eleições demonstrava três aspectos dos grupos políticos: primeiro, “incapacidade de dominar completamente a oposição de forma a mantê-la quieta;”, em segundo, a “incapacidade de ceder espaço bastante para apaziguar um líder rival, para manter, em suma, aparência de honestidade;”, e, terceiro, “o não reconhecimento de que as condições haviam mudado e ela devia aquiescer ao domínio de um novo grupo.” (GRAHAM, 1997, p. 188).

Partilha-se aqui da perspectiva de Graham (1997) ao dizer que a violência parecia um recurso lógico, mas não há uma conformação quando menciona que esse recurso era, também, único aos grupos que estavam perdendo a eleição. Apesar do drama fatídico acontecer no momento da eleição com seus derramamentos de sangue e propagação do terror, é notadamente comum nos três casos de violência – Telha, Icó e Cajazeiras – que o drama se apresentou com outras facetas no jogo de poder do sistema político vigente no Segundo Reinado.

Os argumentos que começaram a surgir nas páginas dos jornais não tinham relação direta com os três aspectos mencionados acima. Outrossim, subordinaram-se à esfera da imprensa para que, a partir dos limites impostos por essa hierarquização, fosse possível produzir imagens representativas das relações concretas, ou seja, o jogo de poder que não buscava apenas informar sobre o fato, mas, sim, localizar os possíveis culpados.

Esse movimento de criar representações após o fato fragilizou o argumento de Graham (1997) ao enfatizar que talvez o único caminho para os grupos que estavam perdendo uma

eleição era a violência. O autor enfatiza ainda que nas eleições do Segundo Reinado “o emprego da força antecipava a derrota” (GRAHAM, 1997, p. 189).

Mesmo entendendo que o autor construiu o respectivo pensamento em um momento em que as pesquisas, acerca do papel da imprensa na política do oitocentos ainda eram limitadas, corroborar com esse pensamento seria desconsiderar que os jornais foram palcos em que os atores e a plateia interagiam sobre as ocorrências políticas.

A atuação dos atores políticos nos jornais tendenciava a culpabilização do adversário, no entanto, também reafirmava o poder “[...] como uma necessidade a qual não se pode abrir mão, devido à vulnerabilidade intrínseca a toda sociedade.” O cenário mudava, mas o conflito continuava como forma de dizer que os representantes ou simpatizantes dos grupos políticos liberais ou conservadores defendiam os interesses deles como se esses fossem também da própria clientela que os apoiava (FIGUEIREDO, 2014, p. 155).

Tal dinamismo nas formas de representação das ocorrências eleitorais no Segundo Reinado lembra uma fala de Balandier ao enfatizar a necessidade de conhecer a “visão dinamista” dos grupos sociais, uma vez que, “apreender a dinâmica das estruturas tanto quanto o sistema das relações que a constituem: isto é, tomar em consideração as incompatibilidades, as contradições, as tensões e o movimento inerente a toda sociedade.” (BALANDIER, 1969, p. 20). Pois, só a partir do conhecimento das contradições e, também, das compatibilidades, é que será possível compreender a essência da estrutura política nos últimos anos do Período Imperial.

Como já dito, a essência da estrutura política não é, necessariamente, um fato isolado. Mas, como vários fatos que foram experienciados em determinadas temporalidades e estão interligados em âmbito estrutural. Sendo assim, cabe apontar as diferenças entre cada caso neste tópico mencionado.

O caso em Vila da Telha, em 1860, tem como singularidade o fato de estar localizada numa região de disputas territoriais. Isso fez com que houvesse atritos constantes entre os grupos familiares da localidade, que, por sua vez, possuíam relação direta com os representantes políticos dos liberais e conservadores da Província do Ceará.

Assim, um conflito que inicialmente se caracterizava por desavenças devido a posse de terras – que naquela época lhes conferia poder – se transformava em um conflito político uma vez que ter terras era possuir condições de manter sua clientela, e essa última conferia aos donos de terra uma porção assegurada nos espaços políticos e administrativos da localidade e/ou Província.

A tensão em Icó, doze anos depois do ocorrido em Telha, já possuía um caráter mais político. Na década de 1872, a terra não era mais a única “moeda de troca” dos grupos políticos, pelo contrário, ela era uma consequência da relação de fidelidade que existia entre o chefe da fazenda e sua clientela. Além da terra, existia a proteção, o compadrio, as alianças familiares intergrupais, entre outros aspectos que interagiam e estruturavam as relações de poder naquela época.

Essa ideia de fidelidade foi reforçada principalmente nos anos finais da década de 1860, quando houve o recrutamento forçado de homens para a Guerra do Paraguai (1864-1870) e um dos meios para ludibriar a ida para a Guerra era ficando debaixo da proteção dos grandes fazendeiros (SILVA, 2021). Nesse sentido, o barão do Crato – chefe correligionário da Comarca de Icó – temendo perder a agregação de sua clientela, demonstrou sua “força” durante o pleito eleitoral de 18 de agosto.

Portanto, apesar de ter proximidade geográfica e temporal com o ocorrido em Cajazeiras, também na manhã do dia 18 de agosto do corrente ano, o caso de Icó distingue-se do ocorrido no Sertão da Província da Paraíba porque na Vila da Província vizinha aparentemente as eleições haviam sido acordadas entre as representações locais dos partidos Liberal e Conservador. Mas, por despeite de João Pires Ferreira, alferes da Guarda Nacional, deflagrou-se o intenso conflito que resultou em mortes e interpretações diversas que contextualizaram o fato no cenário imperial.

2.2 *EXAME DAS OCORRÊNCIAS ELEITORAIS: O CASO EM CAJAZEIRAS*

As interpretações acerca das ocorrências políticas ganhavam espaço nos jornais, nas ruas pelos leitores de “ouvir dizer”, estavam nos processos judiciais e, não poderia faltar, nas Assembleias Provinciais e Senado Imperial. Uma vez que na década de 1870 os grupos políticos debatiam várias reformas na administração do Império, inclusive a questão do voto livre, era importante que as ocorrências dos lugares mais remotos fossem apresentadas às bancadas políticas para que houvesse um conhecimento mais profundo da maneira como se desenvolviam as eleições, por exemplo.

Partilha-se, aqui, sobre as ideias de Jacques Le Goff (1988) e Michel de Certeau (2007) ao dizer que toda narrativa tem suas raízes bem localizadas, ou seja, todo discurso é historicamente situado e influenciado pelos interesses que permeiam o cotidiano dos sujeitos em um dado momento.

Sobre a narrativa, François Hartog questionou se “[...] é suficiente, pois, recusar o acontecimento e o indivíduo para escapar à narrativa?”. Seria possível separar o acontecimento de uma narrativa e, ainda assim, poder situá-lo em um dado espaço-tempo? O autor desenvolveu a compreensão de que “[...] renunciar à história-narrativa, quer dizer, à história *événementielle* era deixar de lado não a narrativa, mas simplesmente uma forma particular de narrativa⁵⁸.” (HARTOG, 1998, p. 195; 200).

A narrativa, por sua vez, é constituída por uma série de elementos que ajudam a construir a descrição de uma “imagem”, ou seja, alcançando o propósito de representar um determinado acontecimento. No entanto, é preciso considerar que cada sujeito possui seu lugar social em um dado momento histórico (CERTEAU, 2007) – isso faz com que um mesmo acontecimento seja visualizado por diferentes formas.

Neste ensejo, partilha-se aqui da ideia de que “[...] toda configuração de uma narrativa implica “refiguração” de uma experiência temporal. A narrativa reapresenta um tempo que, no caso da história, pressupõe um pacto com o passado.” (RICOEUR, 1994, *apud* PESAVENTO, 2013, p. 19).

Entendendo que cada narrativa composta sobre um fato é uma maneira de representá-lo, tendo em vista que a “experiência” do sujeito histórico corresponde ao seu passado atual que se relaciona com as experiências ressignificadas e seu “horizonte de expectativas” diz respeito aos projetos de futuro que o indivíduo possui sendo que ambos os aspectos estão intrinsecamente relacionados (KOSELLECK, 2006); considera-se que as narrativas construídas acerca do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, no ano de 1872, são possíveis representações capazes de localizar as circunstâncias do fato para além do que foi instaurado na manhã do dia 18 de agosto do corrente ano.

Quando se pensa o “horizonte de expectativas”, também é necessário lembrar que as narrativas não são construções desinteressadas, pelo contrário, por traz de toda narrativa existem os elementos que *a priori* aparentam serem relacionados ao fato imediato, mas, ao serem contextualizados e analisados sob o rigor da História, podem ser percebidos como elementos simbólicos de existência e persistência de um determinado jogo político (BOURDIEU, 2010).

No Brasil, o jogo político durante a década de 1870 estava envolvido pelas narrativas que eram propagadas em diferentes espaços de atuação, fossem nos jornais como mencionado

⁵⁸ Sobre “forma particular de narrativa” compreende-se que está associada à ideia de história única ou que tinha sua veracidade pautada na conformação de documentos, algo com um sentido positivista.

anteriormente, no judiciário, na Assembleia Legislativa Provincial, nas bodegas das vilas e nas sessões do Senado Imperial. De acordo com Miriam Dolhnikoff (2011), no Parlamento cabiam as discussões políticas sobre atuação das forças militares, a organização institucional, à abolição da escravidão, a criação de leis como foi o caso da Lei do Ventre Livre, a eficiência do sistema eleitoral, entre outros.

No entanto, nem sempre os partidos Liberal e Conservador possuíam representação no Senado, tudo dependia da maneira como havia sido orquestrado as eleições locais em cada distrito das Províncias. De acordo com Myraí Segal (2017), no ano de 1872 a Província da Paraíba do Norte contava com dois senadores: o representante conservador Frederico de Almeida e Albuquerque (1857-1879) e, do mesmo partido, o representante Flávio Clementino da Silva Freire (1869-1889), mais conhecido como o barão de Mamanguape.

Apesar dos representantes desses partidos terem partilhado de muitas perspectivas econômicas, sabe-se que em se tratando de pleitos eleitorais, nem sempre os acordos locais eram respeitados pelos membros de um mesmo partido – existia os acordos das ligas e seus opositores. Acredita-se, aqui, que as facções locais agiam tanto em nome dos interesses de grupos políticos da região, como também eram dispostas por representantes da Guarda Nacional para agir em favor dos chefes de província.

Dentro desse cenário de “forças políticas divididas” cabe destacar que a atuação das “ligas políticas” orientada durante o Primeiro Gabinete Zacarias, que se constituiu em âmbito nacional, como uma “[...] nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças, em que se compõem liberais e conservadores moderados.” (HOLANDA, 2004, p. 107).

A imagem da época era figurada pelo descontentamento político de conservadores que não mais comungavam da ortodoxia dos velhos conservadores e que acabavam por se aproximar das ideias de alguns representantes do Partido Liberal que, já afastados dos ortodoxos, buscavam novos posicionamentos em decorrência tanto do cenário internacional que pressionava o Império do Brasil por mudanças com relação ao fim da escravidão e a modificação do sistema político.

A Província da Paraíba do Norte recebeu, no ano de 1872, a *cortesias* de um dos pleitos eleitorais considerados mais sanguinários do Império naquele ano. O *morticínio eleitoral* em Cajazeiras revirou as malhas daquela localidade pela repercussão que as narrativas sobre o fatídico dia receberam nos longínquos lugares do Império e sua conexão com o cenário político imperial.

Esse fato foi envolvido nas entranhas eleitorais do Império por diferentes motivos, mas, teve como principal fomentador o bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, foi um dos principais atores que lutaram pela emancipação política de Cajazeiras em 1863, também ocupou o primeiro cargo de Juiz togado na localidade e, de acordo com Celso Mariz (1946, p. 31), “[...] foi eleito deputado provincial na Paraíba, para a legislatura de 1864-1865.”

Nesse período, estabeleceu residência na Província do Ceará ao contrair núpcias com Maria Leopoldina Dantas e conquistou diferentes vitórias com sua influência política naquela Província, entre elas sua judicatura em Milagres, Crato e Jardim (ADERALDO, 1957)⁵⁹.

Essa trajetória política de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo foi apresentada porque, ao perceber que ele não poderia recorrer à administração da Província da Paraíba para impor justiça pela morte de seu irmão, João Cartaxo, nem mesmo aos representantes provinciais no Senado – tendo em vista que eles representavam, necessariamente, os interesses do Partido Conservador – usou de sua influência política no Ceará convencer o senador Pompeu a potencializar o fato vivenciado pelos cajazeirenses, no Senado Imperial.

Antes de discorrer sobre a atuação de senador Pompeu frente às *ocorrências eleitorais*, é significativo ressaltar a questão das lutas simbólicas. Bourdieu considerou que há duas formas de luta: uma pela manutenção e outra pela transformação do espaço a partir das visões de mundo dos atores sociais. Sendo assim, o indivíduo enquanto promotor de visões de mundo:

Assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado) (BOURDIEU, 2010, p. 174).

O extrato acima corrobora com o pensamento de que para fazer vingar não só a morte de seu irmão, mas a “ignorância” da administração provincial sobre os fatos ocorridos em Cajazeiras, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo fez uso de sua influência política enquanto ferramenta para promover o “[...] investimento no jogo **[político]** que é produto do jogo ao mesmo tempo em que é a condição do funcionamento do jogo **[político]** [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 174, grifo nosso).

⁵⁹ Discurso pronunciado por Mozart Soriano Aderaldo a convite da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Paraíba, na solenidade de inauguração do retrato de Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo na Galeria do Fórum local, em 23 de fevereiro de 1957.

Em outras palavras, Dr. Cartaxo necessitava de uma figura mais poderosa e viu no representante do Partido Liberal do Ceará uma oportunidade para promover representações simbólicas acerca do *morticínio eleitoral*, tendo em vista que em 1872-1873 os senadores da Província da Paraíba eram filiados ao Partido Conservador, que, no momento, era alvo das acusações acerca do sangrento episódio.

Tomas Pompeu de Souza Brasil, mais conhecido como senador Pompeu, era natural de Santa Quitéria na Província do Ceará, e, durante sua trajetória o cearense e representante do Partido Liberal no Senado Imperial construiu uma relevante atuação no cenário político e sua região e por todo o Império do Brasil. Tendo sido jornalista, professor, sacerdote e bacharel em Direito – pela Faculdade de Direito de Olinda –, senador Pompeu teve sua vida pública de 1845 a 1881. Nesse período, foi por duas vezes Deputado Geral e, por cinco vezes consecutivas, senador pela Província do Ceará (1864-1877)⁶⁰.

Por toda sua notabilidade social, política e econômica e por seu vínculo com o Partido Liberal, senador Pompeu se constituiu, aos olhos de Dr. Cartaxo, como o representante ideal para movimentar os discursos políticos acerca do *mortífero conflito* que teve como palco Cajazeiras.

A escolha de Dr. Cartaxo lembrou uma noção de “domínio prático da lógica do campo político”, desenvolvida por Bourdieu (2010). Para o autor, é preciso que o político possua competências específicas para que consiga “[...] entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político.” Neste sentido, era preciso que o representante político que fosse difundir as narrativas sobre a tensão em Cajazeiras fosse capaz de exercer o *habitus do político*, ou seja, a capacidade de aprender “[...] o *corpus* de saberes específicos [...]” e “[...] ter o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política [...]” para que por meio da representação adequada fosse possível penetrar na cena política imperial, tendo como mecanismos de demarcação os conjuntos de valores potencializados em sentido prático – senador Pompeu era a figura perfeita para esse movimento.

Sendo assim, como já dito no início deste tópico, a tribuna do Senado Imperial era espaço para diversos debates. Para além de suas obrigações da pauta do dia, cada senador tinha o direito de apresentar suas preocupações que tivessem ligadas ao cenário do Império. Além disso, os indivíduos que possuísem informações complementares ou questionamentos poderiam se manifestar em concomitância às falas de seus pares.

⁶⁰ Dados coletados da página do Senado Federal, disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2256>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Foi então que na **10ª Sessão do Senado, em 8 de janeiro 1873**⁶¹, ao receber a palavra e discutir com os senadores acerca das medidas orçamentárias, senador Pompeu entrou no assunto das alianças políticas que estavam sendo censuradas. Não parando por aí, o parlamentar informou que desde 1868, na Província do Ceará, as alianças políticas vinham promovendo acordos mútuos entre os partidos militantes, “[...] ambos partilharam ao meio as candidaturas e o serviço a prestar, certos de que não teriam diante de si senão as urnas, e de que assim evitavam a luta e fariam uma eleição a mais verdadeira e genuína que o sistema atual podia permitir.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 8/01/1873, p. 74).

Para argumentar sobre a importância dos acordos entre os partidos políticos nas diferentes províncias, argumentou Pompeu:

No Piauí não se efetuou a liga, senão depois da eleição primaria, mas por ocasião dessas houve conflitos em diversas freguesias; correu muito sangue; na própria capital, debaixo das vistas do presidente da província, foi assassinado na assembleia eleitoral um distinto cidadão. [...] No Rio Grande do Norte não houve disputa; a eleição correu belissimamente, no silêncio dos túmulos, como gosta o nobre presidente do conselho. Na Paraíba não houve disputa nem liga; mas **infelizmente na vila das Cajazeiras, o Partido Liberal que é muito forte, entendeu, contra o conselho dos amigos e do seu chefe liberal da Provincia, que devia concorrer; mas apenas o distinto cidadão o infeliz Cartaxo com uma porção de amigos entrou na vila, dispararam sobre ele tiros que ocasionaram seis mortos.** (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 8/01/1873, p. 75, grifo nosso).

Sem o exame da documentação apenas com as informações sobre os efeitos gerais das eleições nas províncias, o senador Pompeu apresentou o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras como sendo uma incoerência fatal dos representantes liberais da localidade – sem maiores comentários acerca do fato. A princípio, o fato ficou registrado como sendo apenas mais uma tensão entre tantas que vinham acontecendo no Segundo Reinado.

No entanto, os debates sobre as eleições e o sistema eleitoral não findaram na mencionada Sessão. A proposta de mudança da maneira como se constituíam as eleições distritais era alvo de reflexões constantes no ano de 1873, principalmente devido as diferentes ocorrências de fraude e violência que ocorreram desde o início da década de 1870.

Na **13ª Sessão do Senado, em 20 de maio de 1873**⁶², os ânimos já estavam mais acalorados, as representações políticas estimulavam anseios de mudança no sistema eleitoral e

⁶¹ Para mais informações acerca dos debates acerca do Sistema Eleitoral na década de 1873, ver: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1873/1873%20Livro%201.pdf.

⁶² Para mais informações acerca dos debates acerca do Sistema Eleitoral na década de 1873, ver: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1873/1873%20Livro%205.pdf.

os argumentos em torno das eleições nas Províncias do Ceará e da Paraíba do Norte voltaram ao palco do Senado nas falas de Pompeu.

Na ocasião, senador Pompeu criticava questões relacionadas à “[...] criar uma província somente em uma localidade [...]” uma vez que outras regiões também necessitavam do mesmo feito se fosse o caso. A reforma das municipalidades também foi alvo de seu discurso. Para ele, havia “[...] ingerência do governo central nos negócios pertencentes à economia municipal [...]”, por isso era importante que procedessem com a reforma das municipalidades. Por último, em debate com o senador Barros Barreto, voltaram a discutir sobre a reforma eleitoral (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 132).

O tema costumava acalorar as Sessões no Senado e era comum que os representantes emitissem suas críticas sobre a maneira como as eleições estavam prosseguindo com vistas ao sistema representativo. Em sua primeira crítica, senador Pompeu diz que:

O nobre ministro pensa que, com alguns toques e retoques ao velho e desmoralizado sistema, que complicam demasiadamente o processo eleitoral, pode aperfeiçoar a qualificação, pode dar garantias de independência aos votantes, fazer com que todas as opiniões se manifestem na representação nacional; acredita que esses expedientes de pluralidade simples, turmas de vinte e cinco, votação incompleta, representação de minoria, conservando todavia os dois grãos, ou o sistema indireto, podem restaurar o sistema representativo, e satisfazer a grande e indeclinável aspiração nacional (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 133, grifo nosso).

O extrato acima revela a relutância de senador Pompeu para aceitar que, de alguma forma, o sistema representativo vigente fosse aclamado por seus pares. Para ele, a maneira como as eleições estavam organizadas e eram executadas manifestava apenas o fracasso do projeto eleitoral de D. Pedro II, tendo em vista que “[...] O cenário geral da política *[no Império]* vislumbrava-se instável, ameaçador e sujeito a crises que se avolumavam, provocadas pela questão servil, a crise econômica e o fim da Guerra do Paraguai.” (MARTINS, 2007, p. 214-215, grifo nosso).

Para senador Pompeu, a ideia de representação estava se apresentando como uma medida pouco eficaz, uma vez que “[...] no dia da eleição quem tem força faz a eleição, estejam ou não qualificados os seus partidários; e até nem se precisa mais de mesa ou juiz de paz.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 133). Além das críticas ao sistema representativo, Pompeu ressaltava a todo instante que naquele momento não era possível proceder com um sistema de eleições diretas porque não existiam condições ideais em

todas as localidades do Império, por exemplo, como procederia o reconhecimento do título de cada votante?

Para o senador, tal iniciativa trataria de incentivar cada vez mais os problemas de fraudes, roubos e violências nos pleitos eleitorais, visto que mais do que a implementação de um novo sistema, era preciso que em concomitância houvesse a implementação de leis que definissem quem se qualificaria como votante para que assim pudesse, porventura, “[...] dar um resultado aproximado á verdade na representação nacional.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 134).

Mesmo que a implementação de um novo sistema representativo fosse viável, mesmo que fosse possível conferir votante por vontade e eleitor um a um, é importante pensar que talvez isso fosse possível apenas nas capitais de província, visto que, conforme discutiu Graham (1995, p. 359), “[...] las elecciones podían ser eventos populares donde los líderes locales reafirmaban su preeminencia ante una ampla audiência⁶³.”

Além da questão da lealdade discutida principalmente por Graham (1995; 1997), Roberto Saba (2011, p. 128), afirmou que “[...] Caso alguém ousasse desafiar a preponderância do chefe local e apoiasse outro candidato, sua influência sobre as autoridades que controlavam a mesa paroquial (párocos, juízes de paz, vereadores), quando não a violência direta, resolvia a questão.”

Por isso, acredita-se, nesta pesquisa, que as expectativas que pairavam os anseios dos senadores e deputados provinciais não correspondiam ao turbulento, quando não sangrento, cenário das eleições em todo o Estado Imperial.

Saba (2011, p. 128) também chama a atenção para o fato de que as relações de lealdade não se davam apenas entre os potentados locais e seus dependentes. Pelo contrário, as malhas das relações de dependência eram constituídas tanto em âmbito local-local como também local-nacional, pois “[...] os candidatos ao parlamento nacional dependiam de uma relação de lealdade para com os potentados locais para serem eleitos.”

Nesse cenário, Eduardo Posada-Carbó (2000) corrobora com a visão de Saba (2011) e acrescentou que além de visualizar as tensões que se instauravam durante os conflitos e manipulações eleitorais, é preciso atentar para o tipo de pressão política se estava sendo feita quando as disputas eleitorais estavam sendo promovidas – esse era um caminho possível para

⁶³ Tradução para o Português brasileiro, “[...] as eleições podiam ser eventos populares onde os líderes locais reafirmavam sua proeminência diante de uma ampla reunião **eleitoral**.” (GRAHAM, 1995, p. 359, grifo nosso).

se aproximar das realidades da sociedade do Brasil oitocentista para além do que se apresentava no momento da eclosão dos fatos.

Por esse motivo, é tão significativo compreender a maneira como senador Pompeu se apropriou das narrativas acerca do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras e conectou o fato local ao cenário político imperial no Segundo Reinado. Na reunião do dia 20 de maio já havia ficado evidente que mesmo com a implementação do sistema representativo, isso não seria capaz de amenizar as “ocorrências eleitorais” que ensanguentavam a história política e administrativa do governo de D. Pedro II.

Para tanto, o caso em Cajazeiras fora célebre para elucidar tais ocorrências, pois:

A' Província de Paraíba Sr. presidente não valeu a abstenção do Partido Liberal do pleito eleitoral, manifestada, publicada na imprensa, teve, não obstante, de pagar um forte tributo de sangue, só em uma freguesia em que concorreu o Partido Liberal, **apesar do conselho, expresso no órgão desse partido, de abstenção geral**. A insignificante freguesia de Cajazeiras, que dá apenas quatro eleitores foi teatro no **dia 18 de agosto do morticínio de seis pessoas**, além de muitos ferimentos e dos mais ignóbeis atentados. **Alli havia um indivíduo chamado João Pires Ferreira, de triste nomeada; digo, por honra do partido conservador, que não era por ele considerado pelo partido a que se diz ligado**. No dia 18 de agosto, **esse indivíduo junto com o delegado, tenente de polícia João Torquato de Figueiredo, apresentam-se na vila de Cajazeiras, tomam conta da igreja, cercam-na com uma força numerosa**; às 8 horas ou mais entra na vila um grupo de cavaleiros à frente do qual vinha **o cidadão João Antônio do Couto Cartaxo, que ao passar pela frente da matriz foi provocado pela gente do delegado, voltando-se para eles, disse: meus senhores, eu venho de paz, venho disputar pacificamente a eleição**. Ao voltar, dando de rédea ao cavalo em direção á sua casa, **deram-lhe uma descarga de tiros, de que ele, um escravo e um vaqueiro, caíram imediatamente mortos, seguiu-se depois um conflito desigual com os homens que acompanhavam Cartaxo** em que caíram três mortos feitos pela tropa do delegado e de João Pires e outros muitos feridos de parte a parte. Note V. Ex. que **os conservadores e liberais da vila de Cajazeiras tinham acordado em fazerem os quatro eleitores dos partidos com animo de votarem na chapa do governo, pois, não tinham outros candidatos, não tinham os liberais que receiar a agressão daquele malvado**, que se dizia conservador ou governista auxiliado pelo delegado militar. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 134, grifo nosso).

Pompeu iniciou sua fala destacando que mesmo o Partido Liberal da Província tendo empreendido esforços para evitar uma tensão, pois em âmbito provincial estava em minoria naquele ano, - mesmo tendo oferecido “conselhos” e deixado “expresso a vontade do partido em sua abstenção geral”, os membros locais de Cajazeiras não evitaram a “colisão” e, por conseguinte, o embate.

Em sua apresentação, Pompeu fez questão de enfatizar a figura de João Pires como um sujeito triste e relegado, como quem não tinha mais nada a perder se deflagrasse o conflito. Por outro lado, João Cartaxo fora compreendido como um cidadão de bem, ou seja, símbolo do que havia de mais positivo na sociedade naquele momento – ele era um pacificador, sujeito da paz que intencionava pleitear as eleições de forma amigável.

No entanto, João Pires junto ao Tenente João Torquato, aspirantes da *desordem*, do *conflito* e da *covardia* deram a primeira rajada de balas, alvejando de imediato o jovem líder do Partido Liberal no município, que sem oportunidade de defesa devido à *covardia dos desordeiros* só pôde se defender enquanto caía ao chão, restando-lhe a fiel defesa do escravo de sua mãe, nomeadamente conhecido por Ignácio.

Vê-se que o senador Pompeu não ocultou o suposto “passo errado” de João Cartaxo ao tentar pleitear o quadro de vereadores, porém, ele tratou de elucidar a imagem do cidadão de bem e do representante do fracasso naquela sociedade.

Este primeiro extrato apresentou também uma questão importante a se pensar acerca das eleições em Cajazeiras e, também, em âmbito provincial. Segundo Pompeu, o pleito eleitoral do dia 18 já havia sido acordado anteriormente entre os representantes das ligas políticas da localidade. De acordo com a apresentação do senador, estando os liberais em minoria, fora acordado entre os políticos que os quatro eleitores votariam na chapa do governo, representada naquele momento pelo Partido Conservador.

Segundo Segal (2014, p. 28), “Os políticos da época tentavam há algum tempo, no âmbito nacional, uma espécie de nova conciliação que aproximava, até certo ponto, liberais e conservadores dissidentes/moderados.” A autora ainda ressaltou que em âmbito provincial, tendo como enfoque a Província da Paraíba do Norte, os acordos entre as ligas políticas também era algo comum – “[...] alguns políticos, como Dr. José da Costa Machado e padre Lindolfo José Correia das Neves, antes vinculados ao Partido Conservador, passaram a se aproximar dos liberais e aderir à ideia de conciliação ainda na década de 1850 [...] fato que repercutiu no Rio de Janeiro, onde se localizava o poder central.”

Pode-se perceber que mesmo realizando uma descrição dos fatos supostamente honesta, essa não deixou de ser uma representação dos fatos, entre as possíveis. Além disso, o senador Pompeu não perdeu a oportunidade de caracterizar, nas entrelinhas de sua narrativa, o perfil do tipo de indivíduo que estaria ligado ao Partido Conservador e, por outro lado, aquele que em conformidade com o Partido Liberal.

Essa comparação foi muito importante tendo em vista o contexto político da época, uma vez que ajudava ao leitor desavisado a compreender, para além da especificidade do fenômeno em Cajazeiras, as fragilidades que pertenciam ao partido de oposição do senador – ou seja, pessoas descontroladas, que não respeitavam os acordos políticos, que recorriam à violência por medo de perder o poder local, como serão vistos nas próximas narrativas sobre o fato.

Após a apresentação inicial, senador Pompeu disse ter quatro documentos que melhor fundamentariam sua narrativa. O primeiro tratava-se de uma **carta enviada pelo subdelegado de Cajazeiras ao então presidente da Província da Paraíba do Norte, o Sr. Heráclito Graça em 16 de agosto de 1872**; o segundo documento era uma **carta dos representantes da Câmara Municipal de Cajazeiras ao presidente Heráclito Graça em 15 de outubro de 1872**; o terceiro documento tratava-se de uma **carta de representantes da Comarca de Cajazeiras ao presidente Heráclito Graça em 13 de outubro de 1872**⁶⁴; o quarto e último documento dizia respeito à cópia de uma **carta de Dr. Cartaxo ao jornal Despertador** da Paraíba sem data.

A primeira carta é uma queixa assinada por 122 pessoas que presenciaram as cenas do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Nota-se que os queixosos compunham o tecido social da localidade naquela época, uma vez que dispunham das mais variadas profissões, entre elas: padre, bacharel em Direito, artistas, donos de terras, funcionários públicos etc.

Ao caracterizarem o conflito como um *ato bárbaro e inaudito*, diziam eles que:

Partiu da povoação de Santa Fé, em número de 400 a 500 pessoas, todas bem armadas, reunidas e **capitaneadas pelos Srs. alferes João Pires Ferreira e tenente João Torquato de Figueiredo, então fora do exercício de delegado** (se delegado é, pois não consta ter prestado o devido juramento) e então, às 7 horas da manhã do dia 18 deste, trazendo no seu seio os criminosos da Serra do Bonga, nesta vila, **onde apesar do grande número de povo reinava a maior paz e tranquilidade, porque conservadores e liberais estavam dispostos a dar a eleição ao governo, como ainda hoje estão**, e depois de abarracados no patamar da igreja matriz, então por eles cercada, a ponto de ser o Revm. vigário obrigado a ir celebrar a missa paroquial em outra capela, começaram a espingardear-nos. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 135, grifo nosso).

O relato acima retratou a ocorrência em Cajazeiras, enfatizou a participação de João Pires e João Torquato, ressaltou que a eleição havia sido acordada entre os representantes locais

⁶⁴ Esta carta não será discutida nesta pesquisa uma vez que seu conteúdo enfatizou mais o contexto de violência promovido por João Pires na freguesia de São José de Piranhas e acobertado, por sua vez, pelo então chefe de polícia interino da Província, o Sr. Dr. Manoel Coelho Cintra Junior.

e naquele momento a vitória seria dos governistas do momento, representados *pelos façanhas* do Partido Conservador ligados à ala governista. Aparentemente, os relatos se complementavam, todavia, ao esmiuçar de forma comparativa o primeiro trecho da carta com a apresentação de senador Pompeu, ambos do mesmo dia, é perceptível que houve uma discrepância nas informações.

Pompeu disse que João Pires estava no patamar da Igreja e foi surpreendido com a chegada de João Cartaxo e seus homens, e não eram esperados na ocasião por ter sido acordado as cadeiras do pleito. Na carta assinada pelos representantes locais, testemunhas oculares da trama, João Cartaxo estava em Cajazeiras e quem chegou com um bando de homens armados foi João Pires.

Embora não seja de interesse desta pesquisa obter a “verdade dos fatos”, chama a atenção que Pompeu não tenha percebido essa outra versão que se contrapunha ao relato dele. Considera-se, portanto, que o senador recebeu a documentação de última hora, não tendo tempo para averiguar o conteúdo das cartas. Mas, como a discussão era fundamental para ele justificar a ineficácia do sistema eleitoral, o representante não titubeou para inserir em sua fala do dia 20 de maio.

O segundo trecho da carta é mais eloquente no que diz respeito ao “calor” dos fatos:

Exm. Sr., neste turbulento dia ninguém estava seguro, uns morriam pelo simples facto de passarem por perto de tal barraca, morriam outros pelo prudente facto de correrem para longe, **atiravam tais assassinos para todas as ruas, calçadas e portas, ficando estas cravadas de balas e chumbo, e com tal furor, que alguns dos que infelizmente acompanhavam seus maléficos intentos, querendo entrar para o meio deles, foram vítimas dos tiros de seus próprios companheiros, vendo que ninguém lhes oferecia resistência**, pois quase toda a população cautelosa e prudentemente se tinha trancado em suas casas, **saíam da barraca pelas ruas disparando tiros em todas as direções, tentando até derribar as portas a coices de armas e machado de alguns estabelecimentos comerciais**. Alguns sacerdotes, **querendo acudir aos moribundos com os socorros espirituais, este lenitivo final** com que a santa Igreja adoça os rigores da morte, **eram por eles proibidos [...]**. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 135, grifo nosso).

O extrato acima confere com riqueza de detalhes a maneira como ocorreu o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Ao enfatizar que não havia tido resistência por parte da população, o senador Pompeu figurou a sociedade cajazeirense como sendo pacata diante do cenário imperial. Porém, acredita-se que tal versão não pode ser de todo elucidativa da mencionada sociedade naquele momento, uma vez que houve, sim, resistência por parte dos membros das

ligas políticas ao ponto de terem sido mortos membros do Partido Conservador pelas balas alvejadas pelo bando de João Torquato.

Graham (1997) corroborou com este pensamento ao afirmar que o dia das eleições era o momento que mais agitava a população das vilas e municípios e, por ser comum na década de 1870 as desavenças políticas, pode-se considerar que membros da sociedade cajazeirense colaboraram, sim, com o revide do conflito, porém, pelo grande número de sicários sob o comando de João Pires, não foi possível obter um resultado positivo para os cidadãos cajazeirenses.

Em busca de justiça, os queixosos recorreram ao presidente “[...] como primeira autoridade da província para proteger os nossos direitos, as honras de nossas famílias e o futuro desta vila tão lisonjeira aos olhos de todos, esperamos que as sábias e justas providencias de V. Ex [...]” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 135).

O apelo dos moradores de Cajazeiras continua até que a narrativa recebe um tom mais “ameaçador” à imagem do governo provincial:

Não acreditamos, Exm. Sr.. aquilo de que sem pejo se gaba o tenente João Torquato de Figueiredo, isto é, que o governo é quem nos manda espingardear; não acreditamos também que os Srs. tenente João Torquato de Figueiredo e alferes João Pires Ferreira, únicos responsáveis por tudo, zombem da autoridade de V. Ex. e das leis que nos regem, aparecendo na presença de V. Ex. e muito menos que aparecendo eles dê V. Ex. mais credito a estes dois chefes de bandidos e assassinos do que á população inteira de uma vila, sem exclusão de pessoa alguma, pronta para jurar ser verdade tudo o que tem a honra de apresentar a V. Ex. **Concluimos pedindo a V. Ex. licença para levarmos ao conhecimento do público por meio dos jornais os factos mencionados e também esta queixa,** que temos a honra de apresentar a V. Ex., os factos para que o público conheça de quanto são capazes os Srs. tenente João Torquato de Figueiredo e alferes João Pires Ferreira [...]. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 135-136, grifo nosso).

No tocante da narrativa, os queixosos sinalizaram que João Pires e Torquato estavam “se gabando” pela região dizendo que quem tinha mandado conturbar as eleições em Cajazeiras, mesmo que para isso tivesse de espingardear os “adversários e a população”, havia sido o governo de Heráclito Graça. Se isso foi verdade ou não, o que ficou notável é que não havia uma comunicação tão amigável assim entre a sociedade cajazeirense – soma-se a isto os representantes das ligas políticas – e a administração provincial, pois, foi preciso eles ressaltarem o fato dizendo que não acreditavam que tamanha façanha fosse premeditada elo governo.

Essa instabilidade entre a relação local-provincial foi enfatizada quando os queixosos mencionaram que iam fazer uso da imprensa para propagar ao conhecimento público a maneira a localidade havia sido surpreendida e revirada no dia da eleição. Os considerados culpados não poderiam sair impunes de seus atos.

Apesar de terem sido submetidos ao julgo feroz dos conservadores locais durante a tensão, os representantes das ligas políticas locais surpreenderam seus opositores ao sofisticarem sua tática de contraposição indo manifestar suas queixas ao presidente da Província, ao mesmo tempo, também ampliaram seu escopo de atuação quando mencionaram que iam conduzir o caso aos jornais. Ângela de Castro Gomes (2005, p. 26, grifo nosso) enfatizou que “[...] o poder, nessa perspectiva teórica, não é **necessariamente** um monopólio do dominante, **uma vez que estava** existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles.”

Ao finalizar o relato da primeira carta, senador Pompeu ofertou uma breve pausa em suas palavras sobre o *morticínio eleitoral* para enfatizar que “[...] a exposição que S. Ex. **[o Sr. Barros Barreto]** faz em seu relatório a este respeito, certamente por informações incompletas, é inexata.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 136, grifo nosso).

A discussão da segunda carta poupa suas linhas de uma descrição mais acurada dos fatos vivenciados no dia 18, o qual possibilitou ter um caráter mais direcionado, apresentando, desse modo, outros personagens da trama. Nas palavras de João Franco de Albuquerque, Antônio Gomes de Alexandria, Sabino Evangelista de Albuquerque, José Vicente de Albuquerque e do Pe. Inácio de Sousa Rolim:

O lamentável acontecimento de 18, Exm. Sr., simboliza um plano de extermínio contra os pacíficos habitantes desta freguesia, de **há muito premeditado, cujos autores foram acoroçados pelo Sr. Dr. Manoel Coelho Cintra Junior, chefe de polícia interino, que, ainda mesmo revestido de tão importante cargo, não soube ou não pôde esquecer antigos ressentimentos e rancores** e que com o mais cínico dislate dizia que não sabia com que cara esses dragões vinham á sua casa. Esta municipalidade espera que, na sabia administração de V. Ex., não passe como verdade o anexam popular de que em dias de eleição se pôde matar sem que se cometam crimes. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 136, grifo nosso).

Na palavra dos cidadãos cajazeirenses, a *fatídica* atuação de João Pires e João Torquato simbolizava um plano de extermínio dos indivíduos pacíficos da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras. Quem eram os cidadãos passivos já figurados anteriormente? Os

membros das ligas políticas. Por outro lado, quem era caracterizado como o “outro”, o exterminador, o tenente da Guarda Nacional, o alferes e seus sicários.

Além de reforçar a polarização entre os sujeitos que atuaram no morticínio, os autores da carta enfatizaram que tanto João Pires quanto João Torquato receberam proteção do Sr. Manoel Coelho Cintra Junior, presumindo que por desavenças e rancores antigos o chefe de polícia havia apoiado os autores do morticínio. Diante disso, questiona-se: teria o Sr. Cintra maior participação nas provocações que levaram a *ocorrência eleitoral* em Cajazeiras? Os elementos dispostos nesta carta até aqui ainda não sinalizaram, em sua concretude, tal ação por parte do agente interino.

No entanto, é possível afirmar que “[...] o Sr. Dr. Cintra trabalhou com máximo empenho, **já afrouxando em favor de seus autores as provas que pedira a testemunhas que são seus verdadeiros cúmplices**, e já torcendo os ditos de outras para fazer prova contra os irmãos, parentes e companheiros das infelizes vítimas de seu despotismo e perversidade.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 136-137, grifo nosso).

Isso leva a crer que o Sr. Manoel Coelho Cintra Junior realmente estava envolvido com o caso, não sabendo ainda em qual profundidade. Além disso, a narrativa do parágrafo anterior revela que houve *falsificação das testemunhas*. Tal prática designava-se como experiências vivenciadas por agentes sociais; nas palavras de Gustavo dos Santos (2016, p. 5) tais experiências na esfera pública poderiam ser caracterizadas como parte de uma *cultura jurídica* daquela época, ou seja, “[...] um conjunto de padrões e significados que circundam as instituições jurídicas imperiais do Brasil.”

A segunda carta é encerrada com o seguinte trecho:

Nenhum resultado, sequer moral, deixara uma diligencia que o Sr. Dr. Cintra mandara aquela freguesia, **fazendo seguir daqui a força pública em o dia 10 do corrente mês; porquanto, João Pires Ferreira e seus sicários, que se achavam na povoação de Santa Fé, foram logo informados por Estolano Alves dos Santos, confidente de João Pires e ultimamente do Sr. Dr. Cintra**; que seguira a uma hora da tarde do dito dia em procura daquele que logo depois da chegada do Estolano dizia de público que sua casa Bomfim seria cercada a tantas horas, e esta povoação a tantas outras, como realmente assim sucedeu! (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 137, grifo nosso).

O extrato acima fechou a discussão da carta enfatizando dois segmentos que se caracterizavam como pilares dos jogos políticos no Segundo Reinado. O primeiro dizia respeito à atuação de Dr. Manoel Coelho Cintra Junior, uma vez que diante da narrativa posta, o mesmo

usou de sua influência para retardar a ação da força pública em busca dos facínoras João Pires e Torquato. Quando não deu mais para atrasar a atuação dos agentes de segurança, ele tratou de avisar aos seus correligionários que a política da província estava a caminho.

Diante dessa atuação, pode-se dizer que Dr. Manoel Coelho Cintra Junior fez uso de sua inserção na esfera pública para manipular a atuação dos agentes, tornando a gerência em favor de seus interesses particulares. Nesse ensejo, senador Pompeu teceu o comentário criticando a ação de Manoel Coelho Cintra Junior:

é triste de dizer que **a administração da província da Paraíba foi completamente iludida no empenho que manifestou de perseguir, processar e prender a esses criminosos.** Nomeou e mandou para aquela localidade o Dr. Manoel Coelho Cintra na qualidade de chefe de polícia interino. **Este funcionário não correspondeu às vistas do governo provincial e menos ao santo dever da justiça.** (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 137, grifo nosso).

O segundo aspecto diz respeito à fidelidade de Estolano Alves dos Santos exposta na carta. Apesar de não está explícito os interesses do sujeito, sabe-se que ele também assinou a primeira carta que fora remetida ao presidente da Província da Paraíba queixando-se do sangrento conflito em Cajazeiras.

A terceira carta⁶⁵ aqui trabalhada é de autoria de Joaquim Antônio do Couto Cartaxo e fora remetida ao jornal *O Despertador*⁶⁶ da Paraíba do Norte.

e para abafar as vozes dos parentes das vítimas, foram eles processados às escondidas e pronunciados com geral indignação dos habitantes de uma populosa comarca, **ao passo que os criminosos foram acobertados com o manto do poder, dando-se lhes para sua residência a povoação de Santa Fé,** donde eles nos ameaçam e aos habitantes da comarca do Jardim no Ceará, que já levaram ao governo geral uma representação; pedindo garantias para a vida e propriedade ameaçadas por um grupo de assassinos e malvados. **E o que há de mais surpreendedor em tudo isto é que os juizes de direito e municipal, chefes do Partido Conservador, conservem gente armada em suas casas para defendê-los dos assassinos que os ameaçam por terem sido por eles pronunciados. Os criminosos contam com a proteção do governo**

⁶⁵ É importante mencionar que a carta não está sendo apresentada em sua íntegra, conforme consta no jornal, porque até o presente momento não foi possível localizar em acervos físicos a edição em que fora publicada a comunicação e no acervo digitalizado e disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não há registros.

⁶⁶ De acordo com o Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação Biblioteca Nacional, *O Despertador: jornal político, litterario e noticiador*, era editado pela Tipografia Liberal Paraibana de F. T. de Brito. Naquele momento, o jornal era vinculado ao partido liberal e era redigido por Antônio Souza Carvalho, tendo sua periodicidade registrada a cada uma vez por semana (PEIXOTO, 2017). Para mais informações, ver: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=mic_pr&db=mic&use=estado&rm=19&disp=card&sort=off&ss=22422328&arg=parana.

provincial etc. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 138, grifo nosso).

A mencionada carta é repleta de informações sobre como os agentes públicos agiam, ou seja, utilizando de sua posição para acobertar os sujeitos que promoveram o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Para além de informar um posicionamento por parte desses indivíduos no fato localizado, suas ações revelaram que eles não agiam, necessariamente, seguindo a lei, apesar de serem os “guardiões” dessa.

Sendo assim, eles protegiam os bandidos locais, retardavam suas prisões, auxiliavam nas fugas quando esses necessitavam fugir da Província, enfim, muitos dos chefes de polícia – como foi o caso de Dr. Manoel Coelho Cintra Junior – promoviam a proteção desses criminosos em troca da fidelidade de suas ações quando fosse necessário, uma vez que os desordeiros eram utilizados como ferramenta de ameaça nas tensões entre os poderes locais e provinciais.

Na ocasião da publicação da carta no jornal, Dr. Cartaxo mencionou que *os chefes do Partido Conservador* tratavam de resguardar-se em suas residências sob a proteção de homens armados uma vez que estavam sofrendo ameaças advindas do bando de sicários comandados por João Pires e João Torquato.

No extrato, o anunciador informa que *os criminosos contam com a proteção do governo provincial*, isso levantou um questionamento importante acerca das responsabilidades que a administração provincial, na figura do Sr. Heráclito Graça, tinha com os eventos que causavam turbulência e sangue no interior da Província.

A maneira como senador Pompeu finalizou sua fala fomentou ainda mais este debate uma vez que ele ressaltou que o *chefe de polícia interino*, Dr. Manoel Coelho Cintra Junior, não aguardou nem se tornar efetivo em sua função para utilizar de todas as táticas a fim de dá por concluído o processo local contra a *horda de canibais* capitaneada pelos facínoras. Terminou suas últimas palavras naquele momento dizendo que “[...] é assim que o governo muitas vezes é levado ao erro porque repugna ao meu espírito aceitar que o governo cientemente faça escolhas semelhantes.” (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 20/05/1873, p. 138).

Portanto, a tendência neste momento é questionar: a tensão política em Cajazeiras foi em decorrência das discordâncias entre os representantes das ligas políticas em âmbito local ou configurou-se como um fragmento simbólico das “hecatombes políticas” do Segundo Reinado?

2.3 HECATOMBES POLÍTICAS: ASPECTOS DAS ELEIÇÕES NO SEGUNDO REINADO

Na Grécia Antiga assim como na Roma Antiga, uma “hecatombe”⁶⁷ significava um grande sacrifício de bois como uma forma de conceder uma honra a Júpiter, conforme pressupõe o dicionário Michaelis. Por extensão, o termo também pode fazer alusão à ideia de mortandade ou destruição. Todavia, é importante considerar que a ação a quem este termo impõe significado só possui configuração porque, a seu modo, promove alguma comoção social, ou seja, a população se envolve com a trama em que a “hecatombe” eclode.

Pensando o contexto do Segundo Reinado no Império do Brasil, não se pode afirmar que o termo se consolidou em sua historicidade ao longo do tempo, no entanto, é importante afirmar que ele foi usado em diferentes situações de cunho político, como pôde ser visto no exemplo do jornal *Cearense (CE)*. Mas, será que isso foi suficiente para constituir-se como um símbolo das práticas políticas naquele período?

Antes discutir o uso do termo bem como sua implicação, considera-se relevante discutir algumas “grelhas de análise” que configuram o conceito de cultura política. Este, para Serge Bernstein (1998), trata-se de “códigos” e “conjuntos de referentes” difundidos no seio de um grupo ou partido. Cada um deles possui sua especificidade, no entanto, dentro da “estrutura do campo político”, conforme afirmou Bourdieu (2010) só é possível promover a tendência no seio do partido se essa, por sua vez, for uma existência relacional.

A “existência relacional” é uma compreensão de Bourdieu em que afirmou ser impossível definir-se, professar-se enquanto tendência, ou seja, afirmar-se em um campo político sem que coexista interligado às outras existências por meio da relação de conflito. “[...] a cultura política **se constitui como** um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama.” (BERSTEIN, 1998, p. 350, grifo nosso).

É neste sentido que há um diálogo complementar entre Bourdieu e Bernstein, pois, a noção de “campo político” une-os na perspectiva de que há uma estrutura em que esses grupos encontram-se em polos divergentes, mas, relacionando-se concomitantemente e há, também, a ideia partilhada por ambos os autores de que a definição globalizante de polos não é suficiente, uma vez que cada grupo posicionado em horizontes opostos possuem elementos invariantes e

⁶⁷ Para maiores informações acerca do significado, ver: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hecatombe>.

que só se realizam na relação proposta pela estrutura, cada grupo possui noções que, no girar do “carrossel da política”, criam “sistemas de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das posições e distinções.” (BOURDIEU, 2010, p. 179).

Pensando, a partir de Bernstein (1998) a ideia de “hecatombe” na estrutura do campo político, considera-se que enquanto fenômeno político ela possuiu uma natureza e alcance nas relações sociais que foram vivenciadas no Segundo Reinado, seja pela população cajazeirense, pelos grupos da Comarca de Icó, pelos partidários de vila da Telha ou mesmo pelos chefes políticos que viviam em Fortaleza, na Cidade da Paraíba ou na Corte.

Antes de esmiuçar a maneira como foram traçadas as “hecatombes” no contexto das eleições no Segundo Reinado, compreende-se como relevante apresentar uma fala do então senador Sousa Dantas, de filiação política com o Partido Liberal, proferiu uma fala no dia 23 de maio de 1860, em reunião do Senado.

O Sr. D. Pedro II é o escolhido da nação. Sua dinastia é a escolha livre da soberania nacional. Os direitos do Sr. D. Pedro II estão gravados na consciência de todos os brasileiros. **O Sr. D. Pedro II não precisa de todos esses aplausos extorquidos com violência para que se patente o amor de seus súbditos. Quando digo – com violência –, senhores, não quero dizer que o ministério atual as mandasse praticar; mas sem dúvida tolerou um abuso, em que figurarão agentes policiais e empregados públicos, sobre os quais o governo tem toda ação para o poder conter.** Estas exagerações pomposas têm suas más consequências; o povo murmura e o elemento monárquico perde. (ANNAIS DO SENADO IMPERIAL, SESSÃO 23/05/1860, p. 34, grifo nosso).

Na ocasião, o senador da Província da Bahia fez uma crítica argumentativa sobre as ações do Imperador, o sr. D. Pedro II, em que dizia que esse não necessitava utilizar de violência para conseguir que o povo se submetesse às suas ordens com amor. Além disso, questionava as ações do Imperador, uma vez que este deveria usar do poder moderador para apaziguar as discordâncias locais. E os agentes policiais bem como os empregados públicos deveriam agir com o intuito de conter práticas de violência no interior das Províncias, ao invés de estimulá-las.

Vê-se, em poucas palavras, o descontentamento da população na voz do parlamentar – ele ainda completou dizendo que “o povo murmura e o elemento monárquico perde”. Ou seja, as ações do governo imperial estavam tornando latentes as fragilidades do sistema monárquico no Segundo Reinado. Já não havia mais lugar como antes para aquele modo de governar, as

pessoas não viam mais a figura de D. Pedro II com a esperada subserviência e ele respondia o descontentamento com o uso da força.

Esse uso da força foi visualizado em diferentes contextos e cenários durante o Segundo Reinado, mas, a partir da década de 1870 foi possível perceber que a maneira como a população se manifestava com relação às ações violentas estavam mais caracterizadas, mais direcionadas e com o alvo, muitas vezes, nas costas dos representantes político, quando não locais por vezes, também, provinciais e da Corte.

Cada grupo político manifestou perfeitamente uma noção de “hecatombe” enquanto fenômeno político de acordo com o lado do “carrossel” em que se encontravam na esfera política. Sendo assim, o jornal *Cearense*⁶⁸, em sua edição de número 21 que circulou na Província do Ceará no dia 15 de novembro de 1874 divulgou em sua capa:

Quando os indivíduos tomam o lugar dos princípios, e os partidos se batem em nome de personalidades, o interesse público, e a utilidade geral degeneram-se em simples pretextos para os atos governamentais do grupo que tem o mando supremo [...] Nesse empenho de tudo aniquilar para atestar aos mandões da situação que os ódios e paixões pessoais poderiam ser cevados nas cousas, levou a aurora da regeneração e sua destruição até onde se poderia presumir, não fossem os maus instintos a levantar hecatombes políticas. (CEARENSE, ANO 1874, ED. 94, p. 1).

A fala registrada no editorial do órgão liberal expôs a problemática política que a Província do Ceará estava vivenciando sob o governo dos conservadores. Dizia-se que o interesse pela administração pública havia perdido o foco para os grupos dominantes que possuíam o comando do governo provincial naquele momento.

Um aspecto que chama a atenção no trecho acima diz respeito ao fato de que os partidos estavam conflitando “em nome de personalidades”, ou seja, as desavenças familiares, as paixões pessoais, questões de interesse particular ou dos grupos políticos era o suficiente para instigar conflitos que unidos aos maus instintos promoviam “hecatombes políticas”.

Assim, pensando o conjunto de elementos que cada grupo político possuiu no que tange a estrutura do campo da política, em uma escala reduzida pode-se considerar que a “hecatombe política” no contexto da Província do Ceará em novembro de 1874 era desembocada por uma série de questões que, em sua “essência”, não correspondia apenas ao patamar das questões políticas vigentes.

⁶⁸ Para maiores informações, ver jornal *Cearense* (CE), edição 83, Ano 1874, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22hecatombes%20politicas%22&pagfis=10683>.

As “hecatombes políticas” era uma forma que o público ou os críticos ao governo vigente encontravam para denominar as tensões políticas que ocorriam durante os pleitos eleitorais. Assim, pode-se considerar que a nomenclatura “hecatombe” ainda tinha sua definição relacionada a violência generalizada ou de muitas pessoas, mas, mais que isso, ela era uma ferramenta simbólica para definir o lugar do grupo político que promovia as ações no momento das eleições.

Esses grupos que promoviam “hecatombes” eram bárbaros, não tinham confiabilidade na administração pública e vendo seu sistema político fragmentando-se cada vez mais, promoviam atitudes sanguinárias em busca de manter-se no poder. D. Pedro II foi criticado, inicialmente, porque ele fechada os olhos para esse tipo de ação. Apesar de poder governar sobre os agentes públicos, ele deixava a situação se resolver nas esferas da imprensa e judiciário, que foram fundamentais nesse processo de organização das questões políticas no Segundo Reinado.

Resguardando as singularidades de cada região, considera-se que as eleições em Vila da Telha, Icó e Cajazeiras tinham em comum, como força de poder simbólico, a perpetuação de seus acontecimentos por longas datas por meio das diferentes representações que criavam acerca dos fatos. Isso ficava na memória das sociedades locais, mas, também marcava significativamente o quadro político do Segundo Reinado.

Marcava não só pelas cenas de violência, como também pelas diferentes maneiras com que as pessoas mais simples ou até mesmo escravizadas atuavam em um momento tão importante do Período Imperial. Mesmo com todos os critérios de inclusão que arregimentavam as eleições, pode-se dizer que essas não eram feitas apenas no momento da escolha dos representantes.

Defende-se aqui a perspectiva de que as eleições também eram carregadas de afetos e desafetos que não eram expressos no ato do voto, eles corriam as ruas defendendo com ânimo seus colegas, eles apresentavam-se no momento das bebedeiras e comilanças aos arredores das igrejas, enfim, as eleições, eram sangrentas, mas, eram também uma confluência de sentimentos que se expressavam com maior precisão nos pleitos eleitorais.

Portanto, o próximo capítulo apresenta como se organizavam esses sentimentos, quem fazia parte dessas redes de sociabilidades que transcorriam os afetos do povo cajazeirense a partir do *morticínio eleitoral* do dia 18 de agosto.

CAPÍTULO III



INDÍCIOS DE SOLIDARIEDADE EM TESTEMUNHOS NO PODER JUDICIÁRIO

3. INDÍCIOS DE SOLIDARIEDADE EM TESTEMUNHOS NO PODER JUDICIÁRIO

As primeiras noções conceituais sobre solidariedade surgiram na França, no início do século XIX, em resposta ao contexto da dinâmica social e econômica que a Europa vivenciava naquele momento. Adquirindo uma característica polissêmica no período moderno, o termo ‘solidariedade’ incorporou diferentes exposições teóricas, mas que, segundo Vera Herweg Westphal (2008, p. 44), possui alguns aspectos em comum, entre eles: “a) um substrato descritivo da solidariedade, constituindo-se na ideia da relação de reciprocidade entre os membros de um grupo e b) um outro substrato, uma base normativa da solidariedade, presente no cotidiano da política...”

A partir desses aspectos introdutórios propostos por Vera Westphal, esta pesquisa apropria-se do aspecto das relações interpessoais – fosse no plano social, no político ou econômico – para problematizar como que, as solidariedades existentes entre os indivíduos envolvidos direto e/ou indiretamente no *morticínio eleitoral* forjaram uma cultura política alicerçada pelas redes de sociabilidade naquele momento específico.

Sendo assim, faz-se necessário ressaltar, no entanto, que tais solidariedades poderiam ser internas entre os próprios membros da família ou, externas, alcançando, desse modo, os “agregados” ou “protegidos” dos fazendeiros. Sobre este aspecto, Silvia Brügger (2007, p. 63, grifo nosso) relatou que a “[...] ideia central [...] parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família, ou grupo, do que como indivíduos.” Acredita-se que a ideia de que a manutenção desses laços era importante para os sujeitos que viviam na década de 1872.

Ao pensar esses vínculos no “pano de fundo” do *morticínio eleitoral*, percebe-se que eles foram cruciais tanto em matéria de fomento dos acontecimentos do dia 18 de agosto de 1872, como também no processo de criação das representações pós fato. Por isso, este capítulo detém-se à tarefa de esmiuçar, a partir dos indícios apresentados nas narrativas, a influência exercida por essas redes de sociabilidade na construção das representações acerca da tensão política em Cajazeiras na Província da Paraíba.

Por isso, este capítulo divide-se em dois subtópicos. O primeiro busca compreender os indícios de solidariedade presentes nas narrativas das testemunhas que foram depor no decorrer do processo-crime. É importante ressaltar que quando se pensou em solidariedades, buscou-se levar em consideração tanto as relações constituídas entre as testemunhas e os envolvidos com

a tensão eleitoral, como também os indícios de solidariedade presentes em suas narrativas sobre as relações de outrem com os grupos de João Pires e João Cartaxo. Para que pudesse chegar a uma análise mais acurada possível das redes relacionais em que as testemunhas estavam envolvidas. No primeiro momento foi feito um levantamento do perfil social de todos os treze convocados a testemunhar perante o júri, pensando a ocupação que desempenhavam, sua ramificação familiar e o local em que residiam, com o intuito de perceber as possíveis influências dos lugares sociais dessas pessoas em suas solidariedades alcançadas.

O segundo tópico buscou compreender os diferentes modos como o *morticínio eleitoral* se popularizou nas províncias do Ceará, Pernambuco e na Corte, ou seja, como e por quem foi anunciado, como foi caracterizado, quais adjetivos usaram para apresentar as possíveis vítimas e culpados – porque as narrativas qualificavam e desqualificavam esses indivíduos; entre outros aspectos que tomaram proporção a partir da influência dos editores dos jornais naquela época. No desenvolvimento da problematização, ocorreu também um cruzamento dos dados a fim de descortinar os circuitos de comunicação geradores de uma “opinião pública” acerca do *morticínio eleitoral* e suas respectivas influências no contexto político, social e econômico local e imperial.

3.1. PERFIL DAS TESTEMUNHAS DA CARNIFICINA

A disposição de pensar o perfil social das testemunhas não tem a intenção, simplesmente, de dizer quem se tratavam aquelas pessoas; a intenção foi de apresentar o lugar social, se porventura tinham alguma ligação familiar com os grupos envolvidos além de mostrar quais as profissões das pessoas eram ouvidas no caso do *morticínio eleitoral* e como isso pôde, por sua vez, reforçar seus discursos. Também foi estimado o interesse de levantar inquietações sobre como era que atuavam socialmente e o que faziam em suas rotinas, ou seja, como tudo isso influenciou não somente uma narrativa, mas a fabricação de representações.

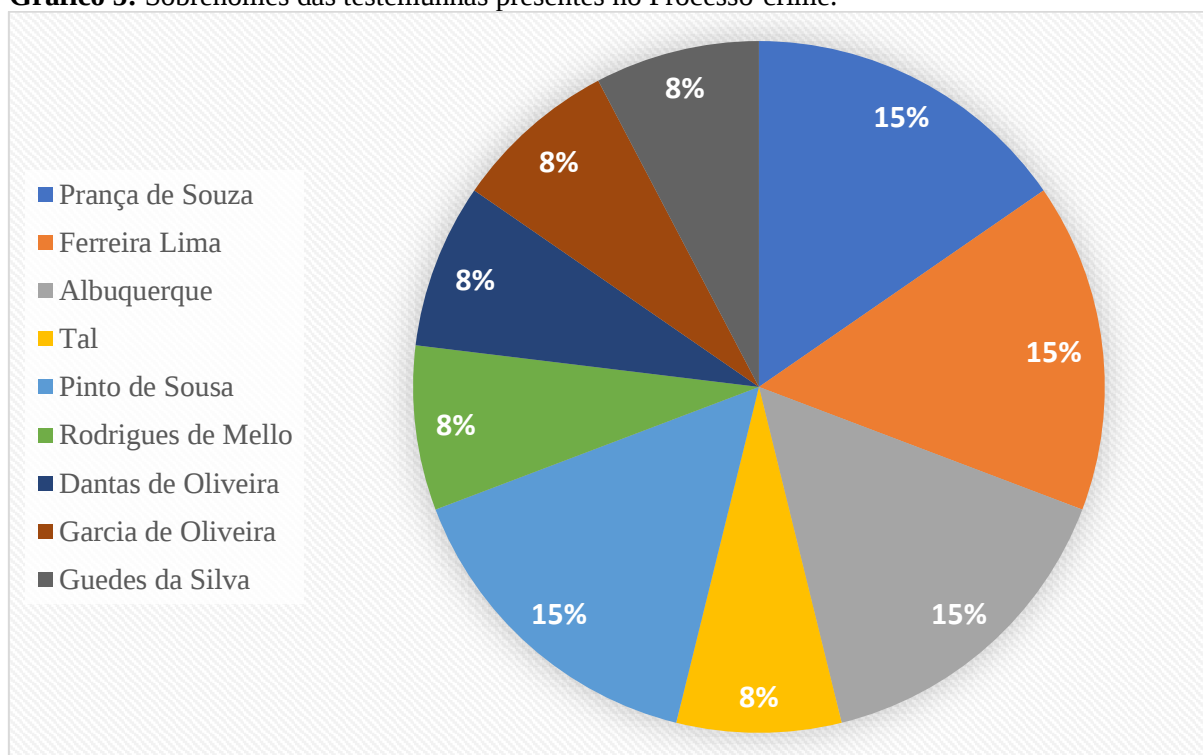
Para uma melhor compreensão desse *lugar social*⁶⁹ dos indivíduos, será apresentado um panorama do perfil social das treze testemunhas a fim de demonstrar a participação de alguns dos grupos sociais cajazeirenses na construção de representações para além do ocorrido no dia 18 de agosto.

Inicia-se esta tarefa buscando compreender quais eram as famílias que possuíam membros na condição de testemunhas do *morticínio eleitoral*. Vale ressaltar que embora o papel

⁶⁹ Apropria-se, aqui, das noções de Michel de Certeau em seu texto “A Operação Historiográfica”.

do Poder Judiciário naquele momento fosse o de coletar provas sobre o acontecimento, o olhar historiográfico transcende essa perspectiva e compreende que a própria seleção e inquirição das testemunhas pode ser descortinadora de uma trama baseada na tríade economia-sociedade-política que envolveu o caso da tensão em um contexto mais amplo.

Gráfico 5: Sobrenomes das testemunhas presentes no Processo-crime.



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

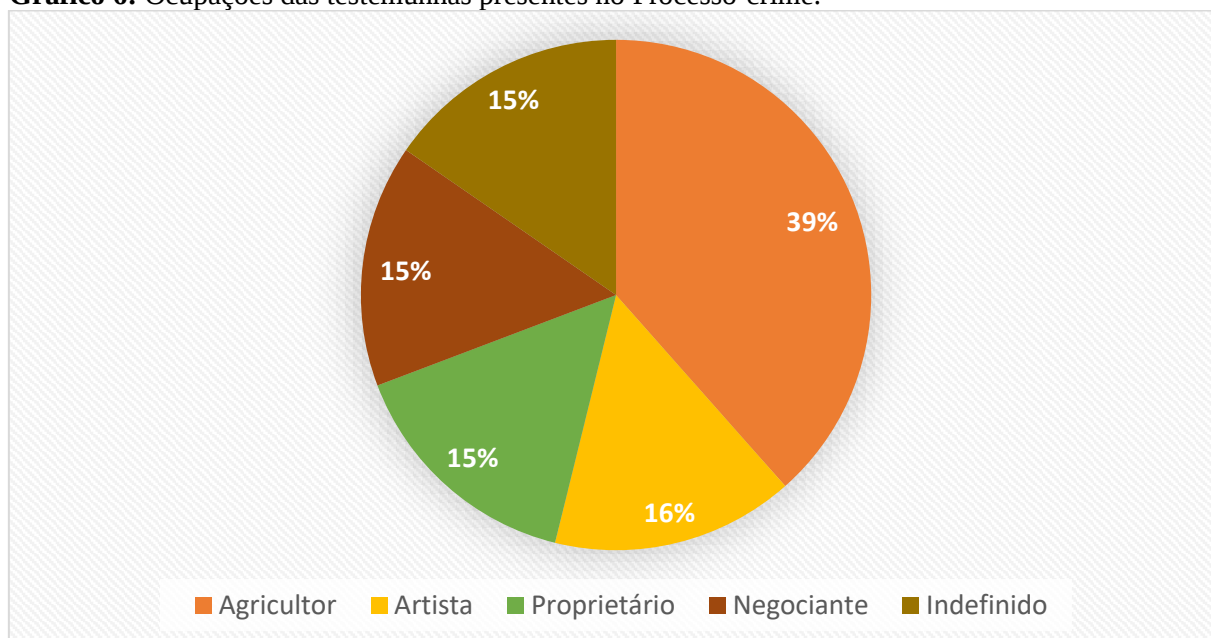
A partir do Gráfico 5, nota-se que várias famílias de Cajazeiras e outras regiões próximas compuseram o quadro geral de testemunhas no processo-crime, tendo ênfase, portanto, nas famílias Pinto de Sousa (15%), Prança de Souza (15%), Albuquerque (15%) e Ferreira Lima (15%), e as demais contendo cada uma 8% de representação.

Chama a atenção aqui a porcentagem da família Albuquerque que, por sua vez, compunha a ramificação familiar dos Couto Cartaxo. Apesar de não existir elementos para afirmar que existiu um planejamento tendencioso no procedimento inicial de convocação das testemunhas, a presença de dois membros dos Albuquerque não passou despercebido uma vez que a proximidade familiar ou possíveis alianças poderiam fomentar solidariedades nas narrativas desses indivíduos.

O tipo de ocupação que essas pessoas exerciam também interessa a esta pesquisa, uma vez que ajudava a reforçar sua narrativa a depender do lugar social em que estavam inseridos.

Principalmente se levar em consideração que a sociedade da década de 1870 ainda era uma sociedade baseada nas hierarquias sociais e no *status quo*, então, o discurso de um agricultor poderia ser mais bem recebido pela justiça do que o de um artista, por exemplo.

Gráfico 6: Ocupações das testemunhas presentes no Processo-crime.



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

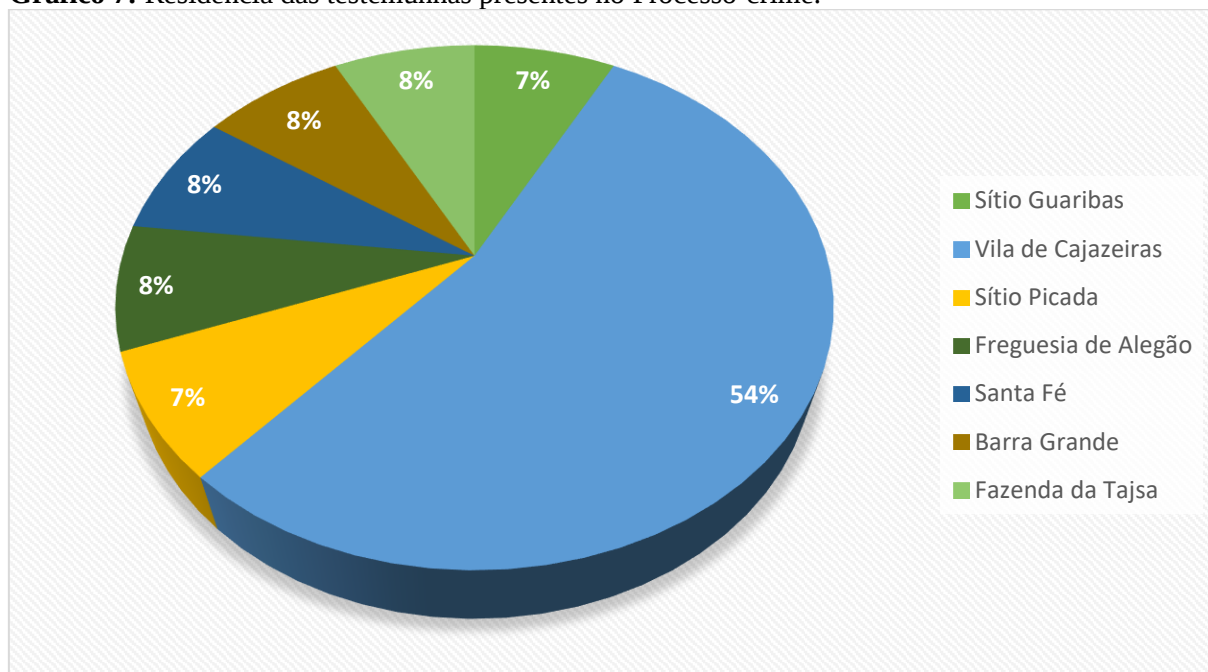
De acordo com a demonstração do Gráfico 6, constata-se que 39% das testemunhas tinham sua ocupação voltada para o ramo da agricultura. Levando em consideração que as pessoas que se autodenominavam agricultores poderiam ser, inclusive, grandes donos de terras no recém-emancipado município de Cajazeiras, entende-se que além de ter pessoas com ligação familiar, a maioria dos indivíduos que foram interrogadas faziam parte da elite local – tendo em vista que, conforme já foi dito, a economia cajazeirense ainda possuía sua predominância no meio rural.

Esses 39% dividiam seu poder de narrativa com 15% de proprietários, que poderiam ser tanto de imóveis como de escravos, uma vez que Cajazeiras estava iniciando seu processo de urbanidade com as novas construções e ainda se mantinha como uma localidade que possuía como ferramenta de instrumentabilidade econômica a escravização de pessoas.

Um terceiro fator em âmbito geral com relação às testemunhas é a localidade onde residiam. Distribuídas em sete localidades diferentes, as testemunhas se configuravam como pessoas que moravam nas vilas, como foi o caso dos 54% que morava em Cajazeiras, 8% em

Santa Fé, e o restante que se distribuía em sítios, fazendas e freguesias, como demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Residência das testemunhas presentes no Processo-crime.



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

A partir da organização desses dados da residência das testemunhas, foi possível perceber que embora a maioria das testemunhas residissem na Vila de Cajazeiras naquele momento, existia outra parcela da população que não era da cidade nem muito menos se configuraria como eleitor e tinha vindo à Cajazeiras para observar as festividades eleitorais, para aproveitar a oportunidade para rever familiares, amigos e conhecidos.

O fato de mais da metade da população não viver em Cajazeiras aciona a ideia de que as eleições eram como um evento que reunia pessoas de localidades próximas; o que ninguém esperava que se tornariam testemunhas de uma das maiores *carnificinas eleitorais* da Província da Paraíba do Norte, conforme será discutido no tópico 4.1.2.

3.2 PRIMEIRO ROL DE TESTEMUNHAS: ENTRE A CONSAGUIDADE E O RECEIO DA RETALIAÇÃO

Após a denúncia do crime que levou à morte de João Cartaxo, no dia 18 de agosto de 1872, houve a instauração do processo cível e, logo em seguida, o processo-crime no mês de setembro do corrente ano. Ao todo foram convocadas vinte e quatro testemunhas, no entanto,

suas notificações de convocação foram realizadas de acordo com as informações que os relatos iniciais iam apresentando. Por tal motivação é que a inquirição dessas pessoas foi dividida em quatro momentos – três partes de testemunhas oficiais e um rol de testemunhas referidas –, entre os meses de setembro e outubro de 1872.

Sendo assim, para este momento foi selecionado o primeiro rol de testemunhas cuja suas informações básicas de ocupação, idade, naturalidade entre outros, constam no Quadro 14.

Quadro 14: Perfil do 1º rol de testemunhas do *morticínio eleitoral*.

Sequência do rol	Nome	Idade	Ocupação	Estado Civil	Naturalidade	Residência
1º	Luis da Prança de Souza	44	Agricultor	Casado	Natural da Comarca do Crato da Província do Ceará	Sítio Guaribas
2º	Vicente Ferreira Lima	37	Artista	Casado	Freguesia de Lavras	Vila de Cajazeiras
3º	José Vicente de Albuquerque	46	Proprietário	Casado	Freguesia de Cajazeiras	Sítio Picada
4º	José Francisco de n.id	32	Agricultor	Casado	Freguesia de Jardim ⁷⁰	Vila de Cajazeiras
5º	Antônio Pinto de Sousa	46	Agricultor	Casado	Freguesia de Santo Antônio do Piancó	Freguesia de <u>Alegão</u> ⁷¹
6º	João Lino de Albuquerque	58	Proprietário	Casado	Província do Pernambuco	Santa Fé

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

De diferentes naturalidades e famílias, essas seis pessoas iniciaram um panorama oficial de como ocorreu o *morticínio eleitoral*. No entanto, é importante lembrar que cada uma delas possuía relações, subjetividades e tudo isso influenciou a sua construção discursiva. Por tais motivos, inicia-se a problematização pela fala de José Vicente de Albuquerque por entender que é preciso “[...] decifrar certos indícios para interpretar os múltiplos sinais que permitem acessar a essência do problema por meio de traços aparentemente irrelevantes.” (CARNEIRO, 2019, p. 17-18).

⁷⁰ Situava-se na Região do Cariri da Província do Ceará.

⁷¹ As palavras que estiverem sublinhadas é porque a grafia não foi conclusiva, o que fora apresentado é apenas uma interpretação aproximada.

A escolha por analisar o relato de José Vicente de Albuquerque não foi desinteressada. Diferentemente de Luis da Prança de Souza e Vicente Ferreira Lima, José Vicente deixa escapar no início de sua fala, quando foi convocado a testemunha no dia 10 de setembro de 1872, era parente de terceiro grau de consanguinidade dos Cartaxo.

Mas, antes de percorrer a teia narrativa que José Vicente tece, é importante atentar ao lugar social deste sujeito. Estando aos 46 anos de idade, casado e proprietário de um sítio na freguesia de Cajazeiras, ele revela-se como alguém que possuía certa legitimidade em seu seio social. Assim, ao ser convocado para testemunhar sobre um crime que envolve sujeitos de diferentes tipos de classes sociais, sua voz não ecoaria de maneira comum entre os quatro cantos do Tribunal – Deivy Carneiro (2019, p. 16) aborda que na justiça “[...] a maioria dos procedimentos protegem a elite”.

O primeiro ponto a ser destacado é que José Vicente evocou o parâmetro do “ouvir dizer” em quase todas as respostas que pronunciou ao juiz e promotor. É notável que este esquivava-se de uma fala direcionada ou comprometedora de seus interesses. Estaria José Vicente temendo uma possível retaliação, visto que os querelados se encontravam à solta? A resposta para este questionamento ainda não é possível obter neste momento. Todavia, é importante perceber que em seu relato ele profere que:

Chegando a sua casa que fica perto da Igreja, parede mais da casa da queixosa, ao abrir a porta que deita para a rua viu o patamar da Igreja cheio de gentes com as armas encostadas ao muro do mesmo patamar, estando a Igreja fechada; que pouco depois os homens do patamar pegaram as armas e tomaram função de quem ia entrar em luta; quando vão chegando João Antônio do Couto Cartaxo, sicários e pessoas que o acompanhavam; e que os mesmos homens apontavam para ele as armas e o “via” os terão acompanhado até que um sujeito que ele testemunha notou ser de cor acaboclado, bem barbado, cheio do corpo vestido com seu paletó preto e chapéu de couro, fazendo pontaria em João Cartaxo disparou-lhe a arma que tinha. (JOSÉ VICENTE DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

A partir da fala de José Vicente é possível atestar que correram tantas versões sobre como ocorreu o *morticínio eleitoral* no circuito de comunicação por “ouvir dizer” que não é possível refazer cada ladrilho que compôs a cena do crime. Entretanto, mesmo estando no momento do testemunho aos olhos e ouvidos de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo e ressaltando que a tensão foi deflagrada pelo grupo de São José de Piranhas encabeçado por João Pires Ferreira e João Torquato de Figueiredo, a versão anunciada por José Vicente descreve que

os homens liderados pelos conservadores já estavam no *patamar da Igreja* quando os *8 homens liderados por João Antônio do Couto Cartaxo chegaram de Cachoeira*.

Essa versão destoa da que Antônio Joaquim propagou nos anos seguintes nos jornais que circularam na Província do Ceará, do Pernambuco e na Corte. Além disso, José Vicente relata que ouviu dizer que o assassino de João Cartaxo teria sido o homem de cor acaboclado e vestido de paletó preto e chapéu de couro.

Questionado sobre quem era o indivíduo que atirara em João Cartaxo, José Vicente respondeu que:

No momento do tiro lembrou-se de ser Jesuíno Barbosa, e ao mesmo tempo refletiu ele testemunha que Jesuíno Barbosa a quem conhece bem as ações, mais viu melhor e mais barba, e que ouvira dizer que o envolvido em atirar em João Cartaxo chama-se Miguel Barbosa de Lyra, irmão de Jesuíno Barbosa isto segundo vestimenta que trazia Miguel Barbosa e os sinais que ele testemunha vira (JOSÉ VICENTE DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

É importante notar que José Vicente evidenciou, mesmo sem se dá conta, que ele tinha um conhecimento sobre as condutas de Jesuíno Barbosa, isso assegurou ele a afirmar que não poderia ter sido Jesuíno quem atirara. Isso ajuda a levantar a hipótese de que existia também algum grau de proximidade entre José Vicente e Jesuíno Barbosa, uma vez que naquela época não se afirmavam com tanta certeza a índole de que não tinha uma relação que possibilitasse conhecimento do caráter e das práticas do sujeito. Há aqui, portanto, um primeiro indício de solidariedade reforçado pela premissa das boas ações de Jesuíno.

Ao ser interrogado sobre o tiroteio nas ruas do município, José Vicente respondeu que *se sabe por ouvir dizer que eles cometeram excessos dando tiros pelas portas, chegando a cavalo para o fim da rua por onde passa a estrada que vai para o Catolé* (JOSÉ VICENTE DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Sendo feitos mais alguns questionamentos gerais, por exemplo, sobre a morte do escravizado e do vaqueiro, se aquele momento realmente havia sido preparado para ocorrer uma eleição, foi passado a palavra para o procurador advogado da queixosa, o Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo.

E dada a palavra ao procurador advogado da queixosa a requerimento do qual disse a testemunha; disso João Cartaxo e seus irmãos e companheiros entraram nesta vila pelo caminho por onde costumavam virem este é por trás da Matriz, de modo que só puderam ver os homens que se achavam no patamar quando

ali chegaram e que depois do primeiro tiro de que acima falou, ouvira imediatamente outro que lhe pareceu sair como que do meio do patamar; que ouvira dizer que João Torquato de Figueiredo fora quem mandara fazer fogo, **correndo logo depois com João Pires Ferreira para a casa de José Joaquim de Andrade, onde João Pires fugira em um cavalo que estava no quintal**, voltando Torquato para o patamar já com um chapéu de couro, que encontrara na casa de José Joaquim; e que ouvira dizer por muitas pessoas entre estas José Vicente de Castro, que quando Joaquim Antônio do Couto Cartaxo e Emídio Emiliano do Couto Cartaxo e outros conduziram o João Cartaxo para casa ele já estava morto. (ANTÔNIO JOAQUIM DO COUTO CARTAXO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

A partir do trecho acima, percebe-se que houve uma intenção de Antônio Joaquim em enfatizar que o conflito se deu por ordem de João Torquato ao lado de João Pires. Na fala acima, fica perceptível um aspecto de solidariedade envolvendo uma terceira pessoa, o senhor José Joaquim de Andrade. Nesse momento, Antônio Joaquim deixa a entender que João Pires e João Torquato não agiram apenas com seu bando.

Contaram com o auxílio de moradores da vila que, no momento da fuga, teve a solidariedade de arrumar um cavalo para João Pires fugir pelos fundos de sua residência. Isso demonstra que havia toda uma rede de apoio e que a tensão política não foi ocasionada apenas pelo encontro, mas havia uma trama sendo orquestrada com pessoas residentes e externas à localidade.

Levando em consideração que havia a possibilidade de existir o envolvimento de pessoas da sociedade cajazeirense na trama, Antônio Joaquim, advogado da queixosa e irmão de uma das vítimas, perguntou *se [ele José Vicente] sabe ou ouviu dizer que entre Torquato, João Pires e os sicários que estavam no Patamar havia procedido algum “ajuste” para atender algumas pessoas determinadas influências nesta vila?* (ANTÔNIO JOAQUIM DO COUTO CARTAXO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Foi então que José Vicente respondeu que *não sabe, mas que ouviu dizer que os sicários procuravam nesta vila várias pessoas, mencionando os nomes de José Franco de Albuquerque, Claudenio Dantas de Oliveira, Miguel Gomes Barbosa, Tenente Sabino de Sousa e outros.* (JOSÉ VICENTE DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

O que se sabe, inicialmente, é que Claudenio Dantas era um negociante de Sousa que veio residir em Cajazeiras após a transição de vila para município. Já Miguel Gomes Barbosa e o Tenente Sabino de Sousa eram apoiadores políticos de João Cartaxo, que veio a morrer no dia 18 de agosto. Os trechos mencionados chamam a atenção porque primeiro ela levanta o questionamento sobre os assassinatos arranjados, se havia alguém por trás, dando as ordens para essas ações criminosas.

Na resposta de José Vicente, foi possível perceber que ele se esquivou de informar o quem seria as *determinadas influências nesta vila*, no entanto, foi rápido em dizer quem estava listado pelos sicários para morrer na ação do dia 18 de agosto. Isso levanta algumas interrogações: a motivação dos assassinatos seria apenas as diferenças políticas? Existiam discordâncias pessoais anteriores que nada tinha relação com a questão política e a eleição foi uma desculpa para tais tentativas de assassinato? De que maneira o Claudenio, Miguel Gomes, José Franco e Tenente Sabino interferiam na sociedade a ponto de terem suas mortes encomendadas a um bando de trezentos sicários?

Nem todas as respostas serão possíveis neste trabalho, mas, é válido questionar que existia uma rede de sociabilidade muito maior do que compreendia o município de Cajazeiras e essas pessoas não poupavam esforços para promover seus interesses pessoais.

Por último, quando foi questionado por Antônio Joaquim se *sabe ou ouviu dizer que alguém nesta vila fornecera pólvora e chumbo aos homens de São José de Piranhas?* José Vicente respondeu que *ouviu dizer que Gonçalo José de Aquino fornecera pólvora e chumbo depois das mortes aos homens de São José de Piranhas* (JOSÉ VICENTE DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Essa fala apresenta mais um nome cajazeirense que esteve envolvido na trama, o de Gonçalo José de Aquino. Apesar de seu envolvimento não ter sido direto, sua ação acionou o aspecto da solidariedade que fomentava as redes de sociabilidade existentes naquela época. Mesmo não tendo participado diretamente do conflito, no disparar das armas, é possível entender que sua solidariedade acionada serviu como suporte para a ação. Nesse sentido, começa a ser descortinada uma rede de pessoas que amparou os indiciados como protagonistas do conflito – inicialmente com cavalo e agora percebe-se também que com os mantimentos balísticos.

A segunda testemunha aqui apresentada é Luis da Prança de Sousa. Ele era agricultor no sítio Guaribas, mas não era natural de Cajazeiras. A narrativa dessa testemunha chama a atenção porque ele dividiu as tensões do dia 18 em dois momentos: um primeiro que se deu antes da chegada dos Cartaxo ao Patamar da Igreja Matriz e o segundo após a chegada desse grupo, entrando, assim, em conflito com o bando de João Torquato e João Pires.

No dia de que trata a queixa, de nove para dez horas da manhã estando ele testemunha na Rua do Commercio, vira chegar uma grande força composta de sargentos ou mais praças, todos armados, vindos de São José de Piranhas e dirigidos segundo dizem por João Pires Ferreira e o tenente João Torquato

de Figueiredo que ele testemunha viu dentro da força ou patrulha; e que esta força procurava por José Franco d' Albuquerque, Miguel Gomes Barbosa, aquele disse para as pessoas que compunham a força: pode ameaçar mas eu hei de votar sempre. Quantas palavras Miguel Barbosa, Jesuíno Barbosa, Joantes de Tal e Abel armados e apontados as armas para o lado do mesmo Franco: **Cala-te amarelo, que tu aqui não cantas, sai já que aqui estou atirando. Nisto ele testemunha pronunciou calando os agressores dirigindo-se ao Miguel Barbosa**, e pedindo-lhe, que não fizesse mal algum a homem que se achava desmaiado e só e que não tinha pretensão de ofendê-las: insisto fui ele testemunha fui corajosamente auxiliado por Lucio, de Santa Fé que tão bem procurou acomodar. (LUIS PRANÇA DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Esse primeiro momento do conflito deflagrou-se, segundo Luis Prança, antes da chegada de João Cartaxo ao patamar da Matriz. Já instalados nas dependências do patamar da igreja, o bando capitaneado por Torquato e João Pires, entre eles, Miguel Barbosa de Lyra, Jesuíno Barbosa, Joantes de Tal e Abel, ameaçou o votante José Franco de Albuquerque.

Além de ter sido testemunha ocular desses acontecimentos, Luis Prança também participou da tensão intercedendo, junto com Lucio morador de Santa Fé, pela vida de José Franco. A partir desse relato é possível perceber que a tensão não começou no momento que os dois grupos políticos adversários se encontraram – fator que já se contrapõe a versão inicial que relata que a tensão iniciou com a chegada de Torquato e João Pires e que já se encontravam no Patamar João Cartaxo e seus correligionários. A tensão se desenrolou a partir do instante em que os sicários localizaram o primeiro votante chamado José Franco de Albuquerque, que tinha, por sua vez, laços consanguíneos com os Couto Cartaxo, conforme afirmou Luis Prança:

Pouco depois ele testemunha se retirou-se para casa do Manoel Leandro, que fica perto do matos, estando a conversar na calçada viu chegarem “afinados” João Antônio do Couto Cartaxo seus manos com algumas (não compreendi), moradores votantes ao aproximarem-se do Patamar da igreja que fica perto da casa de sua residência, os homens vindos de São José de Piranhas, e que ali se achavas, esse mesmo já teve de dizer, cataram-lhe as armas em cima; respondeu João Cartaxo: amigos, eu não vinha brigar eu vinha votar. Depois de ditas estas palavras o mesmo Cartaxo foi virando o cavalo em procura da casa alguns homens da força que se achava no Patamar terão acompanhando-o usou as armas e dispararam seis tiros dos quais resultou ficar o mesmo Cartaxo ferido e caiu pouco a diante do cavalo em que ia. Pouco depois disto houve grandes descargas atirando quase todos que se achava no Patamar contra a gente que acompanhava João Cartaxo. Entrando ele testemunha para dentro da casa ouvindo o vido tiros; e que botou receosamente a cabeça na porta vira que a mesma gente de São Jose de Piranhas atiraras entre homens que procuraras o Patamar dizendo-se aliados dos quais seis digo dos quais saíram feridos sendo um mortalmente. Disse mais que na ocasião que botou a cabeça na porta vira também um homem morto o qual depois reconheceu ser o mulato Inácio pelo bando que viera de São José conheceu ele testemunha

Miguel Barbosa, Jesuíno Barbosa, Abel, Jacinto de Tal Guilherme, moradores de Santa Fé, “Inancio”, morador no mesmo lugar, José Praça. (LUIS PRANÇA DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Após essa explanação inicial de como a tensão se dividiu em dois momentos, foi dada a palavra ao procurador de Ana Josefa de Jesus, questionou-se:

E dado a palavra ao procurador da queixosa, “argumentos” desta testemunha que não sabe se a força de São José de Piranhas estava ou não embarcado no Patamar, mas que se achava oculto esse à frente da igreja Matriz para João Cartaxo e seus irmãos e companheiros que estavam por detrás da Matriz e que destes do Patamar da Matriz quatro a cinco braças as casas de Manoel e da queixosa a qual seus filhos costumam tomar quando vem a esta Vila; que na ocasião em que Joaquim Cartaxo, Emídio Emiliano Cartaxo e outros conduziam a João Cartaxo para a casa de Claudenio Dantas d’Oliveira. Ouviram dizer que eles os homens de São José de Piranhas dispararão alguns tiros os quais ele testemunha do lugar onde estava pronunciara terem sido da casa de Claudenio; e que ouvira dizer que por ocasião desse conflito saíra seus cavalos baleados e que vira mesmo Luis de Campos ferido, o qual acompanhava a João Cartaxo. (ANTÔNIO JOAQUIM DO COUTO CARTAXO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Percebe-se com o questionamento acima que houve, por parte de Antônio Joaquim, uma tentativa de invalidar a fala de Luis Prança como se a testemunha não soubesse, de fato, o que aconteceu. Além disso, há uma tentativa de acrescentar palavras que não foram localizadas na narrativa do Luis Prança. Isso demonstra que existia um conflito entre os diferentes perfis que agregavam a figura de Cartaxo: fosse como político, advogado ou irmão da vítima.

Sua narrativa, mais que interrogativa, era carregada de tendências. Ele não se contentava em interrogar a testemunha; aproveitou a oportunidade que lhe havia sido conferida para culpabilizar os indiciados, agindo, por sua vez, como um inquisidor. Tal atitude demonstra que ele também estava aproveitando a oportunidade da repercussão do caso para criar uma imagem negativa do Partido Conservador, em âmbito local e na Província da Paraíba do Norte.

O interessante disso é que mesmo tendo direcionado as argumentações, Antônio Joaquim não conseguiu conturbar o posicionamento de Luis Prança uma vez que o mesmo:

Respondeu que algum individuo das gentes de João Pires e de Torquato andaram pelas ruas atirando, conhecido nomeadamente por Miguel Gomes Barbosa, **[além de]** “Tenente” Sabino de Sousa, e Vital de Sousa Rolim, resulta desses tiros ficarem algumas portas gravadas de balas, e empregando-

se um dos tiros no chapéu de Cipriano Luis de Albuquerque que si achava em casa de Delfino que fica muito distante da Matriz; e que encontrando-se esse José Miguel atirando-lhe ao que estava Guilherme, dizendo que não atirasse, por que aquele referindo-se a José Marques era da parte de João Pires (LUIS PRANÇA DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Nota-se, portanto, que o segundo momento da tensão foi tão intenso que resultou em tiroteios até mesmo entre mesmo de um mesmo bando. Além disso, é possível constatar que as casas de pessoas que residiam em Cajazeiras serviram como ponto de acolhida para diferentes sujeitos, que participavam ou não do conflito, se abrigarem longe das balas.

Outra testemunha deste primeiro rol foi o artista de 37 anos de idade chamado Vicente Ferreira Lima. Morador em Cajazeiras, mas tendo sua naturalidade na freguesia de Lavras da Província do Ceará, ele relatou que:

o dia dezoito de agosto próximo pelas nove horas da manhã mais ou **menos estando ele testemunha a conversar na porta de casa de Manoel Leandro, que fica perto da Igreja Matriz ai chegando Luis de Prança e pensaram-se a começar quando viram entrando na Rua o grupo de gente de Cachoeira [dos Índios] que era dirigido por João Antônio do Couto Cartaxo, e que essa gente deu pequenas pausas em frente à casa de Miguel Gomes Barbosa, de Vital de Sousa Rolim, e que daí partira para a casa do mesmo Cartaxo que fica próximo do patamar da Igreja** e que ao aproximar-se a mesma gente do patamar da igreja onde estavam os homens vindos de São José de Piranhas, disse Manoel Leandro: **essa é a gente de Cachoeira as que ele a testemunha dissera não é “possível” porque não há motivo para isso.** Disse que vira que ao chegar perto do patamar essa ocasião em que João Cartaxo se aproximando Jesuíno Barbosa e Miguel Barbosa de Lyra e saltaram fora do patamar com garrinchas nas mãos e atiram para o largo caminho do riacho. Neste momento **Manoel Lima e ele testemunha ficando na calçada** ouviu um tiro saído da gente de Torquato ele testemunha olhando para a porta de onde tinha saído o mesmo tiro, viu um pouco distante do ponto principal da igreja, e vira um rapaz baixo, parar em *[indefinido]* chapéu preto descendo uma arma grossa e correndo “com” tudo e carregando a mesma arma no mesmo momento atirando, e Miguel *[Barbosa]* para dentro do Patamar e olhando para o outro lado que ficava a porta, deveras para o fundo do Patamar e por debaixo dos galhos de “espinhar” que ali há, deram uma grande descarga em direção ao lugar onde estavam a gente da Cachoeira – Disse mais que depois de acabar o conflito de que falo vira cinco pessoas mortas e entre elas ele testemunha conheceu João Cartaxo, seu escravo Inácio, e mais outras pessoas do grupo vindo de São José de Piranhas. (VICENTE FERREIRA LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

A partir do trecho acima, nota-se que as pessoas se encontraram para conversar, fosse na casa de seus conhecidos ou nas ruas das imediações da Igreja Matriz. Como já discutido em capítulo anterior, o momento das eleições era propício para os diferentes encontros entre

peessoas das regiões vizinhas, como foi o caso de Luis Prança e que encontrou com Vicente Ferreira e Manoel Leandro. O que não se esperava era que um domingo comum de eleição para renovação do quadro de vereadores se tornasse um conflito tão intenso e cheio de desdobramentos.

Essa passagem também apresenta uma questão que ainda não foi discutida até o presente momento. Se João Cartaxo e seus irmãos residiam em Cajazeiras, sua mãe, a viúva Ana Josefa também possuía domicílio na mesma localidade e seus os eleitores também estavam em Cajazeiras, o que motivara João Cartaxo a vim de Cachoeira para Cajazeiras naquela manhã? Ele estaria buscando reforços armados para salvaguardar suas intenções eleitorais? Apesar de não ser o foco desta pesquisa, não há necessidade de deixar passar despercebido esse aspecto.

Dando prosseguimento, o juiz Xavier d'Andrade perguntou *mais uma vez a causa do conflito, a testemunha vira o tenente Torquato e João Pires em Patamar da [Igreja]*? Respondeu Vicente Ferreira Lima que *não vira*. No entanto, quando questionado mais uma vez sobre o fato de João Pires Ferreira ter estado ou não no patamar durante a ocasião em que se deu o conflito; ele respondeu que *não vira nesta ocasião, mas que vira pouco tempo antes já ir com Antônio Pideo e Eurico da Paz, voltando logo para a casa de João Torquato*. (VICENTE FERREIRA LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Apesar de terem o mesmo sobrenome, não há informações que denunciem uma relação familiar entre Vicente Ferreira e João Pires Ferreira. No entanto, é notável que quando Vicente foi questionado pelo juiz ele teve uma postura mais contida no que tange os detalhes; principalmente quando ele foi questionado sobre a presença do Pires Ferreira durante o conflito, houve uma espécie de esquívamento, sem querer se comprometer. Não se sabe, até aqui, se realmente existia ou não o laço consanguíneo, ou se era medo de denunciar as práticas do alferes João Pires e sofrer retaliações posteriormente.

No entanto, quando a palavra foi concedida ao procurador da queixosa, o conhecido Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, foi observado uma mudança de postura nas falas de Vicente Ferreira, como pode ser lido a seguir:

No enunciado dia dezoito estando eu na **[Rua do]** Commercio presenciara entrar João Pires Ferreira e João Torquato de Figueiredo, acompanhados de duzentos e tantos homens armados de garrinchas, pistolas, facas, foices e outras armas, com excepção de Souza que traziam cacetes vindo mesmo disselhes com as suas granadeiras dos soldados, digo cacetes recebendo dois deles ao chegarem aqui as suas granadeiras que tinham os soldados que serviam de

camaradas vendo isso João Torquato na frente tendo ao seu lado Jesuíno Barbosa com arma engatilhada e um cartuxo na boca; João Torquato dera vivas ao Partido Conservador, **[ilegível]**, seguindo nesta marcha até o Patamar da Matriz onde se alojaram – por espaço de uma hora, pouco mais ou menos, a testemunha vira entrarem os Cartaxo por detrás da Matriz como costume e sendo estruído o espaço entre **[ilegível]** e a Rua onde está a casa do Leandro, que seus filhos costumam ir, João Cartaxo faria um contato ao patamar a qual depois de dizer Jesuíno Barbosa as palavras acima escritas, ele a testemunha o chamou levantando os braços e dizendo estas palavras. Por seus amigos! Não quero brigar! Logo depois recebera o tiro de que ele testemunha já falou. (VICENTE FERREIRA LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Se antes a testemunha não pronunciara detalhes sobre João Pires Ferreira e seu parceiro João Torquato, a partir do interrogatório de Dr. Cartaxo ele começou a apresentar diferentes detalhes sobre o quantitativo de homens que o alferes e o tenentes capitaneavam, seus diferentes tipos de armas e a bandeira política que evocaram: *vivas ao Partido Conservador*.

Apesar dos detalhes da narrativa e a contraversão sobre o momento em que se encontraram os dois grupos políticos, chama a atenção a informação dada por Vicente Ferreira acerca do brado em nome do Partido Conservador dado pelo Tenente Torquato. Mediante o que está posto no processo-crime, não houve questionamento sobre a influência do partido Liberal ou Conservador no momento do interrogatório promovido por Dr. Cartaxo, porém, a testemunha fez questão de apresentar tal informação apenas quando o interrogatório foi concedido ao irmão de João Cartaxo.

Percebe-se, com isso, que havia o anseio por parte de amistosos do Partido Liberal ou até mesmo por proximidade com a família Cartaxo, de enfatizar que de alguma forma o *morticínio eleitoral* havia acontecido por culpa do Partido Conservador. Isso mostra que existia um fluxo de querelas entre os grupos sociais e suas respectivas interações e influências com os partidos políticos.

É válido ressaltar que, já na década de 1870 o Dr. Cartaxo, ligado ao Partido Liberal, tentava alçar cadeiras políticas na Província da Paraíba – e, sem obter êxito, foi ocupar cargo de juiz no termo de Jardim, na Província do Ceará. No entanto, seu anseio pela política em sua Província de origem continuava latente. Se houve um acordo entre Dr. Cartaxo e Vicente Ferreira para provocar o Partido Conservador já no momento de interrogatório das testemunhas não é possível saber, mas, que existiu uma linha direta entre a ênfase da testemunha acerca do viva ao partido e as críticas que o advogado iria tecer posteriormente pode ser afirmado que sim, houve conexões.

O fato de Vicente Ferreira ter apresentado mais detalhes foi tão curioso que ele começou a mencionar diversos personagens da sociedade cajazeirense que de alguma forma interagiram durante o conflito, como pode ser lido a seguir:

ouviu dizer que João Torquato e João Pires quando mandaram fazer fogo entraram pelo beco chamado do Pinheiro que fica do lado oposto ao lugar em que estava ele testemunha que vendo mais que não poderia observar porque tinha o tenente não só o cavalario das praças que acompanharam João Cartaxo como também o patamar que foi em ponto *[ilegível]*. *[ilegível]* e vendo que ouvira dizer que quando Joaquim Cartaxo e Emídio Emiliano Cartaxo, noutros levaram a João Cartaxo para a casa de Claudenio Dantas de Oliveira delegado suplente *[ilegível]* os homens de patamar dispararam sobre eles as armas, o que ele mesmo testemunha antes disse tirasse, observara, ouvindo dizer que na ocasião dessas *[ilegível]* “sagas”; eles tiveram os seis de seus próprios companheiros que pronunciaram que *[ilegível]*, morrendo imediatamente. Respondeu mais que vira das pessoas dos Cartaxo, Luis de Tal ferido caem dois a três metros, e um rapaz pardo estatura regular e o corpo ensanguentado dos lombos até o cass da calça, o qual lhe disse ter sido chumbo; que vira a casa da queixosa com a *[ilegível]* que lhe ficam vizinho, ao de Claudenio Dantas d’Oliveira com as paredes opostas viradas *[ilegível]*, e que tem ouvido dizer que saíam vários cavalos feridos, morrendo dois d’entre eles, e que um cavalo no qual estava um rapaz fora ferido na nuca por um tiro disparado de um grupo que estava próximo à casa de José Rosado, e do qual teria parte Abel de Tal, alcançando dito cavalo na distância de cem braças mais ou menos, e que deste mesmo grupo saíram tiros em direção à Rua do Sossego onde morou Miguel Gomes Barbosa; Padre José Alves da Costa Gadelha, Padre Manoel Mariano d’Albuquerque ou antes sua família em cuja casa uma bala furara o chapéu de Cipriano Lins d’Albuquerque. Respondeu mais que o Padre Gadelha lhe dissera que indo contar aos enfermos fora impedido de passar junto do patamar dizendo os que ali estavam neste patamar se passar morre, seu Padre do Diabo! Em vista do que ele voltara. (VICENTE FERREIRA LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

As palavras de Vicente Ferreira Lima mudaram sumariamente após Dr. Cartaxo tomar parte no interrogatório. Primeiro ele esmiuçou em detalhes os acontecimentos do dia 18; onde estava, de que direção os grupos surgiram, quem tinha arma e quem não tinha, quem mandou atirar, quem atirou primeiro, a participação dos cavalos na tensão, quem socorreu João Cartaxo após o tiro, por onde deveriam passar antes de chegar ao patamar, entre outros.

Essa série de informações demonstra uma coisa: de alguma forma a testemunha sentia-se à vontade para falar sobre o ocorrido diante de Dr. Cartaxo. Para além desses detalhes mais específicos em torno do caso, Vicente Ferreira também não poupou detalhes em apontar outras pessoas que também vivenciaram, mesmo que involuntariamente, a tensão naquela manhã de

domingo, como por exemplo: *Padre José Alves da Costa Gadelha, Padre Manoel Mariano e Cipriano Lins d'Albuquerque.*

O que se pressupõe, aqui, é que o artista Vicente Ferreira queria oferecer mais segurança em seu discurso, por isso, não titubeou em acionar outros sujeitos que faziam parte da configuração social de Cajazeiras para endossar suas falas contra João Torquato e João Pires. Estaria ele buscando constituir uma rede de apoio contrária aos indiciados? Esta é uma das questões que são suscitadas, porém, até aqui ainda não é possível afirmar, é necessário observar como procederam as demais testemunhas.

A quarta pessoa a testemunhar no processo-crime foi o agricultor José Francisco, que era casado e morador em Cajazeiras, mas com naturalidade da vila de Jardim, na Província do Ceará.

Disse que no dia dezoito de agosto passado estando em sua casa que fica próximo desta vila, soubera por haverem dito que o Tenente João Torquato e o Alferes João Pires Ferreira haviam entrado na vila atirando em um grande número de gentes armados, vindos de São José de Piranhas; e que ele testemunha desejando ver o que era apareceu nesta mesma vila pronunciou que a força estava posta no patamar da Igreja que se achava fixado e debaixo de “cercas”, e parte no Comercio novo “alugara” vizinho. Disse mais que pouco tempo depois ao chegar a gente que vinha da Cachoeira dirigida por João Antônio do Couto Cartaxo e seus irmãos, as pessoas vindas de São José de Piranhas e que estavam no Comércio novo correram para o patamar e se unira aos seus companheiros que lá estavam; para onde tão bem correram João Pires e o Tenente João Torquato dizendo este logo que chegou à frente da Igreja. “Entrinxando-se” para que aí “vai” seu “inimigo”! Disse mais que as pessoas perto do patamar, João Cartaxo dissera para os homens que aí estavam: Eu quero paz; e que dando de rédea ao cavalo em procura de sua casa, pouco adiante de um espinheiro que tem no pátio “percebera” um tiro do qual veio “as nove horas” “do” pais. [ilegível] digo [ilegível] seguiu-se muitos tiros. Do que resultou a morte de Bernardino de Sousa e do escravo Inácio e teve muitas de outras pessoas. (JOSÉ FRANCISCO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

Diferente de Vicente Ferreira, a testemunha José Francisco já iniciou sua fala apresentando como ocorreu a tensão em detalhes. A partir de sua narrativa, é possível observar a formação de um padrão sobre o modo como o conflito foi deflagrado. Foi ressaltado por José Francisco que quem chegou primeiro à Cajazeiras foi o bando de São José de Piranhas, capitaneado por João Torquato e João Pires. Ele reafirmou que chegaram atirando, porém, não enfatizou se era em pessoas específicas.

Outro aspecto interessante que José Francisco apresentou foi o de que *João Cartaxo dissera para os homens que aí estavam: Eu quero paz*. Tal afirmação coaduna com informações

narradas por testemunhas que antecederam José Francisco. Observa-se, portanto, que há, até aqui, uma tentativa de enfatizar a figura de boa índole de João Cartaxo, de que ele não queria brigar com seus opositores, que ele era um homem de bem.

Identifica-se, portanto, a existência de uma rede de sociabilidade entre as testemunhas convocadas a fim de que produzissem narrativas que qualificavam a figura de “bom homem”, de “pessoa distinta” e “do bem” em torno de João Cartaxo. Ou seja, essas pessoas estavam reunidas no Poder Judiciário não só para narrar os fatos, mas para exaltar a pessoa que o falecido Cartaxo era e o que ele representava para aquela sociedade.

Quando a testemunha foi questionada sobre os tiros que saíram do bando de João Cartaxo, ele respondeu que *depois de se achar ferido o mesmo Cartaxo disparou com a mão esquerda uma garrincha que trazia, e o escravo Inácio disparou outra arma; e mais ninguém atirou.* (JOSÉ FRANCISCO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Essa outra fala da testemunha continua reforçando o perfil pacífico de João Cartaxo, ao informar que o mesmo só começou a atirar quando foi alvejado pelo bando de João Pires. Com isso, José Francisco foi questionado se conhecia os querelados e se todos eles estiveram no patamar da Igreja Matriz na manhã de domingo do dia 18:

Respondeu que conheceu a João Pires Ferreira, João Torquato de Figueiredo e José Barbosa de Lyra, “Teles” Barbosa de Lira, João Praça de Sousa, Joaquim Barbosa de Lira, Abel Cardoso Berdegel, Joaquim Gago, Ignacio Barbosa de Lira, Jesuíno Barbosa de Lyra, Miguel Barbosa de Lira, Guilherme Pereira de Prança, João Barbosa, “Teles” Marinheiro, João Padeiro, Francisco Pandeirinho, Joaquim José, José Candido, João Francisco, Francisco de Tal, conhecido por meu Chico; e que todos quantos conhece e viu no patamar, exceção de Abel Berdegel, que na ocasião se achava em uma casa próxima a S’Antônio Pedro de Mello. (JOSÉ FRANCISCO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Ao apresentar os nomes que conhecia, a testemunha possibilita que se perceba outro ponto ainda não mencionado nesta pesquisa: a participação da família Lyra no conflito eleitoral. Até então nenhuma testemunha havia apresentado tantos nomes participantes do conflito. No entanto, dos indivíduos mencionados, seis deles faziam parte do tronco genealógico Lyra – que era uma família influente na região de Cajazeiras naquele momento.

Tal participação proporciona alguns questionamentos: o que levara a família Lyra a se envolver com uma conturbação de processo eleitoral e vários homicídios? Possuíam interesses eleitorais ou sua participação era apenas para endossar o bando de Torquato e Pires Ferreira? A participação da família Lyra no *morticínio eleitoral* aponta para uma formação de redes de

solidariedade constituída a partir da união entre o tenente e o alferes? Nem todas as perguntas são passíveis de respostas nesta pesquisa, porém, acredita-se que as próximas narrativas possam abrir caminhos para uma compreensão mais acurada dessas redes de sociabilidade, inclusive, no que tange a participação dos Lyra no conflito sangrento.

Quando a testemunha foi questionada sobre o fato de saber se alguém de Cajazeiras teria ajudado direto ou indiretamente o bando de João Torquato e João Pires, com agasalhos, munições e mantimentos, principalmente aos que vinham de Santa Fé, ele respondeu que:

ouvira dizer que Gonçalo José de Aquino fornecera pólvora e chumbo aos homens de São José de Piranhas, mas isso depois de se terem dado “aparentes” e que não sabe nem ouviu dizer que alguém nesta vila houvesse recolhido os mantimentos vindo[s] de São José de Piranhas. (JOSÉ FRANCISCO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

A afirmativa presente no trecho acima, reforça o indício de solidariedade presente entre os cajazeirenses para com indivíduos do bando de Torquato e João Pires. Já se sabia que Gonçalo José de Aquino havia tido sua participação no cenário do *morticínio eleitoral*, agora, outra testemunha reforçou que ele ajudou com pólvora e chumbo. Ou seja, a solidariedade se deu porque ele auxiliou, colaborou e, de certo modo, ajudou na eclosão do conflito na manhã de domingo do dia 18 de agosto de 1872.

Levando em consideração que mais de uma testemunha relatou essa ocorrência, entende-se aqui que Gonçalo de Aquino não procedeu de forma escondida – o que leva a crer que o indivíduo quisesse reforçar sua aliança política com João Pires Ferreira ou, até mesmo, possivelmente fosse um dos mandantes da tensão, uma vez que já foi mencionado que haviam sido encomendadas quatro mortes naquele dia. Portanto, constata-se até aqui que para além dos homens que foram indiciados existia também os que não tiveram seus nomes marcados público e diretamente com o sangue do conflito, mas que, todavia, participaram do mesmo.

A quinta testemunha é o agricultor Antônio Pinto de Sousa, natural da freguesia de Santo Antônio do Piancó. Na ocasião do dia 18 de agosto, ele encontrava-se na casa de Vital de Souza Rolim e Ana de Albuquerque (figura 4).

Figura 4: Mapa que situa o beco do Pinheiro, a Feira e a casa distância da casa de Ana de Albuquerque para o ponto de visão da Igreja Matriz N. S. da Piedade (atual Igreja de N. S. de Fátima), mencionado por Antônio Pinto.



Fonte: Elaborado pela autora com base em informações obtidas no processo-crime e no Google Maps.

O traçado no mapa acima refuta a afirmação de Antônio Pinto de que ele havia ouvido tudo o que João Cartaxo, por sua vez, tinha pronunciado ao chegar na Igreja. Pois, da casa de Ana de Albuquerque para a ponta da Igreja Matriz era uma distância de 300m e no respectivo trecho já existia algumas casas na imediação da praça e, por trás das casas, havia a feira. Mesmo estando a casa situada numa parte mais alta da região, todos esses fatores dificultavam a visão e audição de quem estava na calçada do domicílio de Ana de Albuquerque.

E disse Antônio Pinto que:

Vira entrar o tenente João Torquato de Figueiredo e João Pires Ferreira, vindos de São José de Piranhas, afrente de quatro centros homens mais ou menos, quase todos armados, e indo a Igreja Matriz, em cujo patamar os “adrs” se aboletaram. Disse mais que pouco depois (uma a duas horas) indo ele testemunha a casa de Manoel Rodrigues, e de lá chegando à casa da queixosa aí se conversou na calçada, conversando com Luis de França, quando vem chegando pela Rua do Sossego, em procura da casa da mesma queixosa, João

Antônio do Couto Cartaxo seus irmãos: Emídio, Serafim e Joaquim, acompanhados por quarenta pessoas, mais ou menos. Nessa ocasião os homens que se acharam no patamar procuraram “entrinchar-se” por detrás da parede do mesmo patamar, e apontando as armas para os irmãos Cartaxo e os que com ele iam, é quando ele testemunha ouve estas vozes proferidas por João Cartaxo aproximando do patamar e tirando o chapéu: Eu quero é paz! Sem mais *[ilegível]* ouviu-se dois tiros, com pequenos intervalos de seis para oito, só tiros dos homens que estavam no patamar. Um dos tiros empregou-se em João Cartaxo; que ele testemunha viu derrear e atirar com uma pistola que pegava na mão esquerda. Disse mais que vira um escravo da queixosa, de nome Inácio depois de ferido João Cartaxo atirou para dentro do patamar sendo imediatamente dito ao escravo cravado de balas que lhe atiraram as pessoas do patamar. Depois do que aconteceu um tiroteio, que deu lugar o que ele testemunha se retirasse para não ser atingido. (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

A partir da fala de Antônio Pinto, pode-se perceber a repetição do padrão de opinião acerca do perfil de João Cartaxo, como um homem da paz. Nesse sentido, acredita-se que ou realmente existia essa estima sobre a figura de Cartaxo ou as testemunhas estavam superestimando ele a fim de construir uma contraposição aos indiciados.

Seguindo as perguntas de praxe, foi questionado se a testemunha saberia informar se foi João Torquato e João Pires que deram as ordens para iniciar o conflito, *respondeu que lhe dissera Maria de Tal filha de Theodoro, e moradora no Beco do Pinheiro ao lado Sul da Matriz, que ao chegarem João Cartaxo e sua gente, João Torquato e João Pires correram o patamar gritando: inimigos! Fogo!* (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Percebe-se, com isso, que que o conflito desenvolveu-se como uma grande cena diante de todos que estavam em Cajazeiras naquele momento, fossem moradores ou não. O que reafirma o fato de que o crime, por mais específico que tenha sido em termos de propósito – conturbar a eleição –, ele envolveu toda a população, independente da classe social que ocupavam naquele momento.

Em meio as interrogações, foi perguntado a Antônio Pinto se ele conhecia os querelados presentes na petição da queixosa:

Respondeu que conhecia João Pires Ferreira, João Torquato de Figueiredo, José Barbosa de Lira, Felis Barbosa de Lira, João Prança de Sousa, Joaquim Barbosa de Lira, Abel Cardoso Berdegel, Veríssimo José dos Santos, Igino de Tal filho do mesmo Veríssimo, Inácio Barbosa de Lira, Jesuíno Barbosa de Lira, Miguel Barbosa de Lira, Guilherme Pereira de Prança, Inocêncio Pereira, Jacinto Barbosa de Souza, Venâncio Rodrigues da Costa, Antônio Alessandro Gouveia, Inácio Francisco de Lira, Francisco Pires conhecido por seu Chico, Lucio Pereira morador de Santa Fé, Francisco Leandro morador em

“Queimados”, Antônio Iram de Lima, morador na Rua Alagoa de Dantas, Venceslau de Angelo. (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Dado a fala acima, a testemunha possibilita que seja afirmado, aqui, que houve uma organização entre várias famílias na promoção do caos que se instaurou na manhã de domingo que seria para eleger o novo quadro de vereadores. As famílias Lyra, Barbosa e Prança formaram uniram poder de fogo que pode ser considerado como uma possível forma de solidariedade entre os interesses de um grupo. Se esse grupo seria o Partido Conservador, ainda não é possível afirmar. Mas, certamente existiu um interesse nessa união de forças contra as eleições.

Ao ser questionado sobre o motivo da vida de João Pires e Torquato a Cajazeiras, respondeu que João Pires dissera que viera fazer eleição, e isto por ter ordem do chefe de polícia; dizendo Manoel Rodrigues que com o mesmo Pires conversou que não “apareceu” ele e seus amigos; porque se fossem a Matriz teriam de sofrer. (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872). Nota-se, portanto, que pela primeira vez aparece um nome na condição de mandante da conturbação eleitoral, o então chefe de Polícia.

Quando a testemunha foi interrogada se sabia o motivo pelo qual João Pires vinha a Cajazeiras, Antônio Pinto respondeu que no dia quinze de agosto, três dias antes da eleição, conversou ele testemunha com João Pires e João Torquato e ambos lhe disseram que a eleição desta freguesia correria por conta das influências locais porque nada teriam contra o acordo a que tomado entre os dois partidos aqui existentes. (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Pela primeira vez a narrativa das testemunhas aponta dois fatores significativos para pensar as eleições naquele período: que a eleição correria por conta das influências locais e que existia um acordo entre os partidos Liberal e Conservador. Isso possibilita considerar que havia um conflito intraelites locais acerca de quem ocuparia as cadeiras da Câmara Municipal. No entanto, intencionando evitar um possível conflito, as eleições foram acordadas pelos partidos – o que demonstra que não havia, assim, a necessidade da presença de João Cartaxo no patamar da Igreja Matriz naquela manhã de domingo, uma vez que ele seria eleito de todo jeito pelo Partido Liberal.

Foi então que concedida a palavra ao advogado da queixosa, o Dr. Cartaxo, ele perguntou a testemunha se da localização em que ele se encontrava era possível ouvir ou observar o que estava se passando do outro lado do patamar, foi então que *ele respondeu que não podia ouvir nem ver o que se passava de outro lado não só porque a cavalaria impedia,*

como porque o patamar ou “adro” da Matriz fica um pouco murado (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

E continuou Dr. Cartaxo questionando se alguém foi acometido por morte ou ferimento além de João Cartaxo e o escravizado Inácio:

Respondeu que ouviu dizer que fora também acamado Bernardino Evangelista de Sousa, e feridos pelas costas e na cabeça “Zobino” de tal e Lino de Tal, saindo alguns cavalos baleados e que as paredes e portas de algumas ruas tiveram cravadas de balas e chumbos, vendo ele mesmo testemunha um cavalo baleado na anca, no qual fugiu Antônio Benedito, vaqueiro de Emídio Cartaxo, e que esse tiro segundo ouviu dizer a mulher de Borges **[um comerciante de Cajazeiras]** a quem ele testemunha já se referiu fora dado ao Abel Berdegel da calçada da Rua do Tenente Sabino, próximo ao comércio percorrendo a bala a distância de cem braços, mais ou menos, e que ouviu dizer que os homens de Torquato e de João Pires procuraram nesta vila várias pessoas, disparando para suas casas as armas. (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872, grifo nosso).

A partir do trecho acima, entende-se que entrou em cena não somente uma apreciação crítica sobre o conflito armado por parte de Antônio Pinto, mas é possível perceber também uma dimensão sociocultural relevante a partir da narrativa da trama. O fato de a testemunha saber descrever com riqueza de detalhes, por exemplo, o nível de ferimentos nas pessoas e nos animais, bem como as dimensões exatas dos encontros entre as ruas e de quem eram as casas que foram alvejadas pelas balas; isso demonstra que a interação da testemunha com aquele contexto social descortina ângulos ignorados ou se a trama do *morticínio eleitoral* for pensada de forma isolada (FAUSTO, 2009).

Percebe-se, portanto, que Antônio Pinto entrou em contradição em sua narrativa em diversos momentos e que isso interferiu (posteriormente) no processo de levantamento dos “fatos”. Para além dos fatos, fica compreensível que a testemunha se esquivou de diferentes formas dos questionamentos que lhe foram impostos – demonstrando, portanto, que ele não desejava se comprometer.

É notável que existiu a participação, mesmo que de forma coadjuvante das camadas populares que não foram, por conseguinte, convocadas como testemunha no processo-crime. Pessoas como dona Maria de Tal filha de Theodoro, o comerciante Borges, entre outras personalidades que vão surgindo aos poucos nos relatos aqui trabalhados, relevam que existiam relações de contato entre os grupos diretamente envolvidos com a tensão e a população em geral.

A ausência dessas pessoas “populares” no rol de testemunhos apresenta-se como uma questão relevante, pois descortina aspectos da maneira como o aparelho jurídico local se relacionava, sobretudo, com a população “subalterna”. Percebe-se, por exemplo, que pessoas de pequenas posses, como é o caso do padeiro, ficou de fora da “narrativa jurídica” oficial, mesmo ele tendo situado pelas testemunhas como alguém que esteve no meio do tiroteio – mas, como ele não tinha posses nem um sobrenome familiar que lhe conferisse lugar de fala, ficou de fora da narrativa do Poder Judiciário (CARNEIRO, 2019).

Seguindo o interrogatório, Dr. Cartaxo perguntou se a testemunha sabia ou tinha ouvido dizer que João Torquato teria influência suficiente para trazer um contingente tão grande de sicários para Cajazeiras na manhã da eleição ou se ele contou com o apoio de mais alguém. Foi então que Antônio Pinto *respondeu que essas pessoas que aqui vieram [foi] por influência de João Pires, a quem tem por chefe.* (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

A partir disso, percebe-se que apesar de João Pires não está mais à frente do poder político em Cajazeiras, ele ainda exercia forte influência sobre seus correligionários no município e nas instâncias vizinhas. Pois, conseguiu angariar apoio de João Torquato, além de outras personalidades já mencionadas, como foi o caso de Gonçalo.

A testemunha ainda foi questionada por Dr. Cartaxo se ele sabia que João Pires e João Torquato receberam ordens para provocar a tensão em Cajazeiras, foi então que ele:

Respondeu que o Padre José Alves da Costa Gadelha dissera a ele testemunha que Luis Panchet, Joaquim de Tal, agente fiscal desta Província lhe havia dito que os homens de João Pires e de João Torquato lhes contaram que em Patemuté receberam o plano de atacar a Matriz, caso a encontrassem cercada, uns pela rua conhecida pelo muro da feira velha, e outros pelo beco do pinheiro (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

De acordo com o trecho acima, é possível afirmar que foi arquitetado um plano antecipado para conturbar as eleições, principalmente se surgisse alguma oposição armada, como foi o caso de João Torquato e seus homens no patamar da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras.

A última pessoa convocada a testemunhar nesse primeiro rol foi o proprietário João Lino de Albuquerque, de 58 anos, natural da Província de Pernambuco, mas que residia em Santa Fé. Não se sabe, até aqui, se ele possuía ou não relações familiares com os Albuquerque de Cajazeiras.

Quando questionado sobre como procedeu o *morticínio eleitoral*, João Lino de Albuquerque respondeu que:

Se achara em sua casa na povoação de Santa Fé da freguesia de São José de Piranhas, quando se deu o fato de que trata a queixosa; que no dia *[ilegível]* segunda-feira ouviu dizer que do conflito havido nesta vila se haviam dado seis mortes entre elas a de João Antônio do Couto Cartaxo e de um escravo da queixosa de nome Inácio. Disse mais que lhe disseram que havia sido Miguel Barbosa quem atirara no João Cartaxo, dizendo-lhe por João Badéjo que foi um dos que viram em João Torquato, que quem matara João Cartaxo fora Joaquim Gago. Disse mais que dois dias antes do dia designado para a eleição aparecera o tenente João Torquato em Santa Fé e ali convocara os povos para São José dizendo a ele testemunha alguns dos notificados, que era para vim para esta vila. (JOÃO LINO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Corroborando com o relato de Antônio Pinto, João Lino ressaltou em seu testemunho que os preparativos para a interrupção das eleições haviam iniciado dias antes, quando João Torquato começou a convocar os homens que iriam fazer parte do bando. A partir do momento em que os testemunhos começam a se conectar, é possível perceber o arranjo político que estava por trás da ocorrência no dia 18 de agosto. As pessoas escolhidas para participarem da ação, os apoiadores, quem ajudaria com mantimentos e munições, tudo foi previamente arquitetado, não foi algo de impulso – o que demonstra a existência de uma rede de sociabilidade entre políticos e seus apoiadores.

João Lino foi questionado ainda sobre o motivo pelo qual João Cartaxo, seus irmãos e companheiros vieram à Cajazeiras no dia da eleição e qual deles residia na localidade. Foi então que a testemunha *respondeu que sabia por ver que eram mesmo da freguesia e que se ouviu dizer sabe que tinham vindo para a eleição*. (JOÃO LINO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Tal relato responde uma das questões feitas anteriormente sobre o fato de João Cartaxo e seus companheiros terem vindo para Cajazeiras exclusivamente para a eleição. No entanto, é importante ressaltar que apesar de existir um motivo para a vinda, eles também moravam no município. Talvez, o deslocamento daquele dia tenha sido para trazer os companheiros eleitorais de Cachoeira.

Passando a palavra ao advogado da queixosa, o Dr. Cartaxo, a testemunha foi questionada se sabia se nos dias que antecederam ao *morticínio eleitoral* João Pires Ferreira escrevera ao subdelegado de Santa Fé para que auxiliasse a João Torquato de Figueiredo na reunião de homens que a esta vila vieram no mencionado dia dezoito, e qual o comportamento

e qual o comportamento do mesmo subdelegado a este respeito. (ANTÔNIO JOAQUIM DO COUTO CARTAXO, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Foi então que, sendo interpelado, João Lino de Albuquerque:

Respondeu que no dia dezesseis de agosto João Torquato de Figueiredo chegou a povoação de Santa Fé e aboletando-se em casa de seu cunhado Bernardino Correia [ilegível], escrevera uma carta para o subdelegado Sotinel Rodrigues “Bermento” Louro, o qual ele testemunha vira que “dentro dessa carta” continha pouco mais ou menos o seguinte – Leu ele (João Pires) não podendo ir até lá, ia João Torquato de Figueiredo, que era sua própria pessoa a quem pedia-lhe que prestasse todo auxílio – e que o subdelegado, segundo dissera a ele testemunha respondera a João Torquato que deixava de auxiliá-lo em sua pretensão mais que tão bem não respondia que ele como delegado do Termo retificou-se e reuniu-se gente, com o que mostrara-se mal satisfeito, exprobando-lhe que ele como conservador deixara de auxiliá-lo [ilegível]. (JOÃO LINO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Percebe-se, com base no trecho acima, que João Pires ensinava reunir um contingente muito maior de pessoas para fazer valer sua vontade nas eleições do dia 18. Por isso, buscou apoio das diferentes figuras ligadas a administração nas freguesias vizinhas. Principalmente aqueles que possuíam poder de fogo e respeito perante a sociedade, como foi o caso do subdelegado.

Vê-se, portanto, que João Pires queria reunir a possibilidade da força, mas também era de seu interesse ter homens da administração pública ao seu lado, talvez para ajudá-lo a proteger-se de retaliações políticas e/ou judiciais na Província. Esse tipo de relação se constituía como práticas de uma cultura política que se amparava nos personagens institucionalizados para, muitas vezes, salvaguardar a liberdade dos agentes políticos ou mesmo impedir o declínio do *status quo* (MARTINS, 2007).

Dr. Cartaxo não poupou de maneira alguma João Lino e o questionou se João Pires e Torquato haviam contado com o auxílio de criminosos de Santa Fé para praticar os crimes no domingo de eleição. Foi então que João Lino *Respondeu que sabe ter vindo Abel Cardoso Berdegel e Manuel José Deocino, criminosos neste Termo, e Luis Cardoso Berdegel, que consta a ele testemunha ser criminoso de Morte no Termo de São Bernardo*⁷² *na Província do Ceará* (JOÃO LINO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

⁷² O Termo de São Bernardo das Russas, na Província do Ceará, ficava próximo à ribeira do Rio Jaguaribe. Em 1801, o ouvidor Manoel Leocádio Rademaker recebeu ordens do governador da Capitania do Ceará para transformar o que antes era a povoação de Sítio Igreja das Russas em vila São Bernardo das Russas, que teve sua instalação em agosto do mesmo ano. No entanto, em termos administrativos, só foi elevada à categoria de vila com a respectiva denominação pela Lei nº 900, de 9 de agosto de 1859 (BRASIL, 2015).

Pelo relato de João Lino, pode-se perceber que além das redes interfreguesias, também foram acionados indivíduos de outras Províncias, como foi o caso de Luis Cardoso Berdegel. Isso mostra que os esforços não foram poupados para vencer, a qualquer custo, as eleições em Cajazeiras. Tais fatores reforçam a ideia de que sair vitorioso naquele pleito representava mais do que a ocupação de um cargo político.

Tendo em vista que havia ficado evidente para Dr. Cartaxo que João Pires fez aliança com diferentes grupos sociais, desde os que eram da administração pública até os assassinos de outras províncias, o advogado da queixosa questionou João Lino sobre a condição das pessoas que seguiam João Pires, sobretudo o povo de Santa Fé e São José de Piranhas.

Respondeu que toda gente, com exceção de poucas pessoas mais ou menos qualificadas e de baixa condição habituada a desordens e que transita por toda parte, mesmo dentro da povoação, armados de canivetes, pistolas, estakes, facas, e cartucheira, tendo sido alguns *[ilegível]* por ele ou mediante sua influência, como bem Jesuíno Barbosa; (JOÃO LINO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 10/SET/1872).

Compreende-se, portanto, que João Pires foi o grande articulador das redes de sociabilidade que serviram como alicerce para o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. ele acionou diferentes tipos de solidariedades que, por troca de favor ou medo dele, acabaram fornecendo apoio antes e durante o conflito, direto e indiretamente. O que ainda não se sabe, até aqui, é qual foi o acordo instaurado entre João Pires e Dr. Manoel Coelho Cintra Junior, que fora apontado como um dos mandantes da ação.

Com isso, finalizaram o primeiro rol de testemunhas convocadas inicialmente no dia 10 de setembro de 1872. No entanto, o juiz municipal da Comarca e o adjunto de promotor sentiram a necessidade de convocar mais duas testemunhas, configurando-se, desse modo, um segundo rol. Foi então que ainda no mês de setembro, por volta do dia 13, foram convocadas duas testemunhas que não haviam sido mencionadas anteriormente.

3.3 SEGUNDO ROL DE TESTEMUNHAS: ARTIMANHAS EQUIVOCADAS

O segundo rol de testemunhas possui um caráter mais complementar no sentido que buscaram fechar as narrativas em torno do caso, em setembro 1872. Os senhores Manuel Rodrigues de Mello e Manoel Garcia de Oliveira, o primeiro negociante e o segundo agricultor, foram convocados para depor sobre o conflito no dia 18 de agosto passado (quadro 15).

Quadro 15: Perfil do 2º rol de testemunhas do *morticínio eleitoral*.

Sequência do rol	Nome	Idade	Ocupação	Estado Civil	Naturalidade	Residência
7º	Manuel Rodrigues de Mello	52	Negociante	Casado	Freguesia de Pilar	Vila de Cajazeiras
8º	Manoel Garcia de Oliveira	40	Agricultor	Casado	Freguesia de Cajazeiras	Barra Grande

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

No dia 13 de setembro de 1872, estando diante do juiz municipal da Comarca, do adjunto de promotor, do procurador da queixosa e do escrivão, foi inquirido a sétima testemunha a depor no caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, o negociante de 62 anos chamado Manuel Rodrigues de Mello.

Quando questionado sobre como se deu a eclosão do conflito na manhã de domingo do dia 18, ele respondeu que:

Estando em sua casa nesta Vila viu no dia dezoito de agosto do mês próximo passado pelas sete ou oito horas da manhã, vir entrar **João Torquato de Figueiredo, João Pires Ferreira a frente de quatrocentas pessoas mais ou menos, armadas, vindas de São José de Piranhas e de Santa Fé e dos termos vizinhos de Piancó e Misericórdia**: que saindo e estando próximo à casa de Gonçalo Leite e encontrando-se com alguns conhecidos, passou a dizer = João Pires vem perturbar o sossego desta Vila, estávamos aqui na melhor harmonia! = Quando vem chegando João Pires e batendo no ombro dele testemunha proferiu estas palavras = O que é isto Manoel? Venha cá, quero uma conferência com você. Ao que acedendo ele testemunha, ouviu João Pires dizer, em casa do advogado Antônio Altico de Sousa Leite onde teve lugar a conferência, que eles de Cajazeiras não deviam comparecer na eleição porque sofreriam se ao contrário fizessem; visto como ele tinha ordem do chefe de polícia para vencer a eleição desta freguesia, e que o mesmo chefe já havia feito a de Piranhas. Disse mais que depois disto retirando-se para sua casa poucas horas depois ouvira tiros e descargas para o lado da matriz, e que soubera o depois que destes tiros tinham morrido cinco pessoas e sendo João Antônio do Couto Cartaxo, um escravo da queixosa, um homem por nome Bernardino, e mais dois sujeitos da tropa de Pires, e Torquato (MANUEL RODRIGUES DE MELLO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

A partir da fala de Manuel Rodrigues de Mello, percebe-se duas confirmações em torno do conflito que relevam outros autores do crime que não estiveram no local da ação no dia da eleição além das possíveis redes de sociabilidade alcançadas (MARTINS, 2005). Ao apresentar que João Pires conseguiu reunir homens de diferentes localidades circunvizinhas a freguesia de Cajazeiras e do Termo de Piancó, reiterou-se, por sua vez, o poder que o sicário Pires exercia

sobre suas relações pessoais ao ponto de agregar indivíduos que compunham laços de sociabilidade em várias localidades no sertão da Província da Paraíba.

Além disso, de acordo com a testemunha João Pires mencionou que era de ordem do então chefe interno de polícia Dr. Manoel Coelho Cintra Junior, vencer a eleição na localidade, da mesma forma como havia ocorrido em Piranhas. Isso mostra que já havia uma articulação maior por parte de Dr. Cintra em manter o poder político do sertão da Província sob seu designo e daqueles que, por sua vez, ele representava.

Uma vez que o chefe de polícia interino representava a administração da Província, sua prática de tensionar e burlar as eleições no sertão confirma que “A divisão de competência entre centro e região gerava inevitáveis conflitos e divergências de interpretações da legislação. Essas disputas podiam desembocar em tentativas de resolução fora da ordem legal...” (DOLHNIKOFF, 2004, p. 39).

Quando o direito de inquerir foi concedido ao advogado da queixosa, ele questionou a testemunha se ele sabia que João Cartaxo, seus irmãos e demais companheiros foram os primeiros votantes que chegaram em Cajazeiras naquela manhã do dia da eleição. Foi então que Manuel Rodrigues de Mello *respondeu que sabe que foram eles os primeiros que entraram nesta vila em maior número* (MANUEL RODRIGUES DE MELLO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Isso mostra que houve uma tentativa, por parte do advogado da queixosa, de colocar narrativas em conflito em nome da validação de uma narrativa favorável aos liberais. Sobre o procedimento do advogado, é válido ressaltar que “[...] esse embate é muito mais do que a busca da ‘verdade’. Seria uma batalha pela validação de uma verdade.” (CARNEIRO, 2019, p. 286).

Anteriormente foi levantado o questionamento acerca do movimento de João Cartaxo em buscar homens armados em outras localidades para acompanhá-lo no dia da eleição. No entanto, no momento do questionamento não foi possível afirmar tal problematização. Então, Manuel Rodrigues de Mello foi questionado se sabia se João Cartaxo havia combinado com José Raimundo de Souza, subdelegado em Cajazeiras, para ele organizar um bando de homens armados para juntar-se a ele naquele dia. Foi então que a testemunha *Respondeu que sabe que o subdelegado Manoel Guedes da Silva haver requisitado aos inspetores de quarteiros que trouxessem pessoas armadas, e que o inspetor do quartirão de Armas viera realmente com João Cartaxo* (MANUEL RODRIGUES DE MELLO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Tal afirmativa pôs em suspeição o perfil positivo que se formava em torno da personalidade de João Cartaxo, pois, gerou uma contradição entre a “paz” que disseram que ele

tanto clamou com o fato dele ter procurado organizar com antecedência um bando de homens armados a fim de seguirem com ele para Cajazeiras. Isso mostra também como o terreno do Poder Judiciário poderia ser escorregadio, pois o advogado da queixosa, por certo, não imaginou que sua artimanha pudesse, por sua vez, desfigurar a imagem de “homem de bem” que ele estava construindo para João Cartaxo.

Questionado pelo Dr. Cartaxo se o padre havia sido impedido de transitar em Cajazeiras no dia do conflito, Manuel Rodrigues *respondeu que o padre José Alves da Costa Gadelha indo confessar a João Cartaxo, ao passar pelo patamar, os homens que ali estavam embocaram sobre ele as armas dizendo-lhe que se passasse morreria, e que o padre vigário para ir confessar a João Cartaxo e outros, fora por detrás das ruas* (MANUEL RODRIGUES DE MELLO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872). Percebe-se, então, que nem mesmo o padre da região possuiu respeito perante os homens armados que acompanhavam João Pires, pois, se ele contasse com algum prestígio na região, talvez tivesse passagem livre e segura no meio do cenário conflituoso.

O outro testemunho a ser convocado nesse segundo rol foi o agricultor Manoel Garcia de Oliveira, de 40 anos de idade, morador na Barra Grande do Termo de Cajazeiras. Quando inquerido acerca dos fatos ocorridos na manhã do dia 18 de agosto de 1872, ele respondeu que:

Estando nesta Vila em frente à casa de negócio, no dia dezoito de agosto vira entrar nesta mesma Vila o tenente João Torquato de Figueiredo, e João Pires Ferreira a frente de um grande número de homens armados vindos de partes de São José de Piranhas; e que esses homens se colocaram no patamar da igreja matriz onde ficaram uns, e outros passaram a caminhar pelas ruas; que poucas horas depois, viu um movimento de gente que corria para a igreja sendo da mesma gente vinda de São José, a qual chegando ao patamar, onde se achava também ele testemunha para presenciar o que era, viu o tenente João Torquato gritar: - Meus amigos agarrem das armas, que estamos com os inimigos em frente, haja fogo! Depois disto ele testemunha ouviu um tiro que lhe pareceu ser de arma fina, e pouco depois muitos tiros e descargas (MANOEL GARCIA DE OLIVEIRA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

A partir do trecho exposto pela testemunha, percebe-se que não houve interesse de Manoel Garcia em mencionar a participação de João Cartaxo e seu bando no primeiro momento de sua narrativa – ele apresentou apenas o bando de João Pires Ferreira e João Torquato de Figueiredo. Isso se deve porque talvez a testemunha não tivesse plena noção do que estava realmente acontecendo na localidade naquele momento, pois, conforme já foi demonstrado por outras testemunhas, a tensão política foi se desdobrando aos poucos, no decorrer da manhã. Por

esse motivo é que algumas pessoas podem ter ficado, no primeiro momento, mais alheias ao que realmente estava acontecendo.

Essa perspectiva pode ser fundamentada a partir de sua resposta quando questionado sobre quais pessoas haviam morrido na ocasião do dia 18 de agosto e ele *respondeu que incontinente morreu um homem porém mais quatro poucas horas depois, e entre estes o filho da queixosa, de nome João, e seu escravo de nome Ignácio* (MANOEL GARCIA DE OLIVEIRA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Em dois momentos, foi possível perceber também certa tentativa de neutralidade da testemunha diante do caso: primeiro, quando ele foi questionado se sabia o motivo pelo o qual João Pires havia vindo para Cajazeiras naquele dia e ele *respondeu que não sabia*; em segundo, ele foi questionado se sabia quais as motivações que trouxeram João Cartaxo e seu bando a Cajazeiras naquela manhã e ele *respondeu que sabe que João Cartaxo era morador nesta freguesia; e que se da gente que com ele viera havia alguém de outra freguesia ele testemunha ignora* (MANOEL GARCIA DE OLIVEIRA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Manter-se neutro em torno das partes envolvidas era algo comum para aquele momento, principalmente em se tratando de alguém que não residia em Cajazeiras e que, por sua vez, possivelmente não possuía muitas redes de sociabilidade que o amparassem caso ele se comprometesse com alguma das partes predispostas no caso.

Por último, foi questionado a ele testemunhar de qual lado do Patamar ele estava e de qual lado estava ou chegou João Torquato quando mandou atirarem, por qual lado da Matriz João Cartaxo entrou: *respondeu ele testemunha estava no patamar mais ocultado para o lado do sol, pelo qual ele testemunha vira João Torquato com um grupo de pessoas armados chegaram correndo quando ele mandou fazer fogo [...] [e] eles [João Cartaxo] entraram pelo lado do norte* (MANOEL GARCIA DE OLIVEIRA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Esse jogo de perspectivas acerca de qual foi o lado da Matriz em que João Cartaxo entrou lembra muito as menções feitas pelas testemunhas do primeiro rol que basearam muitos de seus relatos na premissa do “ouvir dizer”. Por isso, é significativo perceber um pouco do que essas pessoas que foram mencionadas como sendo testemunhas oculares do *morticínio eleitoral* tiveram a dizer – principalmente porque elas não estiveram nos quadros oficiais dos rols de testemunhos, foram apenas notificadas e, por conseguinte, ouvidas por conta disso.

3.4 TESTEMUNHAS REFERIDAS: O LADO “OCULAR” DOS FATOS

Ainda no mês de setembro de 1872, foram notificadas dez testemunhas que não estavam convocadas inicialmente (Quadro 16), mas, como foram citadas como pessoas que assistiram de perto os fatos, essas testemunhas referidas tiveram que prestar depoimento para confirmar ou não os fatos que outrora haviam sido mencionados como sendo de suas autoridades.

Quadro 16: Perfil das testemunhas referidas.

Sequência	Nome	Idade	Ocupação	Estado Civil
1º	Maria Paulina do Amor Divino ⁷³	15	n/c	Solteira
2º	Francisco José de Oliveira Borges	26	Negociante	Casado
3º	José Vicente de Castro	46	Agricultor	Casado
4º	Luis Ambrancio Pereira Panchet	29	Artista	Casado
5º	Joaquim Lourenço Prança	25	Empregado Público	Solteiro
6º	Luis Tiliano Pedrosa de Moraes	46	Agricultor	Casado
7º	Joaquim José de Maria	25	Inspetor de Quarteirão do Serrote	Casado
8º	José Franco de Albuquerque	29	Negociante	Casado
9º	Francisco Bernardo de Lima	52	Artista	Casado
10º	Manoel Raimundo Pereira	42	Oficial de Justiça	Casado

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar duas coisas: essas dez pessoas não apareceram no perfil social geral apresentado no início deste capítulo porque não houve uma participação direta delas de forma oficial por parte do processo-crime. No entanto, reconhecendo a importância historiográfica que elas tiveram, mesmo que indiretamente, no caso do *morticínio eleitoral*, entendeu-se que seria significativo reunir informações sociais desses indivíduos nesta pesquisa.

Outra coisa significativa que fora percebida por esta pesquisa é que, numa sociedade local que existiam muitas mulheres – inclusive matriarcas como Ana Josefa de Jesus –, de vinte de três pessoas convocadas a testemunhar sobre o caso, uma delas era mulher. Apesar de considerar um número baixo, é importante reconhecer que houve, naquele momento, um rompimento do padrão social em que os ouvidos e validados como testemunhas eram sumariamente homens. Uma jovem, de 15 anos de idade, ocupou uma cadeira diante de pessoas institucionalizadas e concedeu a sua narrativa aos que quisessem saber seu lado da história que atravessou as “interprovincialidades” do Império do Brasil.

⁷³ Maria Paulina do Amor Divino era a Maria de Tal, filha de Theodoro.

Sendo assim, será discutido aqui alguns aspectos das narrativas dessas dez pessoas, começando por Maria Paulina do Amor Divino, que era natural da Comarca de Flores na Província do Pernambuco, e esteve presente na narrativa de Antônio Pinto de Sousa que mencionou que ela assistira o conflito perto do Beco do Pinheiro.

Respondeu que no dia de que trata a queixa estando em sua casa, ouvira o tenente João Torquato correr para o patamar, na ocasião em que chegaram João Cartaxo e seus companheiros, e gritar para os homens do Patamar haja fogo nos inimigos! Não tendo visto a João Pires nesta ocasião (MARIA PAULINA DO AMOR DIVINO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

A narrativa de Maria Paulina confirma apenas em partes o testemunho de Antônio Pinto, uma vez que ele disse que ouviu dizer dela que tanto João Pires quanto João Torquato haviam gritado para atirarem em João Cartaxo e seu bando. Porém, em seu relato, Maria Paulina afirmou apenas a participação de João Torquato no ato do primeiro grito de “fogo”. Isso deixou dois aspectos aparentes, primeiramente fica evidente que Antônio Pinto mentiu em seu testemunho acrescentando a participação de João Pires no momento do grito sendo que a testemunha ocular não o viu de onde estava.

Em segundo, tendo ele testemunha mentido, Antônio Pinto assim o fez provavelmente por medo de sofrer uma retaliação por parte dos Cartaxo ou por solidariedade a eles. Uma das duas coisas foi e acredita-se aqui que o segundo aspecto, o da solidariedade, pode ser o mais próximo da realidade porque não era conveniente da parte dos Cartaxo perseguir as pessoas ou fazer justiça com as próprias mãos já que Dr. Cartaxo estava criando representações sobre o caso como instrumento de sua prática política para ascensão na administração da Província da Paraíba.

O negociante Francisco José de Oliveira Borges foi a segunda testemunha referida a ser convocada, não por ter sido mencionado diretamente, mas por representar sua esposa que foi mencionada por Antônio Pinto de Sousa. O nome da mulher de Borges e o motivo pelo qual ela não foi ao Poder Judiciário não foi apresentado no processo-crime. Sendo assim, leia-se que ele:

Respondeu que dissera Antônio Pinto de Sousa o que ele referiu, e isto por ter visto que na ocasião em que reagiram [?] João Cartaxo os homens que estavam no Patamar dispararam muitos tiros para o lado em que estava o mesmo Cartaxo. E mais não disse e nem lhe foi perguntado (FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA BORGES, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

A partir do trecho acima, é notável que Francisco Borges não estava muito seguro de suas palavras, talvez porque ele estivesse tentando reproduzir uma narrativa que quem na realidade presenciou foi sua esposa que continuou no anonimato. Ao contrário de Maria Paulina que não confirmou a narrativa de Antônio Pinto na íntegra, Borges apenas confirmou tudo o que Pinto havia mencionado no primeiro rol de testemunhas.

Essa atitude produziu alguns questionamentos: Borges tinha algum receio de retaliação de Antônio Pinto? Eles possuíam alguma relação que fez com que Borges se tornasse cúmplice da narrativa, já questionada, de Antônio Pinto? Não é possível chegar a uma conclusão sobre isso, no entanto, ficou evidente o aspecto da cumplicidade entre o negociante e o agricultor.

A terceira testemunha referida foi o agricultor José Vicente de Castro, morador na Barra do Catolé do Termo de Cajazeiras, mencionado durante o relato do proprietário José Vicente de Albuquerque, no primeiro rol de testemunhas. Sobre o que José Vicente de Albuquerque disse, respondeu ele que:

Porquanto estando ele testemunha referida em caso da ocasião Manoel Joaquim no dia dezoito de agosto, vira as descargas que deram os homens do Patamar em direção a casa de Claudenio, quando dispararam para o mesmo cara digo a João Cartaxo que era considerado [?] entre outras por seus irmãos Emídio e Joaquim (JOSÉ VICENTE DE CASTRO, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Percebe-se, portanto, que José Vicente de Castro não deu indícios de outros aspectos sobre o crime para além do que lhe fora interrogado. No entanto, ele afirmou que a casa de Claudenio estava sendo alvejada de balas dos homens que se encontravam no Patamar – não mencionando, por assim dizer, as figuras de João Pires e/ou João Torquato.

O artista Luis Ambrancio Pereira Panchet, de 29 anos, foi a quarta testemunha referida por conta de uma menção de Antônio Pinto de Sousa e ele mencionou em seu relato que:

Dissera ao Padre José Alves da Costa Gadelha que soubera por lhe a ver visto dos homens vindos com João Pires, e poucos instantes antes do conflito do dia dezoito de agosto, que os mesmos homens ao chegarem a Patamutê e sabendo que a Igreja Matriz desta vila estava cercada por duzentos homens [?] caso de atacarem a mesma Matriz [?], entrando um dos atacantes pela Rua da Feira Velha e outras pelo Beco do Pinheiro e nada mais disse e nem lhe foi perguntado (LUIS AMBRANCIO PEREIRA PANCHET, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Por meio do relato de Luis Panchet, foi possível perceber um aspecto novo com relação ao momento de chegada dos homens de João Cartaxo na Matriz. Ele mencionou não apenas um

grupo, e sim, dois – sendo que um veio pelo lado da Rua da Feira Velha no sentido casa de Ana de Albuquerque para a Matriz e outro grupo do mesmo bando veio pelo Beco do Pinheiro que ficava por trás da Matriz.

Se o artista possuía alguma relação com João Pires não é possível constatar, porém, diferente de todas as outras testemunhas até aqui apresentadas, ele foi o único que mencionou que o bando de João Cartaxo estava dividido em dois grupos – o que ela a crer que de alguma forma ele estava reforçando a narrativa dos indiciados.

Além disso, João Pires apareceu em sua fala como alguém que estava ali na Matriz para defendê-la caso alguém atacasse e o número de homens que ele apontou estar ao lado de João Pires foi metade do que as demais testemunhas vinham relatando. Tudo isso leva a crer que de alguma forma Luis Panchet fazia parte ou tinha proximidade com alguém da rede relacional de João Pires, pois, foi um dos que mais amenizou o lado do indiciado.

A quinta testemunha referida foi o empregado público Joaquim Lourenço de Prança, que foi mencionado por Antônio Pinto.

Respondeu que o cabra digo o homem dos que vieram com João Pires a esta vila no dia dezoito de agosto, dissera a ele testemunha referida que ao chegarem o mesmo homem e seus companheiros ao Patamuté, sabendo que a Igreja Matriz estava cercada por duzentas pessoas, tomaram a resolução de atacar [?] a mesma Igreja e seguindo pela Rua da Feira Velha, e outros pelo Beco do Pinheiro. E mais nada lhe foi perguntado (JOAQUIM LOURENÇO DE PRANÇA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Lendo o relato de Joaquim Prança, tem-se a impressão de que ele se deu ao trabalho de tentar confundir os relatos ora difundidos naquele Poder Judiciário local. Pois, assim como Antônio Pinto se confundiu em seus relatos demonstrando mentir perante o juiz e demais autoridades, Joaquim Prança parece ter ido pelo mesmo caminho que a testemunha e não dito o que, de fato, teria presenciado – se é que isso realmente aconteceu. Há quem interessava tantas mentiras?

Luis Tiliano Pedrosa de Moraes, agricultor de 46 anos e natural da freguesia de Milagres na Província do Ceará, foi a sexta testemunha referida porque foi ele mencionado durante o interrogatório de Antônio Pinto: *Respondeu ser verdade o que referiu a testemunha Antônio Pinto de Sousa ter ouvido digo Antônio Pinto de Sousa ter ouvido dele respondente e nada mais disse e nem lhe foi perguntado* (LUIS TILIANO PEDROSA DE MORAIS, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Pelo que se pôde perceber da breve narrativa de Luis Tiliano, ele apenas foi ao juiz dizer que corroborava com a mentira contada por Antônio Pinto de Sousa – o que fica evidente, então, que durante o momento em que o primeiro rol de testemunhas cumpria com os seus deveres legais, já existia em paralelo uma organização arrumando pessoas para confirmar testemunhos, uma verdadeira rede de solidariedade que estavam sendo considerados como mentirosos, tanto pelos “fatos” representados, como também pela própria confusão que Antônio Pinto fez durante seu interrogatório.

Percebendo a conturbação que estava ocorrendo com algumas das testemunhas referidas, no mesmo dia 13 de setembro de 1872 a suplicante Ana Josefa de Jesus, por meio de seu procurador, escreveu ao juiz municipal requerendo que fossem acrescentadas ao rol de testemunhas referidas José Franco de Albuquerque e Joaquim José de Maria para deporem contra João Pires e seus parceiros.

Naquele mesmo dia, Joaquim José de Maria, de 23 anos de idade, foi notificado e esteve a testemunhar perante o juiz sobre o caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, por ter sido mencionado por Manoel Rodrigues de Mello. Foi então que *respondeu que é verdade tudo quanto com relação a ele referiu o referido e citado Manoel Rodrigues de Mello. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado* (JOAQUIM JOSÉ DE MARIA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Sem perda de tempo, José Franco de Albuquerque negociante de 29 anos também foi conceder seu testemunho tendo sido solicitado pela parte dos Cartaxo, por ter sido mencionado por João Lins de Albuquerque.

Respondeu ele que é verdade ter dito o que referiu a testemunha João Lins de Albuquerque, que digo Albuquerque com relação a ele testemunha [?] não só viu como ouviu muitos tiros em direção a casa de Claudenio disparados pelos homens que estavam no Patamar e na ocasião em que ele testemunha viu, Joaquim Cartaxo, Emídio Cartaxo e outros procuravam conduzir a João Cartaxo (JOSÉ FRANCO DE ALBUQUERQUE, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Levando em consideração que a testemunha referida era um Albuquerque, família que fazia parte do mesmo tronco genealógico que os Cartaxo, e que José Franco, assim como João Lins eram familiares consanguíneos de Ana Josefa de Jesus e seus filhos – acredita-se que ela solicitou a inserção dessas duas testemunhas para que sua narrativa de culpabilização dos indiciados fosse reforçada perante o Poder Judiciário. Dessa maneira, por solidariedade

familiar, José Franco testemunhou em favor da queixosa e pondo em suspeição relatos como o de Antônio Pinto.

Esse foi um dos momentos em que ficou evidente as relações de poder exercidas entre os dois grupos envolvidos no *morticínio eleitoral*. Pois, vendo que sua acusação estava ficando enfraquecida por conturbação dos diferentes testemunhos que passaram diante das autoridades, os Cartaxo evocaram as solidariedades possíveis entre seus familiares a fim de continuarem no jogo de poder que se constituía mediante cada testemunho relatado no Poder Judiciário.

No corrente dia 13 de setembro, o adjunto de promotor público Casimiro Jacome Cavalcante solicitou a inserção de mais duas testemunhas, sendo respectivamente o artista Francisco Bernardo de Lima e o oficial de justiça Manoel Raimundo Pereira por também terem sido mencionados por Antônio Pinto.

Sendo inquirido o artista Francisco Bernardo de Lima, ele *respondeu que é exato o que disse a testemunha Antônio Pinto de Sousa na parte em que se refere a ele representante* (FRANCISCO BERNARDO DE LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872). No mesmo dia, o oficial de justiça Manoel Raimundo de Pereira, de 42 anos, disse que:

É verdade ter oferecido a Francisco Bernardo de Lima e ter [?] vindo, suas cimas [?] de aço que encontrara no Patamar da Igreja Matriz desta vila, as quais lhe foram dadas por Jesuíno Barbosa de Lira que o autorizara a ir procurar no mesmo Patamar e isto quando o mesmo Jesuíno retornara para São José de Piranhas (MANOEL RAIMUNDO PEREIRA, CAJAZEIRAS-PB, 13/SET/1872).

Percebe-se, portanto, que outras pessoas institucionalizadas, como foi o caso do oficial de justiça Manoel Raimundo, mantiveram contato com pessoas do bando de João Pires e não deram, por sua vez, voz de prisão ainda no dia 18 de agosto. o que leva a crer que outras pessoas que serviam à administração provincial estavam cooperando com o grupo de João Pires, reforçando suas sociabilidades por meio das diferentes formas de expressar solidariedade ao grupo conservador naquele momento.

3.5 TERCEIRO ROL DE TESTEMUNHAS: UMA REVIRAVOLTA?

Tendo em vista que as testemunhas referidas deixaram o clima mais tenso entre as partes no Poder Judiciário, sendo apontado até novas pessoas que serviam à administração da Província da Paraíba como membros da rede de sociabilidade dos conservadores, no mês de

outubro de 1872 foram convocadas novamente algumas testemunhas, conforme será visto a seguir (Quadro 17).

Quadro 17: Perfil do 3º rol de testemunhas do *morticínio eleitoral*.

Sequência do rol	Nome	Idade	Ocupação	Estado Civil	Naturalidade	Residência
9º	Antônio Pinto de Souza	46	Agricultor	Casado	Freguesia de Santo Antônio do Piancó	Fazenda da Alagoa
10º	Vicente Ferreira Lima	37	Artista	Casado	Vila das Lavras ⁷⁴	Vila de Cajazeiras
11º	Claudenio Dantas de Oliveira	40	Negociante	Casado	Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios ⁷⁵	Vila de Cajazeiras
12º	Manoel Guedes da Silva	40	“aoficiar” de ferreiro	Casado	Freguesia de Pilá ⁷⁶	Vila de Cajazeiras
13º	Luis da Prança de Souza	40	n/c	Casado	Cidade do Crato ⁷⁷	Vila de Cajazeiras

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas no Processo-crime do *morticínio eleitoral*. 1872 (Caixa Azul 1876). Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB.

Antônio Pinto de Sousa foi o primeiro a ser inquirido novamente por Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, lhe foi perguntado se sabia se João Torquato havia sido nomeado a delegado da vila de Cajazeiras.

Disse que sabe que o tenente João Torquato de Figueiredo, nomeado delegado de polícia deste termo de Cajazeiras não havia prestado juramento do referido cargo até o dia dezoito de agosto último, e isto sabe por presticiar [?] em exercício do cargo de delegado Claudenio Dantas de Oliveira segundo suplente do mesmo cargo. E como nada mais disse e lhe foi perguntado foi dada a palavra ao procurador da queixosa, e por ele foi dito que nada tinha a requerer (ANTÔNIO PINTO DE SOUSA, CAJAZEIRAS-PB, 3/OUT/1872).

A partir do trecho acima, compreende-se que correram boatos de que João Torquato estava atuando como delegado de Cajazeiras sendo que ele não havia cumprido com os ditames

⁷⁴ Na Província do Ceará.

⁷⁵ Situava-se na cidade de Sousa da mesma Província.

⁷⁶ Na Província do Ceará.

⁷⁷ Situava-se na Região do Cariri da Província do Ceará.

legais para tal feito e que, na verdade, quem estava em exercício do cargo era Claudenio Dantas. Essa afirmativa ajuda a refletir sobre a união de João Pires com o tenente João Torquato.

Eles poderiam ter juntado os interesses de ambos para executar no mesmo dia dois planos, o assassinato de Claudenio, por isso eles chegaram primeiramente procurando por ele em Cajazeiras, para assim Torquato assumir a chefia de delegado na localidade e, junto com esse feito, vencer as eleições para João Pires já que Claudenio estaria morto e não haveria resistência. Não esperavam eles serem surpreendidos pelos homens de João Cartaxo.

O segundo convocado foi Vicente Ferreira Lima, natural da vila de Lavras na Província do Ceará.

Disse que no dia quinze de agosto do corrente ano andando ele testemunha como inspetor em ronda parrada com outros na porta do tenente João Torquato de Figueiredo que em conversação com ele testemunha disse que ainda não estava em exercício do referido cargo, no qual logo entraria, e que ele testemunha presenciara a Claudenio Dantas de Oliveira no exercício do referido cargo, tanto assim que no dia dezenove do dito mês determinara a ele testemunha que com os outros inspetores reunissem gentes para rondar durante a noite, e mais não disse e nem lhe foi perguntado (VICENTE FERREIRA LIMA, CAJAZEIRAS-PB, 3/OUT/1872).

Vicente Ferreira Lima, em seu testemunho, reforçou que quem estava em exercício como delegado era Claudenio Dantas de Oliveira e que o mesmo havia reunido inspetores no dia 19 de agosto para rodarem atrás dos assassinos.

Naquele mesmo dia, Claudenio Dantas de Oliveira foi convocado a testemunhar e informou que:

Ele testemunha como segundo suplente do delegado deste termo esteve sempre no exercício do referido cargo, não só antes como depois da chegada do tenente João Torquato de Figueiredo a este termo sem que ele lhe comunicasse haver entrado no exercício do mesmo cargo, e isto até o dia vinte quarto de agosto do corrente ano quando Gonçalo José de Aquino lhe comunicara que na qualidade de primeiro suplente se [?] achava no exercício do referido cargo; e que consta a ele testemunha que o tenente João Torquato não prestara juramento do cargo de delegado, quer perante o juiz de direito da Comarca, quer perante o presidente da câmara municipal desta Vila (CLAUDENIO DANTAS DE OLIVEIRA, CAJAZEIRAS-PB, 3/OUT/1872, grifo nosso).

O testemunho de Claudenio Dantas corroborou com o de Vicente Ferreira Lima, e a prática de João Torquato demonstrou o modo como os cargos oficiais estavam vulneráveis à “boa vontade” dos que bem entendessem de cumprir ou não com o que, de fato, lhe era de

obrigação e direito. O tenente João Torquato usava a façanha de oficial perante a sociedade, mas nem mesmo o juramento havia profanado.

Outra testemunha a ser convocada foi Manoel Guedes da Silva, morador em Cajazeiras e natural da freguesia de Pilar na Província da Paraíba do Norte. Ao ser questionado sobre o perfil público de João Torquato de Figueiredo, ele respondeu que:

Sabe por ser fama pública e geralmente dizer-se nesta Vila que o tenente João Torquato de Figueiredo não prestara juramento do cargo de delegado de polícia deste termo, para o qual fora ultimamente nomeado; e que a ele testemunha como subdelegado em exercício, o dito tenente Torquato não lhe comunicara haver entrado no exercício do referido cargo (MANOEL GUEDES DA SILVA, CAJAZEIRAS-PB, 3/OUT/1872).

Manoel Guedes também tratou de confirmar as narrativas de Vicente Ferreira e Claudenio Dantas, pondo em suspeição, desse modo, a moral pública e pessoal da figura de João Torquato. O que fora reafirmado no testemunho de Luís de Prança de Souza, natural da vila de Crato.

Disse que sabe por ouvir dizer geralmente, recordar-se de Claudino Dantas de Oliveira e Vicente Ferreira Lima, e Manoel Guedes da Silva, e isto no dia dezoito e seguintes de agosto deste ano, que o tenente João Torquato de Figueiredo não havia prestado e assim [?] estava no exercício do cargo de delegado deste termo de Cajazeiras (LUÍS PRANÇA DE SOUZA, CAJAZEIRAS-PB, 3/OUT/1872).

Pelo que se pode perceber, em todo o decorrer da inquirição das testemunhas ficou evidente os indícios de solidariedade entre os membros da administração provincial com os grupos mais subalternos do oficialato público, assim como teve também solidariedades alcançadas entre os grupos da elite cajazeirense com grupos de assassinos de outras regiões, que apoiaram João Pires antes, durante e após o conflito do dia 18 de agosto de 1872.

Além disso, ficou evidente a tentativa de criar perfis dos indiciados para a promoção de uma possível formulação de “opinião pública” no seio da sociedade imperial daquela década de setenta dos oitocentos. Desse modo, de que forma as solidariedades alcançadas em torno do caso do *morticínio eleitoral*, tanto antes como depois, auxiliaram na produção de representações que ajudaram o caso a se popularizar nas províncias do Ceará, Pernambuco e na Corte?

CAPÍTULO IV



“OPINIÃO PÚBLICA” SOBRE O BÁRBARO MORTICÍNIO: EMBLEMAS DE SUA POPULARIZAÇÃO EM ALGUMAS PROVÍNCIAS

4. “OPINIÃO PÚBLICA” SOBRE O *BÁRBARO MORTICÍNIO*: EMBLEMAS DE SUA POPULARIZAÇÃO EM ALGUMAS PROVÍNCIAS

Ao mesmo tempo em que as testemunhas eram interrogadas e apresentavam novas informações no Poder Judiciário, também existiu uma propagação do caso circulando em paralelo nos jornais, com ênfase na Corte, no Pernambuco e Ceará. À medida que o advogado da queixosa, o Sr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, ia colhendo novas informações durante os interrogatórios que ele mesmo fazia às testemunhas, ele também efetuou a popularização do caso paulatinamente na imprensa daquela época.

As notícias que circularam inicialmente em jornais na Província da Paraíba, passaram a ser reproduzidas nesses jornais de regiões vizinhas, como foi o caso das províncias já mencionadas. O interessante a se pensar aqui é que, cada vez que alguém enviava as informações sobre o morticínio eleitoral para algum editorial, elas recebiam comentários, fosse da pessoa que encomendou a passagem do caso no jornal ou mesmo dos editores na Tipografia.

Esse movimento diferiu, por exemplo, da maneira como o caso se propagou no Poder Judiciário. Lá as oportunidades de acrescentar uma “pitada” a mais de desavença entre os personagens da trama ficaram mais contidas. Nos jornais já foi possível notar uma intenção de popularizar o caso para outros grupos políticos de perto e distante de Cajazeiras.

Neste tópico será discutido os diferentes emblemas de popularização que foram utilizados para fazer com que o acontecimento em Cajazeiras tivesse notoriedade por todo o Império do Brasil. Ressalta-se, portanto, que os emblemas são entendidos aqui como a maneira, como o caso foi apresentado, quais adjetivos utilizaram para caracterizar os sujeitos envolvidos e qual a possível intencionalidade nessa forma de propagar o acontecimento e seus personagens.

4.1 *NO MEIO DA EMBRIAGUEZ DO SANGUINOLENTO TRIUNFO*: AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE O CONFLITO EM CAJAZEIRAS

Esta discussão, baseada nos jornais, teve seu início com dois títulos publicados no jornal *Cearense*, edição nº 81 em 15 de setembro de 1872. Antes de discutir as matérias, é importante atentar ao fato de que naquele momento este periódico tinha sua filiação ao Partido Liberal e sua circulação era restrita à Província do Ceará. Geralmente era impresso na Tipografia Brasileira, situada na Rua Formosa nº 23, na cidade de Fortaleza e possuía uma estética organizada, contendo o número de quatro páginas – cada uma dividida em quatro colunas –,

sendo a primeira dedicada ao editorial e as demais abordando o noticiário, comunicados, publicações solicitadas, anúncios entre outros.

Era um periódico que tinha valor de assinatura anual acessível – anual perto 12\$000 Réis e longe 14\$000 Réis –, tanto quanto outros impressos que circularam em Fortaleza e região no período em questão. Apesar de não constar o nome do dono do jornal nem dos editores, na capa já ficava evidente quem patrocinava o impresso: *O Cearense é destinado a sustentar as ideias do partido liberal; só toma a responsabilidade dos artigos da redação, devendo todos os mais para serem publicados vir competentemente legalizados.* (CEARENSE, ED. 81, 15/SET/1872, p. 1).

A **edição de nº 81** chamou a atenção porque esteve dedicada aos assuntos da política, e foi nela que pôde-se perceber o primeiro título chamado **“Morticínio na Paraíba”**, estando localizado na capa – o que leva a crer que aqueles editores tinham interesse em conceder maior ênfase à notícia.

Antes de falar sobre a tensão em Cajazeiras, os editores ousaram contextualizar o cenário eleitoral naquele momento, informando o seguinte:

Dir-se-ia que o governo imperial sonhou a realização de um desejo insensato, que a história atribui ao mais perverso dos tiranos de Roma. Calígula, diz a história, desejou que o povo romano tivesse uma só cabeça para de um golpe decepá-la. Parece que o governo do Brasil quis com os fementidos protestos de liberais e garantia do voto chamar às urnas os liberais incautos para de uma vez livrar-se deles (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 1).

A partir da fala exposta acima, percebe-se que houve a intenção não apenas de contextualizar o caso do *morticínio eleitoral* no cenário imperial, como também eles puxam um fio de culpabilização dessas ocorrências em direção ao governo imperial – que resolveu juntar sua oposição em cenários localizados para ser mais fácil extirpá-la.

Depois disso, foi mencionado uma série de casos que ocorreram em diferentes províncias, como: Piauí e Bahia. Chegando no caso da Paraíba, foi relatado o seguinte:

Na Paraíba, onde o partido liberal se absteve completamente, mas infelizmente **na vila de Cajazeiras apresentou-se ligado aos conservadores dissidentes contra os governistas, e procediam a eleição pacificamente, um grupo de governistas, investe a Igreja, e assassina 6 cidadãos, sendo um deles um distinto chefe liberal, e fere a muitos outros** (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 1, grifo nosso).

O que chama a atenção no trecho acima é que eles usaram o argumento de que a eleição em Cajazeiras havia sido acordada e, por isso, procedia com um tom pacífico. No entanto, quando os governistas entraram na igreja, conturbaram todo o processo. Pelo que já foi discutido até aqui, nota-se, em primeira linha, que essa narrativa se contrapõe ao que foi dito pela maioria das testemunhas que fizeram parte dos interrogatórios no processo-crime, instaurado naquele mesmo mês.

Tendo sido quase que unânimes as narrativas sobre a chegada de João Cartaxo – o chefe liberal – ter se dado no segundo momento da tensão, vê-se que houve uma intenção por parte do editorial de enfatizar que os governistas eram os responsáveis pela *carnificina eleitoral*, mesmo que para isso lhes custasse a omissão de algumas informações sobre a ocasião do dia 18 de agosto.

Outro aspecto interessante é que eles não mencionaram os nomes dos personagens que fizeram parte da trama, como o Tenente João Torquato, João Pires, João Cartaxo, entre outros. A popularização do *morticínio eleitoral*, se deu, nesse primeiro momento, por meio da ênfase de que foi um crime orquestrado pelos governistas à mando do governo imperial – fator que conectou diretamente o caso em Cajazeiras com o universo eleitoral de todo o Império. O que mostra que os liberais de Fortaleza não deixaram passar despercebido o caso ocorrido no sertão da Paraíba e, em cima disso, teceram uma crítica ferrenha ao governo do Brasil.

O segundo título “**Paraíba 9 de setembro de 1892⁷⁸**” é uma carta particular que não foi assinada, porém, ela surge finalizando a sessão do corpo editorial da edição nº 81, na página 2. A carta inicia sua apresentação lançando uma crítica ao presidente da Província da Paraíba, à época sendo o Dr. Heráclito Graça ligado ao Partido Conservador, dizia-se assim: *Realizaram-se infelizmente as nossas previsões a respeito das eleições dessa província, porque nunca acreditamos na sinceridade do presidente* (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 2).

As críticas foram sendo pautadas por meio de frases como *fato lastimoso* e *tributo ao Minotauro eleitoral*, que remetiam ao governo imperial e provincial.

Em Cajazeiras, onde por exceção se apresentaram os liberais, mas de acordo e combinação, corria a eleição pacífica e placidamente, quando uma horda de assassinos vindos de S. Fé, capitaneados por um tal Pires inimigo pessoal do chefe liberal atacou a igreja, e fez o morticínio de 6 ou

⁷⁸ Acredita-se que houve um erro de digitação durante a elaboração desse título, pois o ano correto é 1872. Mas, optou-se por manter o título conforme consta no periódico para facilitar a busca caso os leitores desta pesquisa tenham interesse em ir até as fontes.

8 pessoas, inclusive o chefe liberal. Para prova disso aqui estão os liberais disputando a eleição da Câmara na capital, e provavelmente farão os suplentes, e venceriam, se houvesse resolução geral e antecipada; mas é só uma porção que dirige o Dr. Costa Machado que a isso resolveu-se. Os conservadores, que estavam divididos, se uniram para resistir a esse pequeno grupo liberal, e apresentaram o Justa para presidente da Câmara: o Justa é aqui o chefe dos dissidentes conhecidos por comunistas. (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 2, grifo nosso).

A pessoa que escreveu a carta e não quis se identificar (algo comum naquele período), certamente possuía um conhecimento, ou talvez estivesse envolvido com a política paraibana, pois ele trouxe à cena de seu relato questões latentes entre os grupos políticos da Província, como: a divisão dos conservadores e a liderança entre seus dissidentes.

De toda forma, não se sabe se essa pessoa era ou não de Cajazeiras, uma vez que apresentou João Pires com um tom de desconhecimento sobre a figura. Mas, o que se percebeu a partir do trecho é que a pessoa quis reforçar que a existência de um acordo político local propiciou a pacificação no momento que dava início à eleição. Só que esse pacto foi quebrado por *uma horda de assassinos* que eram capitaneados por alguém que era, por sua vez, *inimigo pessoal do chefe liberal*.

Percebe-se, com isso, que além da questão política, foi evidenciado uma possível desavença pessoal entre João Pires Ferreira e João Cartaxo. Esses elementos servem para sugerir que a tensão política que resultou na morte do chefe liberal não teve apenas o cunho partidário, mas questões que não haviam sido resolvidas entre os envolvidos na trama.

Se nos testemunhos do processo-crime foi apontado que havia a existência de uma desavença entre Dr. Manoel Coelho Cintra Junior com João Cartaxo, com essa carta foi reforçado o elemento de possíveis desavenças que o liberal possuía com pessoas socialmente importantes na região. Se esse fato que surge agora foi significativo o suficiente para ajudar os inimigos a se unirem contra o líder Cartaxo e tramar sua morte no dia da eleição não é possível saber, mas que a questão da desavença serviu como um emblema para popularizar o caso, ele serviu.

A última coluna da mesma página da edição nº 81 se prestou, mais uma vez, a relatar essa tensão com o título **“Morticínio na Paraíba”**, na sessão “Noticiário”. Essa coluna foi uma reprodução do jornal *Despertador* da Paraíba, o qual não foi possível ter acesso direto à fonte. A reprodução da notícia não teve autoria identificada, mas, quem enviou a mesma usou alguns termos para, de início, já chamar a atenção do leitor para a questão da tensão em Cajazeiras, como por exemplo: *O sangue generoso de 6 liberais e balas do governo*. (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 2).

O que mais interessa nessa reprodução de notícia não é, necessariamente, a narrativa sobre o fato ocorrido na manhã do dia 18, mas sim, os adjetivos que são utilizados para se referir aos personagens e a trama. Sendo assim, vale refletir que tais descrições serviram para criar não só uma representação sobre o que aconteceu, como também as imbricações relacionais que envolviam os agentes da trama.

Nas palavras do remetente ficou explícito que o morticínio eleitoral havia promovido certa comoção “pública” na Província da Paraíba, como pode ser lido no trecho a seguir: *cartas que acabamos de receber do alto sertão, dão-nos as seguintes dolorosas notícias.* (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 2).

Foi possível perceber também o uso de termos como *jovem distinto*, quando a pessoa se referiu a João Antônio do Couto Cartaxo. Além disso, foi tecido uma crítica ao governo de Heráclito Graça quando foi mencionado que *era de prever que o Sr. Graça não findaria a sua honrosa missão, sem que lhe ficasse a farda salpicada de sangue.* (CEARENSE, SESSÃO: EDITORIAL, N. 81, 15 SET. 1872, p. 2).

Dois dias depois, no dia 17 de setembro, a notícia sobre o *Morticínio Eleitoral* já circulava pelas ruas da Corte, no Rio de Janeiro. O jornal *A Reforma*, de filiação liberal, carregava em sua capa o subtítulo de Órgão Democrático e possuía uma estrutura diferente do *Cearense*, por exemplo. Apesar de contar com quatro páginas, o periódico tinha seu cumprimento maior do que os jornais convencionais e estava dividido em 5 colunas que se encarregavam de distribuir informações do editorial, os folhetins, a parte considerada não editorial, as informações sobre o comércio, as declarações solicitadas, os anúncios e possíveis variedades.

Esse jornal não era dos mais acessíveis naquela época. Seu valor de mercado por venda avulsa custava, em média, 100 Réis e 20\$000 Réis para as assinaturas anuais longe – para além da cidade do Rio de Janeiro. E quem quisesse fazer uma publicação particular, por exemplo, precisava desembolsar o valor de 60 Réis por linha. Sendo impresso na Tipografia da Reforma, localizada na Rua do Ouvidor nº 148, o jornal ligado ao Partido Liberal teve como o foco de seu editorial, na **edição nº 213**, as “Eleições nas Províncias”.

Na capa dessa edição estava estampado na sessão “Crônica Geral”, na metade da terceira coluna, o título **“Sangue na Paraíba do Norte”**. A narrativa iniciou com uma crítica aos agentes da Corte: *Enquanto o ministro se diverte, e falsifica atas eleitorais aqui na Corte, continua a correr o sangue liberal nas províncias!* (A REFORMA, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 213, 17 SET. 1872, p. 1). Além de ser evidente o contraponto feito entre a política

na Corte e nas províncias, em que mostrou que o clima eleitoral estava bem conturbado fosse longe ou perto do Rio de Janeiro, é possível perceber também

Outro aspecto interessante a ser destacado é quando o remetente falou: *O minotauro é insaciável!* (*A REFORMA*, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 213, 17 SET. 1872, p. 1). Quem seria esse “Minotauro”? Não há dúvidas de que a alusão é feita entre o personagem da mitologia grega e o governo imperial. As ações de dominação política praticadas pelos agentes da Corte – na opinião da pessoa que escreveu essa carta –, são equivalentes à dominação exercida pelo governante de Cnossos. Nesse sentido, os liberais seriam como os povos dominados que pagavam tributos pesados, mas ao invés disso, pagavam tributos de sangue, como foi o caso do ocorrido em Cajazeiras.

A partir disso, foi reproduzido alguns trechos de um relato que foi publicado inicialmente no jornal *Despertador* da Paraíba, sem informação de data equivalente. Antes de continuar a discussão, é importante ressaltar que fora percebido que o autor que retratou a notícia no *Despertador* não foi o mesmo que enviou a primeira carta para o respectivo jornal – aqui discutida pelo jornal *Cearense*.

Esse foi percebido pela maneira como eles apresentaram o caso, o primeiro disse que os governistas já tinham chegado atirando nos liberais que estavam na Igreja; esse outro autor, por sua vez, afirmou o contrário, como é possível observar no trecho a seguir: *Ao entrarem os liberais, no dia 18, na vila de Cajazeiras, a força do governo fez fogo sobre eles, caindo mortos...* (*A REFORMA*, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 213, 17 SET. 1872, p. 1).

Um fator semelhante, que se repetiu entre as duas cartas, foi a questão dos adjetivos positivos relacionados aos liberais, como foi o caso de *João Antônio do Couto Cartaxo, jovem distinto*; e a autoria *desse nefando atentado* para João Torquato de Figueiredo e João Pires Ferreira (*A REFORMA*, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 213, 17 SET. 1872, p. 1). Observa-se, portanto, dois polos conflitantes até depois da grande cena. Pois, a tensão sobreviveu na memória e na “opinião pública”, servindo, portanto, para separar quem havia sido o homem de bem da história e quem tinha sido o vilão.

Pensando politicamente, supõe-se que foi como se a pessoa que escreveu a carta estivesse falando para seus leitores que os representantes do Partido Liberal eram tão bons e pacíficos que os governistas, cheios de má índole e péssimas práticas, não pensaram em outra saída senão derramar seu sangue pelas ruas das províncias a fim de manter sua dominação política a qualquer custo.

Sem mais a acrescentar, o autor reproduz a crítica feita ao governo de Heráclito Graça salpicado de sangue, já apresentada nesta pesquisa, e reforça que o *morticínio eleitoral* foi um *fato horroroso* no qual os moradores da Província da Paraíba tiveram que se ocupar (A REFORMA, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 213, 17 SET. 1872, p. 1).

No dia 19 de setembro, o mesmo jornal publicou voltou a falar sobre o caso na **edição nº 215**, apresentando em sua segunda página o título “**A carnificina na Paraíba do Norte**”. Dessa vez a notícia foi mais curta, contendo apenas dois parágrafos, mas isso não quer dizer que os editores deixaram de reforçar questões por eles consideradas importantes para o debate político.

Primeiro foi reforçado a recomendação que seus leitores atentassem para a *carta do nosso correspondente da Paraíba do Norte*, pois nela havia sido *narrada por miúdo a carnificina eleitoral de Cajazeiras* (A REFORMA, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 215, 19 SET. 1872, p. 2). Percebe-se, com isso, uma tentativa de manipulação por parte das pessoas que prepararam o editorial, a fim de criar argumentos de ordem moral e/ou afetiva contra o então Ministro do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira que à época do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras integrava o Partido Conservador.

Tal perspectiva fica mais evidente quando foi dito a seguinte afirmação: *O ministério que não se importa com o sangue liberal, não se deve importar com os nossos clamores; também não nos dirigimos ao governo, a atenção que pedimos é da gente séria e moralizada. Cajazeiras* (A REFORMA, SESSÃO: CRÔNICA GERAL, N. 215, 19 SET. 1872, p. 2).

Este trecho exemplifica a perspectiva abordada por Patrick Charaudeau (2016), quando ele afirmou que o discurso político, para se afirmar, sente a necessidade de justificar suas razões ora apresentadas. Por isso, quando já que o ministro não se importava com o derramamento de sangue liberal, os liberais iam buscar auxílio na “opinião pública” da *gente séria e moralizada*.

No entanto, no Relatório do Ministério dos Negócios do Império, da 1ª Sessão da 15ª Legislatura, no Capítulo voltado para as Eleições provinciais foi possível perceber que o então ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira mencionou o fato ocorrido em Cajazeiras: *Paraíba.- Na paróquia de Cajazeiras antes de principiar a eleição acometeram-se, fora da Matriz, dois grupos de homens armados, de parcialidades opostas, ficando infelizmente mortos cinco indivíduos e feridos diversos de um e de outro lado.* (BRASIL, MINISTÉRIO DO IMPÉRIO: JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA, 1872, p. 9).

A fala de João Alfredo, por sua vez, poderia ter sido uma resposta aos diversos questionamentos sobre sua postura diante dos acontecimentos eleitorais naquele ano. E, como

não tinha uma datação específica, pode, inclusive, ter sido publicada logo após saber do incidente. Se houvesse possibilidade de comprovação do período específico em que tal pronunciamento foi feito, poderia afirmar que ele possuía certa preocupação com os acontecimentos, mesmo que isso não fosse na medida esperada pelos liberais.

O que se sabe, portanto, é que havia uma constante batalha pela conquista da “opinião pública” frente a partir do pano de fundo das eleições nas Províncias do Império do Brasil. No jornal *A Reforma*, o argumento da popularização do caso foi apenas uma ferramenta para fundamentar uma crítica ao papel exercido pelo Ministro do Império.

No dia seguinte, em 20 de setembro do corrente ano, circulou em Recife na Província do Pernambuco a **edição nº 5**, do jornal *A Província* nomeadamente conhecido como órgão do Partido Liberal. Antes de apresentar a discussão lançada pelo periódico, é importante visualizar alguns aspectos estruturais que ornavam a importância do jornal para a pernambucana.

Composto por quatro páginas, cada uma dessas folhas estava dividida em quatro colunas e não possuía valor de venda avulsa ou anual, em sua capa. O periódico se dispunha a publicar folhetins, crônicas, publicações solicitadas, além do editorial. Criado em 6 de setembro de 1872 por Minervino Augusto de Souza Leão e José Maria de Albuquerque Melo, funcionada na Tipografia do Comércio localizada na Rua Duque de Caxias, nº 50. Esses homens eram defensores da proposta liberal que apoiava uma espécie de Monarquia descentralizada.

Dedicava-se a promover informações sobre as eleições e tecer críticas ao governo, como foi o caso do título “**Apelo às urnas**”, presente na capa da edição, na sessão “Editorial”. A coluna apresentou *notícias tristíssimas* sobre as eleições consideradas sangrentas no Piauí, Ceará e Paraíba. Como já foi discutido em capítulo anterior um pouco de como procederam as eleições nessas províncias, a atenção aqui será direcionada, especialmente, à cena eleitoral na Paraíba.

Depois de mencionarem os diferentes casos de sangue e dizerem que o governo era *um bando, organizado e armado para roubar voto de cidadão*, o editorial mencionou que foi comunicado por *uma pessoa fidedigna* que acabou lendo *em uma carta, vinda da Paraíba a narração de uma cena de sangue, que teve lugar em Cajazeiras*. (*A PROVÍNCIA*, SESSÃO: EDITORIAL, N. 5, 20 SET. 1872, p. 1). Percebe-se, com isso, que as notícias já estavam correndo por diferentes lugares e as cartas remetidas da Paraíba já ocupavam as páginas de jornais em várias Províncias. Isso mostra o poder de articulação política que existia entre os liberais para propagar os acontecimentos e convertê-los à ser ferramentas de críticas ao governo.

Em três parágrafos, eles apresentam apenas o nome de José Pires (que na realidade é João Pires) como autor do fatídico conflito, desenhando sua imagem como alguém que não aceitava a possível derrota. Por isso, ele foi para à Matriz e conturbou todo o processo eleitoral.

José Pires logo que se fez senhor da eleição de S. José, seguiu para Cajazeiras, onde os liberais disputavam com vantagem a eleição. Entrando na vila com 400 homens, em forma, acometeu a matriz, e fez-se senhor dela, perdendo dois homens e matando a 4 dos que defendiam a igreja, havendo mais de 80 homens feridos. Todo esse barulho, mortes e ferimentos de que foi autor aquele José Pires deu-se por causa de 4 eleitores, tantos quantos designa a lei para aquela freguesia! (A *PROVÍNCIA*, SESSÃO: EDITORIAL, N. 5, 20 SET. 1872, p. 1).

O trecho da informação que continha na carta, conforme apresentado acima, relevou o desconhecimento por parte de quem a escreveu. Pois, o nome de um dos personagens da trama estava errado, a sequência dos acontecimentos no patamar da igreja estava incoerente com o que as demais narrativas sobre o *morticínio eleitoral* vinham apontando e as informações sobre a eleição, em si, estavam incoerentes com o que realmente aconteceu. Não havia um lado perdendo, uma vez que os representantes políticos locais acordaram o número de votantes do pleito.

Isso mostra que naquele início de trajetória do periódico, seus organizadores estavam mais ocupados em construir críticas ao governo mesmo que isso fosse às custas de informações inconclusivas ou incoerentes. Não seria tão difícil buscar mais informações sobre o caso, tendo em vista a distância não era tão grande entre Recife e a Cidade da Paraíba naquele momento – que era o local mais próximo que possuía informações sobre o caso pelas vias do jornal *Despertador*.

Desse modo, o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras acabou sendo retratado de forma mínima e incompleta pelo editorial do jornal *A Reforma*. E, se não fossem outros periódicos ter dedicado suas atenções ao caso, ao invés do conflito ser popularizado e, por conseguinte, se constituído uma “opinião pública” em torno dele, ele seria ofuscado na imprensa da Província do Pernambuco.

No dia 24 de setembro de 1872 o jornal *A Nação*, que circulava no Rio de Janeiro, publicou a **edição nº 71**, que tinha um preço avulso mais acessível – 40 Réis – se comparado a outros impressos. Ele era um jornal que se dedicava aos assuntos políticos, comerciais e literários; deixando sempre muito evidente que possuía sua vinculação ao Partido Conservador.

Organizado estruturalmente em quatro páginas, cada uma contendo cinco colunas. Em suas edições sempre vinha primeiro a sessão destinada aos assuntos oficiais e, na sequência, o editorial. Tendo como proprietário o bacharel de Pernambuco chamado João Juvêncio Ferreira de Aguiar, ele funcionava na Tipografia Americana, localizada na Rua do Ourives, nº 19, Rio de Janeiro.

Na edição do dia 24 de setembro, o editorial teve dois focos específicos: a questão da economia imperial e o caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. A discussão que iniciou na capa do jornal tomou parte da segunda página intencionando, portanto, oferecer uma espécie de contraversão ao que foi publicado no jornal *A Reforma (RJ)*, no dia 19 do mesmo mês.

Leia-se: *A Reforma de 19 do corrente deu à lume uma correspondência, procedente da província da Paraíba do Norte, em que se adulteram os deploráveis acontecimentos, sucedidos na vila de Cajazeiras, por ocasião das eleições primárias daquela freguesia.* (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1). Nota-se, portanto, que ficou evidente que a discussão ali proposta seria um repúdio ao que havia sido publicado pelo jornal *A Reforma* – procedimento comum entre diversos jornais da década de mil oitocentos e setenta (BARBOSA, 2010).

Além disso, foi possível compreender que os editores de *A Nação* sentiam a necessidade de apresentar ao público uma versão “oficial” do ocorrido em Cajazeiras, por isso, inicialmente caracterizaram a atitude correspondente do jornal *A Reforma*, como sendo: *paixão política, que é cega e desvaira, as mais repugnantes, absurdas, injustas e improcedentes acusações contra o Governo Imperial, o presidente da província, o chefe de polícia interino, o comandante do pequeno destacamento ali estacionado, e o Partido Conservador.* (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1)

O editorial estava tentando limpar a possível imagem sanguinária que estava manchando o perfil oficial da Monarquia, dos agentes da Corte e do Partido Conservador. Para isso, eles ainda tentaram deslegitimar o correspondente do jornal *A Reforma*, dizendo o seguinte:

Não nos deve surpreender que o correspondente anônimo de uma província longínqua, **obedecendo aos preceitos de sua seita política, adultere fatos, invente mentiras, forjique calúnias, e lance aos seus adversários a culpa e responsabilidade próprias**, quando acabamos de ver no centro populoso desta Corte, nas famosas atas do Club da Reforma assinadas por conselheiros e senadores do Império, proceder-se da mesma forma e teor. **Acontecimentos, cuja responsabilidade caía inteira sobre seus correligionários, eram lançadas à conta dos seus adversários. Insignes escritores da Reforma! Alta missão da imprensa de narrar fatos, historiar acontecimentos,**

iluminá-los com a judiciosa crítica, censurar abusos, e corrigir desmandos, se prostitui e se converte na licença desbragada da mentira, da calúnia, da injúria e do vilipêndio. Eis a norma de conduta daquele anônimo correspondente. (*A NAÇÃO*, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1, grifo nosso).

Isso lembra a dupla dimensão da cultura política que, apesar de existir o aspecto individual, nos posicionamentos, comportamentos e expressões, esses estão sempre conectados ao aspecto coletivo – ou seja, eles constituem um conjunto de práticas e significados mais amplos. Sobre isso, Serge Bernstein (2009, p. 43) lembrou que “[...] ao mesmo tempo em que estrutura os comportamentos políticos individuais, a cultura política é um fenômeno coletivo.”

O jogo da contraversão, da desqualificação do editorial e dos indivíduos envolvidos fazia parte dessas práticas entre os grupos políticos e isso ficou evidente nessa resposta dada pelo jornal *A Nação* de vinculação conservadora, ao jornal *A Reforma*, ligado aos liberais. É interessante notar como o caso em Cajazeiras tomou conta do espaço da imprensa da Corte no mês de setembro. O acontecimento acalorou os ânimos e produziu embates políticos de ordem discursiva pelos opositores na Corte.

Mas, nem só de retaliações a publicação do jornal *A Nação* foi feita. Os editores trataram de exaltar a imagem do Governo Imperial, dizendo que esse era *digno da aceitação de ambos os partidos*; além disso, reformou que o presidente da Província da Paraíba, Heráclito Graça, *foi sincero intérprete e leal executor das leis e disse mais que a moderação do seu caráter, a ilustração do seu espírito ditaram-lhe as mais acertadas providências. [...] Não mostrou-se um presidente reator de partido, mas um administrador prudente e inteligente, distribuindo justiça a todos, e moderando a ação incandescente dos partidos.* (*A NAÇÃO*, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

Vê-se, portanto, que a estratégia utilizada pelo editor com relação ao então presidente Heráclito Graça foi a de evocar seus valores enquanto homem público a fim de produzir efeitos sociais, ou mesmo uma “opinião pública”, sobre o acontecimento em Cajazeiras a partir da suposta “boa” índole do administrador (BARBOSA, 2009).

A partir daí, eles começam a criar uma reinterpretação dos fatos que ora haviam sido publicizados pelos liberais do jornal *A Reforma*, pois:

O partido liberal, consciente de sua fraqueza para lutar no terreno legal contra mesas e qualificações de grande maioria dos votantes do partido conservador, acolheu a abstenção pelo manifesto assinado pelo seu chefe, o Sr. Felizardo Toscano de Brito. Mas essa abstenção não foi geral e absoluta. Em uma ou outra localidade, em que tinha elementos, apresentou-se, venceu ou partilhou

a eleição sem a menor perturbação ou desordem dos seus contrários. Não obstante, o triunfo do partido conservador foi esplendido, completo e pacífico por quase todas as localidades. Os acontecimentos, porém, da vila de Cajazeiras vieram enuvier um pouco os esplendores de uma eleição livre, pacífica e incruenta por toda a província. Cumpre declarar, que essa freguesia do alto sertão dá unicamente 4 eleitores. E, segundo declara o próprio correspondente, os conservadores tinham combinado partir a eleição com os liberais. (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

Contestando mais uma vez o jornal de oposição, *A Reforma*, os editores de *A Nação* apresentaram o argumento de que as eleições corriam bem e que os acordos para dividir os eleitores haviam sido, inclusive, formalizados oficialmente. Assim, entende-se que houve a tentativa de construir uma ideia dominante sobre o caso não só desqualificando o outro jornal, mas pondo em questão a “veracidade” dos “fatos” por ele apresentados. E, ao final, ressaltou-se que não haveria disposição dos conservadores em iniciar um conflito de algo que já estava ganho.

Na última coluna da capa, o editorial volta a comentar o posicionamento do jornal *A Reforma*, enfatizando que a acusação reproduzida por ele foi *absurda e repugnante*. E a partir desse momento eles começaram a apresentar outra versão dos fatos, denominada de “oficial” em contraponto à oficiosa.

No dia 18, quando se ia dar começo aos trabalhos eleitorais naquela vila de Cajazeiras, **desemboca inopinadamente pela rua paralela a um dos lados da Matriz um grupo de liberais, composto de cerca de 60 cavaleiros, todos armados e capitaneados pelo infeliz João do Couto Cartaxo, e sem a menor agressão dão uma descarga à queima roupa contra os do grupo adverso, que se achavam tranquilos em frente à Matriz; caem mortos três conservadores e muitos outros gravemente feridos, cujos nomes ainda se ignora. Em face de tão fera provocação, os agredidos na mais justa defesa a repeliram também com uma descarga, do que resultou a morte do infeliz Cartaxo, um seu escravo e um vaqueiro de nome Bernardino**, além de outros ferimentos. (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

Pela primeira vez os jornais apresentaram uma versão pondo a culpada deflagração do conflito em João Cartaxo e seu bando. No entanto, percebe-se que houve uma sutileza nas palavras, muito organizadas, de quem escreveu a coluna. Não denigriram a imagem de João Cartaxo nem de seus companheiros, e reconheceram que foi um conflito armado de ambos os lados. Tal diplomacia talvez tenha sido mantida para melhor configurar a aceitação da reprodução da carta remetida pelo chefe de polícia interino – que utilizou de seu cargo oficial para institucionalizar uma narrativa.

Dito isso, quais elementos presentes na Carta de Manoel Coelho Cintra Junior foram utilizados para popularizar o *morticínio eleitoral* a partir da visão dos conservadores? O chefe de polícia iniciou sua carta utilizando um artifício muito presente nas correspondências daquela época, o apelo ao sentimentalismo, pois dizia-se estar *cheio da maior consternação*, ou seja, triste pelo corrido. Depois, dissera ele que *pelas 11 horas do dia 18 do corrente, por ocasião do pleito eleitoral na vila de Cajazeiras, dera-se um lamentável conflito entre as duas parcialidades políticas* (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

Observa-se que em nenhum momento o chefe de polícia interino mencionou outro motivo para o conflito senão a tensão entre os grupos políticos. Estaria ele tentando se esquivar de um possível indiciamento, uma vez que uma das testemunhas informou no processo-crime que ele tinha desavenças pessoais com João Cartaxo? Sua fala pode ter sido, sim, uma possibilidade de tentar fugir de suas responsabilidades. Tal prática fez parte, portanto, de uma cultura política que utilizava da oficialidade para tentar eximir os erros das figuras institucionalizadas que possuíam condutas voltadas ao interesse pessoal ou de seu grupo.

Seguindo sua narrativa, o chefe de polícia interino apresentou o momento da tensão e os mortos e feridos de ambos os lados. Outro aspecto que chamou a atenção na carta do Cintra Junior é que ele apresentou em sua carta os sentimentos que a população cajazeirense sentiu: *e o povo se possuíram de grande pânico por tão triste acontecimento, retirando-se a maior parte dos habitantes para as circunvizinhas e sítios. As famílias Cartaxo, Rolim e Francos, congregadas, se prepararam para novos conflitos. É por demais assustador e melindroso este estado de coisas* (A NAÇÃO, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 1).

O autor da carta tentou mostrar aos seus leitores que aquele morticínio eleitoral não afetou apenas os sujeitos que estavam envolvidos diretamente no conflito. Pelo contrário, as pessoas que assistiram o tiroteio, que tiveram suas casas alvejadas, as que foram impedidas de circular pelas ruas, todas elas entraram em pânico, sentiram receio de permanecer momentaneamente no município e buscaram refugiar-se em lugares mais seguros.

Percebe-se, portanto, a tentativa do chefe de polícia de “dizer” que o evento da manhã do dia 18 interferiu, inclusive, na vivência social das pessoas que residiam em Cajazeiras. Isso chama a atenção porque lembra que tais práticas eleitorais não serviam apenas para adiar ou interromper os pleitos, mais que isso, a maneira como se faziam política poderia mudar o modo como as pessoas estavam se relacionando, suas vivências e costumes do cotidiano, como foi o caso da sociedade cajazeirense.

Finalizando a fala do chefe de polícia interino, em carta enviada ao jornal *A Nação*, o editorial voltou a questionar sobre quem recairia a *culpabilidade criminosa desse morticínio, do sangue derramado, da viuvez e orfandade*. Os editores voltam a alegar que, a partir do *testemunho oficial*, que o correspondente do jornal *A Reforma* havia *atreve-se a adulterar os fatos, inverter a verdade, e formular acusações*. (*A NAÇÃO*, SESSÃO: EDITORIAL, N. 71, 24 SET. 1872, p. 2).

Marialva Barbosa (2010) ressaltou que as cartas serviam para fazer com que as informações circulassem de forma mais ampla, no entanto, aquelas que fossem escritas por “pessoa de maior crédito”, ou seja, alguém de uma família influente, agente institucionalizado ou político – as correspondências dessas pessoas teriam maior credibilidade quando comparadas aos envios anônimos, por exemplo. É justamente essa perspectiva que se observa transparecer na narrativa dos editores do jornal *A Nação*.

4.2 ASSASSINATOS, VIOLÊNCIAS, OPRESSÃO E VEXAME: DECLARAÇÕES SOBRE O BÁRBARO MORTICÍNIO

No dia 29 de setembro de 1872, o jornal *Pedro II* que circulava na Província do Ceará e era impresso na Tipografia Cearense instalada na Praça do Ferreira nº 34, publicou a **edição nº 185** em que apresentou uma matéria sobre o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, na Província da Paraíba do Norte.

É importante ressaltar que o periódico ressaltava as ideias do Partido Conservador naquela Província e como Cajazeiras estava a apenas 431km de Fortaleza, além de existir uma profunda influência econômica e cultural da capital cearense para com o sertão da Paraíba, era até de se esperar que os conservadores do Ceará comentassem o fato ocorrido no dia 18 de agosto de 1872.

O dono do jornal era Raymundo de Paula Lima, sendo impressor, ele que lidava diretamente com o processo de montagem das notícias. Sabe-se, portanto, que o periódico possuía notoriedade naquela Província, pois tinha espaço para a sessão oficial, folhetins, a própria discussão do editorial, fatos diversos, transcrições a pedido, comércio e anúncios. Um jornal que era procurado para anunciar ou para transcrever notícias, por exemplo, certamente era um jornal que circulava bem, uma vez que os comerciantes não iam querer pagar para divulgar seus estabelecimentos em algo que não ia ter comercialização, que não uma circular entre o povo.

Era um jornal que possuía um custo semelhante aos demais que circulavam na Província, com sua assinatura anual variando entre 12\$000 e 14\$000 Réis a depender se fosse para perto ou longe o envio. Uma característica interessante deste periódico é que ele não se limitava a divulgar apenas o que os liberais solicitavam, ou pelo menos houve uma exceção em se tratando do caso do *morticínio eleitoral*, quando publicaram na aba “Transcrição (a pedido)” a notícia intitulada “**Bárbaros assassinatos**” que havia sido enviada de Cajazeiras no dia 28 de agosto de 1872.

Em duas longas colunas, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo⁷⁹ replicou uma notícia que anteriormente havia enviado ao jornal *Despertador* da Paraíba. Descrita pelo solicitante como *um ato de inveja e raiva de João Pires*, por este não conseguir o apoio e intervenção do Pe. Leonardo Antunes Meira Henriques para com Heráclito Graça, então presidente da Província, após a *dissolução da Câmara dos Deputados*.

Antônio Joaquim Cartaxo, juiz no termo de Jardim na Província do Ceará, utilizou a ferramenta da intriga e difamação para manejar sua narrativa que nada tinha de *quadro deficiente, um reflexo pálido da realidade*, como ele afirmou ser nas primeiras linhas da notícia (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3).

Nos primeiros parágrafos de sua carta, o autor deixa claro que ele quer *denunciar ao país e ao governo os assassinatos, violências, opressão e vexames cometidos* em Cajazeiras (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3). Ou seja, para ele não se tratou apenas de um conflito de momento, pelo contrário, gerou um sentimento de opressão na população cajazeirense e tal afirmação se assemelha aos outros relatos aqui já discutidos sobre os sentimentos das pessoas a partir da tensão.

É interessante como Antônio Joaquim foi astucioso jogando com as palavras e os sentimentos em sua narrativa, como é possível observar no trecho a seguir: *Sinto não poder esboçar esses fatos com as cores de que devem ser revestidos, porque não julgo possível encontrar na natureza cores com que possa pintá-los* (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3). Ele estava o tempo todo evocando a profundidade do impacto gerado pelo *morticínio eleitoral*, uma vez que foi uma ocorrência tão violenta que ele não seria capaz de criar uma representação “fidedigna” com suas palavras. Sim, ele está apelando para o sentimentalismo e “esquecendo” que além de advogado da queixosa, também era irmão de uma das vítimas.

⁷⁹ É importante notar que em todas as vezes que Antônio Joaquim do Couto Cartaxo enviou algo aos jornais ele fez questão de assinar seu nome ao final das cartas, fato característico dele.

Seguindo em sua apresentação, ele relatou que sua *exposição ficará, pois, aquém da realidade; será um quadro deficiente, um reflexo pálido da realidade...* (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3). Antônio Joaquim foi insistente ao dizer que suas palavras não conseguiam dar conta do que realmente aconteceu, que aquilo tudo que ele viera a apresentar seria apenas uma pequena demonstração do que aconteceu em uma dimensão muito maior. Como advogado que era, ele sabia muito bem lidar com as palavras e como fazer com que algo realmente recebesse uma dimensão maior a partir de seus argumentos, por isso é que ele gerou essa tensão toda antes de iniciar sua apresentação da ocorrência do dia 18 de agosto de 1872.

Antônio Joaquim não poupava palavras de ordem moral e afetiva para descrever em todas as suas correspondências como deflagrou-se o *morticínio eleitoral* e quem eram os sujeitos adversários e, segundo ele, perigosos para a sociedade. Assim, ele começou a narrativa sobre os indiciados pela figura de João Pires Ferreira. A caracterização do alferes foi além dos aspectos políticos e tomou conta do seu perfil pessoal como sendo um conjunto de representação da desordem e barbárie. Nas palavras de Cartaxo, transcritas no *Pedro II, João Pires Ferreira era coberto de crimes, instintos perversos, que possui ao mesmo tempo todas as qualidades nocivas, e que tem tido sempre meios para escapar à ação da justiça criminal* (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3).

Embora Cartaxo tivesse ressaltado que João Pires conseguia escorregar entre os parâmetros da justiça, ele não aponta, por sua vez, quem o protegia. O foco frequentemente estava em desfigurar seu opositor mais próximo.

Esse procedimento de caracterizar o perfil de João Pires não foi utilizado de forma desinteressada. Os Couto Cartaxo tinham o interesse em dominar os espaços políticos para se mantivessem no domínio local e para alçar os altos cargos da Província. Então, ele usou do *morticínio eleitoral* que tirou a vida de seu irmão para construir uma “opinião pública” nos jornais sobre como procediam as eleições e até que ponto, na concepção dele, os agentes do Império estavam envolvidos com esse tipo de prática política, como foi o caso de João Torquato de Figueiredo, por exemplo.

Para Antônio Joaquim, o Tenente Torquato não passava de um *homem inexperiente, com precedentes vergonhosos, e altamente reprovados, de índole pernicioso [...]* e que *tornou-se ali vil joguete das paixões de João Pires*. (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3). Na fala do autor da carta, o companheiro de João Pires também não valia nada, talvez nem fosse capacitado para ocupar um cargo público e, por ser assim é que ele se

juntou com um homem de índole tenebrosa e fez terror em Cajazeiras. Entrelinhas, percebe-se que o advogado da queixosa quis denunciar também como estava funcionando os cargos públicos na Província da Paraíba do Norte – que tinha, na visão dele, homens inexperientes e de precedentes vergonhosos.

Não se contentando em caracterizar negativamente os indiciados, Antônio Joaquim apresentou uma narrativa emotiva sobre o momento inicial da tensão na manhã do dia 18 de agosto:

Logo que aqui chegaram pelas oito horas, cercaram a Igreja matriz. **Horror! Horror! Esta palavra terrível e compassiva soara por toda parte; ninguém se considerou seguro.** Os assassinos não guardavam reserva da missão, que aqui os trouxe a, e **espreitavam cuidadosamente as vítimas**, que mais tarde teriam de serem “mandadas” a milícia particular de Pires e de Torquato. **O desanimo apoderou-se dos habitantes desta vila. Que só se lembraram do que viveu quem pudera-se trancar-se em suas casas, outros não se julgando ainda assim seguros refugiaram-se nos matos**, e os menos temidos acompanharam o respeitável vigário, que foi celebrar missa na igreja da casa de caridade, distante desta vila setecentas braças (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3, grifo nosso).

Nota-se, portanto, que se tornou comum no discurso de Antônio Joaquim apelar para o pavor social. As palavras que ele usou talvez tivessem a intenção de tentar, mesmo que minimamente, fazer com que seu leitor revivesse aquele ocorrido e, assim, construísse uma “opinião pública” sobre o morticínio. Tal estratégia, além de ser oriunda de sua formação como bacharel, também deixa transparecer os joguetes da cultura política daquela época – uma vez que ele estava denunciando o terror que a sociedade estava vivenciando até mesmo pela parte dos agentes da Corte que deveriam proteger a sociedade dos criminosos. Nas entrelinhas de suas palavras, ele deixa escapar que os criminosos estavam instalados na institucionalidade da monarquia.

Antônio Joaquim Cartaxo fez questão de enfatizar ainda a participação de pessoas da sociedade cajazeirense que auxiliaram, por assim dizer, João Pires: *Faltando munição, Gonçalo José de Aquino, confidente de João Pires, e 1º suplente de delegado, fornecera-lhes pólvora e chumbo* (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3).

Após esse momento de caracterização das figuras envolvidas no *morticínio eleitoral*, o advogado da queixosa repete o percurso que teve o conflito, desde o encontro de João Cartaxo e João Pires até os acontecimentos do final do dia, em que diversas ruas e casas ficaram *cravejadas de balas*.

Antônio Joaquim finalizou sua carta enfatizando o seguinte: *Eu denuncio, pois, ante o Tribunal severo e imparcial do país os assassinos de meu irmão e de seus não menos infelizes companheiros. Se tais crimes ficarem impune, ai da segurança da sociedade, ai dos seus direitos sem abrigo e sem proteção...* (PEDRO II, SESSÃO: TRANSCRIÇÃO, N. 185, 29 SET. 1872, p. 3).

Ao promover o fato em outras localidades e na Corte, não era só o desejo de justiça que ecoava nas ideias de Couto Cartaxo. Minando a figura de seu adversário, ele procurava popularizar-se enquanto um bom nome político – por tal motivo é que ele não direciona os possíveis autores intelectuais do crime, porque eles poderiam ter força política para ajudá-lo a crescer na Província. Por isso, construiu estratégias discursivas que acionavam apelos e valores para a época. Isso nada mais é do que o acionamento de práticas que constituem o tecido histórico da cultura política daquele momento.

Quase que no virar do mês, em 3 de outubro de 1872, o jornal *Diário de Pernambuco* se encarregou de noticiar o caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. O periódico era ligado ao Partido Conservador e tinha como proprietário o Comendador Manoel Figueiroa de Faria & Filhos. Era um jornal de grandes proporções, tanto em âmbito estrutural, contendo oito páginas cada uma com seis colunas, como também no aspecto da difusão – uma vez que ele contava com coluna oficial, interior, movimento do Porto, editais, declarações, avisos marítimos, leilões, avisos diversos e literatura.

Funcionando na Rua Duque de Caxias, s/n, sua Tipografia era a do Diário ou Moranda e Companhia. Foi de lá que saiu a **edição nº 227** que publicou na sessão “Interior”, na capa do jornal, uma notícia intitulada “**Paraíba, 28 de setembro de 1872**”. Os editores iniciam a primeira coluna informando que estava havendo uma série de pleitos eleitorais, *as de 18 passado, correram, felizmente, na paz do senhor; constituindo só nesta Cajazeiras, de que adiante falarei, exceção a esta proposição* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).

Após fazer uma apresentação de como havia ocorrido as eleições na Província da Paraíba, a pessoa que escreveu informou que apenas em Cajazeiras o pleito não se deu com tranquilidade. A primeira fala foi direcionada ao enaltecimento do então presidente da Província da Paraíba do Norte, Heráclito Graça – *homem aliás de grande tino e perspicácia...* que apesar de saber que assassinos estavam à solta na Província, *aguardava-se para providenciar devidamente acerca disso, depois de findo todo o processo eleitoral na Província [...] porque*

qualquer movimento de força que se fizesse, seria imediatamente traduzido como plano eleitoral (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).

Percebe-se, com isso, que houve uma tentativa de justificar a ação do presidente em não procurar prender os criminosos da província porque supunha-se que ele temia que a elite que protegia os bandidos pudesse procurar incriminá-lo como alguém que estava perseguindo grupos políticos.

Além de falar do presidente da Província, a pessoa que escreveu sobre o caso fez questão de ressaltar os relevantes serviços do chefe de polícia interino Dr. Manoel Coelho Cintra Júnior: *considerou-se como manejo eleitoral a ida do Dr. Cintra para Piancó, onde incontestavelmente prestou relevantes serviços, conseguindo que não entrassem em operação as grandes forças que os partidos apresentaram no dia da eleição (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).* Isso mostra que não existia apenas uma versão acerca dos serviços do Dr. Cintra, os conservadores estavam atentos ao que se falava sobre seus partidários e eram dispostos a contestarem em seus jornais as narrativas produzidas pelos liberais na imprensa.

Encaminhando-se para o cenário do crime, foi narrado que haveria acordo entre o partido dos Francos e de João Pires:

Esse grupo, que se compunha dos Francos, e dos liberais Cartaxos Rolins e outros, cercou, na noite de 17 a matriz, e nesse estado permaneceu até a manhã seguinte, quando surgiu o grupo de João Pires, procurando assenhorar-se da mesma posição daquele. Nessa ocasião, que era prestes a começar o trabalho eleitoral, apareceu inesperadamente e pela rua paralela a um dos lados da matriz, uma porção de cavaleiros, em número, pouco mais ou menos, de sessenta, bem montados e armados, fazendo parte destes um dos membros da família Cartaxo, e, sem que sofresse a menor agressão, fez fogo contra os do grupo de João Pires; resultando disso caírem imediatamente mortos alguns, e outros, não poucos, feridos; dando-se a mesma coisa com os agressores, que, em continente, receberam uma descarga igual dos agredidos; não lhes valendo a presteza e agilidade, que desenvolveram no ato da volta imediata à descarga, que deram (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).

Aqui, pode-se perceber que existiu a evocação de uma terceira família no caso do morticínio, os Franco. Pelo que se pode entender, o acordo local havia sido entre os Franco e João Pires, estando de fora, portanto, João Cartaxo. Pois, o conflito deflagrou-se apenas após a chegada dele e seu bando nas imediações da igreja. Com tudo isso, apesar de entender que tratou de uma nova versão sobre os fatos, ela não põe em suspeição o relato das testemunhas que enfatizaram que o conflito havia sido entre João Cartaxo e João Pires.

A pessoa que escreveu a publicação também questionou como poderia ter culpa a administração provincial na eclosão do morticínio, como julgara a fala de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo.

Ao passo, porém, que desenvolvem eles toda sua atrabis, ainda que inconscientemente, por esse fato, contra o Exm. Sr. Dr. Graça, o Dr. Cartaxo, irmão do que nessa ocasião morreu, em um estirado artigo, que sobre isso acaba de publicar no *Despertador*, faz recair, e nem outra coisa era de esperar, a autoria desse morticínio sobre o grupo de João Pires; mas, a despeito da grande dor, em que, com justa razão, se acha mergulhado, não se atira à administração, como fez e continua a fazer o *Despertador*; não lhe faz por isso acusações, e nem a torna responsável por tais acontecimentos: pelo contrário os atribui a motivos particulares, declara que João Pires, apesar de muito recomendado para com ela, não lhe mereceu, todavia, aceitação alguma. De tudo isto, pois, conclui-se, e muito logicamente, ou que tal oposição é toda sistemática, ou que não estuda os fatos, ou não os compreende. Tanto em um, como em outro caso, não há critério (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).

Observa-se, no trecho acima, que houve o empenho em construir uma crítica em contraposição ao modo como o jornal *Despertador* permitiu que fossem propagadas críticas ao presidente da Província. Além disso, alegou-se que as palavras de Antônio Joaquim Cartaxo poderiam estar carregadas de excesso de sentimentalismo porque um dos mortos no conflito foi seu irmão, o que poderia, portanto, acabar oferecendo uma dimensão muito maior do conflito para o então advogado da queixosa – podendo fugir, inclusive, da realidade.

Por fim, o *Despertador* foi desqualificado pelo Diário de Pernambuco a partir de seus insensatos serviços políticos para com a sociedade e a administração da Paraíba. Na visão do jornal *Diário de Pernambuco*, o morticínio eleitoral em cajazeiras tratou-se de um conflito de origem exclusivamente em questão muito particulares e de família (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, SESSÃO: INTERIOR, N. 227, 3 OUT. 1872, p. 1).

No dia 6 de novembro de 1872, o jornal *A Reforma* voltou a apresentar informações sobre o morticínio eleitoral em Cajazeiras, em sua coluna “Províncias”. A **edição de nº 256** tratou de responder a **edição nº 71** do jornal *A Nação* e lançou, por sua vez, uma crítica a um dos editores do jornal, como se pode ler a seguir:

Aqui atribui-se a autoria desse asqueroso escrito ao conselheiro Diogo Velho, esse dandy escasquilhado, que deslumbrado com a posição que a corrupta política do 2º reinado lhe deu, fere a todos com despudor insigne, e procura inocentar aos vis instrumentos de que se serve, para montar sua danosa

influência na Província (A *REFORMA*, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 256, 6 NOV. 1872, p. 2).

Apesar de informar que não havia intenção de retrucar a edição do jornal da oposição, a pessoa que escreveu a correspondência já iniciou sua fala elencando uma crítica ao posicionamento de Diogo Velho, que, por sua vez, era parente de Manoel Coelho Cintra Junior. Disse mais que, o conselheiro só havia tecido tal narrativa com tamanho *despudor* porque ele se servia dos agentes corruptos que se criaram com a fracassada política do Segundo Reinado – com isso, tecendo uma crítica ao governo imperial e seu modo de fazer política, principalmente, na segunda metade do século XIX.

Por certo, acreditava-se que o Dr. Cintra possuía alguma influência, uma vez que alegou-se que:

O que o Sr. Diogo visa com a defesa do Sr. Cintra, nesta província, que ele chama longínqua, é arranjar-lhe uma vara de Direito, para dar-lhe pão que ele não tem, e nem pôde adquirir por sua incapacidade e gênio atrabiliário. Diz o Sr. Diogo, que Cintra tem servido bem os lugares de juiz municipal em diversas províncias. É muita imprudência! Cintra foi juiz municipal no Icó no Ceará donde saiu repellido por todos os partidos; esta é a verdade (A *REFORMA*, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 256, 6 NOV. 1872, p. 2).

Percebe-se, com isso, que além de subjugar a índole dos envolvidos com o crime, os editores do jornal *A Reforma* passaram a tecer um perfil sobre as pessoas que enviavam cartas para os jornais de oposição, como foi o caso de Diogo Velho. Entre os diferentes argumentos utilizados, percebeu-se o fio condutor das críticas construídas para a figura com o cenário político imperial, em que se via o declínio da monarquia e a fragilidade dos partidos Liberal e Conservador, principalmente em âmbito local.

Segundo a pessoa que escreveu, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo escreveu algumas cartas em *que escreve e queixa-se ele amargamente do procedimento do chefe de polícia interino Cintra, que procura por todos os meios inocentar os autores da carnificina do dia 18 de agosto, e desmoralizar os parentes das vítimas*. Declarou-se, portanto, que Dr. Cintra estava atuando em prol da defesa dos indiciados e que Dr. Cartaxo tinha a *convicção de que Cintra não obra por si só, mas por instruções do Sr. Graça* (A *REFORMA*, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 256, 6 NOV. 1872, p. 2).

Reforça-se, portanto, que o presidente da província da Paraíba estava sim envolvido com o caso, afirmação que não cabe a esta pesquisa julgar. Mas, faz-se necessário perceber como essas pessoas usaram os jornais para darem continuidade aos seus dilemas políticos,

tomando como pano de fundo o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Pois, por mais que o fato tenha sido discutido paulatinamente, quase sempre surgiram argumentos que ligaram o caso ao contexto político da época, às más ações dos agentes da Corte, aos interesses particulares – compondo, assim, uma cultura história da política e da imprensa naquele momento.

No dia 16 de novembro de 1872, o *Jornal do Recife* publicou em sua **edição nº 268** o título **“Cajazeiras, 19 de setembro de 1872 – O Sr. Dr. Chefe de Polícia Interino”**, na sessão “Publicações Solicitadas”, na página dois do periódico. Tendo José Vasconcelos como dono, sua assinatura poderia ser trimestral e custava entre 6\$000 e 6\$500 Réis a depender se era perto ou longe, e funcionava na Tipografia do Jornal do Recife localizada na Rua do Imperador, nº 77.

Esse jornal tinha uma vertente mais progressista, se comparado aos demais impressos que circularam na Província do Pernambuco naquela época. Quem pegasse ele para ler, entraria em contrato com vários tipos de informações, entre elas: Efemérides, instrução popular, folhetim, gazetilha, avisos, justiça, publicações solicitadas, editais, declarações, comércio, avisos marítimos, entre outros.

Foi justamente na aba de “publicações solicitadas” que Antônio Joaquim do Couto Cartaxo assinou mais uma publicação replicada do jornal *Despertador* direcionada ao ocorrido em Cajazeiras, na Província da Paraíba do Norte. A parte inicial da notícia tratou de criticar a relação de João Pires Ferreira e Manoel Coelho Cintra Junior que, como chefe de polícia interino *estendeu sua mão sedenta de ódio e vingança contra esta mísera vila [Cajazeiras no caso], onde, por sem proceder menos confessável, havia sido tão infeliz, quer como promotor, quer como advogado, depois demitido a bem do serviço público* (JORNAL DO RECIFE, SESSÃO: PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, N. 268, 16 NOV. 1872, p. 2).

Pela maneira como foi colocado, aparenta que o chefe de polícia mantinha uma conexão de apoio com o então sicário João Pires e que isso favoreceu, portanto, a ocorrência do morticínio eleitoral em Cajazeiras porque o Dr. Cintra nunca se dispôs a prender João Pires. Percebe-se, com isso, como as redes de sociabilidade funcionavam no sertão das províncias. Existiam acordos, parcerias, cumplicidades entre os homens institucionalizados e os bandidos, assassinos ou ex-institucionalizados que fortalecia os interesses e ações por eles planejadas.

Tais relações podem ser visualizadas também no fato de que *ninguém acreditara, por certo, que os autores do sanguinolento acontecimento do dia 18 de agosto, estando em comunicação direta com o Sr. Dr. Cintra, o tivessem levado a efeito, se porventura*

encontrassem de sua parte firme e decida repulem (JORNAL DO RECIFE, SESSÃO: PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, N. 268, 16 NOV. 1872, p. 2).

Essas conexões entre João Pires e as pessoas institucionalizadas é que propiciaram, por sua vez, a sequência de acontecimentos antes, durante e após o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras. Pois, a partir dessas redes de sociabilidade é que João Pires conseguiu juntar o bando de homens com o apoio de do Tenente João Torquato, na manhã do dia 18 de agosto João Pires também conseguiu apoio de moradores de Cajazeiras para fornecerem-lhe pólvora e chumbo, e pós-conflito a polícia ainda demorou mais ou menos uma semana para dar início às investigações, o que acabou facilitando para que João Pires e seu bando não fosse caçado logo em seguida.

Várias redes de apoio foram acionadas e serviram ao conflito, estando, por assim dizer, envolvidas direto e indiretamente com o conflito: *Analise-se o procedimento do Sr. Dr. Cintra, não só antes como depois do acontecimento de 18, e ver-se-á transparecer o complicado labirinto, que sua política tortuosa e cheia de embustes percorrerá para chegar a resultados inconfessáveis (JORNAL DO RECIFE, SESSÃO: PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, N. 268, 16 NOV. 1872, p. 2).*

Era do feitio de Antônio Joaquim Cartaxo apresentar repetidas vezes o cenário em que foi deflagrado o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, porém, até aquele dia ele ainda não havia mencionado diretamente um possível mandante do crime, como fez na reprodução do *Jornal do Recife*².

Efetivamente o positivo chegara em a noite do 17 na povoação de Piranhas, e, algumas horas depois, João Pires e João Torquato, comandando quatrocentos homens, mais ou menos, entre eles onze criminosos conhecidos, se puseram a marcha forçada para esta vila, onde aquele **chamara em particular a Manoel Rodrigues de Mello, membro proeminente do partido liberal, e dissera-lhe por diversas vezes ‘Manoel, tu não apareces na eleição, do contrário sofres, pois tenho ordem do chefe de polícia para vir fazer aqui a eleição.’** Isto mesmo depusera Manoel Rodrigues (*JORNAL DO RECIFE, SESSÃO: PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, N. 268, 16 NOV. 1872, p. 2, grifo nosso*).

Percebe-se aqui que Dr. Cartaxo começou a utilizar as falas coletadas durante os testemunhos no Poder Judiciário para fundamentar suas denúncias contra João Pires, João Torquato e, a partir daquele momento, Manoel Coelho Cintra Júnior. Ele não propagava mais a notícia supondo os possíveis autores intelectuais do crime e acarretando a culpa apenas para os executores.

Longe disso, o Poder Judiciário possibilitou que ele fosse mais longe na incriminação de todos os autores e que também tivesse base para criticar os modos como as instituições estavam organizadas e como eram escolhidos os agentes do governo – muitas vezes pessoas de má índole como foi o caso de Dr. Cintra. Mas fica a questão: por que homens como Dr. Cintra ainda eram aceitos no poder público?

Acredita-se, portanto, na ideia de que esses homens de índole criminosa recebiam cargos públicos nos sertões das províncias, como foi o caso de Dr. Cintra em Cajazeiras para auxiliar o governo provincial no controle das eleições mais distantes do litoral. No entanto, esses indivíduos eram possuidores de interesses múltiplos e nem sempre ficavam debaixo das ordens do presidente.

Muitos deles mantinham redes de sociabilidades com grupos da elite local e conduziam suas práticas políticas sob os interesses dessas redes de poder local, indo, por sua vez, contra as diretrizes iniciais do governo que lhe concedera o cargo e promovendo uma cultura política com práticas de controle invertido, no sentido sertão-litoral, como foi o caso em Cajazeiras.

No dia 14 de fevereiro de 1873, o jornal *A Reforma* voltou a falar sobre o morticínio eleitoral em Cajazeiras, na sua **edição nº 36** com o título “**Administração do Sr. Dr. H. Graça**”, na página 3. Diferente das edições já abordadas até aqui, o ocorrido em Cajazeiras não aparece como ponto central da discussão, mas sim como algo dentro de um contexto maior que foi, por sua vez, a administração do Heráclito Graça.

Nesse contexto, o caso em Cajazeiras apareceu entre uma série de conflitos eleitorais promovidos outrora pelos mandos de Heráclito Graça. Na publicação, foi relatado que João Pires e João Torquato, em encontro com o presidente no mês de julho, receberam *as instruções precisas, que foram ratificadas, em 9 de agosto, pelo Sr. Cintra (A REFORMA, SESSÃO: PARTE NÃO EDITORIAL, N. 36, 14 FEV. 1873, p. 3).*

Nota-se, portanto, que o Heráclito Graça acabou sendo apontado nas páginas do jornal *A Reforma* como o autor intelectual do crime político cometido em Cajazeiras – e que isso não foi, por sua vez, um caso isolado na província.

No entanto, apesar de se constituir como um entre os diversos casos de interferência política da administração provincial nos pleitos eleitorais, é possível perceber duas nuances: a primeira diz respeito ao movimento feito pelos liberais, nas primeiras narrativas apontavam o governo imperial como o único responsável pelas eleições sangrentas, e, no início de 1873, eles já começaram a esmiuçar na imprensa as fragilidades do governo provincial e atribuir à má administração de Heráclito Graça a culpa de tensões como a que ocorreu no alto sertão; em

segundo, apesar de ter sido um caso “isolado”, o poder de difusão do acontecimento pelos liberais foi muito intensa e demonstrou, com isso, a influência que o Partido Liberal exercia mesmo estando sob o julgo dos conservadores – e a imprensa foi um instrumento fundamental nessa prática política.

Teria ocorrido alguma desavença maior nesse meio tempo entre os liberais e Heráclito para que ele se tornasse um algo mais latente aos olhos dos que “queriam” justiça em torno do caso do *morticínio eleitoral*?

4.3 EPITETOS INJURIOSOS E INFAMES: AS TORPEZAS IMAGINÁVEIS EM TORNO DO MORTICÍNIO ELEITORAL

Na **edição nº 37**, do dia 15 de fevereiro de 1873, o jornal *A Reforma* deu espaço para que Antônio Joaquim Cartaxo finalizasse a discussão de sua carta. Na ocasião, ele afirmou que *os criminosos contam com a proteção do governo provincial, que, como o vampiro, traz a máscara no rosto e mentiras nas verdades: e com a indiferença do governo geral* (*A REFORMA*, SESSÃO: PARTE NÃO EDITORIAL, N. 37, 15 FEV. 1873, p. 3).

Portanto, o mês de fevereiro de 1873 foi caracterizado pela denúncia pública que o Sr. Heráclito Graça foi o autor intelectual do crime em Cajazeiras e que ele fazia uso das instituições pública e seu poder sobre elas para contratar criminosos para compor sua milícia privada no interior da Província da Paraíba.

Na **edição nº 13** do dia 17 de janeiro de 1874, o jornal *A Reforma* publicou mais um título sobre a os problemas administrativos e políticos da Província da Paraíba, “**Paraíba (05/11/1874)**”. Sendo uma coluna extensa, o debate iniciou falando sobre o *estado de degradação política e administrativa da província* (*A REFORMA*, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 13, 17 JAN. 1874, p. 2). Ficou evidente que os liberais da Corte estavam muito incomodados com a maneira como os presidentes de província escolhidos pelo Poder Imperial estavam procedendo na Província da Paraíba do Norte.

Os fatos políticos e, principalmente, aqueles que envolviam eleições turbulentas, serviam como instrumento para a proposição de críticas à administração da Província. Como o caso do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras parecia não ter finitude nas palavras dos liberais, eles começaram a noticiar, por conta da complicada administração dos conservadores em não ter prendido João Pires e seu bando, que eles seguiam impunes e matando outras pessoas na Província da Paraíba: *a causa do atentado de João Pires e seus sequazes contra a vida do Sr. Barreto, e a morte e ferimentos graves em um sargento de polícia e um soldado do mesmo*

corpo, no dia 11 de novembro em Santa Fé, insinua que aquele ex-subdelegado matara, em diligência, o assassino Miguel Barbosa (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 13, 17 JAN. 1874, p. 2).

A partir da fala acima, percebe-se que apenas há pouco mais de 1 ano depois do conflito em Cajazeiras é que começaram a delinear um desfecho para alguns dos envolvidos com o *morticínio eleitoral* – como foi o caso do indiciado Miguel Barbosa, suspeito de ter tirado a vida de João Cartaxo na manhã do dia 18 de agosto de 1872, que foi morto em 11 de novembro de 1873 por um subdelegado chamado Barreto. Eis a questão: a morte de Miguel Barbosa se deu de forma institucionalizada, a mando da administração da Província ou teria sido vingança dos Cartaxo?

O que se sabe é que a partir desse conflito João Pires acabou precisando de algum advogado que o defendesse de tantas acusações. No entanto, não fica claro se ele chegou a ser detido ou não. O então presidente da Província, o Sr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha⁸⁰, tentou apresentar um perfil positivo sobre João Pires, enaltecendo seus feitos em um artigo para um jornal chamado “da presidência”. Para Silvino, João Pires era *mui distinto conservador* e os liberais estavam *pondo-lhe epítetos injuriosos e infames, que não só repelem a moralidade e a decência como o caráter deste amigo (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 13, 17 JAN. 1874, p. 2).*

Nota-se que houve um esforço por parte do Sr. Silvino de dizer que João Pires possuía honra e que ele estava sendo injustiçado por crimes que não havia, portanto, cometido. Não parando por aí, Silvino fez questão de dizer João Pires era um *político lidador incansável, porém de tino condescendente e moralizado [...] por fim, ele fala que a estadia neste termo (Misericórdia) do alferes João Pires não é ignorada por ninguém, nem pelos adeptos do Despertador [...] [que tem tirado de si] a carga pesada que gratuita e injustamente lhe botaram (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 13, 17 JAN. 1874, p. 2).*

Com isso, observa-se que Silvino tentou fazer uma crítica à prática política do jornal *Despertador* da Paraíba, que julgou João Pires como um assassino, mas que, na visão de Silvino, tal julgo era, na realidade, do próprio jornal. Finalizando a transcrição dos trechos do artigo de Silvino, a pessoa que escreveu para o jornal *A Reforma* enfatizou o envolvimento do governo provincial com a figura de João Pires, afirmando o seguinte: *A solidariedade do atual*

⁸⁰ Silvino Elvídio Carneiro da Cunha era ligado ao Partido Conservador e foi presidente da Província da Paraíba três vezes, sendo o primeiro mandato de 16 de abril de 1869 a 11 de junho do mesmo ano, o segundo mandato de 17 de outubro de 1873 a 10 de abril de 1876 e o último mandato de 17 de fevereiro de 1889 a 22 de junho do corrente ano.

presidente Sr. Silvino com os assassinos, evidencia-se do fato de serem eles defendidos no jornal oficial, de sua privativa direção; quem não quiser ver que não veja (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 13, 17 JAN. 1874, p. 2).

É nítido que a crítica não era mais, necessariamente, direcionada ao João Pires. Mais uma vez o personagem do conflito em Cajazeiras foi usado pelos liberais para atacar o presidente da Província, Silvino Carneiro da Cunha, do mesmo modo como Heráclito Graça, também conservador, foi acusado pelos liberais em 1872. Não se tratava mais de discutir, por sua vez, a questão do *morticínio eleitoral*, mas sim, como os sujeitos envolvidos nele serviram como sicários dos políticos do Partido Conservador na Paraíba.

Em 7 de março de 1874, o mesmo jornal voltou a discutir sobre o *morticínio eleitoral* em sua **edição nº 51**. Naquele dia, foi publicado duas notícias acerca do caso, a primeira intitulada “**Paraíba (24/02/1874)**”. Na oportunidade, o remetente anônimo enviou uma correspondência à sessão “Províncias”.

Após falar da crise financeira que a Província da Paraíba enfrentava, o remetente logo mencionou que havia recebido *provas da criminoso proteção do atual presidente, Sr. Silvino Elvídio, ao famigerado sicário João Pires Ferreira (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 2)*. Mais uma vez é alegado nos jornais de cunho liberal que João Pires era protegido pelos presidentes que passavam pela administração da Província da Paraíba – o que demonstra, por sua vez, que as relações de poder que o sicário mantinha com o grupo político conservador na Paraíba era mais ampla do que se imaginava, pois não se limitava ao âmbito local (no sertão).

O jornal alegou ainda que o presidente Silvino Carneiro da Cunha fez uso de sua influência na administração para conseguir a *inocentação do assassino João Pires, no bárbaro morticínio de 18 de agosto, na vila de Cajazeiras (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 2)*. O elemento que se ressalta aqui não é mais, necessariamente, o conflito de Cajazeiras em si, mas que os desdobramentos dele foram capazes de revelar redes relacionais que existiam e serviam como sustentáculo político naquela época em âmbito provincial. Não é um desejo por justiça que veio ao caso nessas publicações do jornal *A Reforma*, e sim, a necessidade de descortinar a maneira como se alcançava cargos políticos naquele momento e quem ajudava na manutenção disso.

Nesse caso, o presidente Silvino Carneiro da Cunha escreveu ao Dr. José Paulino de Figueiredo, juiz de Direito da comarca, ao Dr. Fonseca, e outros, exigindo a absolvição do

perverso João Pires, mostrando conivência política deste ato (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 2).

Os dois trechos que antecedem este parágrafo lembram que o teatro do poder e da autoridade era, por sua vez, permeado por diferentes tipos de relações que o legitimava. Assim, percebe-se que no Poder Judiciário da época não existia apenas duas possibilidades – aceitar a repressão ou se revoltar contra o sistema –, era possível também que os grupos envolvidos manipulassem os ditames legais, como foi o caso da tentativa de manipulação realizada por Silvino Carneiro da Cunha (CARNEIRO, 2019).

O remetente da carta ainda noticiou que João Pires e o presidente Silvino Carneiro da Cunha denunciaram *o ilustrado, Dr. Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, sua venerada mãe, pela morte do célebre criminoso de morte Miguel Barbosa, do séquito de João Pires, feita em ato de resistência (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 2).* Nota-se, portanto, que apesar de estar sendo incriminado e bombardeado pela imprensa, João Pires não se manteve inerte quando mataram um de seus parceiros.

Ele fez uso da mesma imprensa que o acusava para tentar incriminar a família Couto Cartaxo, nas pessoas de Antônio Joaquim e sua mãe, dona Ana Josefa de Jesus. Isso demonstra que a imprensa não tinha, obrigatoriamente, um lado na história do *morticínio eleitoral* – ela queria saber se estava sendo palco para os debates que tanto movimentaram a sociedade da Província da Paraíba naquela época.

Na mesma edição, foi publicado um segundo título **“O presidente da Paraíba, João Pires e seus sicários (Cajazeiras, 10 de janeiro de 1874)”**, na sessão “Parte não editorial”. Assinado por Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, a correspondência esteve direcionada inicialmente, em forma de crítica, ao então presidente Silvino Carneiro da Cunha.

Esse sistema de ferro, que nulificava a nobreza individual e os estímulos da dignidade; esse sorriso de benevolência, tanto mais merecido, quanto mais servilmente cobiçado, e em busca do qual devia muitas vezes o pretendente rastejar a maior parte de sua vida, o vejo restabelecido em minha província na pessoa do Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, seu atual presidente. Dizer que S. Ex. o Sr. Dr. Silvino não está na altura de administrar a província, onde nascera e é chefe de um partido retalhado, e que conta em seu seio diversos criminosos e salteadores, erigidos em cabecilhas nas localidades de sua residência, é repetir o que está na consciência, senão nos lábios de todos os que o conhecem de perto (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 3).

Lendo o pronunciamento acima, é possível perceber a preocupação do Dr. Cartaxo em ressaltar publicamente que Silvino Elvídio Carneiro da Cunha não servia para ocupar o cargo

mais importante na administração da Província, tanto porque ele não cumpria com os requisitos morais como também não possuía capacidade política para tal feitura.

Para isso, Dr. Cartaxo iniciou um engenhoso trabalho de criação da imagem de Silvino Carneiro da Cunha que se fixaria não só na história do *morticínio eleitoral* ocorrido em Cajazeiras, mas por todo o Império do Brasil. Utilizando frases como *a lei seja violada*, ou então que *a província estremeça em suas bases à mingua de garantias*, e que o presidente era alguém *parcialíssimo e até perigoso* – foi que assim que Joaquim Antônio do Couto Cartaxo firmou sua frente de oposição na província contra o Partido Conservador (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 3).

A imagem negativa de Silvino Carneiro da Cunha servia, por assim dizer, como uma eficiente propaganda política (LUSTOSA, 2002). Se, antes, o empenho de Dr. Cartaxo estava direcionado à perseguição dos executores do *morticínio eleitoral*, com o passar dos anos, o caso ocorrido em Cajazeiras tornou-se a ser apenas uma das motivações de sua missão maior, que era combater os adversários políticos que administravam a Província naquele momento. Não existia, portanto, benevolência por parte do Dr. Cartaxo ao se dirigir aos que estavam em posições oficiais, como foi o caso do presidente da Província – ele procurou *arrasar tudo o que o patronato havia edificado como durável* (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 3).

Para a constituição de uma oposição eficiente, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo apelou para o campo simbólico por meio da tentativa de criação de uma “opinião pública” que intervisse diretamente na vida pública e nas instituições. Sendo assim, para que sua voz fosse ouvida e ganhasse existência (leia-se também notoriedade) perante a sociedade, ele se aproximou cada vez mais do Partido Liberal e passou a construir narrativas que vislumbravam o contraste entre as administrações dos liberais e as dos conservadores na Paraíba. Sua narrativa passou a adquirir, portanto, uma função politicamente relevante (MOREL; BARROS, 2003; HABERMAS, 2014).

Por fim, Dr. Cartaxo encerrou sua explanação fazendo um comparativo entre o tratamento dado pelo Governo do Brasil à João Pires e o tratamento dado pelo Governo argentino ao bandido nomeadamente conhecido por Santos Guyama. Segundo Cartaxo, ele se recordou de ter lido *uma correspondência de Buenos Aires para o Jornal do Comércio [...]* que informava que *Guyama roubava a mão armada, atacava povoações com seus sicários e depois procurou se refugiar no Chile* (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 3).

Para ele, Guyama era um terror para a Argentina assim como João Pires era para o Brasil. No entanto, na perspectiva de Dr. Cartaxo:

O governo argentino tolerava Guyama para ter o pretexto de impedir por meio da força pública a livre manifestação de seus concidadãos em eleições : o governo brasileiro, porém, conserva Pires para ele próprio aterrar os seus adversários, e aqueles que caem traspassados por tiros certos de seus sicários, ele chama de *imprudentes*, como dizia o Dr. Heráclito Graça com meu irmão : o governo argentino, se tolerava Guyama, não o protegia; o governo brasileiro, porém, protege ostensiva e escandalosamente Pires à ponto de demitir o agente do poder público, que movido por sua própria dignidade o persegue... (A REFORMA, SESSÃO: PROVÍNCIAS, N. 51, 7 MAR. 1874, p. 3).

Por tudo o que foi lido, é possível compreender que o jogo político promovido por Joaquim Antônio do Couto Cartaxo não poupou ninguém que, direto ou indiretamente, estava envolvido com a política e administração imperial e provincial naquele momento. Se, no ano de 1872, suas cartas enviadas aos jornais estavam mais tímidas e focando apenas nos executores do *morticínio eleitoral*, a partir de 1873, ele começou a tecer uma crítica sobre as práticas de cultura política que serviam de sustentáculo de poder do Partido Conservador na Província da Paraíba.

E, não se contentando com tal feito, ele estendeu sua prática política de construção de uma nova “opinião pública” sobre o governo imperial fazendo um comparativo do modo como a Argentina e o Brasil tratavam seus criminosos políticos para que a sociedade que compunha o Brasil Imperial pudesse, de alguma forma, se inquietar diante da política praticada pelos agentes do monarca D. Pedro II.

No dia 25 de novembro de 1875, em sua **edição nº 93**, o jornal *Cearense* publicou na sessão “Noticiário ‘Ministério da Justiça’” a informação de que foi nomeado juiz de direito para a Comarca de Cajazeiras, na Paraíba, o Sr. Francisco José de Meira – conhecido na Província da Paraíba por ser sobrinho do Padre Leonardo Meira ligado ao Partido Conservador.

No dia 18 de abril de 1876, em sua **edição nº 84**, o jornal *A Reforma* circulou no Rio de Janeiro a notícia intitulada “**Paraíba do Norte, (04/04/1876)**”. Na ocasião, fora apresentado uma correspondência anônima que discutia os trâmites judiciais do *morticínio eleitoral* em Cajazeiras.

O remetente informou que o *juiz de direito da Comarca, Francisco José Meira, ultimamente nomeado pelo Sr. Diogo Velho, foi mandado expressamente para absorver João Pires, e o conseguiu, usando de todas as torpezas imagináveis* (A REFORMA, SESSÃO:

CORRESPONDÊNCIAS, N. 84, 18 ABR. 1876, p. 2). Observa-se, portanto, que foi denunciado mais uma prática patrimonialista difundida pelos conservadores em nome da suposta impunidade de João Pires.

Pela informação concedida pelo remetente da carta, a nomeação do juiz Francisco Meira para o caso foi algo proposital e que ele *fez uma revisão do júri proposital (A REFORMA, SESSÃO: CORRESPONDÊNCIAS, N. 84, 18 ABR. 1876, p. 2)*. Sem partilhar totalmente da noção weberiana de patrimonialismo, acredita-se nesta pesquisa que práticas patrimonialistas compunham a cultura história e política dos grupos governistas da Província da Paraíba durante a década de mil oitocentos e setenta em seus correntes anos.

Em 19 de março de 1877, circulou em Recife a **edição nº 2500** do jornal *A Província*, filiado ao Partido Liberal. Em sua capa, ele apresentou o título “**Morticínio em Cajazeiras**”, escrito na sessão “Crônicas” que transcrevia telegramas. Na matéria, foi dito que Antônio Joaquim do Couto Cartaxo estava entregando folhetos impressos em que apresentava um histórico da trama que eclodiu no dia 18 de agosto do ano de 1872.

Nesses impressos, Dr. Cartaxo denunciava a absolvição de João Pires Ferreira por *8 votos contra 4, pelo júri de Cajazeiras, havendo apelação desta decisão para o Tribunal da Relação (A PROVÍNCIA, SESSÃO: CRÔNICAS, N. 2500, 19 MAR. 1877, p. 1)*. Com o trecho mencionado, entende-se que o Poder Judiciário local havia tomado parcialidade no caso do *morticínio eleitoral* favorecendo João Pires, e que por isso, havia perdido sua credibilidade perante os conservadores, que, em tese, buscavam “justiça”.

O remetente afirmou que *felizmente temos a registrar que, na sua sessão de sexta-feira, o Tribunal da Relação por unanimidade de votos, mandou submetê-lo a novo julgamento, no qual, por certo, o audaz assassino, que à custa de terrores e de assaltos à lei, obteve a primeira absolvição (A PROVÍNCIA, SESSÃO: CRÔNICAS, N. 2500, 19 MAR. 1877, p. 1)*.

O mencionado trecho relevou que além dos argumentos jurídicos, a emoção mais uma vez se fez presente na tentativa de evocar no público a construção de uma “opinião pública” que reiterasse o papel infame de João Pires e dos empregados públicos ligados ao Partido Conservador – sendo, por sua vez, um dos principais instrumentos da cultura política daquela época.

Pelo que foi discutido até aqui, percebe-se que as narrativas para além dos fatos trataram de criticar e desqualificar os personagens envolvidos na trama do conflito em Cajazeiras e como eles serviam ao (des)governo político exercido pelos agentes da Corte. Tais desqualificações serviram, principalmente, para organizar uma “opinião pública” que não seria direcionada,

necessário e unicamente ao ocorrido em Cajazeiras, envolveu o acontecimento do dia 18 de agosto numa rede maior da trama política imperial. As desqualificações e qualificações, por assim dizer, serviram não como uma mera representação para além dos “fatos”, mas também como um outro jeito de visualizar os modos como procedia-se as eleições no Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil oitocentista, a política esteve muito presente no cotidiano social e econômico quase que de forma dissociada. O lugar da política era visto, ora como lugar de ascensão social e, outrora, como meio de sustentação do poder de grupos das elites locais e provinciais. Com o avanço das transformações sociais, principalmente, nos lugares mais distantes do litoral das províncias, houve o que se considera, aqui, o início de uma transformação de um *status quo* que antes se sobressaía apenas pelo poder dos grandes donos de terras.

A partir da segunda metade do século XIX, essa potência rural foi se enfraquecendo – em termos de *status quo* – e os lugares na política foram se tornando cada vez mais cobiçados pelas elites que viam na política e na administração um caminho para manter seu poder de influência no espaço em que estavam inseridas.

Sendo assim, percebe-se que em todo o Império do Brasil as eleições se tornaram, na maioria das vezes, um problema – fosse por conta das fraudes ou da violência. Foi então que ocorreram diferentes reformas políticas e administrativas como, por exemplo, alguns aspectos relativos à cidadania. Ou seja, quem poderia ter o direito ao voto. No entanto, apesar dessa questão ter sofrido alterações por meio de legislação ordinária, por todo o Segundo Reinado o direito ao voto continuou sendo limitado a uma parcela limitada da população – ficando evidente, por meio disso, a diferença entre cidadania civil e cidadania política.

O cidadão político era, por assim dizer, o homem “de bem”, o que era letrado e possuía conhecimento necessário para “avaliar” o governo e votar de forma “correta”. Na teoria, era assim. Todavia, na prática sabe-se que um dos maiores mecanismos que movimentou as eleições nas Províncias foi o clientelismo, no entanto, também existiram as redes apoio e os acordos entre as facções com a conivência dos agentes do governo provincial e, até mesmo, imperial.

Nesse processo de disputas por quem ocuparia as cadeiras políticas nas vilas e províncias se tornou cada vez mais acentuados os conflitos entre os grupos de elite local, entre a elite local e os chefes de província e até mesmo entre os grupos de elite locais com os representantes políticos do Império, ou seja, deputados e senadores.

Foi no seio desse cenário que orquestraram o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, no dia 18 de agosto de 1872. No entanto, a partir desta pesquisa, constatou-se que ele não foi algo que eclodiu da noite para o dia. Houve, inicialmente, uma estrutura social, econômica e

administrativa que favoreceu o desencadear desse acontecimento que tomou proporções por todo o Império do Brasil.

Assim, foi possível perceber que a ramificação familiar dos Couto Cartaxo teve, desde o início da formação de Cajazeiras, uma intensa influência sobre o modo como a vila e depois município passou a se organizar. Por tal motivo é que se tornou possível, por exemplo, compreender o respeito e a boa visão que os cajazeirenses tinham sobre as pessoas da família Cartaxo.

A partir dos dados analisados pelo inventário *post-mortem* de Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (Pai), ficou compreensível também que no Segundo Reinado eles possuíam uma relevante notabilidade econômica em Cajazeiras, tendo casas, bens semoventes, escravizados, entre outros bens que referendavam o lugar social da família em Cajazeiras e freguesias vizinhas. Mas, apesar da herança deixada pelo patriarca da família em fins da década de 1850, os filhos não se esquivaram da busca pela vida pública principalmente a partir da década de 1870.

Naquele momento, de acordo com os dados coletados e analisados no Recenseamento do Brasil em 1872, pôde-se compreender que Cajazeiras era um município que tinha em escravizada inferior às freguesias vizinhas, como por exemplo Sousa, Pombal e Catolé do Rocha. O grau de homens e mulheres livres em estado de analfabetismo era muito grande e a parcela da população livre que frequentava a escola de Padre Rolim era pequena – o que leva a crer que a escolarização promovida pelo vigário era voltada para os grupos da elite. Isso põe em suspeição o jargão reproduzido ao longo dos anos de que “Cajazeiras foi a cidade que ensinou a Paraíba a ler” – quem aprendeu a ler e escrever naquele momento foram os meninos provenientes de famílias abastadas, à essa camada da população a alfabetização eram algo possível.

Outro fator interessante que foi descortinado nesta pesquisa foi a relação das profissões que existiam na sociedade cajazeirense naquele momento. As profissões que mais se destacaram no Senso de 1872 foram as profissões liberais, como artistas e empregados públicos; as profissões manuais, como foi o caso das costureiras; as profissões agrícolas, como os lavradores que naquele momento também poderiam ser os proprietários de terras e agricultores; e, por fim, o serviço doméstico assalariado.

Diante disso, foi possível constatar que apesar de Cajazeiras ser um município recém-emancipado, sua população estava interagindo com os diferentes tipos de profissões e isso fez

com que a localidade se destacasse em âmbito social na Província, porque nem todas as freguesias possuíram a mesma desenvoltura econômica e social como ela.

Quando pensado, no entanto, o aspecto da política, Cajazeiras não se diferenciava muito de outras freguesias em províncias vizinhas, como foi o caso de suas semelhanças com as práticas políticas ocorridas em Icó e Vila da Telha, no Ceará. A tensão política ocorrida em Cajazeiras, na manhã de domingo do dia 18 de agosto de 1872, inseriu o município no cenário das chamadas *hecatombes políticas*, ou seja, os conflitos sangrentos que conturbaram e até mesmo cancelaram pleitos eleitorais por todo o Império do Brasil.

Ao ser comparado com as tensões ocorridas no Ceará, no mesmo ano, percebeu-se que a violência foi o tipo de prática política que conectou esses acontecimentos, fazendo com que as eleições no Segundo Reinado partilhassem de uma cultura política interprovincial. Pois, os mesmos métodos de paralisação dos pleitos eleitorais encontrados nos conflitos no Ceará, também foram percebidos na disputa sangrenta em Cajazeiras. Além disso, localizou-se a incidência de personagens de facções criminosas do Ceará atuando no *morticínio eleitoral* ocorrido no então município de Cajazeiras.

A participação desses grupos de outras províncias – como foi o caso de pessoas do Icó e de Russas – na tensão ocorrida em Cajazeiras mostrou que a cultura política daquela época também era baseada em redes de sociabilidade que atuavam ora por interesses e, outrora, por solidariedade – o que não quer dizer que essa solidariedade fosse desprovida de anseios pessoais ou de grupos políticos.

Analisando o processo-crime que foi instaurado no mês de setembro de 1872, foi possível perceber que essas solidariedades existiram em diferentes momentos que circunscreveram o caso. Antes mesmo do dia do conflito, agentes da Guarda Nacional reuniram homens para acompanhar João Pires em seu objetivo em Cajazeiras; meses antes da tensão, o sicário João Pires encontrou com o então presidente da Província que acertou detalhes sobre as eleições no sertão, incluindo a de renovação do quadro de vereadores da Câmara de Cajazeiras; pessoas da sociedade cajazeirense, como, por exemplo, negociantes, auxiliaram João Pires e João Torquato com mantimentos, vestes e munições para eles e seu bando no dia 18 de agosto; durante os relatos das testemunhas, também ficou evidente que suas narrativas muitas vezes estavam pautadas em solidariedade para com os grupos envolvidos no conflitos; e, além de tudo isso, ainda houve por parte do Poder Judiciário a conivência com a conturbação das inquirições, durante o desenvolvimento do processo, demonstrando, por assim dizer, a parcialidade do poder público com o grupo filiado ao Partido Conservador.

Tudo isso demonstrou que a solidariedade foi outra prática política instituída a partir das redes de sociabilidade, fundamentando-se, portanto, como mais um pilar da cultura política local naquele momento. A produção dessas informações serviu também para o desencadeamento de “opiniões públicas” sobre o *morticínio eleitoral* em Cajazeiras.

Ao analisar os jornais que circularam nas províncias do Ceará, Pernambuco e na Corte, percebeu-se emblemas que ajudaram o caso ocorrido em Cajazeiras a se popularizar por todo o Império do Brasil. Primeiro que o mecanismo mais utilizado nesse processo de popularização foi o envio de cartas aos jornais, fossem eles da situação ou oposição partidária. O homem que mais se empenhou nesse procedimento foi o irmão de uma das vítimas, que, por sua vez, era um advogado e político aspirante, chamado Antônio Joaquim do Couto Cartaxo (mais conhecido por Dr. Cartaxo).

Ele fez contato com diversos jornais que circularam pelas províncias e narrou o ocorrido, ora com tons de quem detinha a “verdade” acerca do conflito, outrora como um irmão carregado de sentimentalismo e, na maioria das vezes, como alguém que estava mais interessado em insultar o cenário das eleições desencadeado pelos agentes da Corte e respaldado pelo governo provincial.

Além dele, foram enviadas diversas cartas anônimas e outras assinadas de forma geral, sem nominar os remetentes. Nesses documentos continham mensagem que supervalorizavam a dimensão trágica do conflito, dando detalhes do crime como se fosse possível reviver o cenário. Outro aspecto de popularização muito presente foi a caracterização negativa e positiva dos personagens envolvidos na trama, tanto em âmbito pessoal como também a condição de pessoa pública desses indivíduos.

Faz-se necessário ressaltar também o modo como os jornais de filiação liberal e conservadora se movimentaram nesse jogo de poder, tentando resguardar a figura de seus personagens favoritos. Tal fato foi percebido quando os editoriais passaram a responder cartas publicadas pelos jornais de oposição. Apesar de ser uma característica desses impressos naquela época, perceber que jornais da Corte se dedicaram a esse feito com relação ao *morticínio eleitoral* em Cajazeiras, mostrou que as práticas políticas difundidas pelos jornais não viam a Corte como o único fomentador da cultura política daquela época.

E, um quarto fator entre os considerados mais relevantes foi o modo como conseguiram inserir a tensão conflitada em Cajazeiras como sendo um pano de fundo “fiel” às práticas políticas sangrentas promovidas pelos agentes da Corte no interior das províncias. Apesar de entender, desde o início, que o fato ocorrido em Cajazeiras de nada tinha de localizado, perceber

a destreza com que a “opinião pública” criou representações que difundiram o caso para além dos “fatos” exemplifica a noção de que a política imperial e as eleições não se constituíam apenas ou sumariamente no Rio de Janeiro, conforme a historiografia clássica muitas vezes abordou.

Por tudo o que foi discutido e problematizado até aqui, defende-se a perspectiva de que a hipótese inicial desta pesquisa se confirmou, uma vez que as representações construídas para além dos “fatos” demonstraram que não houve, necessariamente, uma “verdade” ou “ficção”, e sim, construções narrativas que ora foram promovidas por meio das redes de sociabilidades, e, outrora, basearam-se nos interesses políticos dos personagens daquela época.

É neste aspecto que esta pesquisa produziu uma importante contribuição historiográfica, uma vez que não apenas descortinou e problematizou um fato político no Brasil oitocentista, mas, principalmente, ajudou a evidenciar que as eleições daquele período não eram definidas pela Corte e que a cultura e o jeito de fazer política em Cajazeiras, no sertão da Paraíba, não ficava na sombra ou cortinada pelo modo como se fazia política no Rio de Janeiro na década de 1870.

Atesta-se, aqui, que a produção historiográfica desta pesquisa não tratou-se de algo local, apesar de ser a primeira contribuição acadêmica à história política de Cajazeiras, mostrando não só o lado do conflito, mas sim, apresentando e discutindo questões sociais, econômicas e culturais à época.

Destarte, esta pesquisa serve como um caminho historiográfico para outros estudos relacionados às eleições sangrentas, ou não, no Segundo Reinado, levando, por exemplo, à compreensão de novos elementos que fizeram parte dessa cultura política em outras províncias ou até mesmo, relações interprovinciais.

REFERÊNCIAS

- **ACERVO DO SENADO FEDERAL DO BRASIL**

Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 1, Sessão 30/06/1862, **Fala de D. Manoel sobre a ação dos oficiais da Guarda Nacional e as eleições na Província do Piauí**, 1862, p. 53 [grifo nosso]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1862/1862%20Livro%202.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 1, Sessão 23/05/1860, **Resposta á falla do throno. Discursos dos Srs. [Manuel Pinto de Sousa] Dantas, Ferraz e Souza Franco**, 1860, p. 34 [grifo nosso]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1860/1860%20Livro%201.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

- **ARQUIVO DA 2ª VARA DO FÓRUM DR. FERREIRA JUNIOR (CAJAZEIRAS/PB)**

Processo-crime de homicídio, s/n, ano 1872 – Cajazeiras/PB

- **ACERVO DA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL**
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

JORNAIS

A Reforma, n. 213, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 215, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 234, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 256, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 270, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 284, 1872 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 31, 1873 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 36, 1873 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 37, 1873 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 70, 1873 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 221, 1873 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 13, 1874 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 51, 1874 – Rio de Janeiro
A Reforma, n. 84, 1876 – Rio de Janeiro

A Nação, n. 71, 1872 – Rio de Janeiro

Cearense, n. 81, 1872 – Fortaleza
Cearense, n. 90, 1872 – Fortaleza

Cearense, n. 45, 1874 – Fortaleza

Cearense, n. 47, 1875 – Fortaleza

Cearense, n. 93, 1875 – Fortaleza

Cearense, n. 99, 1877 – Fortaleza

Pedro II, n. 185, 1872 – Fortaleza

Diário de Pernambuco, n. 227, 1872 – Recife

Jornal do Recife, n. 268, 1872 – Recife

A Província, n. 5, 1872 – Recife

A Província, n. 1099, 1877 – Recife

Jornal *Cearense*, Ed. 28, 1872, Fortaleza, Província do Ceará. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22elei%C3%A7%C3%A3o%20em%20ic%C3%B3%22&pagfis=9968>.

Jornal *A Província*, Ed. 5, 1872, Recife, Província do Pernambuco. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pesq=%22elei%C3%A7%C3%A3o%20em%20ic%C3%B3%22&pasta=ano%20187&pagfis=9.

Jornal *A Nação*, Ed. 65, 1872, Rio de Janeiro, Corte Imperial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=586404&Pesq=%22elei%C3%A7%C3%A3o%20em%20ic%C3%B3%22&pagfis=258>.

Jornal *Pedro II*, Ed. 166, 1872, Fortaleza, Província do Ceará. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&Pesq=%22elei%C3%A7%C3%A3o%20em%20ic%C3%B3%22&pagfis=10563>.

Jornal *A Reforma*, Ed. 18, 1873, Rio de Janeiro, Corte Imperial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&pesq=%22elei%C3%A7%C3%A3o%20em%20ic%C3%B3%22&pasta=ano%20187&pagfis=4402>.

RELATÓRIO

BRASIL. **Ministério do Império**: Relatório apresentado à Assembleia Geral [na 1ª Sessão da 15ª Legislatura]. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1872_00001.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

- **REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES**

<http://ddsnxt.crl.edu/>.

PARAÍBA. Relatório da Província da Paraíba. “Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. presidente da província, dr. Francisco

Teixeira de Sá, em 6 de setembro de 1873. Paraíba, Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873”

• BIBLIOGRAFIAS

ABREU, Martha. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 141-143.

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História), UFCG, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2557>. Acesso em: 21 out. 2021.

ADERALDO, Mozart Soriano. **Rolins, Cartaxos e Afins (Árvore genealógica de minha esposa)**. Separata da Revista do Instituto do Ceará – Fortaleza, 1961, 58p.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História), UFBA, 2013, 194p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17736/1/Tese%20de%20Samuel%20Barros%20de%20Medeiros%20Albuquerque.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do império do Brazil**. Instituto philomathico, 1868.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, v. 2. 1978.

ALMEIDA, Lucas Carlos Martiniano de. **Ao norte do império: economia, abastecimento e a seca na Província da Paraíba (1860-1880)**. Monografia (Graduação em História). Guarabira: UEPB, 2021, 72p. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/24828/1/PDF%20-%20Lucas%20Carlos%20Martiniano%20de%20Almeida>. Acesso em: 21 out. 2021.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX**. Tese (Doutorado em História). – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009, 297p. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1196.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

ALONSO, Angela Maria. **Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e Poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade

Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, 221p. Disponível em:
<http://srvweb.uece.br/mahis/dmdocuments/raim.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

AUGUSTO, Monsenhor Raimundo. **Os Cartaxos no Cariri cearense (Ana Cordulina Cartaxo Dantas)**. Impresso nas Oficinas da Empresa Gráfica LTDA – Crato, 1972, 45p.

AZEVEDO, André Nunes de. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. *Intellèctus*, v. 13, n. 1, 2014, p. 1-23. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/viewFile/17318/12773>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro, Editora Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello Otávio. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Ed. du Seuil, 2003.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **As Elites e A Sociedade**. tradução de Otávio Guilherme CA Velho, 2.ed. 1974.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A representação política: elementos para uma teoria do campo político**. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz – 13ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da Província do Ceará**. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, Tomo I, 1997, p. 226.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Catálogo:** Município de Russas. Brasília: IBGE, 2015, online. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3526&view=detalhes>. Acesso em: 8 out. 2021.

BRÍGIDO, João. **Antologia de João Brígido**. Organizada por Jáder de Carvalho. Editora Terra do Sol, rua Agapito dos Santos, 389. Fortaleza-Ceará, 1969.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**. Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz?:** ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). Paco Editorial, 2019.

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das boiadas:** roteiro para São João do Rio do Peixe. NOPIGRAL-Nova Paraíba Indústria Gráf., 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 2011 [1996].

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). **Varia Historia**, v. 30, 2014, p. 184-206. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fjR33sN6BhD63BB95fZRDLz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica, 2017.

CAVALCANTI, Manuel Tavares. A paraíba de 1817 até a República. **RIHGP**. Vol. 1.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016. 192 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, 1991, p. 173-191. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 15 mar. 2020.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. – 4ª ed. revisada e atualizada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 135-161.

COSTA, Yuri. **Justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil imperial**. Alameda Casa Editorial, 2019.

DANTAS, José Ibarê Costa Dantas. A política em Sergipe Provincial (1820-1889). **Revista do IHGSE**, n. 46, 2016, p. 33-42. Disponível em: <file:///C:/Users/Henri/Downloads/12460-Texto%20do%20artigo-34420-1-10-20191028.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 10, nov. 2009, p. 40-47.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução Impressa: a imprensa na França 1775 – 1800**, São Paulo, SP: Edusp, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. Governo representativo e eleições no século XIX. **Revista do IHGB**, v. 474, 2017, p. 15-46. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61576871/Governo_representativo_e_eleicoes_no_seculo_XIX_-_Representative_Government_and_Elections_in_the_19th_Century20191221-9302-6sguwv.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do Século XIX. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 20, n. 1, 2014, p. 66-82. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13260219.2014.888940>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, p. 1-32. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648001_ARQUIVO_OgovernorepresentativonoBrasildoseculoXIX.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. Globo Livros, 2005.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9623?locale=pt_BR. Acesso em: 19 jul. 2021.

DINIZ, Leandro Neves. Vida econômica na Paraíba imperial (1850-1870): as famílias livres e pobres e a produção agropecuária. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 38, n. 1, 2020, p. 344-368. Disponível em:

<https://150.161.6.100/revistas/index.php/revistaclio/article/download/240499/36240>. Acesso em: 19 jul. 2021.

EL YOUSSEF, Alain. A Guerra Civil norte-americana e a crise da escravidão no Império do Brasil: o caso da Lei do Ventre Livre. In: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2015.

http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/alain_el_youssef.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o império. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2010, 211p. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10012011-122904/publico/2010_BrunoFabrisEstefanes.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

FALLERS, Lloyd Ashton. **Political Sociology and the Study of African Politics**. Archives Europeennes de Sociologie, IV, 1963, p. 311-329.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. **Fortaleza: Editora Armazém da Cultura**, 2015.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. Cultura Histórica, ensino de história e múltiplos saberes. **Saeculum – Revista de História**, n. 22, 30 jun. 2010, p. 163-172. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11496/6608>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30**. Companhia das letras, 2009.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: UFC, 2004.

FERRAZ, Paula Ribeiro. A primeira Lei dos Círculos: Debates parlamentares e experiência eleitoral no Brasil do Segundo Reinado. **XXVIII Simpósio Nacional de História**.

Florianópolis: ANPUH, 2015, p. 1-16. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427741619_ARQUIVO_PaulaRibeiroFerraz_ANPUH2015.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

FERRAZ, Paula Ribeiro. **O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: UFJF, 2013, 159p. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2443/1/paularibeiroferraz.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. **O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 - 1889)**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012, 355p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20122012-122802/publico/2012_SergioEduardoFerraz.pdf. Acesso em: 19 Abr. 2021.

FERTIG, André Atila. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)**. Editora UFSM, 2010.

FIGUEIREDO, João Gabriel Rodrigues e. Georges Balandier e a Antropologia da Política: o político como objeto de investigação antropológica. **Anais da XII Semana de Ciências Sociais da UFSCar**, 2014, p. 136-157. Disponível em: <http://www.semanasociais.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/03/7.pdf>. Acesso em: 19 Abr. 2021.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. **A exaltação dos eleitos: Evolução eleitoral e política do império (Ceará 1846-1860)**. Dissertação (Mestrado em História), UFC, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6133/1/2011-DIS-BCNFREITAS.pdf>. Acesso em: 19 Abr. 2020.

FREITAS, Bruno Cordeiro Nojosa de. Exaltação dos eleitos: a Província do Ceará nas eleições das décadas de 1850 e 60 e seus amálgamas sociais. **Revista Ameríndia**, v. 3, n. 1, 2007, p. 1-12. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14181/1/2007_art_bcnfreitas.pdf. Acesso em: 19 Abr. 2021.

FROTA, José Tupinambá da. **História de Sobral**. 2ª edição. Fortaleza: Editora Heniqueta Galeno, 1974.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1979.

GALLIZA, Diana Soares. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa, Ed. Ideia, 1993.

GALVÃO, Rubismar Marques. **Ferrovias no Ceará: suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019, 173p. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4395/1/RUBISMAR%20MARQUES>

[%20GALV%c3%83O%20%e2%80%93%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20%28PPGH%29%202019.pdf](#). Acesso em: 19 Abr. 2021.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Visões da liturgia: o imperador e os partidos políticos. **Revista de História Regional**, v. 5, 2000, p. 57-82. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional54.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, O retorno de Martin Guerre) [1984]. In: **O fio e os rastros**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2007, p. 311-338.

GINZBURG, Carlo. Lorenzo Valla e a doação de Constantino. In: **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução: João Batista Neto. - Companhia das Letras, São Paulo, 2002, p. 64-79.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Faperj, 2005, p. 21-41.

GOMES, Eunice Simões Lins; CAMPOS, Leonildo Silveira. Padre Inácio de Sousa Rolim: sua influência na cultura sertaneja de 1800-1899. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, 2012, p. 80-94. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10503/6845>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira: Rio de Janeiro (1820-1850). **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 7, maio, 2008, p. 119-137.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Editora Record, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. Formando un gobierno central: las elecciones y el orden monárquico en el Brasil del siglo XIX. In: ANNINO, Antonio (Org.). **Historia de las Elecciones en Ibero América, Siglo XIX. De la formación del espacio político nacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

HABERMAS, Jürgen, **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTOG, François. A arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.) **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico, reações e transações**. Tomo. 2, v. 5 - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 582p.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**: (1892). Edição Fac-Similada, acrescida de uma seleção das Crônicas de Irineu Joffily. Editora Tesouros: Rio de Janeiro, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Paris: Gallimard, 1988.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do tempo**. João Pessoa: Empório dos livros, 2000.

LEITÃO, Deusdedit. **O educador dos sertões**: vida e obra do padre Inácio de Sousa Rolim. Gráfica Estado do Piauí, 1991.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, 2014, p. 1-20. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143606.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: o nascimento da imprensa no Brasil. A Independência Brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. **Um caminho para a liberdade**: a Lei Rio Branco na crise do sistema escravista paraibano. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20298/1/GiuseppeEmmanuelLyraFilhoDissert.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. Um caminho para a abolição: debates e embates em torno da Lei do Ventre Livre e sua aplicação na Província da Paraíba. **Semina**, n. 17, v. 1, 2018, p. 102-117. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/9505>. Acesso em: 19 set. 2021.

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872): suas verdades jurídicas e outras histórias policiais**. Campinas, SP: EdUFMT, 2003.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). **Revista de História Saeculum**, João Pessoa, 2011.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. Editora Universitária UFPB, 1980.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 186p.

MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de Tempo Saquarema**. – 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (org.) **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009.

MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz; OLIVEIRA, Oseias de. **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

MUAZE, Mariana. **Por uma micro-história da família. Elites, fronteiras e cultura do império do Brasil**. (Orgs.). BESSONE, Tânia; BASTOS, Lucia; GUIMARÃES, Lucia. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 13-32.

NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack braziliense**, n. 10, 2009, p. 05-22. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/alb/article/download/11719/13492>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, Juliana Jardim de Oliveira e. **A Guerra Civil no espaço Atlântico: a secessão norte-americana nos debates parlamentares brasileiros (1861-1865)**. Tese (Doutorado em

História). – Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10048/1/TESE_GuerraCivilEspa%C3%A7o.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, Liélia Barbosa. Problemas sociais na Paraíba da Primeira República: uma análise a partir dos governos de Venâncio Neiva e Álvaro Machado (1889-1895). In: **XVII Encontro Estadual de História**. 2016. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3445/2653>.

Paraíba: Imprensa Oficial, 1909, p. 39-54. Acesso em: 19 jul. 2021.

PATROCÍNIO FILHO, José do. **Os Ferrões**: 1º de junho a 15 de outubro de 1875. Demerval da Fonseca. – 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa**: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, 157p. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9514/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. **Revista Anos 90**. Vol. 13, n. 23/24, Porto Alegre, 2006, p. 45-58. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31549/000632033.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 jun. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**, v. 7, n. 14, 2003, p. 3-45. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/download/30220/pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Autêntica, 2013.

PESEZ, Jean Marie.

História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 180-215.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Parahyba**. Imprensa oficial, 1977 [1909].

POSADA-CARBÓ, Eduardo. Electoral Juggling: a comparative history of the corruption of suffrage in Latin America, 1830-1930. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, vol. 32, n. 3, 2000, p. 644.

RABELO, Juliana Dantas et al. Relações de poder e recrutamento militar na Paraíba durante a guerra do Paraguai (1864-1870). 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11965/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, 13-36.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB, Rio de Janeiro**, v. 45, n. 1, 1998, p. 71-92.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: População, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7133/1/arquivo3323_1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Antônio Joaquim do Couto Cartaxo e a formação de Cajazeiras**. Cajazeiras: Arribaça, 2019, 35p.

SABA, Roberto. As "eleições do cacete" e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**, n. 2, 2011, p. 126-146. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-00126.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS, Gustavo dos. Modernidade na formação da cultura jurídica no século XIX. **Anais do X Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão, 2016, p. 1-16. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/10/Modernidade na formacao da cultura juridica no s eculo xix.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/10/Modernidade%20na%20formacao%20da%20cultura%20juridica%20no%20seculo%20xix.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

SEGAL, Myraí Araújo. A relação entre a Paraíba e o Governo Central: eleições e culturas políticas no Brasil Imperial. In: **Nas teias do poder: as elites paraibanas e a construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)**. Monografia em História. – João Pessoa: CCHLA-UFPB, 2014, p. 16-32.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História), - João Pessoa: CCHLA-UFPB, 2017, 226p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9616/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

SILVA, Antonio Henrique Ferreira da. A Faculdade de Direito do Recife e a nova ordem social: O bacharelismo como fonte imaginária de poder. **XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, 2015, p. 1-10. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434394309_ARQUIVO_Antoniohenriqueartigofinal.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d'O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, 173p. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1383.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/41516/1/TESE%20Lucian%20Souza%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9529?locale=pt_BR. Acesso em: 20 Abr. 2021.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003 [1988].

SOUSA, Débia Suênia da Silva. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949-1983)**. Tese (Doutorado em Educação), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018, 196p. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25070/1/Col%C3%A9gioNossaSenhoraLourdes_Sousa_2018.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará-Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2009, 165p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-07122009-113715/publico/JOSE_WEYNE_DE_FREITAS_SOUSA.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.

VARGAS, Jonas Moreira. “Um negócio entre famílias”. A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História social de elites**. Oikos, São Leopoldo, 2011, p. 28-55.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história um método em transformação**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020, 368p.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálýsis**. Florianópolis, v. 11, 2008, p. 43-52. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/qctPHd95zN7VdhhN9gZ7Ght/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em:
31 out. 2021.